



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 195 SEXTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2014

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB (63,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Eunício Oliveira (63,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (116,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,102) Inácio Arruda (89,96,117,127) Marcelo Crivella (36,120,128)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 14 Humberto Costa (116,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Anibal Diniz (25,99) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (103)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,102)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,115)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,96,117,127)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,128)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Wilder Morais - DEM (93,112,118,130)</p> <p>Vice-Líderes Mário Couto (34,61,122) Jayme Campos (28,106,110,123)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (80) Paulo Bauer (5,35,74,79) Ruben Figueiró (133)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/SD) - 11</p> <p>Líder Gim - PTB (56,58,59)</p> <p>Vice-Líder Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (125) Mozarildo Cavalcanti (57,126)</p> <p>Líder do PR - 3 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72,131)</p> <p>Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - PMDB (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>PSB - 4</p> <p>Líder Rodrigo Rollemberg - PSB (69,101)</p> <p>Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,82,129)</p> <p>PROS - 1</p> <p>Líder Ataídes Oliveira - PROS (98,108,114)</p>

EXPEDIENTE

<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários</p> <p>Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nº 44/2014 (DECLARATÓRIO).....	008
2 – ATA DA 176ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2014.....	009
2.1 – ABERTURA.....	009
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	009
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	009
2.2.1.1 – Pareceres	
Nº 926/2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 12/2014.....	010
Nº 927/2014, da Mesa do Senado Federal, sobre o Projeto de Resolução nº 19/2014.....	024
Nº 928/2014, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 221/2014.....	026
Nº 929/2014, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 585/2014.....	029
Nº 930/2014, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 588/2014.....	041
Nº 931/2014, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 663/2014.....	044
Nº 932/2014, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 672/2014.....	046
Nº 933/2014, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 705/2014.....	049
Nº 934/2014, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 706/2014.....	051
Nº 935/2014, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 774/2014.....	053
Nº 936/2014, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 775/2014.....	056
Nº 937/2014, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 781/2014.....	058
Nº 938/2014, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 799/2014.....	063
Nº 939/2014, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 801/2014.....	067
Nº 940/2014, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 842/2014.	070
2.2.1.2 – Deferimentos	
Deferimento dos Requerimentos nºs 221, 585, 588, 663, 672, 705, 706, 774, 775, 781, 799, 801 e 842/2014.	072
2.2.1.3 – Abertura de prazo	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 19/2014.....	072
2.2.1.4 – Aprovações	
Aprovação dos Requerimentos nºs 817, 818 e 871/2014	072
2.2.1.5 – Ofícios recebidos da Câmara dos Deputados	
Nº S/29/2014 (nº 225/2014, na origem), que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 11/2014, de que trata o PDC 2.146/2009, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV TOCANTINS LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Anápolis, Estado de Goiás	072
Nº S/30/2014 (nº 226/2014, na origem), que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 12/2014, de que trata o PDC nº 2.458/2006, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO RIVIERA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio Verde, Estado de Goiás	073
Nº S/31/2014 (nº 227/2014, na origem), que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 13/2014, de que trata o PDC nº 2.661/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da SPC SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itumbiara, Estado de Goiás.....	074
Nº S/32/2014 (nº 228/2014, na origem), que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 14/2014, de que trata o PDC nº 2.980/2003, que comunica a	

transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAÍNA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Araguaína, Estado do Tocantins	075
Nº S/33/2014 (nº 229/2014, na origem), que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 15/2014, de que trata o PDC nº 2.862/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO RIO FORMOSO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Gurupi, Estado do Tocantins	076
Nº S/34/2014 (nº 230/2014, na origem), que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 16/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV LUZIÂNIA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Luziânia, Estado de Goiás	077
Nº S/35/2014 (nº 231/2014, na origem), que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 17/2014, de que trata o PDC nº 151/1989, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO PLANALTO CENTRAL LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Porangatu, Estado de Goiás	078
Nº S/36/2014 (nº 232/2014, na origem), que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 18/2014, de que trata o PDC nº 1.055/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NAIPI LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná	079
Nº S/37/2014 (nº 233/2014, na origem), que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 19/2014, de que trata o PDC nº 2.721/2002, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO ANHANGUERA S.A., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Goiânia, Estado de Goiás	080
Nº S/38/2014 (nº 234/2014, na origem), que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 20/2014, de que trata o PDC nº 2.625/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário de Rádio e TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA., concessionária dos serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, ondas tropicais, frequência modulada e de sons e imagens, no município de São Luís, Estado do Maranhão	081
Nº S/39/2014 (nº 235/2014, na origem), que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 21/2014, de que trata o PDC nº 2.007/2002, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itapetininga, Estado de São Paulo	082
Nº S/40/2014 (nº 236/2014, na origem), que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 22/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Juazeiro, Estado da Bahia	083
Nº S/41/2014 (nº 237/2014, na origem), que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 23/2014, de que trata o PDC nº 2.669/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO OESTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Barreiras, Estado da Bahia	084
Nº S/42/2014 (nº 238/2014, na origem), que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 24/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO CONQUISTA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia	085
Nº S/43/2014 (nº 239/2014, na origem), que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 25/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itabuna, Estado da Bahia	086
Nº S/44/2014 (nº 240/2014, na origem), que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 26/2014, de que trata o PDC nº 2.922/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV SUBAÉ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Feira de Santana, Estado da Bahia	087
2.2.1.6 – Ofício do Presidente do Supremo Tribunal Federal	
Nº S/45/2014 (nº 4.028/2014, na origem), comunicando a declaração de inconstitucionalidade incidental de dispositivo do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça.	088
2.2.1.7 – Projeto de Resolução	
Nº 56/2014, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que <i>dispõe sobre as providências solicitadas nos Relatórios referentes às Comissões Temporárias Externas do Senado Federal</i>	149

2.2.1.8 – Abertura de prazo

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 56/2014..... 153

2.2.1.9 – Proposta de Emenda à Constituição

Nº 46/2014, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que *altera o art. 101 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo de escolha e indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal*..... 153

2.2.1.10 – Término de prazos

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 307/2008 e 202/2014..... 158

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 22/2013..... 158

2.2.1.11 – Comunicações

Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Civil (**Ofício nº 87/2014**). *Será feita a substituição solicitada*. 158

Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Civil (**Ofício nº 88/2014**). *Será feita a substituição solicitada*. 158

Da Liderança do SD na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 660/2014 (**Ofício nº 370/2014**). *Será feita a substituição solicitada*. 158

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 660/2014 (**Ofício nº 217/2014**). *Serão feitas as designações solicitadas*. 158

Da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias (**Ofício nº 195/2014**). *Será feita a substituição solicitada*. 159

Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 660/2014 (**Ofício nº 155/2014**). *Será feita a substituição solicitada*. 159

Do Senador Antonio Carlos Valadares, encaminhando relatório de viagem realizada para participar do 69º Período de Sessões da Assembleia Geral da ONU, no período de 17 a 21 do corrente (**Ofício nº 110/2014**)..... 159

Do Senador Ciro Nogueira, encaminhando relatório de viagem realizada para participar da Audiência Parlamentar Anual da União Interparlamentar, por ocasião da Assembleia Geral da ONU, em 19 e 20 do corrente (**Ofício nº 187/2014**)..... 159

2.2.1.12 – Requerimentos

Nº 954/2014, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a adoção das providências necessárias para atender às recomendações contidas no relatório apresentado pela Comissão Temporária Externa criada pelo RRE nº 38/2013..... 160

Nº 955/2014, de autoria do Senador Sérgio Petecão, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 7 a 14 de dezembro próximo..... 169

2.2.1.13 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 53/2014, na origem, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 636/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin..... 163

Nº 875/2014, do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 625/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin 163

2.2.1.14 – Aviso do Ministro de Estado da Saúde

Nº 846/2014, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 333/2014, de autoria do Senador Alvaro Dias..... 163

2.2.1.15 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 84/2014 (nº 1.207/2014, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 3.201/2014, proferido nos autos do processo TC 011.779/2014-4, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 6/2014..... 163

Nº 85/2014 (nº 1.225/2014, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 3.216/2014, proferido nos autos do processo TC 028.355/2014-8, referente à fixação, para o exercício de 2015, dos coeficientes das quotas do Fundo de Participação dos Municípios 163

2.2.2 – Comunicação

Da Liderança do PSB no Senado Federal, de indicação da Senadora Lídice da Mata como Líder e do Senador João Capiberibe como Vice-Líder do referido Partido (**Ofício nº 46/2014**)..... 164

2.2.3 – Oradores

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Alegria pela previsão de instrumentos que possibilitam crescente participação social nos governos espanhol e uruguaio; e outro assunto 164

SENADOR PAULO PAIM – Registro da realização do Seminário "Repensar o Mundo do Trabalho e Elevar o Protagonismo da Classe Trabalhadora" ocorrida no dia 29 de agosto do corrente em Curitiba; e outros assuntos	169
SENADOR ANIBAL DINIZ – Satisfação pela aprovação, na CCJ, de PEC que atualiza o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação; e outro assunto	176
2.2.4 – Apreciação de matéria	
Requerimento nº 953/2014, de autoria do Senador Roberto Requião. Aprovado	176
2.2.5 – Oradores (continuação)	
SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Apelo em favor da aprovação de projeto de resolução, de autoria de S.Exª, que prevê a distribuição eletrônica automática dos processos legislativos, no âmbito das comissões do Senado Federal, a fim de proporcionar maior alternância nas relatorias de projeto; e outro assunto.	178
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Defesa do ex-Governador Neudo Campos e da atual Governadora Suely Campos, ambos de Roraima, contra as críticas proferidas pelo Senador Romero Jucá no último dia 18 no Plenário do Senado Federal	181
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Preocupação com a possível aprovação de projeto de lei que permite ao Governo Federal a flexibilização da meta fiscal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias	183
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Item 22 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 645/2014, do Senador Wilder Moraes, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a CDH (prorrogação de acordo ou convenção coletiva do trabalho)</i> . Aprovado	191
2.3.2 – Item 23 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 722/2014, do Senador Ricardo Ferraço, <i>solicitando que, sobre os Projetos de Lei da Câmara nºs 94 e 125, de 2007, que tramitam em conjunto, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a CCJ (Plano Nacional de Viação)</i> . Aprovado	191
2.3.3 – Item 24 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 794/2014, do Senador Cristovam Buarque, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2013, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a CCJ (auxiliares locais do Serviço Exterior Brasileiro)</i> . Aprovado	191
2.3.4 – Item 25 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 795/2014, do Senador Cristovam Buarque, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2013, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a CAE, (auxiliares locais do Serviço Exterior Brasileiro)</i> . Aprovado	192
2.3.5 – Item 26 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 901/2014, do Senador Paulo Paim, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2013, seja ouvida a CCJ (expropriação de propriedade com trabalho)</i> . Aprovado	192
2.3.6 – Item 28 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 935/2014, do Senador João Alberto Souza, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a CCJ (bolsa de estudo do Programa Universidade para Todos)</i> . Aprovado	192
2.3.7 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária	192
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
2.4.1 – Oradores	
SENADOR PAULO BAUER – Críticas a suposto estelionato eleitoral imputável à Presidente da República reeleita; e outro assunto	198
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Destaque à melhoria dos indicadores sociais do País; e outro assunto	198
SENADOR VALDIR RAUPP – Satisfação com a redução da tarifa básica de energia elétrica no Estado de Rondônia	203
SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder – Satisfação com a redução da tarifa de energia elétrica para os consumidores do Estado de Rondônia anunciada esta semana pela Aneel; e outro assunto	205
2.4.2 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR BLAIRO MAGGI – Registro do apoio do Governo Federal para o desenvolvimento da agricultura familiar no País	207
SENADORA ANGELA PORTELA – Defesa de projeto de lei, de autoria de S. Exª, que cria uma política de atenção à saúde do homem no âmbito do SUS em caráter permanente	207
2.5 – ENCERRAMENTO	208

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação	209
Bancadas dos Partidos	210

Por ordem alfabética	211
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	212
5 – LIDERANÇAS	213
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	217
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	226
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	230
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	239
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	242
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	249
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	255
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	264
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	272
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	281
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	289
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	296
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	300
CSF – Comissão Senado do Futuro	303
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993)	304
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	305
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	306
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013)	306
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005)	306
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001)	307
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009)	309
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	311
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	313
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012)	315
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	317
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	319
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
10 – COMISSÕES MISTAS	
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	321
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)	324
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007)	328
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999)	329
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	330
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014)	331
Comissões Mistas Especiais	332
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	336
11 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	342
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011)	343
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	346
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999)	349

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 44, DE 2014

ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 652, de 25 de julho de 2014, que "Cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional", teve seu prazo de vigência encenado no dia 24 de novembro do corrente ano.

Congresso Nacional, em 26 de novembro de 2014. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Ata da 176ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 27 de novembro de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim e Eduardo Suplicy.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 15 minutos e encerra-se às 17 horas e 56 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura

4ª Sessão Legislativa Ordinária

176ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 27/11/14 07:00 até 27/11/14 20:35

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PROS	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAÍRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PTB	RR	MÓZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
SD	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X

Compareceram: 51 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação do *Diário do Senado Federal*.

O expediente lido vai à publicação.

É o seguinte o expediente:

PARECERES

PARECER Nº 926, DE 2014

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2014 (nº 290/2013, na Câmara dos Deputados), que altera e adiciona dispositivo na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

RELATOR: Senador **EDUARDO BRAGA**

RELATOR “AD HOC”: Senador **ANIBAL DINIZ**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame, nos termos do art. 356, *caput*, do Regimento Interno do Senado Federal, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 12, de 2014, cuja primeira signatária é a Deputada MARGARIDA SALOMÃO, tendo por objetivo alterar a Carta de 1988 para estabelecer adequado e atualizado tratamento constitucional às atividades de ciência, tecnologia e inovação.

Conforme consta da justificativa, a apresentação da PEC em exame decorreu da aprovação do Projeto de Lei nº 2.177, de 2001, que *institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação*, pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, integrada por quatro de suas Comissões permanentes, em face de constatação da necessidade de atualizar as disposições constitucionais relativas ao tema que é objeto do mencionado projeto.

A PEC em análise modifica a redação de alguns dispositivos da Constituição Federal (CF) para acrescentar:

a) entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a de proporcionar os meios de acesso à *tecnologia, à pesquisa e à inovação* (art. 23, V, CF);

b) a competência de a União, os Estados e o Distrito Federal legislarem concorrentemente sobre *ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação* (art. 24, IX, CF);

c) a competência do sistema único de saúde para incrementar, em sua área de atuação, também a *inovação*, não se resumindo ao desenvolvimento científico e tecnológico (art. 200, V, CF);

d) as atividades de *estímulo de pesquisa e fomento à inovação* a serem realizadas não só por universidades, mas também *por instituições de educação profissional e tecnológica*, entre as que poderão receber apoio financeiro do Poder Público (art. 213, § 2º, CF);

e) o vocábulo “Inovação” ao título do Capítulo IV do Título VIII da Lei Maior, compreendidos pelos seus arts. 218 e 219, passando a denominar-se “Da Ciência, Tecnologia e Inovação”;

f) a capacitação *científica e a inovação* a serem promovidas e incentivadas pelo Estado, o qual, atualmente, tem o dever restrito apenas ao *desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas* (art. 218, caput, CF);

g) a *pesquisa tecnológica* para receber tratamento prioritário do Estado e não só a *pesquisa científica básica*, tendo em vista também o progresso da *tecnologia e inovação* e não só o das ciências (art. 218, § 1º, CF);

h) a área de *inovação* para receber apoio do Estado na formação de recursos humanos, *inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica* (art. 218, § 3º, CF).

A PEC acrescenta, ainda, os seguintes dispositivos, para prever:

a) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem a necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI do art. 167 da Constituição Federal (§ 5º acrescentado ao art. 167, CF);

b) que o *Estado estimulará a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, na execução das atividades atinentes ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nas diversas esferas de governo* (§ 6º acrescentado ao art. 218, CF);

c) que o *Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução das atividades de desenvolvimento científico, pesquisa, capacitação científica e tecnológica e inovação* (§ 7º acrescentado ao art. 218, CF);

d) que o *Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia* (parágrafo único acrescentado ao art. 219, CF);

e) que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possam firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei (art. 219-A, *caput*);

f) a organização do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação (art. 219-B, *caput*), cabendo a lei federal dispor sobre as suas normas gerais (art. 219-B, § 1º) e aos Estados, ao Distrito Federal e aos

Municípios a competência para legislar concorrentemente sobre as suas peculiaridades (art. 219-B, § 2º).

Por derradeiro, o art. 10 veicula a fórmula usual que fixa a data de início da vigência da emenda à Constituição decorrente da aprovação da proposta como sendo a da sua publicação.

A intenção da PEC, conforme expressam os seus autores, é impulsionar a pesquisa nacional e a criação de soluções tecnológicas adequadas aos desafios atuais. Entendem, ademais, que as modificações constitucionais propostas permitirão a integração entre instituições de pesquisa tecnológica e empresas inovadoras em um sistema nacional, aliando esforços com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 356, *caput*, do Regimento Interno, emitir parecer, inclusive quanto ao mérito, sobre propostas de emenda à Constituição.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, nada temos a objetar, pois entendemos que a proposta observa a regra constitucional que veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, que trate de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa e tenda a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais (art. 60, I, §§ 1º, 2º, 4º e 5º da Constituição e arts. 354, §§ 1º e 2º, e art. 373 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF). Também, não incorre na proibição prevista no art. 371 do RISF, em razão de a proposta não visar a alteração de dispositivos sem correlação entre si.

Quanto ao mérito, entendemos que a preocupação com a inovação tecnológica está em plena discussão pela sociedade brasileira. Atualmente, o desenvolvimento científico e tecnológico representa um dos critérios mais relevantes para avaliar o nível de desenvolvimento de uma nação. Passou-se o tempo em que os abundantes recursos naturais constituíam objeto de cobiça e

consequentes conflitos bélicos entre os povos. No cotejo das nações são invejadas aquelas que detêm amplo conhecimento científico e tecnológico capazes de responder aos desafios para a geração de riqueza indispensável à erradicação da pobreza.

A riqueza hoje em dia decorre, principalmente, do aumento de produtividade da economia, mediante a criação de empregos que exigem mão de obra altamente qualificada.

É esse o desafio que o Brasil deve enfrentar, removendo os empecilhos ao desenvolvimento científico e tecnológico, emulando as nações que são líderes no registro de novas patentes que são essenciais ao incremento da produtividade.

É curioso constatar que no texto constitucional vigente não há uma única menção ao vocábulo “inovação”. Tal fato é indicativo de que a sociedade brasileira, na qual se insere também a nossa classe política, não tem sido mobilizada para a competição tecnológica baseada na utilização consistente do conhecimento técnico-científico, de modo a preparar as próximas gerações para o desafio de tornar o País plenamente desenvolvido. Não há dúvida de que o caminho para isso é a inovação tecnológica, conforme comprova o desempenho econômico das nações mais dinâmicas no cenário mundial, as quais, em poucas décadas, ultrapassaram o Brasil no *ranking* de desenvolvimento humano, ocupando este, atualmente, a 85ª posição.

Portanto, é indiscutível o mérito da PEC ao introduzir em sede constitucional o debate sobre inovação científica e tecnológica que é condição indispensável para o aumento da renda nacional por meio do aumento da produtividade da economia.

Chega, assim, já em hora tardia, a discussão a respeito do assunto em exame, que já não pode mais ser postergada, sob pena de o Brasil ficar para trás no concerto das nações, em face de não gerar conhecimento e tecnologia compatíveis com a sua grandeza no cenário mundial.

Não obstante o nosso enfático entendimento favorável ao mérito da proposta em discussão, constatamos que há reparos a serem feitos quanto à sua técnica de redação.

Torna-se, por conseguinte, necessária a apresentação de uma emenda substitutiva **de redação**, a qual não implica qualquer alteração de mérito da PEC, não cabendo, assim, o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. O objetivo é *tão somente* sanar as inadequações redacionais por nós constatadas, mediante a inclusão em um só artigo, art. 1º, de todos os dispositivos constitucionais que são objetos de modificação pela proposta e para expressar em ordem direta os termos invertidos do § 5º, que é acrescentado ao art. 167 da Lei Fundamental, e do novo art. 219-A.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2014, quanto aos aspectos constitucionais, regimentais e de mérito, na forma da seguinte emenda substitutiva de **redação**:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2014

Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 23.

.....

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

.....”(NR)

“Art. 24.

.....

IX – educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

.....”(NR)

“Art. 167.

.....

§ 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidas, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem a necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo. (NR)

“Art. 200.

.....

V – incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;

.....”(NR)

“Art. 213.

.....

§ 2º As atividades de pesquisa, extensão e estímulo e de fomento à inovação, realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica, poderão receber apoio financeiro do Poder Público.”(NR)

"CAPÍTULO IV DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO"

"Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

§ 1º A pesquisa científica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

§ 6º O Estado estimulará a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, na execução das atividades previstas no *caput*, nas diversas esferas de governo.

§ 7º O Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução das atividades previstas no *caput*."(NR)

"Art. 219.

Parágrafo único. O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia."(NR)

Art. 2º O Capítulo IV do Título VIII da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 219-A e 219-B:

"Art. 219-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei."

"Art. 219-B. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto

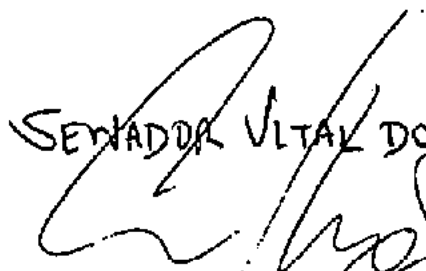
públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

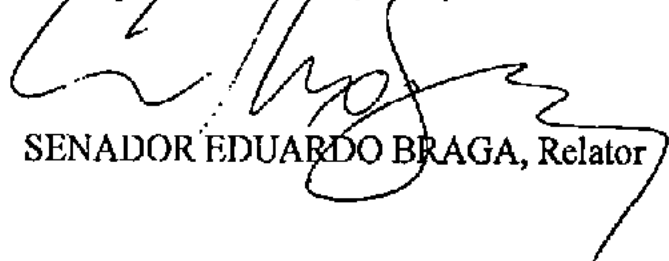
§ 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislarão concorrentemente sobre suas peculiaridades.”

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2014.


SENADOR ALTAIR DO RÊGO, Presidente


SENADOR EDUARDO BRAGA, Relator

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, de 2014

ASSINAM O PARECER, NA 49ª REUNIÃO, DE 26/11/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)
PRESIDENTE: SENADOR VITAL DO RÉGO
RELATOR(A) DO CQ: SENADOR ANÍBAL DINIZ

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Marta Suplicy (PT)
Aníbal Diniz (PT)	4. Adir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT)
Randolfo Rodrigues (PSOL)	8. Paulo Paim (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	9. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Régo (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. VAGO
Ricardo Ferraço (PMDB)	4. VAGO
Luiz Henrique (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	7. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	8. Kátia Abreu (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	9. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria(PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Paulo Bauer (PSDB)
Alcysio Nunes Ferreira (PSDB)	5. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, SD, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gilm (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Blairo Maggi (PR)
Vicentinho Alves (SD)	4. Alfredo Nascimento (PR)

ASSINAM O PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2014, NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 26/11/2014, COMPLEMENTANDO AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F., OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

1- Senador Wellington Dias

2- Senador Antonio Carlos Valadares

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, de 2014

ASSINAM O PARECER, NA 49ª REUNIÃO, DE 26/11/2014, COMPLETANDO AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F., OS(AS) SENHORES(AS)

3
Abala

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º - A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Art. 167. São vedados:

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

§ 4.º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

V - incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico;

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 2º - As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

TÍTULO VIII Da Ordem Social

CAPÍTULO IV DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

§ 1º - A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público o o progresso das ciências.

§ 2º - A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º - O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

§ 4º - A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

§ 5º - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.

CAPÍTULO V DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

.....

PARECER Nº 927, DE 2014

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o
Projeto de Resolução nº 19, de 2014.

RELATOR: SENADOR FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução nº 19, de 2014, de autoria do Senador Inácio Arruda, nos termos do artigo 59, VII, da Constituição Federal e artigo 213, III, do Regimento Interno do Senado Federal, cuida em “criar o Espaço do Ciclista, nas dependências do Senado Federal, com infraestrutura física e operacional de apoio aos servidores que utilizam bicicleta como meio de transporte ao trabalho.”

O artigo 1º cria efetivamente o Espaço do Ciclista, nas dependências do Senado Federal, com infraestrutura física e operacional de apoio aos servidores que utilizam bicicleta como meio de transporte ao trabalho.

De sua vez o artigo 2º lembra que a Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Em breve resumo é do que trata o PRS 19/2014, do nobre Senador Inácio Arruda.

No tocante à justificação do Projeto de Resolução nº 19/2014, Sua Excelência, o autor do PRS, reforça que “atento ao incremento significativo da

malha cicloviária do Distrito Federal, surge a necessidade de aparelhar os órgãos públicos desta Capital com o mínimo de infraestrutura ciclística (vestuários e bicicletários).”

E completa o nobre autor que “o incentivo ao uso de bicicletas corrobora para ajudar a solucionar os problemas de mobilidade comuns aos grandes centros (falta de estacionamento, engarrafamentos, poluição, stress no trânsito etc). Também não podemos esquecer os benefícios à saúde decorrente da prática do ciclismo, como melhora na disposição para o trabalho, combate ao sedentarismo”.

II – VOTO

Com inteira razão Sua Excelência, o Senador Inácio Arruda.

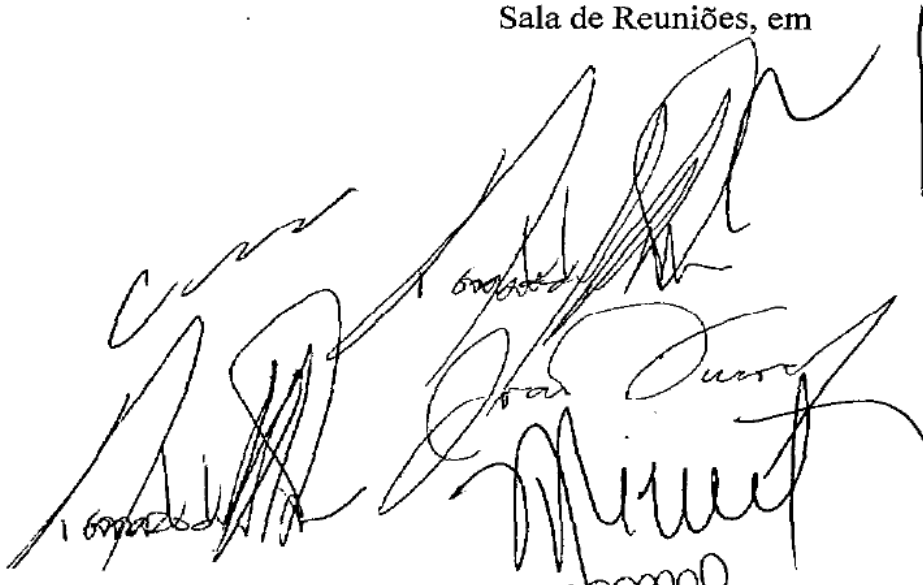
O projeto é de vanguarda e vai ao encontro de várias políticas de bem-estar da sociedade, inclusive, estando em sintonia direta com os direitos constitucionais à sustentabilidade, ao transporte digno e à saúde.

Por estes motivos voto pela aprovação do Projeto de Resolução nº 19, de 2014, de Sua Excelência, o Senador Inácio Arruda.

Sala de Reuniões, em

 , Presidente

 , Relator



PARECER

Nº 928, DE 2014

Da MESA DO SENADO FEDERAL,
sobre o Requerimento nº 221, de 2014.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 221, de 2014, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no qual o Colegiado, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e do artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, postula seja ouvido o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre “as negociações para a celebração do acordo entre o Mercosul e a União Européia, em especial a oferta brasileira, a oferta do Mercosul, a oferta da União Européia, as normas econômicas relativas a serviços, indústria, agricultura, investimentos, regras de promoção e proteção dos direitos dos investidores, subsídios, dumping, mecanismos de proteção à propriedade intelectual, mecanismos de solução de conflitos, tais como o recurso a arbitragem internacional dentre outros, e os compromissos políticos envolvidos nas tratativas.”

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 221, de 2014, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cuida em postular seja ouvido o

Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre “as negociações para a celebração do acordo entre o Mercosul e a União Européia, em especial a oferta brasileira, a oferta do Mercosul, a oferta da União Européia, as normas econômicas relativas a serviços, indústria, agricultura, investimentos, regras de promoção e proteção dos direitos dos investidores, subsídios, dumping, mecanismos de proteção à propriedade intelectual, mecanismos de solução de conflitos, tais como o recurso a arbitragem internacional dentre outros, e os compromissos políticos envolvidos nas tratativas.”

A matéria vem devidamente instruída e se faz acompanhar de justificativa plausível e sólida. Colhe-se entre elas que “em virtude do que se convencionou chamar de processo de globalização, as decisões da política externa impactam, de modo cada vez mais inteso, a economia e a sociedade brasileira.”

E mais adiante outra preocupação lançada tem toda pertinência, quando fica registrado que “o acordo Mercosul – União Européia poderá definir o futuro do Brasil. Preocupa-nos, sobretudo, o fato desse acordo estar em negociação sem que o Congresso Nacional tenha informações sobre a matéria negociada.”

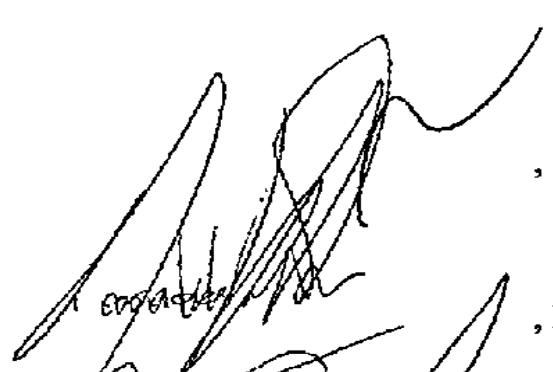
III – VOTO

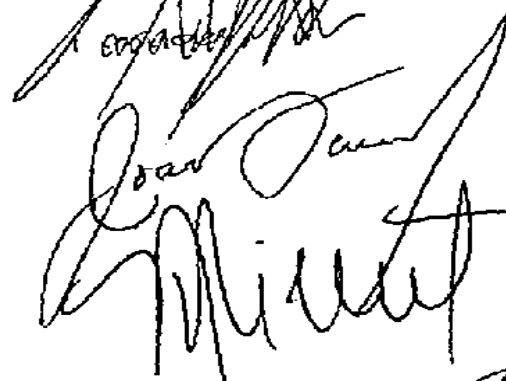
Não há dúvida, portanto, que o Requerimento nº 221, de 2014 vem devidamente fundamentado e as razões que o motivam são de ordem constitucional e atendem diretamente o interesse público e mesmo o futuro deste País.

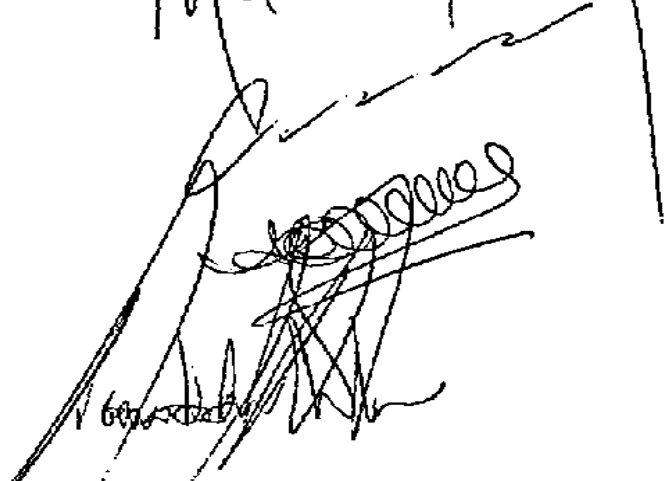
Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 221, de 2014, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em especial por estarmos entre os signatários desta pretensão na CRE.

Sala da Comissão,

(Requerimento nº 221, de 2014, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)


_____, Presidente


_____, Relator



(À publicação)

PARECER

Nº 929, DE 2014

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 585, de 2014, da Senadora LÚCIA VÂNIA, que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre os débitos previdenciários dos municípios.

RELATOR: Senador **ROMERO JUCÁ**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, a Senadora Lúcia Vânia apresentou o Requerimento nº 585, de 2014, em que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações sobre os débitos previdenciários dos municípios:

- 1) relação dos municípios que mantêm parcelamento de débito com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), bem como o período da dívida negociada e o indexador utilizado para a correção;
- 2) relação individualizada dos municípios que aderiram ao parcelamento especial da Medida Provisória (MP) nº 2129-8, de 26 de abril de 2001, incluindo o saldo devedor;
- 3) relação dos municípios que aderiram ao parcelamento especial da Lei Federal nº 11.196, de 2005, incluindo o saldo devedor;
- 4) relação individualizada dos municípios que aderiram ao parcelamento administrativo previsto pelos arts. 38 e 39 da Lei Federal nº 8.212, de 1999, incluindo o saldo devedor;

- 5) relação individualizada dos municípios que aderiram ao parcelamento administrativo da Lei Federal nº 10.522, de 2002, incluindo o saldo devedor;
- 6) relação individualizada dos municípios que aderiram ao parcelamento especial da Lei Federal nº 11.960, de 2009, incluindo o saldo devedor;
- 7) relação individualizada dos municípios que aderiram ao parcelamento especial da Lei Federal nº 12.810, de 2013, incluindo o saldo devedor.

Em sua justificativa a autora argumenta que a administração pública municipal, como regra, vem enfrentando, nos últimos anos, grande dificuldade na gestão de suas obrigações previdenciárias. Por esta razão, o governo Federal vem, periodicamente, editando legislação para viabilizar o parcelamento de débitos previdenciários dos municípios com RGPS. Em especial, cita os parcelamentos estabelecidos pela MP nº 2129-8, de 26 de abril de 2001, que alterou a Lei nº 9.639, de 1998; a MP nº 255, de 2005 (“MP do bem”), convertida na Lei nº 11.196, de 2005; Lei nº 10.522, de 2002; MP nº 457, de 2009, convertida na Lei nº 11.960, de 2009 e MP nº 589, de 2012, convertida na Lei nº 12.810, de 2013.

Esses parcelamentos, entretanto, não foram suficientes para ajustar a situação do passivo previdenciário dos municípios, situação essa que ainda foi agravada pela omissão da Fazenda Nacional em adequar melhor o saldo devedor às mutações jurídicas ocorridas entre 2001 e 2013.

Com isso, muitos municípios, diante da possibilidade de bloqueio do repasse de recursos pela falta de uma certidão negativa de débitos previdenciários, acabam por fazer parcelamentos em condições não condizentes com a dívida real. Isso ocorre especialmente em decorrência de incidências indevidas e não expurgo de juros e moras na forma prevista na legislação, o que acaba por fragilizar ainda mais as finanças desses municípios, visto que os referidos parcelamentos preveem a retenção do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para garantir o seu efetivo pagamento e correção do montante do saldo devedor pela SELIC.

Nesse contexto, as informações solicitadas são imprescindíveis para o acompanhamento das ações do Poder Executivo por parte desta Casa.

II – ANÁLISE

Preliminarmente, observa-se no item 4 do presente requerimento erro quanto ao ano da lei 8.212 que é 1991, bem como a menção do artigo 38 que encontra-se revogada. Os mencionados erros podem ser considerados erros materiais, não alterando o mérito do pedido.

Os requerimentos de informações de que trata o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, devem observar as condições definidas no art. 216, inciso I, do RISF quanto às hipóteses de cabimento da iniciativa, que exigem sejam observados, preliminarmente, os seguintes critérios para a sua admissibilidade, entre outras limitações:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providências, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

.....

O requerimento em exame tem por objetivo, de fato, esclarecer assunto sujeito à competência fiscalizadora do Senado Federal, e não faz qualquer referência a propósito da autoridade a quem se dirige.

As informações solicitadas não são passíveis de serem caracterizadas de natureza sigilosa, pois não compreendem operações ativas e passivas de instituições financeiras, de que trata a Lei Complementar nº 105, de 2001, que exigiriam rito próprio e mais complexo de apreciação desta Casa.

O Ato nº 1 da Mesa, de 2001, por sua vez, determina que o requerimento refira-se a assunto submetido ao Senado Federal ou atinente à sua competência fiscalizadora, e que as informações solicitadas tenham

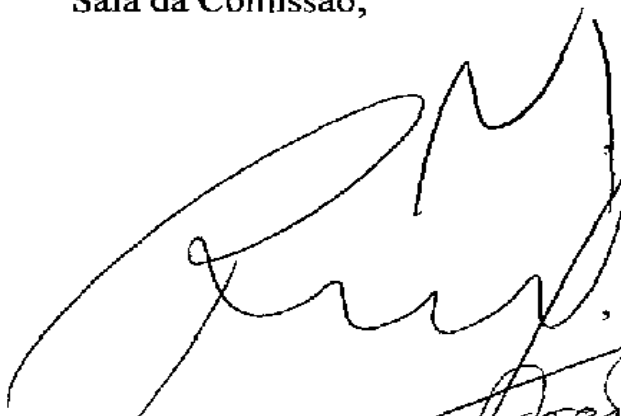
relação direta e estreita com o assunto que se procura esclarecer, requisitos integralmente observados.

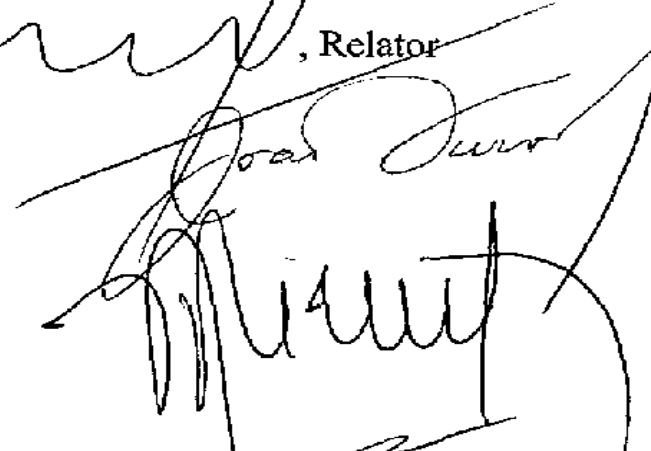
O requerimento sob análise se enquadra, portanto, nos dispositivos acima citados, podendo, portanto, ser deliberado no âmbito desta Mesa.

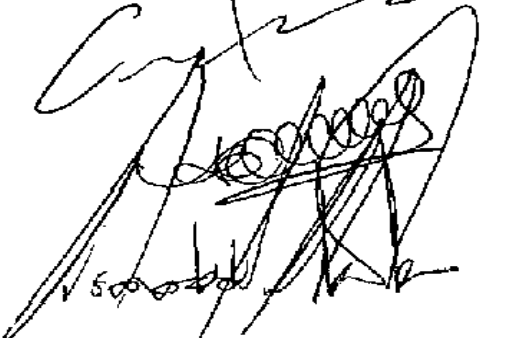
III – VOTO

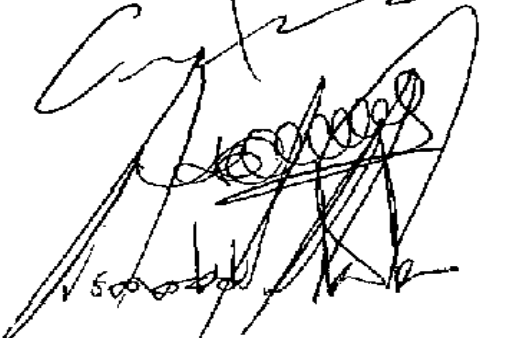
Pelo exposto votamos pela admissibilidade do Requerimento nº 585, de 2014, e pelo seu encaminhamento ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

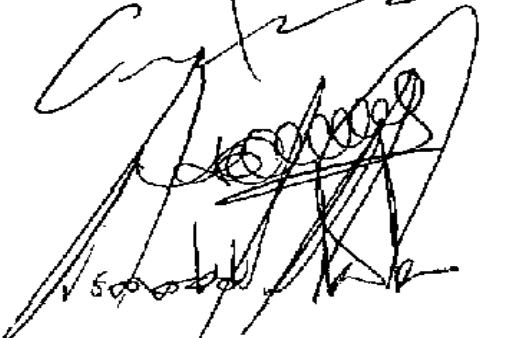
Sala da Comissão,


Presidente


, Relator







LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA **(CONSULTA FEITA AO SÍTIO DO PLANALTO EM 31/10/2014)**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.129-8, DE 26 DE ABRIL DE 2001.

Reeditada pela Mpv nº 2.129-9, de 2001

Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Roberto Brant

LEI Nº 11.196, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2005.

Mensagem de veto

(Regulamento)

Conversão da MPv nº 255, de 2005

Texto compilado

Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de

dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Antonio Palocci Filho
Luiz Fernando Furtan
Nelson Machado

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Texto original

Texto republicado em 11.4.1996

Texto compilado

Vide Decreto nº 3.048, de 1999

Atualizações decorrentes de normas de hierarquia inferior

Mensagem de veto

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

(Vide Lei nº 8.222, de 1991)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 38 (foi revogado pela Lei nº 11.941/2009).

Art. 39. O débito original e seus acréscimos legais, bem como outras multas previstas em lei, constituem dívida ativa da União, promovendo-se a inscrição em livro próprio daquela resultante das contribuições de que tratam as alíneas *a*, *b* e *c* do parágrafo único do art. 11 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007). (Vigência)

§ 1º (Revogado pela Lei nº 11.501/2007)

§ 2º É facultado aos órgãos competentes, antes de ajuizar a cobrança da dívida ativa de que trata o **caput** deste artigo, promover o protesto de título dado em garantia, que será recebido **pro solvendo**. (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007). (Vigência)

§ 3º Serão inscritas como dívida ativa da União as contribuições que não tenham sido recolhidas ou parceladas resultantes das informações prestadas no documento a que se refere o inciso IV do art. 32 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007). (Vigência)

FERNANDO COLLOR
Antonio Magri

LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002.

Conversão da MPv nº 2.176-79, de 2001
(Vide Medida Provisória nº 526, de 2011)
(Vide Lei nº 12.453, de 2011)
(Vide Lei nº 12.973, de 2014)

Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.

; os arts. 91, 93 e 94 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

Art. 40. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO
Pedro Malan

HENRIQUE

CARDOSO

LEI Nº 11.960, DE 29 DE JUNHO DE 2009.

Conversão da Medida Provisória nº 457, de 2009

Mensagem de veto

Altera e acresce dispositivos às Leis nºs 9.639, de 25 de maio de 1998, e 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios,

decorrentes de contribuições sociais de que tratam as alíneas a e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; bem como acresce dispositivo à Lei nº 5.830, de 22 de setembro de 1980, para simplificar o tratamento dado às cobranças judiciais da dívida ativa quando, da decisão que ordene o seu arquivamento, tiver decorrido o prazo prescricional; dá nova redação ao art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispensar a apresentação da Certidão Negativa de Débito em caso de calamidade pública ou para recebimento de recursos para projetos sociais, ao art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, para uniformizar a atualização monetária e dos juros incidentes sobre todas as condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, ao art. 19 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, para estender o prazo durante o qual o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes poderá utilizar recursos federais para executar obras de conservação, recuperação, restauração, construção e sinalização de rodovias transferidas para outros membros da Federação, e ao inciso II do art. 8º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, para prorrogar a data-limite para adesão pelos mutuários de créditos rurais inscritos em Dívida Ativa da União ao parcelamento dos seus débitos; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 96. Os Municípios poderão parcelar seus débitos e os de responsabilidade de autarquias e fundações municipais relativos às contribuições sociais de que tratam as alíneas a e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com vencimento até 31 de janeiro de 2009, após a aplicação do art. 103-A, em:

I – 120 (cento e vinte) até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais e consecutivas, se relativos às contribuições sociais de que trata a alínea a do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com redução de 100% (cem por cento) das multas moratórias e as de ofício, e, também, com redução de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora; e/ou

II – 60 (sessenta) prestações mensais e consecutivas, se relativos às contribuições sociais de que trata a alínea c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e às passíveis de retenção na fonte, de desconto de terceiros ou de sub-rogação, com redução de 100% (cem por cento) das multas moratórias e as de ofício, e, também, com redução de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora.

§ 1º Os débitos referidos no caput são aqueles originários de contribuições sociais e correspondentes obrigações acessórias, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento, inclusive aqueles parcelados na forma da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998.

§ 2º (VETADO)

§ 3º (Revogado).

§ 4º Caso a prestação não seja paga na data do vencimento, serão retidos e repassados à Receita Federal do Brasil recursos do Fundo de Participação dos Municípios suficientes para sua quitação.

§ 6º A opção pelo parcelamento deverá ser formalizada até o último dia útil do segundo mês subsequente ao da publicação desta Lei, na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de circunscrição do Município requerente, sendo vedada, a partir da adesão, qualquer retenção referente a débitos de parcelamentos anteriores incluídos no parcelamento de que trata esta Lei.

§ 7º Não se aplica aos parcelamentos de que trata este artigo o disposto no inciso IX do art. 14 e no § 2º do art. 14-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 8º Não constituem débitos dos Municípios aqueles considerados prescritos ou decadentes na forma da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, mesmo que eventualmente confessados em parcelamentos anteriores.

§ 9º A emissão de certidão negativa condicionada à regularização dos débitos de que trata este artigo ocorrerá em até 2 (dois) dias úteis após a formalização da opção pelo parcelamento e terá validade por 180 (cento e oitenta) dias ou até a conclusão do encontro de contas previsto no art. 103-A desta Lei, o que ocorrer primeiro.

§ 10. Para o início do pagamento dos débitos referidos no caput deste artigo, os Municípios terão uma carência de:

I – 6 (seis) meses para aqueles que possuem até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, contados da data a que se refere o § 6º;

II – 3 (três) meses para aqueles que possuem mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, contados da data a que se refere o § 6º." (NR)

"Art. 98.

I – 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), no mínimo, da média mensal da receita corrente líquida municipal, respeitados os prazos fixados nos incisos I e II do art. 96 desta Lei;

....." (NR)

"Art. 102.

I – à apresentação pelo Município, na data da formalização do pedido, do demonstrativo referente à apuração da Receita Corrente Líquida Municipal, na forma do disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, referente ao ano-calendário de 2008;

....." (NR)

"Art. 103-A. (VETADO)"

Art. 2º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 47.

.....

§ 6º

.....

d) o recebimento pelos Municípios de transferência de recursos destinados a ações de assistência social, educação, saúde e em caso de calamidade pública.

.....” (NR)

Art. 3º O art. 1º da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º:

Art. 1º

.....

§ 8º Os valores que não foram retidos tempestivamente passam a integrar o saldo do parcelamento, inclusive para cálculo das parcelas subsequentes.” (NR)

Art. 4º O art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 40.

.....

§ 5º A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4º deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda.” (NR)

Art. 5º O art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, introduzido pelo art. 4º da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.” (NR)

Art. 6º O art. 19 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, alterado pelo art. 13 da Lei nº 11.452, de 27 de fevereiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. Fica o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, que estava prevista na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, autorizado a utilizar, até 31 de dezembro de 2010, recursos federais para executar obras e serviços de conservação, manutenção, recuperação, restauração, construção, sinalização, supervisão, elaboração de estudos e projetos de engenharia, bem como a tutela do uso comum das respectivas faixas de domínio, compreendendo a fiscalização, regulação, operação, cobrança pelo uso da faixa e ressarcimento pelos danos causados nos trechos transferidos.

§ 1º As obras e serviços de que trata este artigo poderão ser executados independente de solicitação ou da celebração de convênios com as unidades da Federação, que foram contempladas com os trechos federais previstos na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002.

§ 2º Poderá o DNIT realizar os pagamentos pelas obras e serviços efetivamente realizados até 31 de maio de 2009 em virtude da autorização prevista neste artigo com a redação que lhe foi dada pela Medida Provisória nº 452, de 24 de dezembro de 2008, cuja vigência foi encerrada em 1º de junho de 2009." (NR)

Art. 7º O inciso II do art. 8º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º

II – permissão da renegociação do total dos saldos devedores das operações até 30 de setembro de 2009, mantendo-as em DAU, observadas as seguintes condições:

....." (NR)

Art. 8º O ato de entrega dos recursos correntes e de capital a outro ente da Federação, a título de transferência voluntária, nos termos do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, é caracterizado no momento da assinatura do respectivo convênio ou contrato de repasse, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, e não se confunde com as liberações financeiras de recurso, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto no convênio ou contrato de repasse.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. (VETADO)

Brasília, 29 de junho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guido Mantega

LEI Nº 12.810, DE 15 DE MAIO DE 2013.

Mensagem de Veto

Conversão da Medida Provisória nº 589, de 2012

Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991,

9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo da Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012.

Brasília, 15 de maio de 2013; 192^º da Independência e 125^º da República.

DILMA ROUSSEFF

Guido Mantega

(À publicação)

PARECER

Nº 930, DE 2014

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 588, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, que requer sejam solicitadas à Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres informações sobre o planejamento e execução das políticas públicas voltadas ao Estado do Amazonas para combate de casos de estupro e violência sexual contra a mulher.

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA

I – RELATÓRIO

O Requerimento nº 588, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, chega para análise da Mesa do Senado Federal. Por meio dele, a nobre parlamentar solicita à Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres informações sobre o planejamento e a execução de políticas públicas de combate aos casos de estupro e violência sexual contra a mulher no Estado do Amazonas.

Especificamente, indaga sobre: (1) as ações planejadas e executadas voltadas ao combate, redução e extinção do número alarmante de casos de estupro e violência sexual contra as mulheres, diariamente registrados no Estado do Amazonas; (2) a existência ou não de políticas públicas específicas para aquele Estado direcionadas ao combate, à redução e à extinção do número de casos de estupro e violência sexual contra as mulheres (caso inexistam políticas, pede informação sobre o planejamento para elaborá-las); (3) as parcerias entre Ministérios e Secretarias, da União, do Estado do Amazonas e dos municípios, para execução dessas políticas; e (5) o montante investido, por ano, no Estado do Amazonas, no período de

2003 a 2013, em políticas públicas de combate, redução e extinção do número de casos de estupro de mulheres.

Na justificção, a autora do Requerimento nº 588, de 2014, informa que os casos de violência sexual contra as mulheres e os estupros mais que dobraram no Estado do Amazonas nos últimos anos, segundo dados do Ministério da Justiça, que apontam para a existência de quatro estupros de mulheres por dia naquela unidade da Federação. Aduz, ainda, que, diante disso, “torna-se crucial a intervenção eficaz e rápida dos governos federal, estadual e municipais no planejamento, aplicação e execução de políticas públicas capazes de inibir, combater, diminuir e até mesmo extinguir os casos de violência sexual contra a mulher”.

II – ANÁLISE

Em termos constitucionais, o Requerimento nº 588, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, encontra respaldo no inciso X do art. 49, atinente à função fiscalizadora do Senado Federal, e no § 2º do art. 50 da Constituição Federal.

Está em consonância com o que dispõem os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), pois se dirige a Ministro de Estado; as informações solicitadas têm relação estreita e direta com o assunto que procura esclarecer; não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo, nem indaga sobre propósito da autoridade a quem é dirigido.

Ademais, satisfaz os requisitos estabelecidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que *regulamenta a tramitação de requerimento de informação*.

Nesse sentido, entendemos que a proposição está em conformidade com as normas e busca esclarecimentos sobre as políticas implementadas no Estado do Amazonas direcionadas ao combate dessa tragédia social que é a violência contra a mulher.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela **aprovação** do Requerimento nº 588, de 2014.

Sala de Reuniões,

Presidente

, Relatora

(À publicação)

PARECER Nº 931, DE 2014

Da MESA DO SENADO FEDERAL,
sobre o Requerimento nº 663, de 2014.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 663, de 2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal c/c os artigos 215, I, a, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, postula que o Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego preste informações, acompanhadas dos respectivos documentos de comprovação a respeito de “Relatório detalhado sobre a situação do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, incluindo a evolução de seu balanço nos últimos cinco anos, o detalhamento das receitas e despesas nos últimos cinco anos, as projeções para os próximos cinco anos e a cópia integral do processo que autorizou ao Codefat usar o excedente da reserva mínima obrigatória.”

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 663, de 2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, cuida da pretensão de que o Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego preste informações, acompanhadas dos respectivos documentos de comprovação a respeito de “Relatório detalhado sobre a situação do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, incluindo a

evolução de seu balanço nos últimos cinco anos, o detalhamento das receitas e despesas nos últimos cinco anos, as projeções para os próximos cinco anos e a cópia integral do processo que autorizou ao Codelat usar o excedente da reserva mínima obrigatória.”

A justificativa trazida é por demais preocupante e tem a força necessária para atrair o deferimento da pretensão.

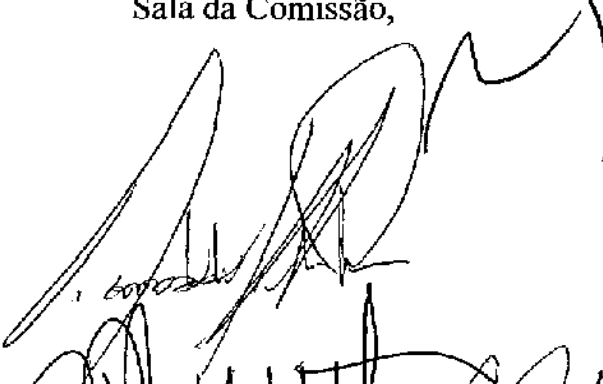
O digno Senador por São Paulo deixa claro que as informações solicitadas “procuram identificar problemas com a má gestão do FAT, que é um patrimônio do trabalhador brasileiro. Suas reservas vêm sendo exauridas ano após ano e correm o risco de zerar nos próximos cinco anos”.

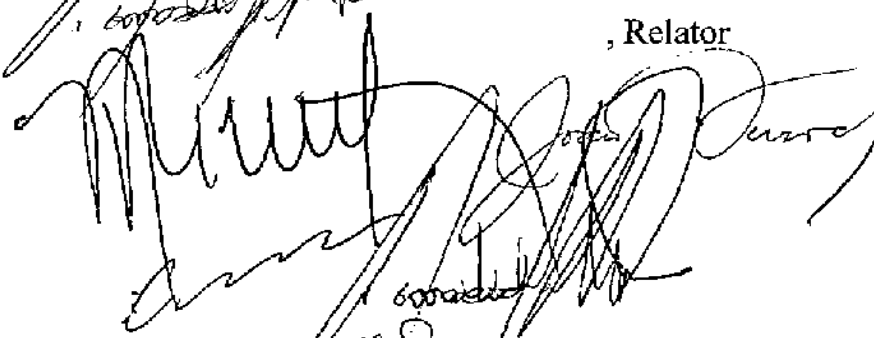
III – VOTO

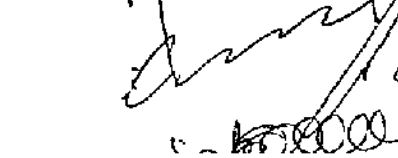
Não há dúvida, portanto, que o Requerimento nº 663, de 2014 vem devidamente fundamentado e as razões que o motivam são de ordem constitucional e atendem diretamente o interesse público e principalmente do trabalhador brasileiro.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 663, de 2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Sala da Comissão,

 , Presidente

 , Relator



(À publicação)

PARECER

Nº 932, DE 2014

Da MESA DO SENADO FEDERAL,
sobre o Requerimento nº 672, de 2014.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 672, de 2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal c/c os artigos 215, I, a, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, postula que o Senhor Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República “providencie, junto a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, informações acompanhadas dos documentos comprobatórios: - cópia de todas as Atas das reuniões do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) a partir de janeiro de 2011; - cópia de todas as Atas das reuniões do Conselho de Administração da EBC a partir de janeiro de 2011; - lista de

todos os contratos firmados co a EBC com toda e qualquer pessoa jurídica (incluindo ONGs e OSCIPs), valor repassado a cada ente e objeto do repasse.”

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 672, de 2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, cuida da pretensão de que o Senhor Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República “providencie, junto a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, informações acompanhadas dos documentos comprobatórios: - cópia de todas as Atas das reuniões do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) a partir de janeiro de 2011; - cópia de todas as Atas das reuniões do Conselho de Administração da EBC a partir de janeiro de 2011; - lista de todos os contratos firmados co a EBC com toda e qualquer pessoa jurídica (incluindo ONGs e OSCIPs), valor repassado a cada ente e objeto do repasse.”

Os motivos que abrigam a pretensão são por demais importantes e merecem a atenção da sociedade, mormente depois da efetivação do princípio da transparência do ato público.

O nobre Senador por São Paulo esclarece que o Congresso precisa “aferir se a política de comunicação social do governo está de acordo com os ditames” fulcrados em princípios constitucionais.

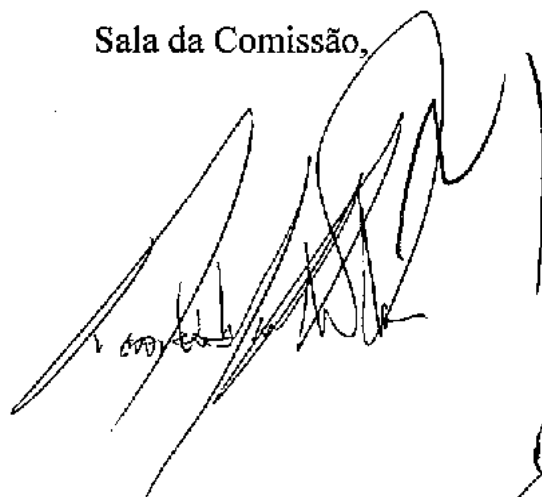
Reforça Sua Excelência que: “Tal requerimento torna-se ainda mais premente visto que, de maneira completamente extemporânea, a secretaria executiva da EBC elaborou norma interna que prevê aplicação de sigilo a determinados documentos da estatal, com prazo de divulgação de até 100 anos. Tal fato não tem precedente, nem no regime militar, quanto mais na democracia. Tal ação tem caráter claramente antidemocrático e fere os interesses da sociedade civil que tem o direito de saber como age tal empresa e como são gastos seus recursos oriundos dos impostos de todos os brasileiros.”.

III – VOTO

Não há dúvida, portanto, que o Requerimento nº 672, de 2014 vem devidamente fundamentado e as razões que o motivam são de ordem constitucional e atendem diretamente o interesse público e principalmente ao vetor constitucional de transparência dos atos da Administração Pública.

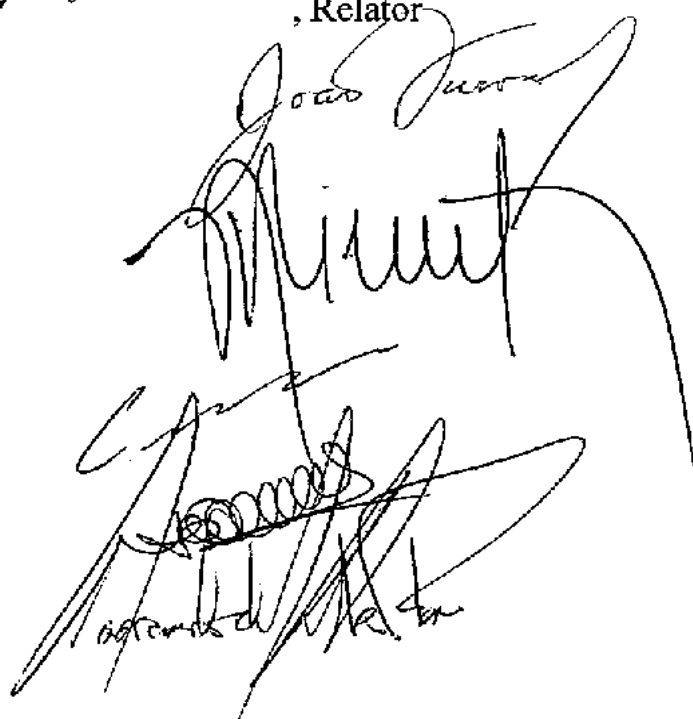
Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 672, de 2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator



(À publicação)

PARECER

Nº 933, DE 2014

Da MESA DO SENADO FEDERAL,
sobre o Requerimento nº 705, de 2014.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 705, de 2014, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e do artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, postula seja ouvido o Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia sobre “todas as permissões de lavra e autorizações de pesquisa cujas jazidas se localizem total ou parcialmente no Estado de Roraima.”

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 705, de 2014, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, cuida em postular seja ouvido o Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia sobre “todas as permissões de lavra e autorizações de pesquisa cujas jazidas se localizem total ou parcialmente no Estado de Roraima.”

A matéria vem devidamente instruída e se faz acompanhar de justificativa plausível e sólida, sendo apresentado como um dos fundamentos legais o poder-dever de fiscalização do Legislativo (art. 49, X, da Carta Magna).

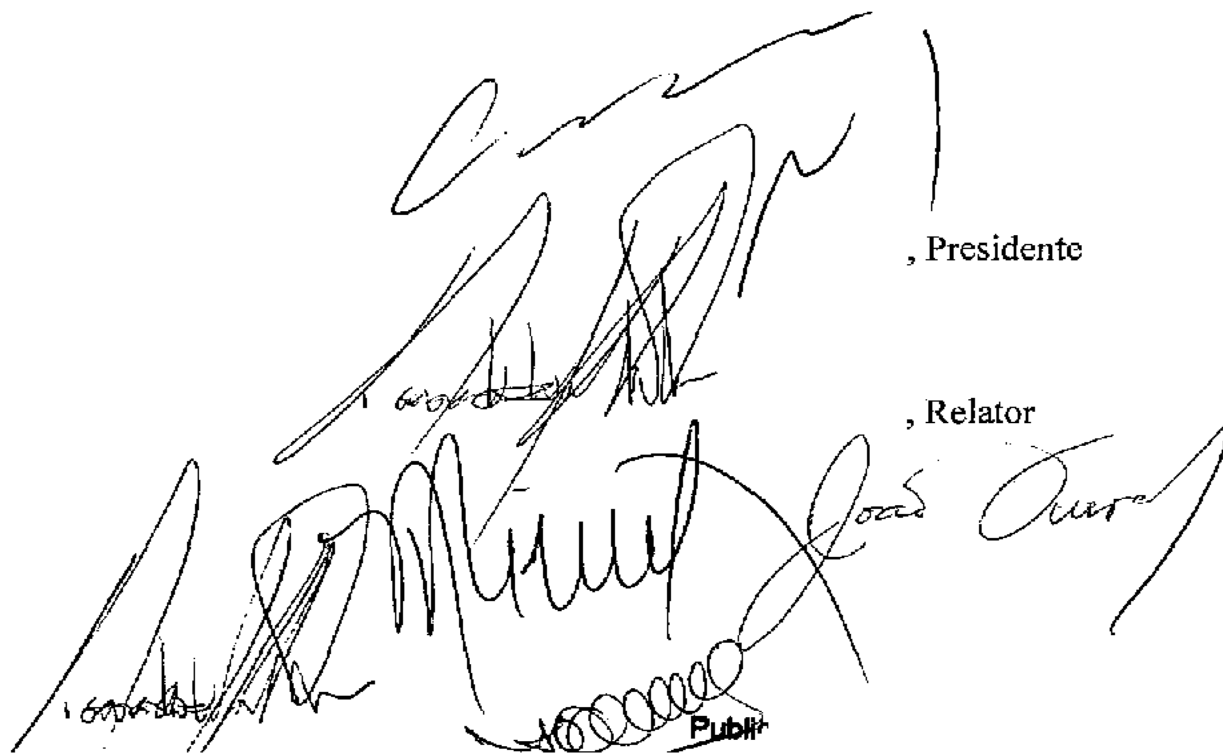
Reforça a autoridade postulante que “o Estado de Roraima é um dos mais abundantes em termos de jazidas minerais, inclusive com os chamados minérios de terceira geração, utilizados por empresas de alta tecnologia, legando a este importância estratégica nesta área.”

III – VOTO

Não há dúvida, portanto, que o Requerimento nº 705, de 2014 vem devidamente fundamentado e as razões que o motivam são de ordem constitucional e atendem diretamente o interesse público e o do Estado que tão bem representa o nobre Senador requerente.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 705, de 2014, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

Publi

(À publicação)

PARECER Nº 934, DE 2014

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 706, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, que nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado como os arts 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, informações sobre a efetiva fiscalização e controle de aeronaves de pequeno porte, que atuam transportando pessoas e bens, clandestinamente, como se fossem empresas de taxi aéreo.

RELATOR: Senador **ROMERO JUCÁ**

I – RELATÓRIO

A Senadora Vanessa Grazziotin, nos termos art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal encaminhou a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 706, de 2014, dirigido ao Exmo. Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil, no qual pede, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil, informações sobre:

- a) planejamento, metodologia e sistemática adotados pela ANAC quanto à fiscalização de pilotos, aeronaves, proprietários e empresas atuando no transporte aéreo no Estado do Amazonas;
- b) dados estatísticos de operações de fiscalização realizadas no Estado do Amazonas; e
- c) informações sobre requisitos regulamentares de manutenção de aeronaves.

II – ANÁLISE

A Constituição Federal, no seu art. 49, inciso X, atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo.

Nesse sentido, o Requerimento analisado insere-se na competência do Congresso Nacional em acompanhar a atuação da Secretaria de Aviação Civil, bem como da Agência Nacional de Aviação Civil, a ela vinculada.


O Requerimento atende, também, às exigências dos arts. 215, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, e ao disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que trata dos requerimentos de informações.


Em conclusão, entendemos que o RQS nº 706, de 2014, encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado.


III – VOTO

A partir do exposto, opinamos pela **APROVAÇÃO** do RQS nº 706, de 2014.

Sala de Reuniões,


Presidente


Relator


Membro

(À publicação)

PARECER

Nº 935, DE 2014

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 774, de 2014, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que *solicita informações ao senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a venda de um terreno do BNDES, localizado em Brasília.*

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA

I – RELATÓRIO

Por meio do Requerimento nº 774, de 2014, o Senador Aloysio Nunes Ferreira requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior providências no sentido de obter, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e encaminhar a esta Casa, as seguintes informações documentais:

Cópia integral do processo que ensejou a venda de terreno do BNDES, localizado no Setor de Autarquias Norte, em Brasília/DF, incluindo os estudos que justificaram a venda, os pareceres técnicos e jurídicos, os laudos de avaliação, o edital de concorrência, assim como os demais procedimentos licitatórios.

Na justificação que apresenta, o autor da iniciativa argumenta que, tanto a revista *Veja*, na edição de 21 de julho último, quanto o jornal *Correio Braziliense*, na edição de 25 de julho, publicaram “matérias tratando da venda de um terreno, localizado em Brasília e de propriedade do BNDES, que poderia ter gerado aos cofres públicos um prejuízo de mais de R\$ 230 milhões”.

Informa ainda Sua Excelência que, nos termos das mencionadas matérias jornalísticas, “há vários indícios de irregularidades na transação, sendo a principal delas a subvalorização do imóvel”.

Segundo o Correio Braziliense:

“O terreno de 9 mil metros quadrados foi avaliado pela S4A em R\$ 45,9 milhões e arrematado pela AJS Empreendimentos e Participações por R\$ 51,5 milhões. Duas avaliações independentes mostram, no entanto, que o valor de mercado do imóvel no Setor de Autarquias Norte varia entre R\$ 285 milhões e R\$ 291 milhões. Com isso, o negócio representaria, no mínimo, um prejuízo de R\$ 234 milhões aos cofres públicos.

Haveria indícios de diversas irregularidades na maneira como a S4A avaliou o terreno e suas potencialidades. O certame foi realizado três dias antes do feriado de Páscoa, em abril, o que comprometeria a ampla competitividade.

Para fazer a aferição de valor, a consultoria cobrou R\$ 2.420, quando o padrão é que se cobre 1% do valor do imóvel. Ou seja, para um terreno de R\$ 45 milhões, a avaliação custaria quase R\$ 460 mil. A AJS declarou um capital social de apenas R\$ 1 mil, incompatível com a capacidade necessária para adquirir o terreno. Além disso, a empresa não funciona no endereço declarado.”

A seu turno, a revista Veja informa que:

“O lote foi arrematado pela AJS Empreendimentos e Participações, cujo dono é o empresário Álvaro José da Silveira, membro do conselho de administração da Brasil Pharma, conglomerado que reúne algumas das maiores redes de farmácias do país. Uma coincidência, em especial, intriga os auditores: o engenheiro que assina o laudo encomendado pelo BNDES, Ricardo Caiuby Salles, é irmão de uma diretora da mesma Brasil Pharma.”

As suspeitas de irregularidades na transação seriam tão fortes que “o Tribunal de Contas da União – TCU decidiu por abrir um processo de investigação e embargar a transferência do terreno até que sejam esclarecidas as condições do negócio”.

Nesse passo, Sua Excelência aduz que o Requerimento que apresenta “tem por objetivo esclarecer as condições em que foram feitas as

negociações para a venda desse terreno, a fim de evitar prejuízos de tão alta repercussão aos cofres públicos”.

II – ANÁLISE

A proposição encontra fundamento no disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

Estão atendidas as condições estabelecidas no art. 216, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), combinado com o art. 2º, inciso I, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, segundo os quais os requerimentos de informação serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto atinente à competência fiscalizadora desta Casa, vedada a inclusão de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

III – VOTO

Em face do exposto, voto pela **aprovação** do Requerimento nº 774, de 2014.

Sala de Reuniões,

, Presidente

Relatora

(À publicação)

PARECER

Nº 936, DE 2014

Da MESA DO SENADO FEDERAL,
sobre o Requerimento nº 775, de 2014.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 775, de 2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 49, X e 50, § 2º, da Constituição Federal c/c os artigos 215, I, e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, postula que o Senhor Ministro de Estado da Fazenda responda a duas questões, uma primeira relativa “à carteira de crédito imobiliário da Caixa Econômica Federal” e a segunda sobre “o benefício médio real da Previdência”

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 775, de 2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, cuida em postular ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda que responda a duas questões, uma primeira relativa “à carteira de crédito imobiliário da Caixa Econômica Federal” e a segunda sobre “o benefício médio real da Previdência”.

A justificativa apresentada está embasada no preceito constitucional do poder-dever de fiscalização do Congresso Nacional de “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.” (art. 49, X)

Além disso, o respeitável senador paulista e requerente, informa que “no exame das contas do Ministério da Previdência Social de 2013 e 2014 foram observados dados inconsistentes; já na análise das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal foi observada mudança abrupta na classificação de risco de expressivos segmentos da carteira imobiliária.”

III – VOTO

Não há dúvida, portanto, que o Requerimento nº 775, de 2014 vem devidamente fundamentado e as razões que o motivam são de ordem constitucional e atendem diretamente o interesse público e principalmente ao esclarecimento de dúvidas que pairam sobre dados fundamentais para o resultado primário da União.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 775, de 2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

(À publicação)

PARECER

Nº 937, DE 2014

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 781, de 2014, de autoria do Senador RICARDO FERRAÇO, que requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), instituído pela Lei nº 11.491, de 2007.

RELATOR: Senador ROMERO JUCÁ

I – RELATÓRIO

O Senador RICARDO FERRAÇO, com base no art. 50, § 2º, da Carta Magna, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), instituído pela Lei nº 11.491, de 2007.

Segundo Sua Excelência, o Requerimento justifica-se pela competência exclusiva do Congresso Nacional de “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

Neste sentido requer informações sobre o relatório de gestão, investimentos, e a própria administração do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), que tem por objetivo aplicar recursos do FGTS em “*investimentos em empreendimentos dos setores de aeroportos, energia, rodovia, ferrovia, hidrovia, porto e saneamento, de acordo com as diretrizes, critérios e condições que dispuser o Conselho Curador do FGTS*”.

II – ANÁLISE

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais referentes a pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo. Igualmente, atende os requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que se encontra dirigido a autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma. Atende, ainda, à competência fiscalizadora da Administração Pública pelo Parlamento.

III – VOTO

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 781, de 2014.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

The image shows several handwritten signatures in black ink. The top signature is large and stylized, followed by a smaller one. Below these are several other signatures, some of which are more complex and overlapping. The signatures are written over the text of the document, specifically over the names of the President and the Reporter.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
.....**LEI Nº 11.491, DE 20 DE JUNHO DE 2007.**

Institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências.

Mensagem de veto**Conversão da MPv nº 349, de 2007**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

~~Art. 1º Fica criado o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, caracterizado pela aplicação de recursos do FGTS, destinado a investimentos em empreendimentos dos setores de energia, rodovia, ferrovia, hidrovia, porto e saneamento, de acordo com as diretrizes, critérios e condições que dispuser o Conselho Curador do FGTS.~~

Art. 1º Fica criado o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, caracterizado pela aplicação de recursos do FGTS, destinado a investimentos em empreendimentos dos setores de aeroportos, energia, rodovia, ferrovia, hidrovia, porto e saneamento, de acordo com as diretrizes, critérios e condições que dispuser o Conselho Curador do FGTS. (Redação dada pela Lei nº 12.873, de 2013)

§ 1º O FI-FGTS terá patrimônio próprio, segregado do patrimônio do FGTS, e será disciplinado por instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

§ 2º A administração e a gestão do FI-FGTS serão da Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador do FGTS, cabendo ao Comitê de Investimento - CI, a ser constituído pelo Conselho Curador do FGTS, a aprovação dos investimentos.

§ 3º Na hipótese de extinção do FI-FGTS, o seu patrimônio total será distribuído aos cotistas na proporção de suas participações, observado o disposto no inciso VIII do caput do art. 7º e no § 8º do art. 20, ambos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, com a redação dada por esta Lei.

Art. 2º Fica autorizada a aplicação de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) do patrimônio líquido do FGTS para integralização de cotas do FI-FGTS.

~~Parágrafo único. Após a aplicação integral dos recursos de que trata o caput deste artigo, poderá a Caixa Econômica Federal propor ao Conselho Curador do FGTS a aplicação sucessiva de parcelas adicionais de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) cada até ser~~

~~atingido o valor limite equivalente a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2006.~~

Parágrafo único. Após a aplicação integral dos recursos de que trata o **caput** deste artigo, poderá a Caixa Econômica Federal propor ao Conselho Curador do FGTS a aplicação sucessiva de parcelas adicionais de até R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) cada, até ser atingido o valor limite equivalente a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro do exercício anterior àquele em que se der a autorização para a integralização das cotas. (Redação dada pela lei nº 12.087, de 2009)

Art. 3º A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º

XIII - em relação ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS:

- a) aprovar a política de investimento do FI-FGTS por proposta do Comitê de Investimento;
- b) decidir sobre o reinvestimento ou distribuição dos resultados positivos aos cotistas do FI-FGTS, em cada exercício;
- c) definir a forma de deliberação, de funcionamento e a composição do Comitê de Investimento;
- d) estabelecer o valor da remuneração da Caixa Econômica Federal pela administração e gestão do FI-FGTS, inclusive a taxa de risco;
- e) definir a exposição máxima de risco dos investimentos do FI-FGTS;
- f) estabelecer o limite máximo de participação dos recursos do FI-FGTS por setor, por empreendimento e por classe de ativo, observados os requisitos técnicos aplicáveis;
- g) estabelecer o prazo mínimo de resgate das cotas e de retorno dos recursos à conta vinculada, observado o disposto no § 19 do art. 20 desta Lei;
- h) aprovar o regulamento do FI-FGTS, elaborado pela Caixa Econômica Federal; e
- i) autorizar a integralização de cotas do FI-FGTS pelos trabalhadores, estabelecendo previamente os limites globais e individuais, parâmetros e condições de aplicação e resgate." (NR)

"Art. 7º

IX - garantir aos recursos alocados ao FI-FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas, na forma do caput do art. 13 desta Lei.

....." (NR)

"Art. 20.

XVII - integralização de cotas do FI-FGTS, respeitado o disposto na alínea i do inciso

XIII do caput do art. 5º desta Lei, permitida a utilização máxima de 10% (dez por cento) do saldo existente e disponível na data em que exercer a opção.

§ 8º As aplicações em Fundos Mútuos de Privatização e no FI-FGTS são nominativas, impenhoráveis e, salvo as hipóteses previstas nos incisos I a XI e XIII a XVI do caput deste artigo, indisponíveis por seus titulares.

§ 13. A garantia a que alude o § 4º do art. 13 desta Lei não compreende as aplicações a que se referem os incisos XII e XVII do caput deste artigo.

§ 14. Ficam isentos do imposto de renda:

I - a parcela dos ganhos nos Fundos Mútuos de Privatização até o limite da remuneração das contas vinculadas de que trata o art. 13 desta Lei, no mesmo período; e

II - os ganhos do FI-FGTS e do Fundo de Investimento em Cotas - FIC, de que trata o § 19 deste artigo.

§ 15. A transferência de recursos da conta do titular no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em razão da aquisição de ações, nos termos do inciso XII do caput deste artigo, ou de cotas do FI-FGTS não afetará a base de cálculo da multa rescisória de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 18 desta Lei.

§ 19. A integralização das cotas previstas no inciso XVII do caput deste artigo será realizada por meio de Fundo de Investimento em Cotas - FIC, constituído pela Caixa Econômica Federal especificamente para essa finalidade.

§ 20. A Comissão de Valores Mobiliários estabelecerá os requisitos para a integralização das cotas referidas no § 19 deste artigo, devendo condicioná-la pelo menos ao atendimento das seguintes exigências:

I - elaboração e entrega de prospecto ao trabalhador; e

II - declaração por escrito, individual e específica, pelo trabalhador de sua ciência quanto aos riscos do investimento que está realizando." (NR)

Art. 4º (VETADO)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de junho de 2007; 186ª da Independência e 119ª da República

LUÍZ
Guído
Luiz Marinho

INÁCIO

LULA

DA

SILVA
Mantega

Este texto não substitui o publicado no DOU de 21.6.2007 e retificado no DOU de 16.8.2007

(À publicação)

PARECER Nº 938, DE 2014

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 799, de 2014, que solicita à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre processo de cadastramento de entidade consignatária.

RELATOR: Senador ROMERO JUCÁ

I – RELATÓRIO

O Senador ROBERTO REQUIÃO, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentou o Requerimento nº 799, de 2014, no qual solicita à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre o Processo nº 05100.002113/2014-49, que trata do cadastramento da Cooperativa de Crédito dos Empresários da Grande Curitiba e Campos Gerais (Sicoob Sul) como entidade consignatária, nos termos do art. 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008, e que se encontra em andamento no Departamento de Gestão de Pessoal Civil e Carreiras Transversais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Segundo o autor da proposição, o referido cadastramento é condição sem a qual a Sicoob Sul não pode exercer as atividades para as quais está autorizada pelo Banco Central do Brasil e dar aos servidores públicos federais dos Estados do Paraná e de Santa Catarina a assistência que vinha sendo prestada pela Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores da União no Paraná e Santa Catarina (Federalcred Sul), entidade que foi incorporada à Sicoob Sul em fevereiro deste ano.

Nos termos do art. 216, III, do RISF e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

O art. 216 do RISF dispõe que os pedidos de informações, previstos no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora; não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija; e, lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão.

A questão formulada não envolve informações de caráter sigiloso sobre operações ativas e passivas de instituições financeiras, conforme definido no art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001.

A proposição se enquadra, portanto, nos dispositivos constitucionais e regimentais pertinentes, bem como nos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de 2001, cabendo a esta Mesa a decisão em caráter terminativo.

III – VOTO

Pelas razões acima expostas, manifesto-me pelo encaminhamento do Requerimento nº 799, de 2014, à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA



Presidência da República **Casa Civil** **Subchefia para Assuntos Jurídicos**

Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.

§ 1º São consideradas instituições financeiras, para os efeitos desta Lei Complementar:

- I – os bancos de qualquer espécie;
- II – distribuidoras de valores mobiliários;
- III – corretoras de câmbio e de valores mobiliários;
- IV – sociedades de crédito, financiamento e investimentos;
- V – sociedades de crédito imobiliário;
- VI – administradoras de cartões de crédito;
- VII – sociedades de arrendamento mercantil;
- VIII – administradoras de mercado de balcão organizado;
- IX – cooperativas de crédito;
- X – associações de poupança e empréstimo;
- XI – bolsas de valores e de mercadorias e futuros;
- XII – entidades de liquidação e compensação;

XIII – outras sociedades que, em razão da natureza de suas operações, assim venham a ser consideradas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º As empresas de fomento comercial ou factoring, para os efeitos desta Lei Complementar, obedecerão às normas aplicáveis às instituições financeiras previstas no § 1º.

§ 3º Não constitui violação do dever de sigilo:

I – a troca de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais, inclusive por intermédio de centrais de risco, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

II – o fornecimento de informações constantes de cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes, a entidades de proteção ao crédito, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

III – o fornecimento das informações de que trata o § 2º do art. 11 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996;

IV – a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa;

V – a revelação de informações sigilosas com o consentimento expresso dos interessados;

VI – a prestação de informações nos termos e condições estabelecidos nos artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9 desta Lei Complementar.

§ 4º A quebra de sigilo poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, e especialmente nos seguintes crimes:

I – de terrorismo;

II – de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;

III – de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado a sua produção;

IV – de extorsão mediante seqüestro;

V – contra o sistema financeiro nacional;

VI – contra a Administração Pública;

VII – contra a ordem tributária e a previdência social;

VIII – lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores;

IX – praticado por organização criminosa.

(À publicação)

PARECER

Nº 939, DE 2014

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 801, de 2014, de autoria do Senador Kaká Andrade, que *solicita informações ao Ministro de Estado dos Transportes sobre as obras de adequação e melhoria da Rodovia BR-101/SE.*

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA

I – RELATÓRIO

Por meio do Requerimento nº 801, de 2014, o Senador Kaká Andrade requer que sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre as obras de adequação e melhoria da Rodovia BR-101/SE, no trecho entre o km zero o km 77,3.

Ao trazer um panorama do andamento das obras, o Senador informa que os trabalhos no trecho entre o km zero e o km 40 tiveram seu contrato com a empresa EGESA/EMSA rescindido. Nesse trecho foram executados menos da metade dos serviços previstos.

Quanto ao segmento entre o km 40 e o km 77,3, cuja execução estava inicialmente sob a responsabilidade do 4º Batalhão de Engenharia e Construção (4º BEC) do Exército Brasileiro, o autor esclarece que o trecho foi devolvido pelo Exército ao DNIT sem que tenha sido concluído e que, atualmente, o 4º BEC está responsável pelas obras entre o km 40 e o km 51,7 e que o Consórcio Vilasa/Mac/Pavotec foi recentemente contratado para executar as obras remanescentes entre os km 51,7 e 77,3.

Segundo o autor, as condições em que se apresenta o trecho em obras, segmentado em diversas frentes de serviço, com mato alto junto

à pista, acostamento em desnível, sinalização insatisfatória, diversos desvios, dentre outras interferências prejudicam o tráfego.

Assevera ainda que a demora na conclusão dos serviços impõe à população e aos usuários da rodovia alto custo social, seja pelo aumento do tempo de viagem, do consumo de combustíveis ou da estatística de acidentes.

Além disso, com a paralisação das obras, é possível que diversos serviços já executados e pagos tenham necessidade de ser refeitos, o que pode representar prejuízo ao Erário.

São esses os motivos que justificam o pedido de informações sobre o andamento da obra no que se refere a: segurança viária, frentes de serviço, prejuízo técnico ou financeiro causado pelo abandono da obra, suficiência de recursos para conclusão da obra, contratos vigentes e prazo para conclusão e abertura ao tráfego.

II – ANÁLISE

A proposição encontra fundamento no disposto no art. 49, inciso X, que declara a competência do Congresso Nacional para fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, como também, no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

Estão atendidas as condições estabelecidas no art. 216, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), combinado com o art. 2º, inciso I, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, segundo os quais os requerimentos de informação serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto atinente à competência fiscalizadora desta Casa, vedada a inclusão de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

III – VOTO

Em face do exposto, voto pela **aprovação** do Requerimento nº 801, de 2014.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relatora

(À publicação)

PARECER

Nº 940, DE 2014

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 842, de 2014, do Senador Ataídes Oliveira, em que *requer, com fundamento no art. 50º, parágrafo 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 217* informações ao Ministro de Estado da Educação acerca do Pronatec e outros assuntos relacionados.

RELATOR: Senador **ROMERO JUCÁ**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento (RQS) nº 842, de 2014, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, em que *requer, com fundamento no art. 50º §2º da Constituição Federal combinado com artigos 215 e 216 do Regimento Interno*, informações ao Ministro de Estado da Educação.

O presente requerimento pretende obter informações sobre o relatório 201406282 da CGU que, segundo notícias veiculadas pela Folha de São Paulo do dia 19/10/2014, apresenta falhas na gestão do Pronatec – Programa nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Diante dos fatos noticiados, o Excelentíssimo Senador busca, ainda, esclarecimentos quanto aos valores aplicados no programa desde sua criação, quantias repassadas ao sistema “S” e os termos do “Acordo gratuidade”, quais as condições para repasse dos recursos, tais como assiduidade dos alunos e comprovação desta, bem como a causa da não implementação das recomendações da CGU nos relatórios das auditorias anuais de contas de 2011 e 2013.

II – ANÁLISE

A Constituição Federal, no seu art. 49, inciso X, atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Em conclusão, consideramos que o Requerimento se encontra de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, atendendo, também, às exigências dos arts. 215, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal.

Relativamente ao mérito, não há o que obstar, uma vez que todos os questionamentos formulados são pertinentes ao papel fiscalizador do Congresso Nacional perante as ações do Poder Executivo.

III – VOTO

Do exposto, manifestamo-nos pelo acolhimento do Requerimento nº 842, de 2014.

Sala da Mesa do Senado Federal,

Presidente

Relator

(À publicação)

DEFERIMENTOS

Em sua 9ª Reunião, realizada no dia 25 de novembro de 2014, a Mesa do Senado Federal deliberou sobre as seguintes matérias:

• Pelo deferimento dos **Requerimentos de Informação nº 221, 585, 588, 663, 672, 705, 706, 774, 775, 781, 799, 801, 842**, todos de 2014, nos termos de seus relatórios;

ABERTURA DE PRAZO

• Pela aprovação do parecer favorável ao **Projeto de Resolução do Senado nº 19, de 2014**, que cria, nas dependências do Senado Federal, o Espaço do Ciclista, com infraestrutura física e operacional de apoio aos trabalhadores que utilizam bicicleta como meio de transporte;

– Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 927, de 2014**, da Mesa do Senado Federal referente ao Projeto de Resolução nº 19, de 2014.

– Fica aberto o prazo de 5 dias úteis para apresentação de emendas perante à Mesa.

APROVAÇÕES

• Pela aprovação dos **Requerimentos nºs 817, 818, 871, de 2014**, de tramitação conjunta, de matérias abaixo relacionadas, agrupadas da seguinte forma:

– O **Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2014**, e o projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2014, passam a tramitar em conjunto e vão sucessivamente à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH e à Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE;

– O **Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2013**, e o Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2010, passam a tramitar em conjunto, retornando as matérias à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, à qual caberá emitir decisão terminativa;

– As **Propostas de Emenda à Constituição nº 8, de 2009**, e **nº 2, de 2014**, passam a tramitar em conjunto e vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ;

Serão cumpridas as determinações da Mesa.

OFÍCIOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**OFÍCIO “S”
Nº 29, DE 2014**

Of. n. 225/14/PS-GSE

Brasília, 26 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o incluso Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 11/14, encaminhado por meio da Mensagem nº 219/2014 (PDC nº 2.146, de 2009, nesta Casa), que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 23 de julho de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV Tocantins Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Anápolis, Estado de Goiás”.

Atenciosamente,


Deputado MARCIO BITTAR

Primeiro-Secretário

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

OFÍCIO “S” Nº 30, DE 2014

Of. n. 226/14/PS-GSE

Brasília, 26 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa
Jornalística e de Radiodifusão - CAC**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o incluso Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 12/14, encaminhado por meio da Mensagem nº 219/2014 (PDC nº 2.458, de 2006, nesta Casa), que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 23 de julho de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Riviera Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio Verde, Estado de Goiás”.

Atenciosamente,


Deputado MARCIO BITTAR
Primeiro-Secretário

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

OFÍCIO “S” Nº 31, DE 2014

Of. n. 227/14/PS-GSE

Brasília, 26 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa
Jornalística e de Radiodifusão - CAC**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o incluso Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 13/14, encaminhado por meio da Mensagem nº 219/2014 (PDC nº 2.661, de 2010, nesta Casa), que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 23 de julho de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da SPC Sistema Paranaíba de Comunicação Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itumbiara, Estado de Goiás”.

Atenciosamente,


Deputado MARCIO BITTAR
Primeiro-Secretário

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

OFÍCIO “S” **Nº 32, DE 2014**

Of. n. 228/14/PS-GSE

Brasília, 26 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa
Jornalística e de Radiodifusão - CAC**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o incluso Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 14/14, encaminhado por meio da Mensagem nº 219/2014 (PDC nº 2.980, de 2003, nesta Casa), que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 23 de julho de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Anhanguera de Araguaína Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Araguaína, Estado do Tocantins”.

Atenciosamente,


Deputado MARCIO BITTAR
Primeiro-Secretário

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

OFÍCIO “S” Nº 33, DE 2014

Of. n. 229/14/PS-GSE

Brasília, 26 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa
Jornalística e de Radiodifusão - CAC**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o incluso Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 15/14, encaminhado por meio da Mensagem nº 219/2014 (PDC nº 2.862, de 2003, nesta Casa), que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 23 de julho de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Rio Formoso Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Gurupi, Estado do Tocantins”.

Atenciosamente,


Deputado MARCIO BITTAR
Primeiro-Secretário

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

OFÍCIO “S” Nº 34, DE 2014

Of. n. 230/14/PS-GSE

Brasília, 26 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa
Jornalística e de Radiodifusão - CAC**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o incluso Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 16/14, encaminhado por meio da Mensagem nº 219/2014, que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 23 de julho de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV Luziânia Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Luziânia, Estado de Goiás”.

Atenciosamente,


Deputado MARCIO BITTAR
Primeiro-Secretário

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

OFÍCIO “S” Nº 35, DE 2014

Of. n. 231/14/PS-GSE

Brasília, 26 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa
Jornalística e de Radiodifusão - CAC**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o incluso Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 17/14, encaminhado por meio da Mensagem nº 219/2014 (PDC nº 151, de 1989, nesta Casa), que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 23 de julho de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Planalto Central Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Município de Porangatu, Estado de Goiás”.

Atenciosamente,


Deputado MARCIO BITTAR

Primeiro-Secretário

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

OFÍCIO “S” Nº 36, DE 2014

Of. n. 232/14/PS-GSE

Brasília, 26 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa
Jornalística e de Radiodifusão - CAC**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o incluso Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 18/14, encaminhado por meio da Mensagem nº 219/2014 (PDC nº 1.055, de 2003, nesta Casa), que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 23 de julho de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Naipi Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná”.

Atenciosamente,


Deputado MARCIO BITTAR

Primeiro-Secretário

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

OFÍCIO “S” Nº 37, DE 2014

Of. n. 233/14/PS-GSE

Brasília, 26 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa
Jornalística e de Radiodifusão - CAC**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o incluso Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 19/14 (PDC nº 2.721, de 2002), encaminhado por meio da Mensagem nº 219/2014, que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 23 de julho de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Anhanguera S.A., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Goiânia, Estado de Goiás”.

Atenciosamente,



Deputado MARCIO BITTAR

Primeiro-Secretário

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

OFÍCIO “S” Nº 38, DE 2014

Of. n. 234/14/PS-GSE

Brasília, 26 de novembro de 2014.


A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa
Jornalística e de Radiodifusão - CAC**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o incluso Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 20/14 (PDC nº 2.625, de 2010), encaminhado por meio da Mensagem nº 256/2014, que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 29 de agosto de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário de Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda., concessionária dos serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, ondas tropicais, frequência modulada e de sons e imagens, no município de São Luís, Estado do Maranhão”.

Atenciosamente,


Deputado MARCIO BITTAR
Primeiro-Secretário

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

OFÍCIO “S” Nº 39, DE 2014

Of. n. 235/14/PS-GSE

Brasília, 26 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa
Jornalística e de Radiodifusão - CAC**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o incluso Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 21/14 (PDC nº 2.007, de 2002), encaminhado por meio da Mensagem nº 256/2014, que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 29 de agosto de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Novo Interior Comunicações Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itapetininga, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,



Deputado MARCIO BITTAR

Primeiro-Secretário

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

OFÍCIO “S” Nº 40, DE 2014

Of. n. 236/14/PS-GSE

Brasília, 26 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa
Jornalística e de Radiodifusão - CAC**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o incluso Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 22/14, encaminhado por meio da Mensagem nº 257/2014, que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 29 de agosto de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Norte Baiano Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Juazeiro, Estado da Bahia”.

Atenciosamente,


Deputado MARCIO BITTAR

Primeiro-Secretário

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

OFÍCIO “S” Nº 41, DE 2014

Of. n. 237/14/PS-GSE

Brasília, 26 de novembro de 2014.

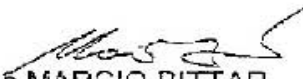
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa
Jornalística e de Radiodifusão - CAC**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o incluso Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 23/14 (PDC nº 2.669, de 2010), encaminhado por meio da Mensagem nº 257/2014, que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 29 de agosto de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Oeste Baiano Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Barreiras, Estado da Bahia”.

Atenciosamente,


Deputado MARCIO BITTAR
Primeiro-Secretário

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

OFÍCIO “S” Nº 42, DE 2014

Of. n. 238/14/PS-GSE

Brasília, 26 de novembro de 2014.

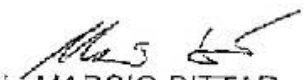
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa
Jornalística e de Radiodifusão - CAC**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o incluso Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 24/14, encaminhado por meio da Mensagem nº 257/2014, que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 29 de agosto de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Conquista Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia”.

Atenciosamente,


Deputado MARCIO BITTAR

Primeiro-Secretário

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

OFÍCIO “S” Nº 43, DE 2014

Of. n. 239/14/PS-GSE

Brasília, 26 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa
Jornalística e de Radiodifusão - CAC**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o incluso Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 25/14, encaminhado por meio da Mensagem nº 257/2014, que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 29 de agosto de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Santa Cruz Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itabuna, Estado da Bahia”.

Atenciosamente,


Deputado MARCIO BITAR

Primeiro-Secretário

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

OFÍCIO “S” Nº 44, DE 2014

Of. n. 240/14/PS-GSE

Brasília, 26 de novembro de 2014.


A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa
Jornalística e de Radiodifusão - CAC**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o incluso Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 26/14 (PDC nº 2.922, de 2010), encaminhado por meio da Mensagem nº 257/2014, que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 29 de agosto de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV Subaé Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Feira de Santana, Estado da Bahia”.

Atenciosamente,


Deputado MARCIO BITTAR
Primeiro-Secretário

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Os **Ofícios nºs S/29 a 44, de 2014**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados (nºs 225 a 240/2014, na Casa de origem), vão à CCT.

OFÍCIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

– **nº S/45, de 2014** (nº 4.028/2014, na origem), encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, decisão proferida por aquela Corte, nos autos do Mandado de Segurança nº 25.962-1/160, que declarou a inconstitucionalidade do art. 98 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça. À CCJ, em decisão terminativa.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO “S” Nº 45, DE 2014

Ofício n. 4.028/P

Brasília, 24 de novembro de 2014.

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.962

IMPETRANTES:

Milton Alexandre Sigrist e outro(a/s)

IMPETRADO:

Conselho Nacional de Justiça

LITISCONSORTES PASSIVOS:

José Afonso Fraga

Cássia Aparecida da Silva Figueiredo Moran

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no mandado de segurança mencionado, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 30 de outubro de 2014, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 98 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça.

Seguem, também, cópia do referido regimento e do parecer da Procuradoria-Geral da República, bem assim da certidão de trânsito em julgado.

Aproveito o ensejo para externar meus protestos de estima e consideração.



Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

219076

Nº 1.848-PGR-AF

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.962-1/160

IMPETRANTES : MILTON ALEXANDRE SIGRIST E OUTROS

IMPETRADO : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

RELATOR : Min. Marco Aurélio

Mandado de segurança contra ato do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, pelo qual foi anulado concurso público, em razão da não observância de requisito legal.

- Cinge-se a garantia do juiz natural às controvérsias debatidas no âmbito jurisdicional, não se fazendo presente, destarte, nos conflitos dirimidos perante órgão administrativos, como é o Conselho Nacional de Justiça.

- Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- Parecer pela concessão da ordem.

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado por Milton Alexandre Sigrist e Outros em repulsa a ato do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, pelo qual foi anulado o III Concurso das Serventias Extrajudiciais do Estado de Rondônia, ante a não observância de um dos requisitos exigidos pela Lei n.º 8.935/94, qual seja, a presença de um notário e um registrador na Comissão Examinadora do certame.

2. O pedido de concessão da segurança veio lastreado em três argumentos: a irretroatividade da Emenda Constitucional n.º 45/2004, que vedaria o exame do concurso anulado pelo Conselho Nacional de Justiça, dado que o edital foi publicado antes de sua criação; a ausência de citação dos candidatos aprovados, para que participassem do processo levado a efeito perante o CNJ; a legalidade da constituição da banca examinadora, em vista das peculiaridades do caso, as quais salientou na peça vestibular.

3. Por decisão de fls. 260-263, Vossa Excelência **deferiu, em parte**, a medida liminar, apenas, para suspender o prosseguimento do novo concurso, já iniciado.

4. A autoridade indigitada coatora, por meio de sua Presidente, pugnou pela denegação da ordem, arguindo a sensatez da decisão objurgada, e, outrossim, o desacerto na formação da banca examinadora do concurso invalidade, mercê de claro descumprimento ao princípio da legalidade.

5. Nesse estado, aportaram os autos a esta Procuradoria Geral da República, para parecer.

6. De início, mostra-se, plenamente, equivocada a premissa levantada pelos impetrantes de que o julgamento, pelo CNJ, de fato anterior à sua criação, ofenderia o princípio constitucional da vedação aos tribunais de exceção. Cinge-se a garantia do juiz natural às controvérsias debatidas no âmbito jurisdicional, não se fazendo presente, destarte, nos conflitos dirimidos perante órgão administrativos, como é o Conselho Nacional de Justiça, a teor do que atesta o artigo 103-B, § 4.º, da Constituição.

7. À propósito, impende colacionar lição de Cândido Rangel Dinamarco, que bem esclarece o tema, *in verbis*:

"(...) o processo e julgamento que a garantia do juiz natural manda fazer exclusivamente por juizes são aqueles que conduzem ao final enforcing power sem sujeição a novas apreciações e censura por outros órgãos. Os atos da Administração, mesmo quando consistentes naqueles julgamentos, são sujeitos ao controle pelos juizes ao menos pelo aspecto da legalidade (Súmula 473 STF) e tal é uma imposição e desdobramento do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional. Os julgamentos resultantes do controle jurisdicional é que se prestam a esta definitividade caracterizada como coisa julgada, ficando em tese imunes a qualquer questionamento ulterior."

1 DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. São Paulo, Ed. Malheiros, 5.ª Edição, 2005, p. 224.

8. De outra banda, a característica de processo administrativo de que se reveste aquele que é promovido perante o Conselho Nacional de Justiça, não autoriza a dispensa do oferecimento de oportunidade de defesa àqueles que possam ser afetados pelo seu resultado. É de se notar que o inciso LV do artigo 5.º da Constituição declarou, expressamente, a incidência dos princípios do contraditório e da ampla defesa ao processo administrativo, como se extrai da transcrição subsequente:

"Art. 5.º (...)

*LV – aos litigantes, **em processo judicial ou administrativo**, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes."*

9. Ademais, a jurisprudência, reiterada, dessa Suprema Corte orienta que os candidatos aprovados em concurso público, por serem titulares de pretensão ameaçada pelo resultado do processo, devem se integrar à lide, para que, em desejando, atuem em defesa de seus interesses.

10. Nesse sentido, fragmento de decisão proferida no 25.074, da lavra do Ministro Cézar Peluso:

*"(...) Admito a intervenção de Sérgio Ricardo Costa Caribe, não como terceiro interessado, ou rectius assistente, cuja condição seria incompatível com o processo do mandado de segurança (cf. Pleno, MS nº 24.414-DF, j. 03.09.2003, de que fomos Relator), mas de litisconsorte passivo necessário, enquanto titular de situação jurídico-subjetiva que, em caso de eventual acolhimento do pedido, será atingido, em via direta, pela eficácia da decisão. **A paciência retilínea dos efeitos jurídicos de sentença favorável ao autor da ação, civil ou penal, constitui a própria ratio iuris da caracterização da legitimação ordinária passiva ad causam e, em qualquer de suas modalidades, do litisconsórcio passivo necessário, cuja formação é também indispensável à validade do processo de mandado de***

segurança. É o que, aliás, já viu e fixou a jurisprudência, inclusive a desta Corte (cf. THEOTONIO NEGRÃO e JOSÉ ROBERTO F. GOUVÊA, "Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor", SP, Ed. Saraiva, 36ª ed., 2004, p. 1832, Art. 19: 3a)..." (D.J.U. de 22.10.2004, p. 42)

11. Isto posto, nota-se que o impetrado, ao se olvidar de citar os impetrantes para que se incorporassem ao pólo passivo do processo administrativo que transcorria naquele órgão, incorreu em lesão aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, o que implica em nulidade, que deve ser declarada por esse Supremo Tribunal.

Ante o exposto, o parecer é pela concessão da segurança, para que se anule a decisão que invalidou o III Concurso das Serventias Extrajudiciais do Estado de Rondônia, salientando-se que, uma vez concedida oportunidade de defesa aos, ora, impetrantes, nada impede que o órgão competente profira nova decisão.

Brasília, 10 de agosto de 2006


ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

GL


Supremo Tribunal Federal
Secretaria Judiciária
Coordenadoria de Processos Originários
Seção de Processos Diversos

MS nº 25962

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que o acórdão, publicado no DJe de 30/10/2014, transitou em julgado em 17/11/2014.

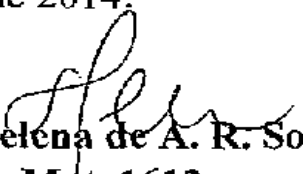
Brasília, 20 de novembro de 2014.


Maria Helena de A. R. Soares
Mat. 1612

TERMO DE REMESSA

Faço remessa destes autos à Seção de Processos do Controle Concentrado e Reclamações.

Brasília, 20 de novembro de 2014.


Maria Helena de A. R. Soares
Mat. 1612

23/10/2008

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.962-1 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
IMPETRANTE(S) : MILTON ALEXANDRE SIGRIST E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : MILTON ALEXANDRE SIGRIST E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : MARCELO PELEGRINI BARBOSA
IMPETRADO(A/S) : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
LITISCONSORTE(S) : JOSÉ AFONSO FRAGA
PASSIVO(A/S)
LITISCONSORTE(S) : CÁSSIA APARECIDA DA SILVA FIGUEIREDO MORAN
PASSIVO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : GILSON ELY CHAVES DE MATOS E OUTRO

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Adoto como relatório o que tive a oportunidade de consignar ao deferir, em parte, a medida acauteladora:

1. Este mandado de segurança está dirigido contra decisão do Conselho Nacional de Justiça que restou sintetizada nesta certidão (folha 235):

O Conselho, por unanimidade, decidiu acolher o pedido, confirmando a liminar inicialmente deferida, determinando a anulação do III Concurso das Serventias Extrajudiciais do Estado de Rondônia, a partir da constituição da Comissão Examinadora, que foi formada sem atender ao requisito legal da presença de um notário e de um registrador, nos termos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, com evidente mácula ao princípio constitucional da legalidade, nos termos do voto proferido pela Excelentíssima Conselheira Germana Moraes.

Colho, da longa inicial de folha 2 a 34, as seguintes causas de pedir:

1. Da irretroatividade da Emenda Constitucional nº 45/04.

Sustentam os impetrantes que, datando o edital de concurso de setembro de 2004, não cabia a glosa por atuação do Conselho Nacional de Justiça, instalado somente em junho de 2005.

2. Da ausência de intimação dos candidatos aprovados e demais interessados.

Buscam demonstrar os impetrantes que deveriam ter sido cientificados da reclamação intentada, perante o Conselho Nacional de Justiça, por dois candidatos que não tiveram êxito no certame. Alegam desrespeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa. Evocam a lei reguladora do processo administrativo - nº 9.784/99 -, que prevê a ciência de interessados no desfecho de processos. Também fazem referência ao artigo 100 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, que remete à observação da citada lei. Os impetrantes teriam logrado a segunda, terceira, sexta, décima terceira, décima quinta, décima sexta, décima oitava, vigésima e quadragésima oitava classificação para o ingresso bem como o primeiro lugar "no rol dos pretendentes a remoção". À exceção de um dos litisconsortes, situam-se, segundo as razões expendidas, nas vagas anunciadas no edital. Transcrevem precedentes sobre a vinculação da Administração Pública a edital de concurso. Arguem a nulidade das decisões proferidas, quer no campo administrativo, quer no jurisdicional, quanto ao III Concurso das Serventias Extrajudiciais do Estado de Rondônia.

Com base no artigo 102, inciso I, alínea "r", da Constituição Federal e na Lei nº 8.038/90, sustentam os impetrantes ser o Supremo competente para julgar a impetração. Alegam a respectiva legitimidade para ajuizar o mandado de segurança, no que teriam alcançado, no concurso, certa situação jurídica.

Sob o ângulo da adequação da medida, apontam o envolvimento, na espécie, de ato praticado pelo Conselho à margem da ordem jurídica. Discorrem acerca do regime administrativo constitucional, aludindo aos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da eficiência e da segurança jurídica. Afirmam inexistente, ao contrário do que consignado no ato do Conselho, a transgressão do artigo 15 da Lei nº 8.935/94. É que a presidente da Associação dos Notários e Registradores de Rondônia, apesar de registradora, atuou representando também os notários, diante da impossibilidade de a comissão do concurso contar com a participação de um notário e de um registrador, porquanto os detentores da primeira qualificação consultados pela Anoreg local não demonstraram "interesse em compor a banca do concurso, mesmo porque tinham filhos, parentes ou empregados participando do certame" e a convocação de notário de cartório do interior implicaria dificuldades nos deslocamentos. Aduzem que os reclamantes não revelaram em que teria constituído o prejuízo da participação concentrada. Referem-se à informação prestada pelo Desembargador Presidente da Comissão do Concurso para asseverar que tudo teria ocorrido com a anuência do Tribunal de Justiça de Rondônia. Com assertiva da impossibilidade de vacância de cartórios por mais de seis meses frente ao disposto no artigo 236, § 3º, da

Constituição Federal e a partir de interpretação analógica do artigo 26 da Lei nº 8.935/94, que viabiliza a cumulação de serventias, os impetrantes defendem ser lícita a acumulação verificada. Então, ressaltam a necessidade de concessão de medida acauteladora.

O pleito veio formulado de forma sucessiva para ter-se a suspensão da eficácia do ato do Conselho e, inviável o acolhimento do que foi requerido, de concurso que está para ser deflagrado, presente ofício encaminhado pelo Tribunal de Justiça de Rondônia à Anoreg. O pedido final visa a cassar o ato do Conselho que implicou determinação de anular o III Concurso das Serventias Extrajudiciais do Estado de Rondônia.

Com a inicial vieram os documentos de folha 35 a 250.

À folha 257 prolatei a seguinte decisão:

**MANDADO DE SEGURANÇA - AUDIÊNCIA -
DESIGNAÇÃO - IMPROPRIEDADE.**

1. Eis as informações prestadas pelo Gabinete:

Os impetrantes discorrem sobre o mérito do mandado de segurança acima citado e requerem seja "designada audiência premonitória, antes da análise do pleito liminar".

Registro a remessa do processo à residência de Vossa Excelência para o cabível exame do pedido de concessão de medida acauteladora formulado na inicial.

2. É prática no Supremo o Ministro receber, no respectivo Gabinete, partes e profissionais da advocacia representantes destas. O agendamento de audiência depende da disponibilidade de tempo, que se mostra exíguo, em face da avalanche de processos. Ajuizado o mandado de segurança, ocorre, independentemente do contato pessoal, a tramitação. Esta premissa surge robustecida quando a impetração envolve pedido de concessão de medida acauteladora.

3. Com o registro de encontrar-se o Gabinete aberto ao comparecimento das partes e dos representantes processuais, dêem a cabível sequência. Nada obstaculiza, se os impetrantes assim o quiserem, o pleito de suspensão do processo.

4. Publiquem.

2. Observem que a atuação do Conselho Nacional de Justiça não se faz no campo jurisdicional mas no administrativo, e é certo que a impetração está dirigida tão-somente contra o ato formalizado. Sopesem os valores em jogo, pouco importando, a

esta altura, a problemática relativa à inobservância do contraditório, instituto que se apresenta no Estado Democrático de Direito brasileiro como medula não só do processo jurisdicional como também do administrativo. Há de se evitar - como os próprios impetrantes salientam, no tocante à realização de novo concurso - idas e vindas, marchando-se com segurança. O ato acautelador da competência do porta-voz do Plenário, do relator do mandado de segurança, de natureza precária e efêmera, apenas se impõe para evitar danos maiores, consequências irreversíveis. Assim, não cabe, neste exame preliminar e até mesmo sem a ciência desta impetração àqueles que protocolaram a reclamação perante o Conselho Nacional de Justiça, afastar a eficácia da decisão que tornou insubsistente o concurso. O mesmo não ocorre em relação à segurança jurídica quanto à abertura já sinalizada de novo concurso. No particular, impõe sobrestar a feitura, independente do estágio em que se encontre.

3. Defiro, sob o ângulo da liminar, o segundo pedido e suspendo a realização de novo concurso, quer para ingresso, quer para a remoção.

4. Solicitem informações ao Conselho Nacional de Justiça.

5. Dêem ciência desta liminar ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

6. Providenciem os impetrantes a emenda da inicial, para que se tenha os endereços daqueles que apresentaram ao Conselho Nacional de Justiça o pleito que resultou no ato atacado. Deverão eles figurar no mandado de segurança como litisconsortes passivos.

No ofício de folhas 276 e 277, a autoridade apontada como coatora informou que o Conselho Nacional de Justiça, mediante a decisão administrativa impugnada, assentou, por unanimidade, ter o edital do concurso desatendido ao artigo 15 da Lei nº 8.935/94, diploma que disciplina o artigo 236 da Constituição da República e prevê a participação obrigatória de um registrador e de um notário na comissão do certame. Identificada a ausência deste último, considerou ser causa de anulação do concurso, na forma dos Verbetes nº 346 e 473 da Súmula do Supremo.

À folha 279, os impetrantes, em emenda à inicial, requereram a integração, no pólo passivo da lide, de José Afonso Fraga e Cássia Aparecida da Silva Figueiredo Moran.

O processo seguiu à Procuradoria Geral da República, que se manifestou, à folha 281 à 284, favoravelmente ao pleito formulado. Afirmou não configurar o Conselho Nacional de Justiça um tribunal de exceção, tendo em conta tratar-se de órgão administrativo. No mérito, concordou com a tese de inobservância ao contraditório e à ampla defesa pela ausência de citação dos impetrantes para integrar o pólo passivo do processo administrativo, asseverando que o ato os afetou. Opinou pela concessão da ordem, ressaltando a faculdade de o órgão competente proferir nova decisão após regular procedimento administrativo.

Em 3 de março de 2008, lancei visto, registrando a confecção de relatório e voto (folha 297). Inserido o processo em pauta, foi constatado que a Secretaria Judiciária, olvidando a determinação de folha 260 a 263, remeteu o processo à Procuradoria Geral da República sem antes proceder à citação dos litisconsortes passivos. Daí a decisão de folha 299, que implicou o saneamento do processo.

Os interessados, à folha 310 à 319, aduzem que a instalação do Conselho Nacional de Justiça em junho de ~~2005~~, data posterior à do edital do concurso, não afronta o princípio do juiz natural, por não se tratar de órgão jurisdicional. Refutam a ~~alegada~~

ofensa ao devido processo legal no âmbito do pleito administrativo, tendo em conta o fato de a ciência dos interessados haver sido efetivada, na forma do artigo 98 do Regimento Interno do citado Conselho, pelo edital de folha 106 a 108, afixado no átrio do Supremo, de 13 de outubro a 3 de novembro de 2005. Dizem da não-aplicabilidade, no âmbito do referido órgão administrativo, do procedimento da Lei nº 9.784/99, presente a disciplina específica da matéria. Sustentam a integridade do ato questionado ante a verificação do descumprimento, pela organizadora do certame, dos artigos 3º do edital e 15 da Lei nº 8.935/94, que prevêm a participação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil na comissão do concurso. Alfim, aludem aos princípios da supremacia do interesse público, da razoabilidade, da eficiência e da segurança jurídica como norteadores da decisão ora impugnada e requerem o indeferimento da ordem.

O processo retornou à Procuradoria Geral da República, que, à folha 323 à 328, emitiu parecer revendo o anterior. Aponta inexistir violação ao devido processo legal, porquanto comprovada a ciência dos impetrantes mediante o edital de folha 106 a 108, publicado conforme o artigo 98 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça. Alude ao teor do artigo 100 deste diploma específico, a afastar a incidência do procedimento previsto na Lei nº 9.784/99. No mérito, assevera que o Colegiado administrativo observou os limites do artigo 103-B, § 4º, inciso II, da

Constituição Federal, tendo em conta a interpretação da regra legal que determina a participação de notário e registrador no concurso no sentido de atender ao princípio da eficiência versado no artigo 37 da Carta Federal, atuando nas balizas da legalidade e da razoabilidade, não cabendo, assim, ao Poder Judiciário substituir-se ao órgão competente no exame discricionário dos motivos determinantes da decisão.

É o relatório.

V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) -

Inicialmente, consigno que não procede o inconformismo quanto ao fato de o Conselho Nacional de Justiça ter passado a existir com a Emenda Constitucional nº 45/2004 e o edital do concurso haver sido veiculado em data anterior. É que, na mencionada Emenda, somente ficou estabelecido o prazo de instalação do citado Conselho, e não o termo inicial da ação fiscalizadora no campo administrativo considerados os atos dos tribunais em geral - exceto, evidentemente, os do Supremo no que a este incumbe o crivo quanto a essa atuação. Vale dizer que não surgiu no mundo jurídico cláusula a limitar a atuação considerada a data do ato a ser apreciado. Essa circunstância, em vez de revelar a existência de órgão de exceção, diz da harmonia do Conselho com a ordem jurídica no que apanhados atos em geral, não se tratando de órgão criado - e então seria dar envergadura maior ao concurso realizado - para exercer a glosa desta ou daquela situação jurídica individualizada.

No tocante à problemática referente ao devido processo legal, reporto-me ao que registrei quando implementei a medida acauteladora. Acrescento que, veiculada a classificação dos candidatos mediante edital de 19 de agosto de 2005, os impetrantes passaram a ter situação jurídica constituída que somente poderia ser afastada, presente o regular processo administrativo, se fossem

cientificados do pleito de irresignação de certos candidatos, para, querendo, ofertarem impugnação. O contraditório é mola mestra do processo em geral e implica a impossibilidade de despojar alguém, quer de direito, quer de situação jurídica já alcançada - como a revelada pelo resultado do concurso -, sem ser ouvido.

A fixação de edital para ciência de terceiros não supre a necessidade de conhecimento específico de processo em curso, por aqueles que tenham interesse jurídico na manutenção do ato atacado. Em síntese, há de emprestar-se ao artigo 98 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça - a prever que "o relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias" - alcance consentâneo com a ordem natural das coisas, com a ordem processual que implique razoabilidade. Conhecidos os beneficiários do ato, deve ocorrer a ciência respectiva, não podendo esta se verificar de forma ficta, ou seja, mediante edital.

A razão é muito simples. Os beneficiários do ato não têm sequer conhecimento da existência do processo no Conselho Nacional de Justiça e, portanto, não lhes cabe acompanhar a vida administrativa deste último, inclusive o que lançado em edital cuja veiculação se mostrou estritamente interna. A entender-se de modo diverso, caminhar-se-á no sentido de assentar que todo e qualquer cidadão detentor de interesse jurídico precisa acompanhar o dia-a-

dia dos trabalhos do Conselho Nacional de Justiça, o que consubstancia extravagância ímpar.

Em outras palavras, os terceiros interessados - já agora com o endosso da Procuradoria Geral da República, no que evoluiu quanto à procedência dessa causa de pedir - sustentam que os concursados, cuja situação jurídica foi glosada pelo Conselho Nacional de Justiça, residentes em Estados diversos da Federação, inclusive em Rondônia, teriam de acompanhar os atos do citado Conselho. Deve-se conferir a eficácia própria ao artigo 100 do mesmo Regimento Interno - a preceituar a aplicabilidade, no que couber, da Lei nº 9.784/99. A citada lei prevê nos artigos 3º, inciso II, e 26, § 3º e § 4º, e artigo 28, a necessária intimação dos interessados:

Art. 3º O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

[...]

II - ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas;

[...]

Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

[...]

§ 3º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento/ por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 4º No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

[...]

Art. 28. Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

Pois bem, consigno a procedência dessa segunda causa de pedir. Cumpre agora apreciar a terceira causa de pedir - a regular constituição da comissão do concurso. A razão é simples. Caso acolhida, não haverá o que aventado pelo Procurador-Geral da República, ou seja, a possibilidade de o Conselho Nacional de Justiça reabrir o processo administrativo para cientificar os interessados e, após, repetir a decisão proferida, chegando-se fatalmente a novo mandado de segurança no Supremo.

Mostra-se sintomático que os inconformados com a realização do concurso não tenham impugnado a comissão criada, deixando para fazê-lo quando já sabido o resultado do certame. Mas o fato consubstancia argumento à margem, porquanto o silêncio à época verificado não surge com eficácia preclusiva. Não existe a menor dúvida de que estão no artigo 15 da Lei nº 8.935/94 as balizas a serem observadas na feitura do concurso. O aludido artigo preceitua que "os concursos serão realizados pelo Poder Judiciário, com a participação, em todas as suas fases, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público, de um notário e de um registrador". O Conselho Nacional de Justiça, ante a ausência de um notário,

concluiu pela irregularidade na composição da comissão examinadora do concurso. Foi exacerbada a forma. Deu-se ao citado artigo 15 da Lei nº 8.935/94 interpretação literal, olvidando-se os parâmetros do caso. O concurso destinou-se ao preenchimento indistinto de serventias, tanto as de registro como as de notas.

Pois bem, conforme ressaltado, nas informações prestadas, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, que veio a refutar o pleito de declaração de insubsistência do concurso mediante ato do Conselho da Magistratura e também, no campo jurisdicional, no julgamento de mandado de segurança, houve a integração ao concurso, formando a necessária equipe, da presidente local da ANOREG - Associação dos Notários e Registradores, que ingressara na área por meio de concurso semelhante. A razão fez-se única. Expedido ofício para a indicação de um notário e de um registrador, percebeu-se que aqueles em atuação na capital não demonstraram interesse em participar da organização e feitura do certame, alguns sem apontar o motivo e outros por terem parentes que pretendiam submeter-se à seleção. De qualquer modo, o fim visado pelo artigo 15 em comento, no que menciona a Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério Público, um notário e um registrador para integrarem o concurso, outro não é senão a representação dos dois segmentos aludidos. Ninguém melhor, portanto, do que a presidente da Anoreg, órgão representativo dos notários e dos registradores, para atuar personificando as duas classes, não sendo proporcional

entender-se no sentido da restrição ante a titularidade de cartório de registros públicos.

Concluo que, sob o ângulo glosado pelo Conselho Nacional de Justiça, o concurso público mostrou-se regular, motivo pelo qual não cabe ressalvar a reabertura do processo administrativo junto ao Conselho considerado o defeito que vislumbrou e deixou explicitado no ato atacado. Assento a inconstitucionalidade do artigo 98 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça. É como voto na espécie.

23/10/2008

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.962-1 DISTRITO FEDERAL

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Presidente, vou acompanhar o eminente Relator.

O artigo 249, § 2º, do Código de Processo Civil autoriza que se no mérito se puder examinar concretamente a matéria, não há porque se pronunciar a nulidade quanto à preliminar, que é o que o eminente Ministro **Marco Aurélio** acaba de fazer. Dúvida não há no sentido de que, de fato, preliminarmente, o processo seria nulo por ausência do cumprimento do princípio do contraditório e da ampla defesa, mas essa questão passa a ficar superada porque se pode enfrentar diretamente o mérito da impetração no que concerne ao fundamento único utilizado pelo Conselho Nacional de Justiça para decretar a nulidade do concurso com relação aos notários.

marco

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Vossa

Excelência me permite?

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Claro, com muito prazer.

marco

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Eu

ponderaria a Vossa Excelência e à Corte que, na preliminar, exaustivamente examinada pelo Ministro Marco Aurélio, se contém questão da mais alta relevância, porque se trata de saber se o disposto no Regimento Interno do Conselho Nacional da Justiça, que permite intimação ficta dos interessados jurídicos nos

resultados dos seus procedimentos administrativos, está, ou não, conforme a Constituição.

De modo que seria oportuno se Vossa Excelência pudesse, em sendo esse o seu entendimento, reafirmá-lo, acolhendo a manifestação do eminente Relator.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Eu estou reafirmando:

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Então, Vossa Excelência está reafirmando.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Tanto reafirmo isso, Senhor Presidente, que disse: superada essa questão, não há necessidade de pronunciar a nulidade da preliminar, mas reafirmando que, de fato, ela está presente.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Não fosse a procedência da segunda causa de pedir, ou da terceira.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Porque não é possível se admitir que um procedimento administrativo tenha uma facilitação relativamente ao processo de intimação, ou seja, no processo judicial se exige a intimação de acordo com o devido processo legal e no procedimento administrativo se autoriza, num caso como esse, que haja intimação por edital. Eu nem questiono essa matéria, apenas a reafirmo.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Em outras palavras, Vossa Excelência reconhece a nulidade, mas deixa de pronunciá-la devido ao julgamento de mérito.

Então, Vossa Excelência prossegue.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Claro, deixo de pronunciá-la. Talvez, como se fosse na aplicação do Direito alemão, ou seja, nós reconhecemos a nulidade, mas não a pronunciamos, no caso, porque desnecessária dentro do que diz o § 2º do artigo 249. Mas fiz questão de sublinhar, desde o início, que existe de fato a nulidade.

Quanto ao mérito, mostrou o eminente Ministro **Marco Aurélio**, no seu precioso voto, que não há nenhuma dúvida de que foram obedecidos os padrões legais para a composição da comissão. Seria uma demasia, diante das circunstâncias particulares que Sua Excelência indicou, que nós anulássemos o concurso pela ausência de um notário, considerando as particularidades que o eminente Ministro **Marco Aurélio** anunciou.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Para mim, Excelência, é notório que não devemos fazê-lo.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

É exatamente isso.

Então, concluindo, e para agradecer a sugestão que Vossa Excelência fez com tanta propriedade, eu reitero o pronunciamento feito pelo Ministro **Marco Aurélio** no que concerne à preliminar pela incompatibilidade do artigo regimental com relação ao devido processo legal, mas deixo de considerá-la para efeito de pronunciá-la especificamente, porquanto podemos enfrentar o mérito.

E, no mérito, eu concedo a ordem nos exatos e precisos termos do voto do Ministro **Marco Aurélio**.


23/10/2008

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.962-1 DISTRITO FEDERAL

VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhor Presidente, também reitero, portanto, ou enfatizo, conforme Vossa Excelência acaba de realçar a questão preliminar, apenas para efeito de configuração de que há uma incompatibilidade com o devido processo previsto na Constituição.

No mérito, também, sigo integralmente o voto do Ministro-Relator no sentido da concessão da ordem. 

23/10/2008

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.962-1 DISTRITO FEDERALV O T O

O Sr. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI: Senhor Presidente, as preocupações de Vossa Excelência são minhas também. Nas anotações que fiz, preparando-me para este julgamento, pincei exatamente esse fato. Tenho vários e vários mandados de segurança contra o Conselho Nacional de Justiça tramitando em meu gabinete, em que se argui exatamente esta preliminar, qual seja, a inconstitucionalidade do artigo 98 do Regimento Interno daquele órgão. E justamente alega-se que esse dispositivo se contrapõe ao disposto no artigo 5º, inciso LX, da Constituição Federal, que garante aos litigantes nos processos judiciais e administrativos a ampla defesa e o devido processo legal.

O que é mais intrigante, Senhor Presidente, é que consta - e Sua Excelência o eminente Relator leu isso em seu voto e em seu relatório - que esse edital é afixado no átrio do Supremo Tribunal Federal, portanto, de conhecimento de pouquíssimas pessoas, só daquelas que por acaso por lá transitam.

Todos nós sabemos que o Código de Processo Penal, em seu artigo 361, o Código de Processo Civil em seu artigo 231, e também o Estatuto dos Funcionários Públicos da União em seu artigo 163 estabelecem, com toda clareza, que a citação por edital somente se fará se o acusado ou o indiciado estiver em local incerto e não sabido. Isso precisa ser constatado.

Portanto, Senhor Presidente, eu creio que devemos dar o devido destaque a esse tópico que Vossa Excelência suscitou para que fiquem, de uma vez por todas, afastadas quaisquer dúvidas com relação à inadequação desse artigo 98 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça com o disposto na Constituição relativamente ao devido processo legal e ao princípio da ampla defesa e do contraditório.

No mais, Senhor Presidente, acompanho integralmente o eminente Relator.

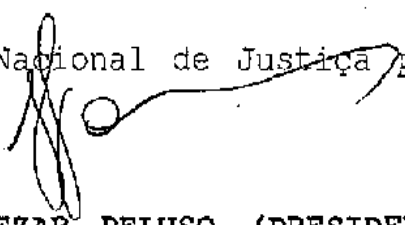
23/10/2008

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.962-1 DISTRITO FEDERAL

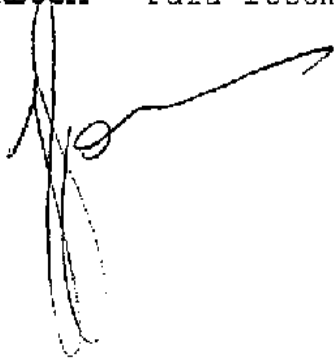
VOTO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Senhor Presidente, acompanho o eminente Relator tão-somente quanto à questão processual, a questão formal quanto à questão preliminar, ou seja, anulo o ato do Conselho Nacional de Justiça por vício da intimação.



O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Para recomençar o processo.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Para recomençar.



23/10/2008

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.962-1 DISTRITO FEDERAL

DEBATE

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhor Presidente, se me permite, já me manifestei e não estou alterando em nada o meu voto, quanto à ênfase dada por Vossa Excelência, estamos incidentalmente declarando inclusive a inconstitucionalidade do dispositivo regimental.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Artigo 98 do Regimento Interno.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Porque, na preliminar, foi superado em razão de um outro vício, não é isso Ministro?

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Sim, nós temos que reconhecê-la para deixarmos de pronunciar a nulidade. Se não há nulidade, não deixamos de fazer coisa alguma. Nós só deixamos de pronunciar a nulidade que existe; é o que o Tribunal está fazendo: reconhece a nulidade, mas deixa de pronunciar, com base na regra análoga do artigo 249, § 2º, do Código de Processo Civil.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Sim, mas apenas para os efeitos futuros, em outros casos, em que houver um pronunciamento a partir do voto do Ministro-Relator,

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Mas incidentalmente foi reconhecida a inconstitucionalidade.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - É exatamente isso que estou querendo enfatizar, porque o voto do Ministro-Relator que estamos seguindo dá essa repercussão.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - E o Ministro Joaquim Barbosa acompanha integralmente neste ponto.

23/10/2008**TRIBUNAL PLENO****MANDADO DE SEGURANÇA 25.962-1 DISTRITO FEDERAL**

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Senhor Presidente, também entendo que há uma incompatibilidade visceral incontornável entre o artigo 98 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça e o artigo 5º, inciso LV, da Constituição, que consagra o contraditório e a ampla defesa também para os processos de índole administrativa.

No caso, acho que o Relator deixou muito bem claro que a aprovação em concurso público e, mais ainda, a nomeação para o cargo disputado, ambas as figuras são constitutivas de situação jurídica ativa. Ora, para se desfazer uma situação jurídica ativa, na esfera administrativa assim como na esfera judicial, é preciso facultar aos titulares de tal situação o contraditório e a ampla defesa. Mas também supero essa questão preliminar para, já no mérito, conceder a segurança a fim de anular a decisão do Conselho Nacional de Justiça, porque, afinal de contas, a banca do concurso, nos termos da lei, foi regularmente constituída.

Não posso, porém, deixar de avançar aqui uma idéia para ser retomada mais adiante. Não neste momento. Estranhei que a lei qualificasse ou exigisse como partícipes de uma banca de concurso público um registrador e um notário, porque, nos termos da Constituição, o art. 236 diz:

"Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público."

Ou seja, os notários e registradores não são funcionários nem agentes públicos, eles são particulares no exercício de atividade pública, no desempenho de uma função pública. E a lei está qualificando particulares como membros necessários de banca de concurso público. Mas deixo isso para mais adiante.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Os advogados não participam da banca de concursos?

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Anotei isso. Os advogados participam? Não eles, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por expressa dicção constitucional. E a Constituição falou está falado, não se vai discutir o motivo pelo qual a Constituição incluiu a Ordem dos Advogados do Brasil, pelo seu Conselho Federal, como participe de banca de concurso para o Ministério Público e para a Magistratura. Certamente porque a OAB desempenha função essencial à jurisdição.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Além de integrar, sob a minha óptica, a Administração Indireta como uma autarquia corporativista.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Sempre se disse isso, exatamente, como uma autarquia especial, então, por outra razão. Mas temos um encontro marcado com este tema e, por enquanto, sigo o Relator louvando o excelente voto de Sua Excelência.

#

23/10/2008

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.962-1 DISTRITO FEDERAL

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) -

Presidente, apenas para aditar o voto, já que Vossa Excelência enfocou a matéria, e assentar a declaração de inconstitucionalidade do artigo 98 do Regimento Interno do Conselho Nacional da Magistratura. E não há prejuízo maior quanto a isso. Não se terá um vácuo, porque o próprio Regimento remete à lei que disciplina o processo administrativo em geral e que prevê não a intimação ficta que pressupõe sempre, pelo menos, o conhecimento da existência do processo em que verificada, mas a realmente concreta, real. Quer dizer, não há prejuízo maior na declaração de inconstitucionalidade.

23/10/2008

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.962-1 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) –

Tenho voto nesta matéria, que é constitucional, mas não vou tomar o tempo do egrégio Plenário, porque todos os votos foram exaustivos a respeito desse tema.

Quero apenas recordar que, em liminar concedida no Mandado de Segurança nº 27.571, examinei longamente esta questão da inconstitucionalidade do artigo 98 do Regimento Interno, lembrando, também como fez o eminente Relator, que, no mínimo, deveria o Conselho Nacional da Justiça ter observado o disposto no artigo 100, que se remete à Lei nº 9.784, a qual prevê, expressamente, a necessidade da ciência real dos interessados conhecidos em lugar certo e sabido. Parece-me incompatível com as próprias funções do Conselho Nacional de Justiça, ferindo dois dispositivos textuais da Constituição, ou seja, os incisos LIV e LV do artigo 5º, desconstituir situações jurídico-subjetivas sem a audiência prévia dos interessados.

Nesses termos, acompanho o voto do eminente Relator.



PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****MANDADO DE SEGURANÇA 25.962-1**

PROCED.: DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

IMPTE.(S): MILTON ALEXANDRE SIGRIST E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): MILTON ALEXANDRE SIGRIST E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): MARCELO PELEGRINI BARBOSA

IMPDO.(A/S): CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

LIT.PAS.(A/S): JOSÉ AFONSO FRAGA

LIT.PAS.(A/S): CÁSSIA APARECIDA DA SILVA FIGUEIREDO MORAN


ADV.(A/S): GILSON ELY CHAVES DE MATOS E OUTRO

Decisão: Retirado de pauta por indicação do relator. Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 17.03.2008.

Decisão: O Tribunal concedeu a ordem, declarando incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 98 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, sem pronúncia da nulidade do procedimento administrativo, tudo nos termos do voto do Relator, contra o voto do Senhor Ministro Joaquim Barbosa, que se limitava a reconhecer a nulidade do ato impugnado. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso (Vice-Presidente). Ausentes, em representação do Tribunal no exterior, os Senhores Ministros Gilmar Mendes (Presidente) e Eros Grau e, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Falaram, pelos impetrantes o Dr. Marcelo Pellegrini Barbosa e pelos litisconsortes passivos o Dr. Gilson Ely Chaves de Matos. Plenário, 23.10.2008.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso (Vice-Presidente). Presentes à sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Ellen Gracie, Carlos Britto, Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Menezes Direito.

Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.


Luiz Tomimatsu
Secretário

23/10/2008

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.962-1 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
 IMPETRANTE(S) : MILTON ALEXANDRE SIGRIST E OUTRO(A/S)
 ADVOGADO(A/S) : MILTON ALEXANDRE SIGRIST E OUTRO(A/S)
 ADVOGADO(A/S) : MARCELO PELEGRINI BARBOSA
 IMPETRADO(A/S) : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
 LITISCONSORTE(S) : JOSÉ AFONSO FRAGA
 PASSIVO(A/S)
 LITISCONSORTE(S) : CÁSSIA APARECIDA DA SILVA FIGUEIREDO MORAN
 PASSIVO(A/S)
 ADVOGADO(A/S) : GILSON ELY CHAVES DE MATOS E OUTRO

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - ATUAÇÃO - TERMO INICIAL. A atuação fiscalizadora do Conselho Nacional de Justiça não ficou balizada no tempo, considerada a Emenda Constitucional nº 45/2004.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - DEVIDO PROCESSO LEGAL - CONTRADITÓRIO. Envolvida, no processo administrativo, situação constituída no tocante a terceiros, impõe-se a ciência destes para, querendo, apresentarem defesa.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - DEVIDO PROCESSO LEGAL - CIÊNCIA FICTA. A espécie de conhecimento ficto, presente publicação ou edital fixado em setor do Órgão, pressupõe a ciência do processo em curso, surgindo como regra a comunicação direta.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - PROCESSO - CIÊNCIA - ARTIGO 98 DO REGIMENTO INTERNO. Desconhecida a existência do processo, mostra-se inconstitucional dispositivo do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça - artigo 98 - prevendo a ciência ficta de quem pode ser alcançado por decisão administrativa.

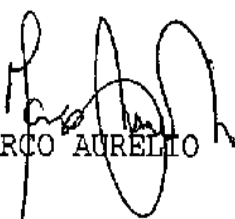
CONCURSO PÚBLICO - NOTÁRIOS E REGISTRADORES - COMISSÃO. Faz-se regular a comissão de concurso com a participação, personificando notários e registradores, da Presidente da entidade de classe, pouco importando seja esta notária ou registradora.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ~~acordam~~ os ministros do Supremo Tribunal Federal em conceder ~~a~~ ordem, declarando incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 98 do

Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, sem pronúncia da nulidade do procedimento administrativo, tudo nos termos do voto do relator, contra o voto do ministro Joaquim Barbosa, que se limitava a reconhecer a nulidade do ato impugnado, em sessão presidida pelo ministro Cezar Peluso, Vice-Presidente, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 23 de outubro de 2008.



MARCO AURELIO

RELATOR

Regimento Interno do CNJ

(Emenda Regimental nº 1, de 9 de março de 2010, que alterou o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça - Publicado no DJ-e, nº 60/2010, de 5 de abril de 2010, p. 2-6.)

TÍTULO I

DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Conselho Nacional de Justiça - CNJ, instalado no dia 14 de junho de 2005, órgão do Poder Judiciário com atuação em todo o território nacional, com sede em Brasília-DF, compõe-se de quinze membros, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal.

Art. 2º Integram o CNJ:

- I - o Plenário;
 - II - a Presidência;
 - III - a Corregedoria Nacional de Justiça;
 - IV - os Conselheiros;
 - V - as Comissões;
 - VI - a Secretaria-Geral;
 - VII - o Departamento de Pesquisas Judiciárias -DPJ;
 - VIII¹ - o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas -DMF.
- ¹Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10
- IX - a Ouvidoria.

CAPÍTULO II

DO PLENÁRIO

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º O Plenário do CNJ, seu órgão máximo, é constituído por todos os Conselheiros empossados e se reúne validamente com a presença de no mínimo dez (10) de seus integrantes.

Parágrafo único. O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB oficiarão perante o Plenário, podendo usar da palavra.

Seção II

DA COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO

Art. 4º Ao Plenário do CNJ compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

- I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;
- II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados;
- III - receber as reclamações, e delas conhecer, contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de

registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional concorrente dos Tribunais, decidindo pelo arquivamento ou instauração do procedimento disciplinar;

IV - avocar, se entender conveniente e necessário, processos disciplinares em curso;

V - propor a realização pelo Corregedor Nacional de Justiça de correições, inspeções e sindicâncias em varas, Tribunais, serventias judiciais e serviços notariais e de registro;

VI - julgar os processos disciplinares regularmente instaurados contra magistrados, podendo determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas previstas em lei complementar ou neste Regimento, assegurada a ampla defesa;

VII - encaminhar peças ao Ministério Público, a qualquer momento ou fase do processo administrativo, quando verificada a ocorrência de qualquer crime, ou representar perante ele nos casos de crime contra a administração pública, de crime de abuso de autoridade ou nos casos de improbidade administrativa;

VIII - rever, de ofício, ou mediante provocação, os processos disciplinares contra juízes de primeiro grau e membros de Tribunais julgados há menos de um ano;

IX - representar ao Ministério Público para propositura de ação civil para a decretação da perda do cargo ou da cassação da aposentadoria;

X - instaurar e julgar processo para verificação de invalidez de Conselheiro;

XI - elaborar relatórios estatísticos sobre processos e outros indicadores pertinentes à atividade jurisdicional;

XII - elaborar relatório anual, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa, discutido e aprovado em sessão plenária especialmente convocada para esse fim, versando sobre: a) avaliação de desempenho de Juízes e Tribunais, com publicação de dados estatísticos sobre cada um dos ramos do sistema de justiça nas regiões, nos Estados e no Distrito Federal, em todos os graus de jurisdição, discriminando dados quantitativos sobre execução orçamentária, movimentação e classificação processual, recursos humanos e tecnológicos;

b) as atividades desenvolvidas pelo CNJ e os resultados obtidos, bem como as medidas e providências que julgar necessárias para o desenvolvimento do Poder Judiciário;

XIII - definir e fixar, em sessão plenária de planejamento especialmente convocada para este fim, com a participação dos órgãos do Poder Judiciário, podendo para tanto serem ouvidas as associações nacionais de classe das carreiras jurídicas e de servidores, o planejamento estratégico, os planos de metas e os programas de avaliação institucional do Poder Judiciário, visando ao aumento da eficiência, da racionalização e da produtividade do sistema, bem como ao maior acesso à Justiça;

XIV - definir e fixar, em sessão plenária especialmente convocada para este fim, o planejamento estratégico do CNJ;

XV - requisitar das autoridades fiscais, monetárias e de outras autoridades competentes informações, exames, perícias ou documentos, sigilosos ou não, imprescindíveis ao esclarecimento de processos ou procedimentos de sua competência submetidos à sua apreciação;

XVI - aprovar notas técnicas elaboradas na forma deste Regimento;

XVII - propor a criação, transformação ou extinção de cargos e a fixação de vencimentos dos servidores do seu quadro de pessoal, cabendo a iniciativa legislativa ao Supremo Tribunal Federal, na forma do disposto no

art. 96, II, da Constituição Federal;

XVIII - aprovar, em ato próprio e específico, a organização e a competência de seus órgãos internos, bem como as atribuições das suas chefias e servidores;

XIX - aprovar a sua proposta orçamentária, a ser apresentada pela Secretaria-Geral, com no mínimo quinze (15) dias de antecedência da sessão plenária específica em que será votada, encaminhando-a ao Supremo Tribunal Federal para os fins do disposto no art. 99, § 2º, II, da Constituição Federal;

XX - aprovar a abertura de concurso público para provimento dos cargos efetivos e homologar o respectivo resultado final;

XXI - decidir, na condição de instância revisora, os recursos administrativos cabíveis;

XXII - disciplinar a instauração, autuação, processamento, julgamento e eventual reconstituição dos processos de sua competência;

XXIII - fixar critérios para as promoções funcionais de seus servidores;

XXIV - alterar o Regimento Interno;

XXV - resolver as dúvidas que forem submetidas pela Presidência ou pelos Conselheiros sobre a interpretação e a execução do Regimento ou das Resoluções, podendo editar Enunciados interpretativos com força normativa;

XXVI - conceder licença ao Presidente e, por mais de três (3) meses, aos demais Conselheiros;

XXVII - apreciar os pedidos de providências para garantir a preservação de sua competência ou a autoridade das suas decisões;

XXVIII - produzir estudos e propor medidas com vistas à maior celeridade dos processos judiciais, bem como diagnósticos, avaliações e projetos de gestão dos diversos ramos do Poder Judiciário, visando a sua modernização, desburocratização e eficiência;

XXIX - estimular o desenvolvimento de programas de aperfeiçoamento da gestão administrativa e financeira dos órgãos do Poder Judiciário e de interligação dos respectivos sistemas, estabelecendo metas;

XXX - desenvolver cadastro de dados com informações geradas pelos órgãos prestadores de serviços judiciais, notariais e de registro;

XXXI - aprovar e encaminhar ao Poder Legislativo parecer conclusivo nos projetos de leis de criação de cargos públicos, de estrutura e de natureza orçamentária dos órgãos do Poder Judiciário federal;

XXXII - decidir sobre consulta que lhe seja formulada a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência, na forma estabelecida neste Regimento;

XXXIII - fixar procedimentos e prazos mínimos e máximos para manifestação do Conselheiro sorteado para apreciar processos que tratem sobre prestação de contas anuais, relatórios para o Congresso Nacional, parecer de mérito em propostas orçamentárias, criação de cargos, criação de programas de responsabilidade do CNJ com as respectivas propostas orçamentárias, metas e seus responsáveis, criação de convênios que incluam contrapartida do CNJ, e demais hipóteses analisadas pelo Plenário;

XXXIV - estabelecer sistema de informações obrigatórias aos Conselheiros sobre temas relevantes para o funcionamento do CNJ;

XXXV - celebrar termo de compromisso com as administrações dos Tribunais para estimular, assegurar e desenvolver o adequado controle da sua atuação financeira e promover a agilidade e a transparência no Poder Judiciário;

XXXVI - executar as demais atribuições conferidas por lei.

§ 1º Dos atos e decisões do Plenário não cabe recurso.

§ 2º O Poder Legislativo estadual ou o Tribunal de Justiça poderão consultar o CNJ sobre os projetos de lei referidos no Inciso XXXI deste artigo.

CAPÍTULO III

DA PRESIDÊNCIA

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

¹ Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Seção II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 6º São atribuições do Presidente, que pode delegá-las, conforme a oportunidade ou conveniência, observadas as disposições legais:

I - velar pelo respeito às prerrogativas do CNJ;

II - dar posse aos Conselheiros;

III - representar o CNJ perante quaisquer órgãos e autoridades;

IV - convocar e presidir as sessões plenárias do CNJ, dirigindo os trabalhos, cumprindo e fazendo cumprir o presente Regimento;

V - responder pelo poder de polícia nos trabalhos do CNJ, podendo requisitar, quando necessário, o auxílio de outras autoridades;

VI - antecipar, prorrogar ou encerrar o expediente nos casos urgentes, ad referendum do Plenário;

VII - decidir questões de ordem, ou submetê-las ao Plenário, quando entender necessário;

VIII - conceder licença aos Conselheiros, de até três (3) meses, e aos servidores do quadro de pessoal;

IX - conceder diárias e passagens, bem assim o pagamento de ajuda de custo, transporte e/ou indenização de despesa quando for o caso, em conformidade com as tabelas aprovadas pelo CNJ e a legislação aplicável à espécie;

X - orientar e aprovar a organização das pautas de julgamento preparadas pela Secretaria-Geral;

XI - supervisionar as audiências de distribuição;

XII - assinar as atas das sessões do CNJ;

XIII - despachar o expediente do CNJ;

XIV - executar e fazer executar as ordens e deliberações do CNJ;

- XV - decidir as matérias relacionadas aos direitos e deveres dos servidores do CNJ;
- XVI - prover, na forma da lei, os cargos do quadro de pessoal do CNJ;
- XVII - designar o Secretário-Geral e dar posse aos chefes e aos diretores dos órgãos internos do CNJ;
- XVIII - exonerar, a pedido, servidor do quadro de pessoal do CNJ;
- XIX - superintender a ordem e a disciplina do CNJ, bem como aplicar penalidades aos seus servidores;
- XX - autorizar os descontos legais nos vencimentos e/ou proventos dos servidores do quadro de pessoal do CNJ;
- XXI - autorizar e aprovar as concorrências, as tomadas de preços e os convites, para aquisição de materiais, e de tudo o que for necessário ao funcionamento dos serviços do CNJ;
- XXII - autorizar, em caso de urgência e de necessidade extraordinária previstos em lei, a contratação de servidores temporários;
- XXIII - autorizar o pagamento de despesas referentes ao fornecimento de material ou prestação de serviços e assinar os contratos relativos à adjudicação desses encargos;
- XXIV - prover cargos em comissão e designar servidores para exercer funções gratificadas;
- XXV - delegar aos demais Conselheiros, bem como ao Secretário-Geral, a prática de atos de sua competência;
- XXVI - praticar, em caso de urgência, ato administrativo de competência do Plenário, submetendo-o ao referendo deste na primeira sessão que se seguir;
- XXVII - assinar a correspondência em nome do CNJ;
- XXVIII - requisitar magistrados, delegando-lhes quaisquer de suas atribuições, observados os limites legais;
- XXIX - requisitar servidores do Poder Judiciário, delegando-lhes atribuições, observados os limites legais;
- XXX - apreciar liminarmente, antes da distribuição, os pedidos e requerimentos anônimos ou estranhos à competência do CNJ;
- XXXI - instituir grupos de trabalho, visando à realização de estudos e diagnósticos bem como à execução de projetos de interesse específico do CNJ;
- XXXII - instituir comitês de apoio, compostos por servidores, para a elaboração de estudos e pareceres técnicos sobre matéria de interesse do CNJ;
- XXXIII - aprovar os pareceres de mérito a cargo do CNJ nos casos previstos em lei, com referendo do Plenário e encaminhamento aos órgãos competentes;
- XXXIV - Celebrar convênios e assinar contratos, dando-se ciência imediata aos Conselheiros;
- XXXV - praticar os demais atos previstos em lei e neste Regimento.
- § 1º Os magistrados e servidores requisitados conservarão os direitos e vantagens inerentes ao exercício de seus cargos ou empregos no órgão de origem, como se em atividade normal estivessem.
- § 2º A requisição de magistrados da que trata este artigo não poderá exceder a dois anos, podendo ser prorrogada uma única vez.

CAPÍTULO IV

DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º A Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do CNJ, será dirigida pelo Corregedor Nacional de Justiça, cuja função será exercida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que ficará excluído da distribuição de processos judiciais no âmbito do seu Tribunal.

Parágrafo único. A Corregedoria Nacional de Justiça terá uma Secretaria, dirigida por um Chefe e encarregada de executar os serviços de apoio ao gabinete do Corregedor Nacional de Justiça, e uma Assessoria, coordenada por um Assessor Chefe indicado pelo Corregedor Nacional de Justiça entre os magistrados requisitados, para auxílio técnico às suas manifestações.

Seção II

DAS ATRIBUIÇÕES DO CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA

Art. 8º Compete ao Corregedor Nacional de Justiça, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

- I - receber as reclamações e denúncias de qualquer interessado relativas aos magistrados e Tribunais e aos serviços judiciários auxiliares, serventias, órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, determinando o arquivamento sumário das anônimas, das prescritas e daquelas que se

- apresentem manifestamente improcedentes ou despidas de elementos mínimos para a sua compreensão, de tudo dando ciência ao reclamante;
- II - determinar o processamento das reclamações que atendam aos requisitos de admissibilidade, arquivando-as quando o fato não constituir infração disciplinar;
- III - instaurar sindicância ou propor, desde logo, ao Plenário a instauração de processo administrativo disciplinar, quando houver indício suficiente de infração;
- IV - promover ou determinar a realização de sindicâncias, inspeções e correções, quando houver fatos graves ou relevantes que as justifiquem, desde logo determinando as medidas que se mostrem necessárias, urgentes ou adequadas, ou propondo ao Plenário a adoção das medidas que lhe pareçam suficientes a suprir as necessidades ou deficiências constatadas;
- V - requisitar das autoridades fiscais, monetárias e de outras autoridades competentes informações, exames, perícias ou documentos, sigilosos ou não, imprescindíveis ao esclarecimento de processos ou procedimentos submetidos à sua apreciação, dando conhecimento ao Plenário;
- VI - requisitar magistrados para auxílio à Corregedoria Nacional de Justiça, delegando-lhes atribuições, observados os limites legais;
- VII - requisitar servidores do Poder Judiciário e convocar o auxílio de servidores do CNJ, para tarefa especial e prazo certo, para exercício na Corregedoria Nacional de Justiça, podendo delegar-lhes atribuições nos limites legais;
- VIII - elaborar e apresentar relatório anual referente às atividades desenvolvidas pela Corregedoria Nacional de Justiça na primeira sessão do ano seguinte;
- IX - apresentar ao Plenário do CNJ, em quinze (15) dias de sua finalização, relatório das inspeções e correções realizadas ou diligências e providências adotadas sobre qualquer assunto, dando-lhe conhecimento das que sejam de sua competência própria e submetendo à deliberação do colegiado as demais;
- X - expedir Recomendações, Provimentos, Instruções, Orientações e outros atos normativos destinados ao aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares e dos serviços notariais e de registro, bem como dos demais órgãos correicionais, sobre matéria relacionada com a competência da Corregedoria Nacional de Justiça;
- XI - propor ao Plenário do CNJ a expedição de recomendações e a edição de atos regulamentares que assegurem a autonomia, a transparência e a eficiência do Poder Judiciário e o cumprimento do Estatuto da Magistratura;
- XII - executar, de ofício ou por determinação, e fazer executar as ordens e deliberações do CNJ relativas à matéria de sua competência;
- XIII - dirigir-se, no que diz respeito às matérias de sua competência, às autoridades judiciárias e administrativas e aos órgãos ou às entidades, assinando a respectiva correspondência;
- XIV - indicar ao Presidente, para fins de designação ou nomeação, o nome dos ocupantes de função gratificada ou cargo em comissão no âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça, cabendo àquele dar-lhes posse;
- XV - promover a criação de mecanismos e meios para a coleta de dados necessários ao bom desempenho das atividades da Corregedoria Nacional de Justiça;
- XVI - manter contato direto com as demais Corregedorias do Poder Judiciário;
- XVII - promover reuniões periódicas para estudo, acompanhamento e sugestões com os magistrados envolvidos na atividade correicional;
- XVIII - delegar, nos limites legais, aos demais Conselheiros, aos Juízes Auxiliares ou aos servidores expressamente indicados, atribuições sobre questões específicas;
- XIX - solicitar aos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, ou a entidade pública, a cessão temporária por prazo certo, sem ônus para o CNJ, de servidor detentor de conhecimento técnico especializado, para colaborar na instrução de procedimento em curso na Corregedoria Nacional de Justiça;
- XX - promover de ofício, quando for o caso de urgência e relevância, ou propor ao Plenário, quaisquer medidas com vistas à eficácia e ao bom desempenho da atividade judiciária e dos serviços afetos às serventias e aos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro;
- XXI - promover, constituir e manter bancos de dados, integrados a banco de dados central do CNJ, atualizados sobre os serviços judiciais e extrajudiciais, inclusive com o acompanhamento da respectiva produtividade e geração de relatórios visando ao diagnóstico e à adoção de providências para a efetividade fiscalizatória e correicional, disponibilizando seus resultados aos órgãos judiciais ou administrativos a quem couber o seu conhecimento.

§ 1º Os magistrados requisitados poderão assessorar em procedimentos, atos e assuntos a serem levados à apreciação do CNJ ou em outros assuntos que se fizerem necessários, subscrevendo os respectivos despachos mediante delegação expressa do Corregedor Nacional de Justiça.

§ 2º Os magistrados e servidores requisitados conservarão os direitos e as vantagens inerentes ao exercício de seus cargos ou empregos de origem, como se em atividade normal estivessem.

§ 3º A requisição de magistrados de que trata este artigo não poderá exceder a dois anos, podendo

ser prorrogada uma única vez.

§ 4º Os procedimentos que tramitam na Corregedoria Nacional de Justiça são públicos. Contudo, enquanto não admitidos ou durante as investigações, se for o caso, o acesso aos autos respectivos poderá ficar restrito aos interessados e aos seus procuradores nos termos da Constituição e das leis.

§ 5º Das decisões do Corregedor Nacional de Justiça e dos Juizes Auxiliares por ele delegadas, em qualquer caso, será dada ciência ao requerente ou interessado pela imprensa oficial, e por intimação pessoal, pelo modo mais expedito e por via eletrônica, apenas quando a decisão importar em alteração da situação jurídica pessoal do interessado.

CAPÍTULO V

DOS CONSELHEIROS

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º Os Conselheiros serão nomeados pelo Presidente da República, após arguição pública e depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para cumprirem um mandato de dois anos, admitida, exceto para o Presidente, uma recondução.

§ 1º O biênio é contado ininterruptamente, a partir da posse.

§ 2º Nenhum Conselheiro poderá voltar a integrar o Plenário na mesma classe, ou em classe diversa após cumpridos dois mandatos, consecutivos ou não.

Art. 10. Até sessenta dias antes do término do mandato, ou imediatamente após a vacância do cargo de Conselheiro, a Presidência do CNJ oficialará ao órgão legitimado nos termos do art. 103-B da Constituição Federal para nova indicação.

Art. 11. Os Conselheiros tomam posse perante o Presidente do CNJ, com a assinatura do termo respectivo.

§ 1º O prazo para a posse é de trinta dias contados da nomeação, salvo motivo de força maior.

§ 2º Em caso de recondução, a assinatura do termo respectivo dispensa a posse formal.

§ 3º Os Conselheiros não integrantes das carreiras da magistratura terão os mesmos direitos, prerrogativas, deveres, impedimentos constitucionais e legais, suspeições e incompatibilidades que regem a carreira da magistratura, no que couber, enquanto perdurar o mandato.

§ 4º Aos Conselheiros é vedado o exercício da advocacia perante o CNJ nos dois (2) anos subsequentes ao término do mandato.

Art. 12. A renúncia ao cargo de Conselheiro deverá ser formulada por escrito à Presidência do CNJ, que a comunicará ao Plenário na primeira reunião que se seguir, informando, inclusive, as providências adotadas para o preenchimento da referida vaga.

Art. 13. Se, durante o cumprimento do mandato, algum membro do CNJ for acometido de invalidez, a Presidência levará o fato ao conhecimento do Plenário, que ordenará a formação de um procedimento específico para a declaração da perda do mandato.

Art. 14. O Conselheiro nomeado por sua condição funcional e institucional de magistrado em atividade, membro do Ministério Público, advogado ou cidadão de notável saber jurídico perderá automaticamente o seu mandato se for alterada a condição em que foi originalmente indicado, devendo ser sucedido por novo representante a ser indicado pelo respectivo órgão legitimado, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal.

Art. 15. O Conselheiro não poderá concorrer à vaga do quinto constitucional de que trata o art. 94 da Constituição Federal, ser promovido pelo critério de merecimento na carreira da magistratura ou ser indicado para integrar Tribunal Superior durante o período do mandato e até dois anos após o seu término.

Art. 16. Os Conselheiros perderão os seus mandatos:

- I - em virtude de condenação, pelo Senado Federal, em crime de responsabilidade;
- II - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- III - em virtude de declaração, pelo Plenário, de perda do mandato por invalidez.

Seção II

DOS DIREITOS

Art. 17. Os Conselheiros têm os seguintes direitos:

- I - tomar lugar nas reuniões do Plenário ou das comissões para as quais hajam sido eleitos, usando da palavra e proferindo voto;
- II - registrar em ata o sentido de seus votos ou opiniões manifestadas durante as sessões plenárias ou reuniões das Comissões para as quais hajam sido eleitos, juntando, se entenderem conveniente, seus votos;
- III - eleger e serem eleitos integrantes de Comissões instituídas pelo Plenário;
- IV - receber o mesmo tratamento protocolar dos Ministros dos Tribunais Superiores;
- V - obter informações sobre as atividades do CNJ, tendo acesso a atas e documentos a elas referentes;
- VI - elaborar projetos, propostas ou estudos sobre matérias de competência do CNJ e apresentá-los nas sessões plenárias ou reuniões de Comissões, observada a pauta fixada pelos respectivos Presidentes;
- VII - requisitar de quaisquer órgãos do Poder Judiciário, do CNJ e de outras autoridades competentes as informações e meios que considerem úteis para o exercício de suas funções;
- VIII - propor à Presidência a constituição de grupos de trabalho ou Comissões necessários à elaboração de estudos, propostas e projetos a serem apresentados ao Plenário do CNJ;
- IX - requerer a inclusão, na ordem de trabalhos das sessões do Plenário ou das reuniões das Comissões, de assunto que entendam dever ser objeto de deliberação e propor à Presidência do CNJ a realização de sessões extraordinárias;
- X - propor a convocação de técnicos, especialistas, representantes de entidades ou autoridades para prestar os esclarecimentos que o CNJ entenda convenientes;
- XI - pedir vista dos autos de processos em julgamento.

§ 1º A qualidade de Conselheiro não é incompatível com o exercício do cargo em virtude do qual foram indicados os magistrados e os membros do Ministério Público.

§ 2º Os Conselheiros oriundos da Magistratura e do Ministério Público poderão se afastar de suas atividades funcionais perante esses órgãos.

Seção III

DOS DEVERES

Art. 18. Os Conselheiros têm os seguintes deveres:

- I - participar das sessões plenárias para as quais forem regularmente convocados;
 - II - despachar, nos prazos legais, os requerimentos ou expedientes que lhes forem dirigidos;
 - III - desempenhar as funções de Relator nos processos que lhes forem distribuídos;
 - IV - desempenhar, além das funções próprias do cargo, as que lhes forem delegadas pelo Regimento, pelo Plenário, pelo Presidente ou pelo Corregedor Nacional de Justiça;
 - V - guardar sigilo dos seus atos, das suas deliberações e das providências determinadas pelo CNJ, ou pelos seus órgãos, que tenham caráter reservado na forma deste Regimento;
 - VI - declarar motivadamente os impedimentos, as suspeições ou as incompatibilidades que lhes afetem, comunicando-os de imediato à Presidência.
- Parágrafo único. Não são cabíveis impedimentos, suspeições ou incompatibilidades quando se tratar de atos normativos.

Seção IV

DAS LICENÇAS E SUBSTITUIÇÕES

Art. 19. O Conselheiro pode gozar das licenças concedidas pelos órgãos de origem e das deferidas pelo Plenário.

Art. 20. A licença de Conselheiro será requerida com a indicação do período, começando a correr do dia em que passar a ser usufruída.

Art. 21. O Conselheiro licenciado não poderá exercer qualquer das suas funções no CNJ.

Art. 22. Salvo contra-indicação médica, o Conselheiro licenciado poderá reassumir o cargo a qualquer tempo, entendendo-se que desistiu do restante do prazo, bem assim proferir decisões em processos que, antes da licença, lhe hajam sido conclusos para julgamento ou tenham recebido o seu visto como Relator.

Art. 23^º. Os Conselheiros serão substituídos em suas eventuais ausências e impedimentos:

1^ª Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

I^º - o Presidente do Conselho, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal;

1^ª Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

II - o Corregedor Nacional de Justiça, pelo Conselheiro por ele indicado;

III - o Presidente de Comissão, pelo membro por ele indicado.

§ 1^º No caso de ausência ou impedimento do Presidente do Conselho e do seu substituto o Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, substituirá o Presidente o Conselheiro por ele indicado.

1^ª Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

§ 2^º Considera-se ausência do Presidente do CNJ ou do Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, para os efeitos deste artigo, os casos de doença e de afastamento da sede do Conselho Nacional de Justiça (art. 92, § 1^º).

1^ª Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

§ 3^º Os processos sob relatoria de Conselheiro que eventualmente esteja substituindo o Presidente não deverão ser apregoados enquanto perdurar a situação.

1^ª Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Art. 24. O Relator será substituído:

I - pelo Conselheiro imediato, observada a ordem prevista neste Regimento, quando se tratar de deliberação sobre medida urgente; verificada a ausência do Conselheiro substituto, os autos serão remetidos ao Conselheiro seguinte na ordem prevista neste Regimento;

II - pelo Conselheiro designado para lavrar a decisão, quando vencido no julgamento;

III - mediante redistribuição, em caso de licença ou ausência por mais de trinta dias, ou de reconhecimento de suspeição ou impedimento;

IV - pelo novo Conselheiro nomeado para a sua vaga, em caso de vacância.

Seção V

DAS ATRIBUIÇÕES DO RELATOR

Art. 25. São atribuições do Relator:

I - ordenar e dirigir o processo, determinando as providências e diligências necessárias a seu andamento e instrução, fixando prazos para os respectivos atendimentos;

II - conceder vista dos autos aos interessados, após o feito lhe ter sido distribuído;

III - submeter ao Plenário, à Comissão ou à Presidência, conforme a competência, quaisquer questões de ordem para o bom andamento dos processos;

IV - decidir os incidentes que não dependerem de pronunciamento do Plenário, bem como fazer executar as diligências necessárias ao julgamento do processo;

V - requisitar, se necessário, os autos originais dos processos que subirem a seu exame em traslado, cópias

ou certidões, assim como os feitos que com eles tenham conexão ou dependência desde que já findos;

VI - solicitar inclusão na pauta de julgamento de processo examinado e relatado;

VII - proferir decisões monocráticas e votos com proposta de ementa, e lavrar acórdão quando cabível;

VIII - conduzir e orientar a instrução do processo, realizar atos ou diligências tidas por necessárias, inclusive pelo Plenário, bem como delegar competência a magistrado para colher provas consideradas indispensáveis;

IX - indeferir, monocraticamente, recurso, quando intempestivo ou manifestamente incabível;

X - determinar o arquivamento liminar do processo quando a matéria for flagrantemente estranha às finalidades do CNJ, bem como quando a pretensão for manifestamente improcedente, despida de elementos mínimos para sua compreensão ou quando ausente interesse geral;

XI - deferir medidas urgentes e acauteladoras, motivadamente, quando haja fundado receio de prejuízo, dano irreparável ou risco de perecimento do direito invocado, determinando a inclusão em pauta, na sessão seguinte, para submissão ao referendo do Plenário;

XII - deferir, monocraticamente, pedido em estrita obediência a Enunciado Administrativo ou a entendimento firmado pelo CNJ ou pelo Supremo Tribunal Federal;

XIII - manifestar-se, em auxílio à Presidência, nas solicitações de informações em processos no Supremo Tribunal Federal questionando decisão sua ou do Plenário;

XIV - praticar os demais atos de sua competência, previstos na lei e neste Regimento.

§ 1^º O Relator poderá, nos pedidos de providências e nos procedimentos de controle administrativo, propor, a qualquer momento, conciliação às partes em litígio, em audiência própria, reduzindo a

termo o acordo, a ser homologado pelo Plenário.

§ 2º O Relator poderá determinar, monocraticamente, a suspensão de procedimento a fim de aguardar o pronunciamento das instâncias administrativas do órgão judiciário, do qual o ato impugnado se origina.

Art. 26. O Relator poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública ou designar audiência pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para o interessado.

§ 1º A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas.

§ 2º O comparecimento à consulta pública não caracteriza, por si, a condição de interessado no processo, mas confere o direito, restrito ao objeto do procedimento, de obter resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais.

CAPÍTULO VI

DAS COMISSÕES

Art. 27. O Plenário poderá criar Comissões permanentes ou temporárias, compostas por, no mínimo, três Conselheiros, para o estudo de temas e o desenvolvimento de atividades específicas do interesse respectivo ou relacionadas com suas competências.

Parágrafo único. Os Conselheiros integrantes das Comissões permanentes serão eleitos pelo Plenário.

Art. 28. As Comissões serão constituídas na forma e com as atribuições previstas no ato de que resultar a sua criação, cabendo-lhes, entre outras, as seguintes atribuições:

- I - discutir e votar as proposições sujeitas à deliberação que lhes forem distribuídas;
- II - realizar audiências públicas com órgãos públicos, entidades da sociedade civil ou especialistas;
- III - receber requerimentos e sugestões de qualquer pessoa sobre tema em estudo ou debate em seu âmbito de atuação;
- IV - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo propor, no âmbito das atribuições para as quais foram criadas, a realização de conferência, exposições, palestras ou seminários.

§ 1º Na sessão de constituição de cada Comissão será eleito, por maioria absoluta, um Presidente, com a determinação do início e do término do mandato correspondente.

§ 2º Nas Comissões buscar-se-á a participação proporcional, preservando, sempre que possível, a representação das diversas categorias funcionais. Em cada uma delas haverá pelo menos um Conselheiro não integrante da Magistratura.

§ 3º As Comissões temporárias observarão os termos e limites do ato de sua constituição.

§ 4º As Comissões serão presididas por um de seus membros. Nos casos de renúncia ou vacância ou impedimento definitivo de qualquer dos membros das Comissões, proceder-se-á à indicação de novo membro, com mandato pelo período que restar.

Art. 29. Sem prejuízo das atribuições das Comissões, poderá o Presidente da Comissão, quando lhe parecer urgente ou relevante, adotar, singulamente ou mediante delegação especial, medidas ou providências que pareçam necessárias ao desempenho das competências respectivas.

Art. 30. A Comissão, dentro de seu âmbito específico de atuação, poderá solicitar à Presidência que sejam colocados à sua disposição magistrados e servidores para auxiliar nos trabalhos que lhe são afetos, sem prejuízo das funções dos requisitados e na medida de suas disponibilidades.

Parágrafo único. Quando for estritamente necessário, a Comissão poderá solicitar ao Presidente do CNJ a contratação de assessorias e auditorias, bem como a celebração de convênios com universidades ou outras instituições.

Art. 31. Cada Comissão comunicará ao Presidente do CNJ, em até trinta (30) dias após a sua constituição, os assuntos e as metas de seu âmbito, que deverão ser discutidos e aprovados pelo Plenário em sessão específica de planejamento interno.

Parágrafo único. Qualquer Comissão poderá propor a sua dissolução.

CAPÍTULO VII

DA SECRETARIA-GERAL

Art. 32. Compete à Secretaria-Geral assegurar a assessoria e o apoio técnico e administrativo necessários à preparação e à execução de sua gestão administrativa, das atividades do Plenário, da Presidência do CNJ, da Corregedoria Nacional de Justiça, dos Conselheiros e das Comissões, nos termos previstos neste Regimento e em regulamento específico editado pelo Plenário.

Parágrafo único. A Secretaria-Geral disporá de quadro próprio de pessoal constituído na forma da lei.

Art. 33. A Secretaria-Geral é composta pelas unidades previstas em seu regulamento aprovado pelo Plenário.

Art. 34. A Secretaria-Geral é dirigida pelo Secretário-Geral, designado pelo Presidente do CNJ entre os magistrados requisitados na forma deste Regimento.

Art. 35. Nos processos administrativos submetidos ao CNJ, os atos ordinatórios, de administração ou de mero expediente serão executados pela Secretaria-Geral; as comunicações, determinações ou ordens de execução concessivas ou restritivas de direito serão assinadas pelo Presidente do CNJ.

Parágrafo único. A Secretaria-Geral poderá prestar apoio para execução da gestão administrativa mediante protocolo de cooperação entre titulares das Secretarias de outros órgãos partes.

CAPÍTULO VIII**DO DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS - DPJ**

Art. 36. O DPJ é órgão de assessoramento técnico do CNJ.

Art. 37. Constituem objetivos do DPJ:

I - subsidiar a Presidência na elaboração do relatório anual do CNJ, na forma do disposto no inciso VII do § 4º do art. 103-B da Constituição Federal;

II - desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira;

III - realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário;

IV - elaborar relatórios conclusivos e opinar sobre matéria que lhe seja submetida pelo Plenário, pelo Presidente, pelo Corregedor Nacional de Justiça, por Conselheiro ou pelas Comissões;

V - fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias;

VI - disseminar informações e conhecimentos por meio de publicações, seminários e outros veículos.

Art. 38. Para a consecução dos objetivos institucionais do DPJ, o CNJ poderá:

I - estabelecer vínculos de cooperação e intercâmbio com quaisquer órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais, no campo de sua atuação;

II - celebrar contratos com autoridades públicas nacionais ou estrangeiras e pessoas físicas e jurídicas especializadas nos assuntos que lhe sejam submetidos a exame.

Art. 39. O DPJ será dirigido por 1 (um) Diretor Executivo, 1 (um) Diretor de Projetos e 1 (um) Diretor Técnico, sob a coordenação do primeiro, e disporá, em sua estrutura, de um Conselho Consultivo composto de nove (9) membros cujas competências serão fixadas em regulamento a ser editado pelo Plenário.

§ 1º Os membros do Conselho Consultivo do DPJ serão indicados pela Presidência e aprovados pelo Plenário do CNJ, devendo obrigatoriamente a escolha recair sobre professores de ensino superior e magistrados, em atividade ou aposentados e com reconhecida experiência nas atividades do Poder Judiciário.

§ 2º A participação no Conselho Consultivo não será remunerada.

Art. 40. Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar sobre estudos, relatórios, análises e pesquisas que o DPJ lhe submeter;

II - opinar sobre as diretrizes metodológicas e os projetos de pesquisas desenvolvidos no DPJ;

III - examinar e opinar sobre a celebração de convênios e acordos que envolvam as informações contidas nos bancos de dados do Poder Judiciário nacional e nos seus arquivos;

IV - propor estudos e projetos nas áreas temáticas relativas a Direito e Sociedade, Direito e Política, Direito e Economia, Reforma Legal e do Judiciário, bem como em outras áreas que atendam aos interesses do CNJ;

- V - fazer proposições a respeito das linhas de pesquisa desenvolvidas e suas diretrizes metodológicas;
- VI - apoiar a Diretoria do DPJ em suas relações com as comunidades científicas nacional e internacional;
- VII - dar parecer sobre qualquer quesito que a Diretoria do DPJ lhe submeter;
- VIII - elaborar seu regulamento, a ser submetido à aprovação do Plenário do CNJ.

CAPÍTULO IX

DO DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DO SISTEMA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.

Art. 40-A¹. O Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas - DMF, criado pela Lei nº 12.106, de 2 de dezembro de 2009, é órgão do CNJ de acompanhamento e fiscalização do sistema carcerário e de execução de medidas socioeducativas no âmbito do Poder Judiciário.

¹ Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

§ 1º Constituem objetivos do DMF, dentre outros correlatos que poderão ser estabelecidos administrativamente:

¹Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

- I - monitorar e fiscalizar o cumprimento das recomendações e resoluções do Conselho Nacional de Justiça em relação à prisão provisória e definitiva, medida de segurança e de internação de adolescentes;
- II - planejar, organizar e coordenar, no âmbito de cada Tribunal, mutirões para reavaliação da prisão provisória e definitiva, da medida de segurança e da internação de adolescentes e para o aperfeiçoamento de rotinas carcerárias;
- III - acompanhar e propor soluções em face de irregularidades verificadas no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas;
- IV - fomentar a implementação de medidas protetivas e de projetos de capacitação profissional e reinserção social do interno e do egresso do sistema carcerário;
- V - propor ao Conselho Nacional de Justiça, em relação ao sistema carcerário e ao sistema de execução de medidas socioeducativas, a uniformização de procedimentos, bem como de estudos para aperfeiçoamento da legislação sobre a matéria;
- VI - acompanhar e monitorar projetos relativos à abertura de novas vagas e ao cumprimento da legislação pertinente em relação ao sistema carcerário e ao sistema de execução de medidas socioeducativas;
- VII - acompanhar a implantação e o funcionamento de sistema de gestão eletrônica da execução penal e de mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias;
- VIII - coordenar a instalação de unidades de assistência jurídica voluntária no âmbito do sistema carcerário e do sistema de execução de medidas socioeducativas.

§ 2º Para a consecução dos objetivos institucionais do DMF, o Conselho Nacional de Justiça poderá:

¹Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

- I - estabelecer vínculos de cooperação e intercâmbio com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou supranacionais, no campo de sua atuação;
- II - celebrar contratos com pessoas físicas e jurídicas especializadas.

Art. 40-B¹. O Departamento será coordenado por 1 (um) juiz auxiliar nomeado pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça e supervisionado por 1 (um) Conselheiro designado pelo plenário e contará com uma estrutura de cargos em comissão e funções comissionadas.

¹Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

CAPÍTULO X

DA OUVIDORIA

Art. 41. A Ouvidoria do CNJ será coordenada por um Conselheiro, eleito pela maioria do Plenário.

Parágrafo único. As atribuições da Ouvidoria serão regulamentadas por ato do Plenário.

TÍTULO II

DO PROCESSO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. Os requerimentos iniciais, as reclamações disciplinares, os processos instaurados de ofício e os processos recebidos de outros órgãos ou os incidentes correlatos serão protocolados no dia da entrada, na ordem de recebimento, e registrados até o primeiro dia útil imediato.

§ 1º Os requerimentos e pedidos iniciais endereçados ao CNJ, bem assim os dirigidos a processos já em andamento, serão protocolados, registrados e devidamente autuados, digitalizados na Secretaria Processual do CNJ até o primeiro dia útil imediato.

§ 2º Os requerimentos e pedidos dirigidos a processos já em andamento serão juntados imediatamente aos autos respectivos ou digitalizados e poderão ser encaminhados:

I - por via eletrônica:

- a) no sistema informatizado, mediante cadastramento prévio do advogado ou do interessado;
- b) por correspondência eletrônica em endereço indicado no sítio eletrônico do CNJ;
- c) em equipamento de transmissão de dados e imagens, no número de linha telefônica divulgado no sítio eletrônico do CNJ, devendo os originais ser entregues em até cinco (5) dias, no Protocolo Geral do CNJ, sob pena de cancelamento da distribuição e arquivamento sumário do feito ou desconconsideração da peça, se interlocutória;

II - por requerimento:

- a) diretamente apresentados no Protocolo Geral do CNJ;
- b) enviados pelo correio ou por outro meio idôneo, sendo o interessado responsável pela observância do prazo legal ou regimental, se for o caso.

§ 3º A dispensa da remessa ou juntada dos originais poderá ser autorizada sempre que a autenticidade dos requerimentos e documentos puder ser de pronto reconhecida ou admitida pelo setor técnico da Secretaria Processual do CNJ.

§ 4º Se o requerimento inicial contiver cumulação de pedidos que não guardem pertinência temática, o requerente será intimado para que, no prazo de quinze (15) dias, individualize em peças autônomas cada uma das pretensões deduzidas, sob pena de indeferimento, dispensada a distribuição.

§ 5º Ato da Presidência do CNJ, ratificado pelo Plenário, poderá regulamentar as hipóteses e condições em que será obrigatória a utilização do meio de encaminhamento de que trata o § 2º, I, 'a', com vistas à implementação plena do processo eletrônico.

1Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

§ 6º Aplicam-se aos processos deste Conselho, no que couber, as normas relacionadas com a disciplina legal do processo judicial eletrônico e demais normas referentes à informatização dos procedimentos e à comunicação de atos processuais.

1Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Art. 43. O registro far-se-á em numeração contínua e seriada, observadas as seguintes classes processuais:

- I - Inspeção;
- II - Correlção;
- III - Sindicância;
- IV - Reclamação Disciplinar;
- V - Processo Administrativo Disciplinar;
- VI - Representação por Excesso de Prazo;
- VII - Avocação;
- VIII - Revisão Disciplinar;
- IX - Consulta;
- X - Procedimento de Controle Administrativo;
- XI - Pedido de Providências;
- XII - Arguição de Suspeição e Impedimento;
- XIII - Acompanhamento de Cumprimento de Decisão;
- XIV - Comissão;
- XV - Restauração de Autos;
- XVI - Reclamação para Garantia das Decisões;
- XVII - Ato Normativo;
- XVIII - Nota Técnica;
- XIX - Termo de Compromisso;
- XX - Convênios e Contratos;
- XXI - Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei.

CAPÍTULO II

DA DISTRIBUIÇÃO

Art. 44. Os pedidos, propostas de atos normativos e processos regularmente registrados serão, quando for o caso, apresentados à distribuição.

§ 1º A distribuição será feita sob a supervisão da Presidência, por sorteio, mediante sistema informatizado, por classe de processo.

§ 2º A distribuição automática, alternada e aleatória de processos será pública, podendo qualquer interessado ter acesso aos dados constantes do respectivo sistema informatizado.

§ 3º Sorteado o Relator, ser-lhe-ão imediatamente conclusos os autos.

§ 4º Havendo prevenção, o processo será distribuído ao Conselheiro que estiver preventivo.

§ 5º Considera-se preventivo, para todos os feitos supervenientes, o Conselheiro a quem for distribuído o primeiro requerimento pendente de decisão acerca do mesmo ato normativo, edital de concurso ou matéria, operando-se a distribuição por prevenção também no caso de sucessão do Conselheiro Relator original.

Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

§ 6º Não se submeterá à distribuição a proposta de ato normativo proveniente de Comissão ou decorrente de julgamento de processo já distribuído.

Art. 45. A distribuição se fará entre todos os Conselheiros, inclusive os ausentes ou licenciados por até trinta dias, excetuando o Presidente e o Corregedor Nacional de Justiça.

§ 1º Os processos distribuídos aos Conselheiros permanecerão a eles vinculados ainda que ocorram afastamentos temporários, ressalvada a hipótese de medida urgente que necessite de solução inadiável. Nesse caso, adotadas pelo substituto as providências que se fizerem necessárias, os autos retornarão ao Relator sorteado assim que cessar o motivo do encaminhamento.

§ 2º Distribuir-se-ão por dependência os procedimentos de qualquer natureza quando se relacionarem, por conexão, continência ou afinidade, com outro já ajuizado.

§ 3º Se dois ou mais processos que envolvam a mesma questão de direito forem distribuídos por dependência a um único Relator, este poderá determinar que apenas um deles tenha curso regular, ficando suspensa a tramitação dos demais que a ele ficarão apensados, até decisão final a ser proferida e estendida de modo uniforme a todos os procedimentos em curso.

§ 4º Na hipótese de afastamento temporário do Relator, por período superior a trinta dias, os processos poderão ser redistribuídos a pedido do interessado ou por determinação da Presidência, ou do Plenário.

§ 5º A distribuição que deixar de ser feita a Conselheiro ausente ou licenciado será compensada quando terminar a licença ou a ausência, salvo se o Plenário dispensar a compensação.

§ 6º Haverá também compensação quando o processo tiver de ser distribuído por prevenção a determinado Conselheiro.

§ 7º O exercício do cargo de Presidente de Comissão não exclui o Conselheiro da distribuição de processos.

Art. 46. Não haverá revisor nos processos submetidos ao CNJ.

Art. 47. Serão distribuídas:

I - ao Presidente as arguições de suspeição ou impedimento em relação aos demais Conselheiros;

II - ao Corregedor Nacional de Justiça:

a) as reclamações disciplinares;

b) as representações por excesso de prazo;

c) os pedidos de providência e avocação de sua competência.

Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

III - aos outros Conselheiros as demais matérias.

CAPÍTULO III

DOS DIVERSOS TIPOS DE PROCESSOS

Seção I

DA INSPEÇÃO

Art. 48. A Corregedoria Nacional de Justiça poderá realizar inspeções para apuração de fatos relacionados ao conhecimento e à verificação do funcionamento dos serviços judiciais e auxiliares, das serventias e dos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, havendo ou não

evidências de irregularidades.

Parágrafo único. As inspeções poderão ser realizadas rotineiramente ou a qualquer tempo por iniciativa da Corregedoria Nacional de Justiça, por proposição de qualquer Conselheiro ou a requerimento de autoridade pública, sem prejuízo da atuação disciplinar e correicional dos respectivos Tribunais.

Art. 49. O Corregedor Nacional de Justiça, ou aquele que for por ele designado, disporá de livre ingresso nos locais onde se processem as atividades inspecionadas, podendo, se entender conveniente, acessar documentos, livros, registros de computadores ou qualquer outro dado ou elemento de prova que reputar relevante para os propósitos da inspeção.

§ 1º No exercício de sua função, o Corregedor Nacional de Justiça poderá ser acompanhado de Conselheiros, Juizes Auxiliares, peritos ou funcionários da Corregedoria Nacional de Justiça.

¹Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

§ 2º Sempre que necessário, poderão ser designados servidores de outros órgãos do Poder Judiciário ou, mediante cooperação, dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo para auxiliar nos trabalhos de inspeção.

¹Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Art. 50. A inspeção será realizada independentemente de convocação ou comunicação prévia, com ou sem a presença das autoridades responsáveis pelos órgãos inspecionados, podendo colher-se a manifestação de interessados e outras autoridades que terão direito a prestar esclarecimentos e fazer observações que repute de interesse para os fins da inspeção.

Parágrafo único. Sempre que as circunstâncias não recomendem o contrário, a realização da inspeção poderá contar com a realização de audiência pública, comunicada à autoridade responsável pelo órgão com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas.

Art. 51. Concluída a diligência, o Corregedor Nacional de Justiça ou aquele por ele designado mandará lavrar auto circunstanciado, mencionando nele tudo quanto for útil aos objetivos daquela.

Art. 52. O Corregedor Nacional de Justiça poderá desde logo adotar as medidas cabíveis de sua competência e proporá ao Plenário as demais que tenha por necessárias e adequadas aos objetivos da inspeção, à vista das necessidades ou deficiências nela evidenciadas.

§ 1º O Plenário do CNJ e o Corregedor Nacional de Justiça poderão, conforme o caso, encaminhar traslado do expediente de inspeção à Corregedoria do Tribunal ao qual esteja o órgão inspecionado vinculado para a adoção das providências a seu cargo com ou sem prazo.

§ 2º Em qualquer momento em que apuradas, as irregularidades que constituam ilícito penal deverão ser imediatamente comunicadas ao Ministério Público.

Art. 53. O Plenário do CNJ poderá, tendo em vista o conteúdo das atas de inspeção, em face do órgão inspecionado, regulamentar práticas administrativas, uniformizando procedimentos com vista à melhoria da organização, do funcionamento e do controle dos serviços de administração da Justiça.

Seção II

DA CORREIÇÃO

Art. 54. A Corregedoria Nacional de Justiça poderá realizar correições para apuração de fatos determinados relacionados com deficiências graves dos serviços judiciais e auxiliares, das serventias e dos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro.

§ 1º As correições serão realizadas sem prejuízo da atuação disciplinar e correicional dos Tribunais.

§ 2º A Corregedoria Nacional de Justiça promoverá as diligências necessárias solicitadas por Conselheiro para a instrução de processo sob sua relatoria.

Art. 55. O Corregedor Nacional de Justiça, ou o Juiz Auxiliar por ele designado, disporá de livre ingresso nos locais onde se processem as atividades sob correição, podendo, se entender conveniente, requisitar e acessar documentos, livros, registros de computadores ou qualquer outro dado ou elemento de prova que reputar relevante para os propósitos da correição.

Parágrafo único. No exercício de sua função, o Corregedor Nacional de Justiça poderá ser

acompanhado de Conselheiros, Juizes Auxiliares, peritos ou funcionários da Corregedoria Nacional de Justiça. Sempre que necessário, poderão ser designados servidores de outros órgãos do Poder Judiciário ou, mediante cooperação, dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, para auxiliarem nos trabalhos de correição.

Art. 56. A correição será precedida de ato convocatório com indicação dos fatos a apurar e realizada na presença das autoridades responsáveis pelos órgãos correccionados, que terão direito a prestar esclarecimentos e fazer observações que reputem de interesse para a elucidação dos fatos objeto de apuração.

Parágrafo único. Em caso de extrema urgência ou em virtude de relevante motivação devidamente fundamentada, a correição poderá ser realizada sem a comunicação prévia e independente da ciência da autoridade judiciária responsável.

Art. 57. Concluída a diligência, o Corregedor Nacional de Justiça ou aquele por ele designado mandará lavrar auto circunstanciado, mencionando nele tudo quanto for útil aos objetivos daquela.

Art. 58. O Corregedor Nacional de Justiça poderá desde logo adotar as medidas cabíveis de sua competência e proporá ao Plenário as demais que tenha por pertinentes e adequadas aos objetivos da correição, à vista das necessidades ou deficiências nela verificadas.

§ 1º Em qualquer momento em que apuradas, as irregularidades que constituam ilícito penal deverão ser imediatamente comunicadas ao Ministério Público.

1Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

§ 2º O Plenário do CNJ e o Corregedor Nacional de Justiça poderão encaminhar traslado do expediente de correição à corregedoria do Tribunal ao qual esteja o órgão correccionado vinculado, para a adoção das providências a seu cargo, com ou sem prazo.

1Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Art. 59. O Plenário do CNJ poderá, tendo em vista o conteúdo das atas de correição, regulamentar práticas administrativas, uniformizando procedimentos com vista à melhoria da organização, do funcionamento e do controle dos serviços de administração da Justiça.

Parágrafo único. O Plenário, a Presidência ou o Corregedor Nacional de Justiça poderá, conforme as necessidades apuradas a qualquer tempo, determinar a realização de mutirão para atendimento de excesso ou congestionamento de feitos ou processos em qualquer vara ou juízo, diretamente, ou por Juizes Auxiliares, neste caso conferindo-lhes, por delegação especial, poderes correccionais gerais para o completo desempenho das diligências.

Seção III

DA SINDICÂNCIA

Art. 60. A sindicância é o procedimento investigativo sumário levado a efeito pela Corregedoria Nacional de Justiça, com prazo de conclusão não excedente de sessenta (60) dias, destinado a apurar irregularidades atribuídas a magistrados ou servidores nos serviços judiciais e auxiliares, ou a quaisquer serventuários, nas serventias e nos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, cuja apreciação não se deva dar por inspeção ou correição.

Parágrafo único¹. A juízo do Corregedor Nacional de Justiça, o prazo de que trata o caput deste artigo poderá, conforme a necessidade, ser, motivadamente, prorrogado por prazo certo.

1Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Art. 61. O Corregedor Nacional de Justiça poderá delegar a Conselheiros e aos magistrados requisitados, em caráter permanente ou temporário, competência para a realização de sindicância.

Parágrafo único. Sempre que necessário, poderão ser designados servidores de outros órgãos do Poder Judiciário ou, mediante cooperação, dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, para auxiliar nos trabalhos de apuração da sindicância.

Art. 62. O Corregedor Nacional de Justiça ou o sindicante intimará o sindicado ou seu procurador para acompanhar a inquirição de testemunhas, podendo formular perguntas.

Art. 63¹. O Corregedor Nacional de Justiça ou o sindicante por ele regularmente designado determinará a oitiva do investigado, que poderá apresentar defesa e requerer a produção de prova

no prazo de 10 (dez) dias a contar da ciência da instauração da sindicância.

¹Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Parágrafo único¹. Encerrada a investigação, o sindicante elaborará o relatório, cabendo ao Corregedor Nacional de Justiça, se convencido da existência de infração, propor ao Plenário do CNJ a instauração de processo disciplinar, o que será precedido da intimação para apresentar defesa prévia em 15 (quinze) dias, devendo constar da intimação a descrição do fato e a sua tipificação legal, bem como cópia do teor da acusação.

¹Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Art. 64¹. Não sendo apurado ato ou fato que justifique a aplicação de penalidade, assim demonstrado no relatório, a sindicância será arquivada por ato singular do Corregedor Nacional ou, a seu juízo, levada à apreciação do Plenário, em qualquer caso comunicando-se os interessados.

¹Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Art. 65. Se restar apurada a existência de fundados indícios de infração grave, o Plenário do CNJ poderá deliberar que o processo de sindicância em que o arguido tenha sido ouvido constitua parte instrutória do processo disciplinar.

Art. 66¹. São aplicáveis à instrução das sindicâncias para a apuração de infrações cometidas por servidores do CNJ ou servidores do Poder Judiciário, no que couberem, as disposições relativas a processos disciplinares previstas na legislação federal ou estadual pertinente à hipótese.

¹Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Parágrafo único. No caso de sindicância para apuração de infração disciplinar imputada a titular de serviços notariais e de registro, será observado o procedimento previsto na respectiva legislação.

Seção IV

DA RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR

Art. 67. A reclamação disciplinar poderá ser proposta contra membros do Poder Judiciário e contra titulares de seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro.

§ 1º A reclamação deverá ser dirigida ao Corregedor Nacional de Justiça em requerimento assinado contendo a descrição do fato, a identificação do reclamado e as provas da infração.

§ 2º Quando não atendidos os requisitos ou o fato narrado não configurar infração disciplinar, a reclamação será arquivada.

§ 3º Não sendo caso de arquivamento ou indeferimento sumário, o reclamado será notificado para prestar informações em quinze (15) dias, podendo o Corregedor Nacional de Justiça requisitar informações à corregedoria local e ao Tribunal respectivo ou determinar diligência para apuração preliminar da verossimilhança da imputação.

§ 4º¹ Nas reclamações oferecidas contra magistrados de primeiro grau, poderá o Corregedor Nacional de Justiça enviar cópia da petição e dos documentos à Corregedoria de Justiça respectiva, fixando prazo para apuração e comunicação das providências e conclusão adotadas.

¹Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Art. 68. Prestadas as informações, o Corregedor Nacional de Justiça arquivará a reclamação se confirmado que o fato não constitui infração disciplinar.

Art. 69¹. Configurada a evidência de possível infração disciplinar atribuída a magistrado, se as provas forem suficientes o Corregedor Nacional de Justiça proporá ao Plenário a instauração de processo administrativo disciplinar, caso contrário instaurará sindicância para investigação dos fatos.

¹Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Parágrafo único¹. O procedimento da reclamação disciplinar contra magistrado obedecerá, subsidiariamente, no que couber, ao disposto no Estatuto da Magistratura.

¹Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Art. 70¹. No caso de instauração desde logo de processo administrativo disciplinar, o Corregedor Nacional de Justiça, antes de submeter o feito à apreciação do Plenário, intimará o magistrado ou servidor para oferecer defesa prévia em 15 (quinze) dias, devendo constar da intimação a descrição do fato e a sua tipificação legal, bem como cópia do teor da acusação.

1Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Art. 71^º. Se da apuração da reclamação disciplinar resultar a verificação de possível falta ou infração atribuída a servidor, serventuário ou delegatário de serventia extrajudicial, o Corregedor Nacional de Justiça poderá determinar, conforme o caso, a instauração de sindicância ou o encaminhamento à Corregedoria local para as providências necessárias.

1Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Parágrafo único¹. Se dos fatos apurados ficar evidenciada a existência de elementos suficientes para a imediata instauração de processo administrativo disciplinar contra servidor, serventuário ou delegatário de serventias, o Corregedor Nacional de Justiça proporá ao Plenário essa medida ou encaminhará os dados à Corregedoria local para as providências cabíveis.

1Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Art. 72^º. O Corregedor Nacional de Justiça poderá delegar aos Conselheiros e aos magistrados requisitados, em caráter permanente ou temporário, competência para a apuração de irregularidades objeto de reclamações.

1Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Seção V

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 73^º. O processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de magistrados e de titulares de serviços notariais e de registro por infração disciplinar praticada no exercício de suas atribuições.

1Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Art. 74^º. Determinada pelo Plenário do CNJ a instauração do processo administrativo disciplinar, o feito será distribuído a um Relator a quem competirá ordenar e dirigir a instrução respectiva.

1Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Parágrafo único. É impedido de atuar nos processos administrativos disciplinares o Conselheiro que:

- I - tenha interesse direto ou indireto na matéria em discussão;
- II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro, parentes e afins até o terceiro grau;
- III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou o respectivo cônjuge ou companheiro.

Art. 75^º. O processo administrativo disciplinar instaurado contra magistrado obedecerá ao procedimento ditado no Estatuto da Magistratura, inclusive no que concerne à aplicação pelo CNJ das penas disciplinares respectivas, sujeitando-se subsidiariamente, no que não for incompatível à Resolução do CNJ, à Lei nº 8.112, de 1990, e à Lei nº 9.784, de 1999.

1Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Parágrafo único¹. Acolhida a instauração do processo disciplinar, ou no curso dele, o Plenário do CNJ poderá, motivadamente e por maioria absoluta de seus membros, afastar o magistrado ou servidor das suas funções.

1Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Art. 76. O processo administrativo disciplinar instaurado contra titular de serviços notariais e de registro obedecerá ao procedimento estabelecido na respectiva legislação funcional.

Art. 77^º. Finda a instrução, o Ministério Público e o magistrado ou seu procurador, terão, sucessivamente, vista dos autos por 10 (dez) dias para razões.

1Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Parágrafo único¹. No mesmo prazo poderá manifestar-se o Procurador Geral da República ou o órgão do Ministério Público por este designado.

1Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Seção VI

DA REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO

Art. 78. A representação contra magistrado, por excesso injustificado de prazo, para a prática de ato

de sua competência jurisdicional ou administrativa, poderá ser formulada por qualquer pessoa com interesse legítimo, pelo Ministério Público, pelos Presidentes de Tribunais ou, de ofício, pelos Conselheiros.

§ 1º A representação será instruída com os documentos necessários à sua demonstração e será dirigida ao Corregedor Nacional de Justiça.

§ 2º Não sendo o caso de indeferimento sumário da representação, o Corregedor Nacional de Justiça enviará, mediante ofício, a segunda via acompanhada de cópia da documentação ao representado, a fim de que este, no prazo de quinze (15) dias, apresente a sua defesa, com indicação, desde logo, das provas que pretende produzir.

§ 3º Decorrido o prazo de defesa, o Corregedor Nacional de Justiça proporá ao Plenário, conforme o caso, o arquivamento da representação ou a instauração de processo disciplinar.

§ 4º As disposições deste artigo são aplicáveis, no que couber, ao pedido de representação por excesso de prazo apresentado contra servidor do Poder Judiciário ou de seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro.

§ 5º Independentemente da configuração de infração disciplinar, se verificada pela prova dos autos a existência de grave atraso ou de grande acúmulo de processos, o Corregedor Nacional de Justiça submeterá o caso ao Plenário, com proposta de adoção de providência.

§ 6º Verificada a generalizada ocorrência de atraso ou acúmulo de processos envolvendo dois ou mais magistrados, de primeiro ou segundo grau, do mesmo órgão judiciário, a Corregedoria Nacional de Justiça poderá instaurar procedimento especial para apuração concertada.

*Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Seção VII

DA AVOCACÃO

Art. 79¹. A avocação de processo de natureza disciplinar em curso contra membros do Poder Judiciário ou de seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro dar-se-á, a qualquer tempo, mediante representação fundamentada de membro do CNJ, do Procurador-Geral da República, do Presidente do Conselho Federal da OAB ou de entidade nacional da magistratura.

*Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Parágrafo único. Cuidando-se de matéria de competência da Corregedoria Nacional de Justiça, caberá ao Corregedor Nacional de Justiça deliberar; sendo caso de competência do Plenário do CNJ, será distribuído o feito, cabendo ao Relator decidir sobre a relevância da matéria, podendo, em qualquer caso, determinar-se o arquivamento liminar, se manifestamente infundado o pedido.

Art. 80¹. O Corregedor Nacional de Justiça, acolhendo o pedido, e ouvido o órgão disciplinar local, com prazo de 15 dias, adotará as providências pertinentes no âmbito da competência da Corregedoria Nacional de Justiça, conhecendo e deliberando definitivamente a respeito, com ciência aos interessados.

*Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Art. 81. Nos demais casos, o Relator mandará ouvir, em quinze (15) dias, o magistrado ou o servidor e o órgão disciplinar originariamente competente para a decisão.

§ 1º Findo o prazo, com ou sem as informações, o Relator pedirá a inclusão do processo em pauta, para deliberação pelo Plenário.

§ 2º Decidindo o Plenário pela avocação do processo disciplinar, a decisão será imediatamente comunicada ao Tribunal respectivo, para o envio dos autos no prazo máximo de quinze (15) dias.

Art. 81-A¹. Recebidos os autos avocados, estes serão novamente autuados como processo disciplinar, com distribuição por prevenção ao Relator ou encaminhados ao Corregedor Nacional, nos casos de sua competência.

*Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Parágrafo único¹. Ao Corregedor Nacional ou ao Relator caberá ordenar e dirigir o processo disciplinar avocado, podendo aproveitar os atos já praticados regularmente na origem.

*Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Art. 81-B¹. Se em procedimento em curso no CNJ tomar-se necessário avocar procedimento disciplinar correlato, o Corregedor Nacional de Justiça ou o Relator, depois de ouvir o órgão respectivo, proporá, incidentalmente, ao Plenário a avocação do feito.

¹Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Seção VIII

DA REVISÃO DISCIPLINAR

Art. 82. Poderão ser revistos, de ofício ou mediante provocação de qualquer interessado, os processos disciplinares de juizes e membros de Tribunais julgados há menos de um ano do pedido de revisão.

Art. 83. A revisão dos processos disciplinares será admitida:

- I - quando a decisão for contrária a texto expresso da lei, à evidência dos autos ou a ato normativo do CNJ;
- II - quando a decisão se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos;
- III - quando, após a decisão, surgirem fatos novos ou novas provas ou circunstâncias que determinem ou autorizem modificação da decisão proferida pelo órgão de origem.

Art. 84¹. O pedido de revisão de processo disciplinar será apresentado em petição escrita, devidamente fundamentada e com toda a documentação pertinente.

¹Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Art. 85. O Relator poderá indeferir, de plano, o pedido que se mostre intempestivo, manifestamente sem fundamento ou improcedente.

§ 1º O pedido será instruído com a certidão do julgamento do processo disciplinar e com as peças necessárias à comprovação dos fatos alegados.

§ 2º O Relator poderá determinar que se apensem os autos originais ou cópias autenticadas de todas as peças do processo, requisitando-se ao Tribunal competente as providências necessárias, no prazo de quinze (15) dias.

Art. 86. A instauração de ofício da Revisão de Processo Disciplinar poderá ser determinada pela maioria absoluta do Plenário do CNJ, mediante proposição de qualquer um dos Conselheiros, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da OAB.

Art. 87. A instrução do Processo de Revisão Disciplinar observará os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo único. Finda a instrução, o Procurador-Geral da República e o magistrado acusado ou seu defensor terão vista dos autos por dez dias, para razões.

Art. 88. Julgado procedente o pedido de revisão, o Plenário do CNJ poderá determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, alterar a classificação da infração, absolver ou condenar o juiz ou membro de Tribunal, modificar a pena ou anular o processo.

Seção IX

DA CONSULTA

Art. 89. O Plenário decidirá sobre consultas, em tese, de interesse e repercussão gerais quanto à dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência.

§ 1º A consulta deve conter indicação precisa do seu objeto, ser formulada articuladamente e estar instruída com a documentação pertinente, quando for o caso.

§ 2º A resposta à consulta, quando proferida pela maioria absoluta do Plenário, tem caráter normativo geral.

Art. 90. A consulta poderá ser apreciada pelo Relator monocraticamente, quando a matéria já estiver expressamente regulamentada em Resolução ou Enunciado Administrativo, ou já tiver sido objeto de pronunciamento definitivo do Plenário ou do Supremo Tribunal Federal.

Seção X

DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

Art. 91. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do CNJ, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade,

impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco (5) anos, salvo quando houver afronta direta à Constituição.

Art. 92. O pedido, que deverá ser formulado por escrito com a qualificação do requerente e a indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 93. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Plenário, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da OAB.

Art. 94. O Relator determinará a notificação da autoridade que praticou o ato impugnado e dos eventuais interessados em seus efeitos, no prazo de quinze (15) dias.

§ 1º O Relator poderá determinar as formas e os meios de notificação pessoal dos eventuais interessados.

§ 2º A notificação será feita por edital quando dirigida a eventuais interessados não identificados, desconhecidos ou com domicílio não informado nos autos.

Art. 95. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I - a sustação da execução do ato impugnado;

II - a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo;

III - o afastamento da autoridade competente pela prática do ato impugnado.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do CNJ.

Art. 96. Em se tratando de matéria sujeita à competência administrativa concorrente, o Plenário, por conveniência ou oportunidade, poderá determinar que o procedimento seja iniciado ou tenha prosseguimento perante a autoridade administrativa de menor grau hierárquico para decidir fixando prazo para a sua conclusão.

Art. 97. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na legislação de processo administrativo.

Seção XI

DO PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

Art. 98. As propostas e sugestões tendentes à melhoria da eficiência e eficácia do Poder Judiciário bem como todo e qualquer expediente que não tenha classificação específica nem seja acessório ou incidente serão incluídos na classe de pedido de providências, cabendo ao Plenário do CNJ ou ao Corregedor Nacional de Justiça, conforme a respectiva competência, o seu conhecimento e julgamento.

Art. 99. Em caso de risco de prejuízo iminente ou de grave repercussão, o Plenário do CNJ, o Presidente, o Corregedor Nacional ou o Relator poderão, no âmbito de sua competência e motivadamente, adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação da autoridade, observados os limites legais.

Parágrafo único. Quando a medida cautelar for deferida pelo Relator, será submetida a referendo do Plenário na primeira sessão ordinária seguinte.

Art. 100. O expediente será autuado e distribuído a um Relator, que poderá determinar a realização de diligências, audiências públicas, consultas públicas e solicitar esclarecimentos indispensáveis à análise do requerimento.

§ 1º Atendidos os requisitos mínimos, e sendo o caso, o Relator solicitará a sua inclusão na pauta de julgamento.

§ 2º A execução do pedido de providências acolhido pelo Plenário será realizada por determinação do Presidente do CNJ e pelo Corregedor Nacional de Justiça nos casos de sua competência.

Seção XII

DA RECLAMAÇÃO PARA GARANTIA DAS DECISÕES

Art. 101. A reclamação para garantia das decisões ou atos normativos poderá ser instaurada de ofício ou mediante provocação, sendo submetida ao Presidente do CNJ.

Parágrafo único. O requerimento deverá ser instruído com cópia da decisão atacada e referência expressa ao ato ou decisão do Plenário cuja autoridade se deva preservar, sob pena de indeferimento liminar.

Seção XIII

DO ATO NORMATIVO

Art. 102. O Plenário poderá, por maioria absoluta, editar atos normativos, mediante Resoluções, Instruções ou Enunciados Administrativos e, ainda, Recomendações.

§ 1º A edição de ato normativo ou regulamento poderá ser proposta por Conselheiro ou resultar de decisão do Plenário quando apreciar qualquer matéria; ainda, quando o pedido seja considerado improcedente, podendo ser realizada audiência pública ou consulta pública.

§ 2º Decidida pelo Plenário a edição do ato normativo ou da recomendação, a redação do texto respectivo será apreciada em outra sessão plenária, salvo comprovada urgência.

§ 3º A edição de ato normativo poderá, a critério do Plenário ou do Relator, ser precedida de audiência pública ou consulta pública, por prazo não superior a 30 (trinta) dias.

§ 4º Os efeitos do ato serão definidos pelo Plenário.

§ 5º As Resoluções e Enunciados Administrativos terão força vinculante, após sua publicação no Diário da Justiça eletrônico e no sítio eletrônico do CNJ.

§ 6º Os Enunciados serão numerados em ordem crescente de referência, com alíneas, quando necessário, seguidas de menção aos dispositivos legais e aos julgados em que se fundamentam.

§ 7º Nos casos em que a proposta de ato normativo ensejar impacto orçamentário aos órgãos ou Tribunais destinatários, receberá prévio parecer técnico do órgão competente no âmbito do CNJ.

Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Seção XIV

DA NOTA TÉCNICA

Art. 103. O Plenário poderá, de ofício, ou mediante provocação:

I - elaborar notas técnicas, de ofício ou mediante requerimento de agentes de outros Poderes, sobre políticas públicas que afetem o desempenho do Poder Judiciário, anteprojetos de lei, projetos de lei, e quaisquer outros atos com força normativa que tramitam no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas ou em quaisquer outros entes da Administração Pública Direta ou Indireta, quando caracterizado o interesse do Poder Judiciário;

II - elaborar notas técnicas sobre normas ou situações específicas da Administração Pública quando caracterizado o interesse do Poder Judiciário;

III - elaborar notas técnicas endereçadas ao Supremo Tribunal Federal relativas aos projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário.

CAPÍTULO IV

DA EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES

Art. 104. Cabe à Secretaria-Geral, mediante órgão específico, o acompanhamento do fiel cumprimento dos atos e decisões do CNJ, e à Secretaria da Corregedoria Nacional de Justiça, o das deliberações do Corregedor Nacional de Justiça.

§ 1º A Secretaria-Geral informará ao Presidente e ao Relator, conforme o caso, permanentemente, sobre os eventos e omissões relacionados com as deliberações do CNJ.

§ 2º A Secretaria-Geral disponibilizará ao público, através do sítio eletrônico do CNJ, planilha atualizada mensalmente indicando o cumprimento ou não, pelos Tribunais, dos atos normativos e das decisões do CNJ, separadas por ato decisório e por Tribunal.

Art. 105. Comprovada a resistência ao cumprimento da decisão proferida pelo CNJ em mais de 30 dias além do prazo estabelecido, o Plenário, o Presidente ou o Corregedor Nacional de Justiça, de ofício ou por reclamação do interessado, adotará as providências que entenderem cabíveis à sua imediata efetivação, sem prejuízo da instauração do competente procedimento disciplinar contra a autoridade recalcitrante e, quando for o caso, do envio de cópias ao Ministério Público para a adoção das providências pertinentes.

Art. 106¹. O CNJ determinará à autoridade recalcitrante, sob as cominações do disposto no artigo anterior, o imediato cumprimento de decisão ou ato seu, quando impugnado perante outro juízo que não o Supremo Tribunal Federal.

¹Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

CAPÍTULO V

DAS PROVAS

Art. 107. Qualquer meio legal ou moralmente legítimo será hábil para fazer prova dos fatos alegados.

Parágrafo único. A proposição, a admissão e a produção de provas no CNJ obedecerão, no que couber, ao disposto na legislação sobre processo administrativo e, subsidiariamente, ao processo judicial civil e penal, observados os preceitos deste Regimento.

Art. 108. O requerente deverá instruir seu requerimento com a documentação necessária à compreensão de seu pedido.

Parágrafo único. Havendo documento necessário à prova do alegado em órgãos judiciais ou de serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, ou em poder de autoridade que se recuse a fornecê-lo por certidão, o requerente, indicando esse fato, poderá requerer ao Relator ou ao Corregedor Nacional de Justiça que o requirite ou que fixe prazo para a devida exibição.

Art. 109. O interessado, quando for o caso, será intimado para manifestar-se sobre documento juntado após a sua última intervenção no processo.

Art. 110. No processo em que se fizer necessária a presença do interessado ou de terceiro, o Plenário ou o Relator poderá, independentemente de outras sanções legais, expedir ordem de condução da pessoa que, intimada, deixar de comparecer sem justo motivo no local que lhe for designado.

Art. 111. Os depoimentos poderão ser taquigrafados, estenotipados, videogravados ou gravados e depois transcritos ou copiados os trechos indicados pelos interessados ou pelo Relator.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo ao interrogatório dos acusados em processos disciplinares.

§ 2º As inquirições ou depoimentos de testemunhas ou interessados, acaso necessários, poderão ser realizados fora da sede do CNJ, mediante carta de ordem a qualquer juízo ou Tribunal, nos termos e forma determinados pelo Relator ou pelo Corregedor Nacional de Justiça nos casos de sua respectiva competência.

¹Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

CAPÍTULO VI

DAS AUDIÊNCIAS

Art. 112. As audiências para instrução dos feitos serão realizadas em local, dia e hora designados pelo Relator.

§ 1º A abertura e o encerramento da audiência serão apregoados pelo servidor designado para secretariar os trabalhos.

§ 2º Nas hipóteses previstas em lei, inclusive no que se refere ao sigilo constitucional, e naquelas em que a preservação do direito à intimidade assim o recomendar, as audiências poderão ser realizadas sob caráter reservado, com a presença apenas do Relator, do interessado, dos advogados e do representante do Ministério Público.

Art. 113. O secretário lavrará ata, na qual registrará os nomes dos interessados, dos advogados e do representante do Ministério Público presentes, os requerimentos verbais e todos os outros atos e ocorrências.

Art. 114. Com exceção dos advogados e do representante do Ministério Público, as pessoas que tomarem parte na audiência não poderão retirar-se da sala sem a permissão do Relator.

CAPÍTULO VII

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 115. A autoridade judiciária ou o interessado que se considerar prejudicado por decisão do Presidente, do Corregedor Nacional de Justiça ou do Relator poderá, no prazo de cinco (5) dias, contados da sua intimação, interpor recurso administrativo ao Plenário do CNJ.

§ 1º São recorríveis apenas as decisões monocráticas terminativas de que manifestamente resultar ou puder resultar restrição de direito ou prerrogativa, determinação de conduta ou anulação de ato ou decisão, nos casos de processo disciplinar, reclamação disciplinar, representação por excesso de prazo, procedimento de controle administrativo ou pedido de providências.

1Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

§ 2º O recurso será apresentado, por petição fundamentada, ao prolator da decisão atacada, que poderá reconsiderá-la no prazo de cinco (5) dias ou submetê-la à apreciação do Plenário na primeira sessão seguinte à data de seu requerimento.

§ 3º Relatará o recurso administrativo o prolator da decisão recorrida; quando se tratar de decisão proferida pelo Presidente, a seu juízo o recurso poderá ser livremente distribuído.

§ 4º O recurso administrativo não suspende os efeitos da decisão agravada, podendo, no entanto, o Relator dispor em contrário em caso relevante.

§ 5º A decisão final do colegiado substitui a decisão recorrida para todos os efeitos.

§ 6º Dos atos e decisões do Plenário não cabe recurso.

CAPÍTULO VIII

DAS SESSÕES

Art. 116. As sessões serão públicas, exceto nas hipóteses de sigilo previstas na Constituição Federal e de proteção do direito à intimidade.

Art. 117. Nas sessões do Plenário e das Comissões, observar-se-á a seguinte ordem:

- I - verificação do número de Conselheiros;
- II - discussão e aprovação da ata anterior;
- III - apreciação da pauta;
- IV - assuntos gerais.

§ 1º Antes ou durante a sessão, o Conselheiro poderá apresentar indicação ou proposta escritas, devendo o Presidente designar Relator para apresentar relatório e voto escritos na sessão seguinte.

§ 2º O Presidente, em caso de urgência e relevância, pode designar Relator para apresentar relatório e voto orais na mesma sessão ou submeter a matéria diretamente à discussão e à votação.

§ 3º Cabe ao Secretário-Geral secretariar as sessões do Plenário.

Art. 118. As sessões do Plenário poderão ser ordinárias, extraordinárias ou de planejamento.

§ 1º As sessões ordinárias serão realizadas quinzenalmente, em dias úteis, mediante prévia comunicação aos Conselheiros do calendário de planejamento instituído ao início de cada semestre.

§ 2º As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, fora do calendário semestral estabelecido, com pelo menos dois dias úteis de antecedência.

§ 3º O Presidente convocará sessão extraordinária, que se realizará em até quinze (15) dias, quando requerida, por escrito, por um terço dos Conselheiros, devendo o requerimento indicar o tema objeto de análise e deliberação.

Art. 119. São atribuições da Presidência nas sessões plenárias:

- I - dirigir os debates, as votações e as deliberações, podendo limitar a duração das intervenções;
- II - após os debates, submeter os casos à deliberação do Plenário delimitando os pontos objeto da votação;
- III - manter a ordem dos trabalhos especialmente quanto ao uso do tempo previamente estipulado para os interessados ou quanto aos limites do assunto objeto de deliberação do Plenário;
- IV - dispor sobre a suspensão da sessão quando houver motivo relevante e justificado, fixando a hora em que deva ser reiniciada, sempre dentro das vinte e quatro (24) horas seguintes;
- V - proferir voto, o qual prevalecerá em caso de empate.

1Redação dada pela Emenda Regimental n. 01/10

Art. 120. As pautas do Plenário serão organizadas pela Secretaria-Geral, com aprovação da Presidência, encaminhando-se previamente aos Conselheiros os dados pertinentes aos pontos incluídos em pauta.

§ 1º Poderão ser apresentados em mesa, pela relevância, urgência ou conveniência, assuntos que

não se encontrem inscritos na pauta da sessão.

§ 2º A publicação da pauta de julgamento no Diário da Justiça eletrônico antecederá quarenta e oito (48) horas, pelo menos, à sessão em que os processos possam ser chamados.

§ 3º Para ciência dos interessados, a pauta de julgamentos também será publicada no sítio eletrônico do CNJ.

§ 4º Somente serão incluídos em pauta os processos cujos autos estejam disponíveis na Secretaria Processual, com os respectivos relatórios para inserção no sistema informatizado da sessão de julgamento.

Art. 121. As decisões do Plenário do CNJ e das Comissões serão tomadas pelo voto da maioria simples dos Conselheiros presentes, observado o quorum regimental, exceto nos casos em que haja exigência de quorum qualificado.

Art. 122. Nas sessões do Plenário, o Presidente do CNJ sentará ao centro da mesa principal; à sua direita, tomarão assento, pela ordem, o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da OAB; à sua esquerda, o Secretário-Geral.

§ 1º O Corregedor Nacional de Justiça tomará assento na primeira cadeira da bancada à direita da mesa central; o Conselheiro Ministro do Tribunal Superior do Trabalho tomará assento na primeira cadeira da bancada à esquerda da mesa central, seguido, nesta ordem, pelos Conselheiros membros de Tribunal de Justiça, de Tribunal Regional Federal e de Tribunal Regional do Trabalho; pelos Conselheiros magistrados da 1ª instância da Justiça Comum dos Estados, da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho; pelos Conselheiros membros do Ministério Público da União e do Ministério Público Estadual; pelos Conselheiros indicados pela OAB; e pelos Conselheiros indicados pela Câmara dos Deputados e Senado Federal.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às Comissões, no que couber.

§ 3º O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da OAB poderão ser representados nas sessões do Plenário por quem eles indicarem.

Art. 123. De cada sessão plenária do CNJ será lavrada ata sucinta pelo Secretário-Geral, contendo a data da reunião; os nomes do Presidente e dos demais Conselheiros presentes na instalação dos trabalhos; os nomes do Procurador-Geral da República e do Presidente do Conselho Federal da OAB, quando presentes; assim como um resumo dos principais assuntos tratados e a relação dos números dos processos apresentados em mesa.

Parágrafo único. Em documento anexo constará a relação dos processos julgados, especificando se as votações foram por maioria ou por unanimidade, devendo constar o número exato dos votos emitidos, o sentido de cada um deles, constando, ainda, a relação dos processos adiados e dos com pedido de vista.

Art. 124. Na sessão plenária, os julgamentos observarão, preferencialmente, a seguinte ordem: as medidas de urgência, os processos com pedido de vista ou com os advogados presentes.

Parágrafo único. Em caso de urgência, o Relator poderá indicar preferência para o julgamento.

Art. 125. Nos julgamentos, será assegurado direito à sustentação oral ao interessado ou a seu advogado, e, se for o caso, ao Presidente do Tribunal, pelo prazo de dez (10) minutos.

§ 1º Apresentado o relatório, preferentemente resumido, o Relator antecipará a conclusão do voto, hipótese em que poderá ocorrer a desistência da sustentação oral, assegurada pelo Presidente a palavra ao interessado se houver qualquer voto divergente do antecipado pelo Relator.

§ 2º Não havendo desistência da sustentação oral, o Presidente concederá a palavra, sucessivamente, ao requerente que não tenha advogado constituído, ou a seu advogado, e ao requerido que não tenha advogado constituído, ou a seu advogado.

§ 3º Não haverá sustentação oral no julgamento das questões de ordem, dos referendos de medidas de urgência ou acauteladoras, dos processos que tenham se iniciado em sessão anterior e dos recursos administrativos.

§ 4º A solicitação para sustentação oral deverá ser formulada até o horário previsto para o início da sessão de julgamento.

§ 5º No caso de litisconsortes não representados pelo mesmo advogado, o prazo será dividido igualmente entre os do mesmo grupo, se não o convencionarem diversamente.

§ 6º O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da OAB terão igual prazo ao dos interessados para as suas respectivas sustentações orais.

§ 7º Os advogados ocuparão a tribuna para formular requerimento, produzir sustentação oral ou

responder às perguntas que lhes forem feitas pelos Conselheiros.

§ 8º Os Presidentes das associações nacionais, presentes à sessão, poderão usar da palavra.

Art. 126. Durante os debates, cada Conselheiro poderá falar tantas vezes, sobre o assunto em discussão, quantas forem necessárias ao esclarecimento da causa ou, em regime de votação, para explicar a modificação do voto, desde que devidamente autorizado pelo Presidente.

Parágrafo único. A palavra será solicitada, pela ordem, ao Presidente ou, mediante aparte, a quem dela estiver fazendo uso.

Art. 127. Se algum dos Conselheiros pedir vista dos autos, deverá apresentá-los, para prosseguimento da votação, na primeira sessão ordinária subsequente, com preferência na pauta, independentemente de nova publicação.

§ 1º Ao reiniciar-se o julgamento, serão computados os votos já proferidos pelos Conselheiros, ainda que não compareçam ou hajam deixado o exercício do cargo.

§ 2º Não participarão do julgamento os Conselheiros que não tenham assistido ao relatório ou aos debates, salvo quando se derem por esclarecidos.

§ 3º Se, para o efeito do quorum ou de desempate na votação, for necessário o voto de Conselheiro nas condições do parágrafo anterior, serão renovados o relatório e a sustentação oral, computando-se os votos anteriormente proferidos.

Art. 128. Concluído o debate oral, o Presidente tomará os votos, em primeiro lugar, do Relator e, a seguir, dos demais Conselheiros, na ordem da precedência regimental.

§ 1º Encerrada a votação, o Presidente proclamará a decisão.

§ 2º Se o Relator for vencido, ficará designado para redigir o acórdão o autor do primeiro voto vencedor.

Art. 129. As questões preliminares serão julgadas antes do mérito, deste não se conhecendo se incompatível com a decisão daquelas.

Parágrafo único. Sempre que, antes ou após o relatório, algum dos Conselheiros suscitar preliminar, será ela discutida e decidida, antes da apresentação do voto pelo Relator. Se não for acolhida a preliminar, prosseguir-se-á ao julgamento.

Art. 130. Rejeitada a preliminar, ou se com ela for compatível a apreciação do mérito, seguir-se-ão a discussão e o julgamento da matéria principal, pronunciando-se sobre esta os Conselheiros vencidos na preliminar.

Art. 131. O julgamento, uma vez iniciado, ultimar-se-á na mesma sessão, salvo pedido de vista.

Art. 132. O Plenário poderá converter o julgamento em diligência, quando necessária à decisão da causa.

Art. 133. Os processos não julgados serão considerados adiados e estarão automaticamente incluídos na sessão de julgamento seguinte, independentemente de nova publicação, salvo por motivo justificado.

Art. 134. O Relator poderá propor ao Plenário correção da decisão quando constatar a existência de erro material.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 135. A iniciativa de proposta de emenda regimental cabe a qualquer Conselheiro ou Comissão do CNJ.

Parágrafo único. Recebida a proposta pela Presidência, será imediatamente autuada e encaminhada à Comissão de Reforma do Regimento Interno, que terá prazo de cento e vinte (120) dias para apreciá-la e encaminhá-la para o Plenário.

Art. 136. As emendas considerar-se-ão aprovadas se obtiverem o voto favorável da maioria absoluta do Plenário do CNJ.

Art. 137. Enquanto o CNJ não possuir estrutura administrativa adequada para o seu pleno funcionamento, poderá celebrar convênio com o Supremo Tribunal Federal ou outros Tribunais para que prestem o suporte administrativo necessário.

Art. 138. Até que entre em vigor o Estatuto da Magistratura, o CNJ poderá, por Resolução, nos termos do art. 5º, § 2º, da EC nº 45/2004, disciplinar seu funcionamento, dispor sobre a sua estrutura, direitos e deveres de seus Conselheiros, bem como sobre cargos e funções indispensáveis ao seu regular funcionamento.

Art. 139. Salvo se funcionário efetivo do CNJ, não poderá ser nomeado para cargo em comissão, ou designado para função gratificada, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, inclusive, de quaisquer dos Conselheiros em atividade, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, do Procurador-Geral da República, dos Subprocuradores Gerais e dos Conselheiros Federais da OAB, dos Deputados Federais e dos Senadores da República.

Art. 140. As decisões, atos regulamentares e recomendações do CNJ serão publicados no Diário da Justiça da União e no sítio eletrônico do CNJ.

Art. 141. Ato normativo disciplinará as formas e os meios de notificação dos interessados nos procedimentos de controle administrativo.

Art. 142. Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário.

Art. 143. Este Regimento, aprovado na 79ª Sessão Ordinária do Plenário do CNJ, de 3 de março de 2009, entra em vigor no dia seguinte ao de sua publicação no Diário da Justiça da União e revoga a Resolução nº 2 de 16 de agosto de 2005 e suas alterações.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa)

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 56, DE 2014

Dispõe sobre as providências solicitadas nos Relatórios referentes às Comissões Temporárias Externas do Senado Federal.

O Senado Federal Resolve,

Art. 1º. É inserido o seguinte art. 132-A no Regimento Interno do Senado Federal, para dispor as providências solicitadas nos Relatórios referentes às Comissões Temporárias Externas do Senado Federal:

Art. 132-A. Em cumprimento ao §2º do art. 76 deste Regimento Interno, cumprida sua finalidade, será apresentado relatório pela Comissão Temporária Externa do Senado Federal, sendo o mesmo aprovado pelo plenário da Comissão Permanente responsável pela criação da Comissão Temporária Externa, o qual poderá solicitar providências, a serem tomadas pela Presidência do Senado Federal, obedecidos os limites estabelecidos pela Constituição Federal, a fim de solucionar os problemas detectados;

Parágrafo Único. As providências solicitadas pelo relatório deverão ser efetivadas em até 05 dias após o recebimento do mesmo pela Mesa do Senado Federal ou, em caso de impossibilidade, a justificativa para a mesma deverá ser apresentada em Plenário dentro do mesmo prazo.

JUSTIFICAÇÃO

Apesar de terem sua instalação prevista pelo Regimento Interno do Senado Federal, as Comissões Externas não encontram no mesmo balizamento para a adoção de medidas relativas ao assunto fulcro de sua criação.

Desta forma, as referidas comissões externas consubstanciam-se, por via de regra, somente em um ônus para a Casa, sem nenhum resultado prático, o qual, conforme o assunto que tenha motivado a sua criação seria indicado.

Neste sentido, apresentamos o presente Projeto de Resolução, para que as Comissões Temporárias Externas, dependendo da motivação para a sua criação, possam ter resultados práticos, com as tomadas de providências cabíveis por esta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 2014.



Senador MOZARILDO CAVALCANTI

Legislação Citada

RESOLUÇÃO Nº 93, DE 1970

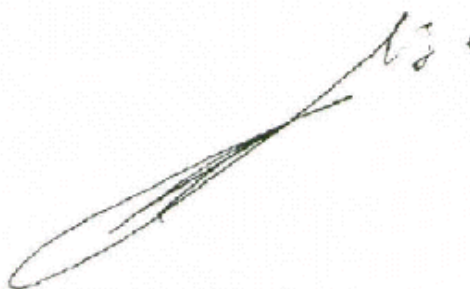
Art. 76. As comissões temporárias se extinguem:

- I – pela conclusão da sua tarefa, ou
 - II – ao término do respectivo prazo, e
 - III – ao término da sessão legislativa ordinária.
- § 1º É lícito à comissão que não tenha concluído a sua tarefa requerer a prorrogação do respectivo prazo:
- I – no caso do inciso II, do *caput*, por tempo determinado não superior a um ano;
 - II – no caso do inciso III, do *caput*, até o término da sessão legislativa seguinte.
- § 2º Quando se tratar de comissão externa, finda a tarefa, deverá ser comunicado ao Senado o desempenho de sua missão.
- § 3º O prazo das comissões temporárias é contado a partir da publicação dos atos que as criarem, suspendendo-se nos períodos de recesso do Congresso Nacional.
- § 4º Em qualquer hipótese o prazo da comissão parlamentar de inquérito não poderá ultrapassar o período da legislatura em que for criada.

Art. 132. Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ele a constituir parecer.

- § 1º O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no § 4º.
- § 2º Estando a matéria em regime de urgência, a vista somente poderá ser concedida:
 - I – por meia hora, no caso do art. 336, I;
 - II – por vinte e quatro horas, nos casos do art. 336, II e III.
- § 3º Quando se tratar de proposição com prazo determinado, a vista, desde que não ultrapasse os últimos dez dias de sua tramitação, poderá ser concedida por vinte e quatro horas.
- § 4º Os prazos a que se referem os §§ 1º a 3º correrão em conjunto se a vista for requerida por mais de um Senador.

- § 5º Verificando-se a hipótese prevista no art. 128, o parecer vencedor deverá ser apresentado na reunião ordinária imediata, salvo deliberação em contrário.
- § 6º Os membros da comissão que não concordarem com o relatório poderão:
 - I – dar voto em separado;
 - II – assiná-lo, uma vez constituído parecer, com restrições, pelas conclusões, ou declarando-se vencidos.
- § 7º Contam-se como favoráveis os votos pelas conclusões ou com restrições.
- § 8º O voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de *quorum*.
- § 9º Em caso de empate na votação, o Presidente a desempatará. (NR)

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized loop followed by a few strokes, ending in a small dot.

(À publicação)

ABERTURA DE PRAZO

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei de Resolução nº 56, de 2014.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 46, DE 2014**

Altera o art. 101 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo de escolha e indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 101 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renomeando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“**Art. 101.**

§ 1º.....

§ 2º Os ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República com base em indicação do Congresso Nacional, a partir de lista tríplice elaborada pelos integrantes dos tribunais superiores, na forma da lei.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O tema do processo de indicação dos magistrados que integram o Supremo Tribunal Federal tem crescido de importância, à medida que os trabalhos desse órgão do Estado brasileiro ocupam um papel mais destacado nos planos jurídico e político da vida social brasileira.

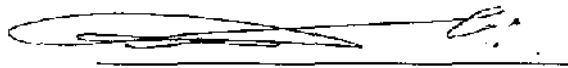

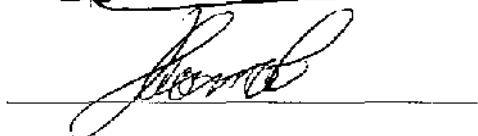
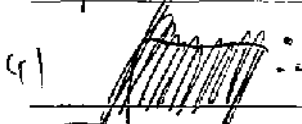
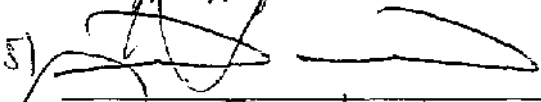

De fato, as decisões do STF no exercício de suas competências constitucionais, como última Corte do Poder Judiciário, no controle de constitucionalidade de leis e atos normativos, ou no exercício de competências originárias em matéria penal constituem, a cada dia, matéria central dos debates da sociedade e influenciam a vida de todos nós.

Nesse processo, a sociedade brasileira tem observado a circunstância de a indicação dos magistrados da principal corte do Poder Judiciário brasileiro decorrer unicamente de uma manifestação unipessoal do Presidente da República, fato que se concretiza materialmente em face da natureza formalista e quase cartorial de que se reveste o exame dos nomes indicados pelo Senado Federal.

Pelo sistema ora proposto, os magistrados integrantes dos tribunais superiores, como o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal Militar indicarão, nos termos disciplinados por lei, que entendo ser de iniciativa privativa do STF, os futuros integrantes desse Tribunal.

Apresento a presente iniciativa com o objetivo de aperfeiçoar o processo de indicação de Ministros do STF. Para tanto, peço aos eminentes colegas a devida atenção, assim como as medidas destinadas ao seu aperfeiçoamento.

Sala das Sessões,

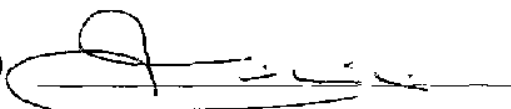
1) MORANLDO	
2) Angela Portela	
3) IGO	
4) 	SEN. VALDIR RAUPP
5) 	SEN. WALDEMIR MOTA
6) 	SEN. GESSIO CUNHA LIMA

Proposta de Emenda à Constituição que altera o art. 101 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo de escolha e indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

- | | |
|--------------------------------------|---------------------|
| 7) <u>Jaime Cury</u> | <u>[Assinatura]</u> |
| 8) <u>ERSON</u> | <u>[Assinatura]</u> |
| 9) <u>[Assinatura]</u> | <u>[Assinatura]</u> |
| 10) <u>Amorim Lima</u> | <u>Amorim Lima</u> |
| 11) <u>Casildo Medeiros</u> | <u>[Assinatura]</u> |
| 12) <u>FLEX RIBEIRO</u> | <u>[Assinatura]</u> |
| 13) <u>[Assinatura]</u> | <u>[Assinatura]</u> |
| 14) <u>Quero</u> | <u>[Assinatura]</u> |
| 15) <u>Thonete Dantas</u> | <u>[Assinatura]</u> |
| 16) <u>José Vasconcelos</u> | <u>[Assinatura]</u> |
| 17) <u>Ser. Maria do Carmo Alves</u> | <u>[Assinatura]</u> |
| 18) <u>Ser. Am</u> | <u>[Assinatura]</u> |
| 19) <u>[Assinatura]</u> | <u>[Assinatura]</u> |
| 20) <u>SENGO PEREIRA</u> | <u>[Assinatura]</u> |
| 21) <u>[Assinatura]</u> | <u>[Assinatura]</u> |
| 22) <u>Ser. Ciro Nogueira</u> | <u>[Assinatura]</u> |

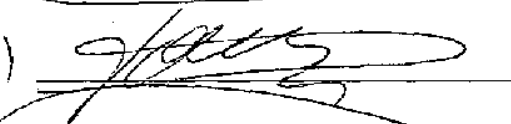
Proposta de Emenda à Constituição que altera o art. 101 da Constituição Federal, para 4
dispor sobre o processo de escolha e indicação dos Ministros do Supremo Tribunal
Federal.

23)



Sen. Capiberibe

24)



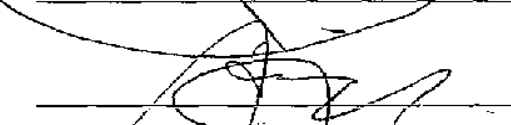
Sen. Roberto Brito

25)



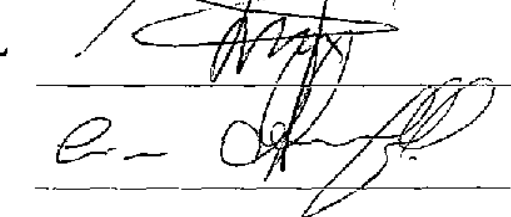
Sen. Raulo

26)

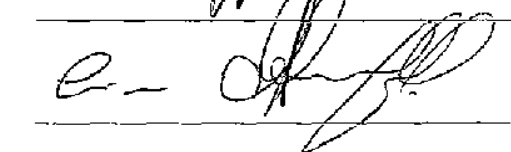


Sen. Aloysio

27



Sen. Tinhorino



Sen. Piccolo

Proposta de emenda à Constituição que altera o art. 101 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo de escolha e indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

LEGISLAÇÃO CITADA

Título IV Da Organização dos Poderes

Capítulo I Do Poder Legislativo Seção VIII Do Processo Legislativo Subseção II Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Título IV Da Organização dos Poderes

Capítulo III Do Poder Judiciário Seção II Do Supremo Tribunal Federal

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

TÉRMINO DE PRAZOS

Encerrou-se no dia 26 de novembro o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário dos **Projetos de Lei do Senado nºs 307, de 2008; e 202, de 2014.**

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, as matérias vão à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se em 26 de novembro o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2013.**

Não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

COMUNICAÇÕES

Ofício nº 87/2014 – GLDBAG

Brasília, 27 de novembro de 2014

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador Aníbal Diniz como titular, na Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Civil – CTCPC, em substituição ao Senador Jorge Viana, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo. – Senador **Acir Gurgacz**, Líder, em exercício do Bloco de Apoio ao Governo.

(Será feita a substituição solicitada.)

Ofício nº 88/2014 – GLDBAG

Brasília, 27 de novembro de 2014

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador João Durval como suplente, na Comissão Temporária de Reforma do código de Processo Civil – CTCPC, em substituição ao Senador Humberto Costa, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador **Acir Gurgacz**, Líder, em exercício do Bloco de Apoio ao Governo.

(Será feita a substituição solicitada.)

Of. nº 370/SD/2014-Lid

Brasília, 26 de novembro de 2014

Assunto: Indicação de membro em Comissão Mista – MPV 660/14

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo a Vossa Excelência a indicação do Deputado Sebastião Bala Rocha como membro titular, em minha substituição, na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 660 de 2014, que “Altera a Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013, que dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados oriundos do ex-Território Federal de Rondônia integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e dá outras providências.”

Na certeza da compreensão e do atendimento do pleito, expresso meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Francischini**, Líder do Solidariedade

(Será feita a substituição solicitada.)

Of. GLPMDB nº 217/2014

Brasília, 25 de novembro de 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) para a composição da Comissão Mista criada com a finalidade de analisar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 660, de 2014, que altera a Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013, que dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens

aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados oriundos do ex-Território Federal de Rondônia integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e dá outras providências.

TITULARES	SUPLENTE
Senador Valdir Raupp	Senadora Ivonete Dantas
Senador Eduardo Braga	Senador Casildo Maldaner
Senador Ivo Cassol	Senadora Ana Amélia
Senador Romero Jucá	
Senador Paulo Davim	

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria

(Serão feitas as substituições solicitadas.)

OF/LID/Nº 195/2014

Brasília, 27 de novembro de 2014

Assunto: Substituição de membro CPMI Petrobras.

Senhor Presidente,

Indicamos a Vossa Excelência o deputado Arnaldo Jordy – PPS/PA para integrar, como titular, em substituição ao deputado Rubens Bueno, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRÁS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinaria.

Atenciosamente, – Deputado **Rubens Bueno**, Líder do PPS – Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV.

(Será feita a Substituição solicitada)

OF/B/nº155/14

Brasília, 27 de novembro de 2014

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação da Deputada Janete Capiberibe (PSB-AP) como titular, da Medida Provisória nº 660, de 2014, “Altera a Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013, que dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados oriundos do ex-Território de Rondônia integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e dá outras providências”, em substituição ao Deputado Beto Albuquerque (PSB-RS).

Respeitosamente, – Deputado **Glauber Braga** Vice-Líder do PSB

(Será feita a substituição solicitada.)

Ofício nº 110, de 2014, do Senador Antônio Carlos Valadares, referente ao **Requerimento nº 806, de 2014**, de missão, por meio do qual relata participação no 69º Período de Sessões da Assembleia Geral da ONU, entre os dias 17 e 21 de novembro de 2014, em Nova Iorque, Estados Unidos.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Ofício nº 187, de 2014, do Senador Ciro Nogueira, referente ao **Requerimento nº 876, de 2014**, de missão, por meio do qual relata participação na Audiência Parlamentar Anual da União Interparlamentar por ocasião da Assembleia Geral da ONU, no período de 19 a 20 de novembro de 2014, em Nova Iorque, Estados Unidos.

O Requerimento vai ao Arquivo.

REQUERIMENTOS

**REQUERIMENTO
Nº 954, DE 2014**

Senhor Presidente,

Requiro, nos termos regimentais, sejam adotadas por esta presidência as providências indicadas no relatório apresentado pela Comissão Temporária Externa, criada pelo RRE n.º 38/2013.

JUSTIFICAÇÃO

Apesar de terem sua instalação prevista pelo Regimento Interno do Senado Federal, as Comissões Externas não encontram no mesmo balizamento para a adoção de medidas relativas ao assunto fulcro de sua criação.

Desta forma, as referidas comissões externas consubstanciam-se, por via de regra, somente em um ônus para a Casa, sem nenhum resultado prático, o qual, conforme o assunto que tenha motivado a sua criação seria indicado.

Neste sentido, apresentamos o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 2014.



Senador MOZARILDO CAVALCANTI

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

REQUERIMENTO Nº 955, DE 2014

Tendo sido designado pelo Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar para integrar a delegação brasileira como representante do Senado Federal na Reunião Parlamentar "*Ações Parlamentares Por Um Mundo Livre de Armas Nucleares*", por ocasião da Conferência de Viena sobre o Impacto Humanitário de Armas Nucleares, organizada em conjunto pela União Interparlamentar e o Parlamento Austríaco, a realizar-se em Viena, Áustria, requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 07 a 14 de dezembro do corrente ano, para desempenhar a mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, RISF, que estarei ausente do país no mesmo período.

Sala das Sessões, em



Senador SÉRGIO PETECÃO
PSD/AC

Of. 046/14

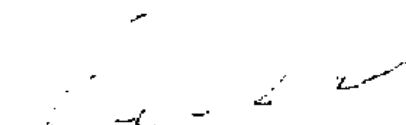
Brasília, 25 de novembro de 2014

Senhor Presidente,

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência que se realizará em Viena, Áustria, a Reunião Parlamentar "*Ações Parlamentares Por Um Mundo Livre de Armas Nucleares*", por ocasião da Conferência de Viena sobre o Impacto Humanitário de Armas Nucleares, dia 9 de dezembro do corrente ano, organizada em conjunto pela União Interparlamentar e o Parlamento Austríaco.

Muito agradeceria a Vossa Excelência a gentileza de autorizar, na forma da alínea "a" inciso II do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, a participação dos Senadores relacionados em anexo que integrarão a delegação brasileira da União Interparlamentar no referido evento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.



Senador Ciro Nogueira
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

**AÇÕES PARLAMENTARES POR UM MUNDO LIVRE DE
ARMAS NUCLEARES
CONFERÊNCIA DE VIENA SOBRE O IMPACTO HUMANITÁRIO DE
ARMAS NUCLEARES**

VIENA, ÁUSTRIA, DIA 9 DE DEZEMBRO DE 2014

DELEGAÇÃO

SENADORES: 1. CIRO NOGUEIRA – Presidente e Chefe da Delegação
2. SÉRGIO PETECÃO

(À Publicação)

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

– **Ofício nº 53**, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de 26 de novembro de 2014, em resposta ao **Requerimento nº 636, de 2014**, de informações, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin;

– **Ofício nº 875**, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, de 26 de novembro de 2014, em resposta ao **Requerimento nº 625, de 2014**, de informações, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin;
As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.
Os Requerimentos vão ao Arquivo.

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

Aviso nº 846, de 27 de novembro de 2014, do Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao **Requerimento nº 333, de 2014**, de informações, de autoria do Senador Álvaro Dias.
As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.
O Requerimento vai ao Arquivo.

AVISOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 84, de 2014 (nº 1.207/2014, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 3201/2014 -TCU, sobre a Resolução nº 6, de 2014, do Senado Federal (TC 011.779/2014-4).
À CAE.

O Aviso encontra-se disponibilizado eletronicamente no sítio do Senado Federal.

Nº 85, de 2014 (nº 1.225, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 3.216/2014-TCU, sobre a fixação, para o exercício de 2015, dos coeficientes das quotas do Fundo de Participação dos Municípios (TC nº 028.355/2014-8).

À CMA.

O Aviso encontra-se disponibilizado eletronicamente no sítio do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – **Ofício nº 46, de 2014**

Assunto: indicação de Líder. Liderança do PSB.

Sr. Presidente, a Liderança do PSB (Partido Socialista Brasileiro) comunica à Mesa Diretora do Senado Federal que, em reunião da Bancada, decidiu pela indicação da Senadora Lídice da Mata como nova Líder do partido e do Senador João Capiberibe como Vice-Líder a partir do dia 26 de novembro de 2014, de acordo com os termos regimentais desta Casa Legislativa.

Cordialmente.

Senadora Lídice da Mata.

Senador João Capiberibe.

Senador Antônio Carlos Valadares.

Senador Rodrigo Rollemberg.

Dirigido ao Senador Renan Calheiros.

É o seguinte o Ofício na íntegra:

Ofício nº 46/2014-GLPSB

Em 26 de novembro de 2014

Assunto: Indicação de Líder

Ref. Liderança do PSB

Senhor Presidente,

A Liderança do PSB (Partido Socialista Brasileiro) comunica à Mesa Diretora do Senado Federal que, em reunião da bancada, decidiu pela indicação da Senadora LÍDICE DA MATA como nova Líder do partido e do Senador JOÃO CAPIBERIBE como Vice-Líder a partir do dia 26 de novembro de 2014, de acordo com os termos regimentais desta Casa Legislativa.

Cordialmente, Senadora **Lídice da Mata**, PSB/BA – Senador **João Capiberibe**, PSB/AP – Senador **Antônio Carlos Valadares**, PSB/SE – Senador **Rodrigo Rollemberg**, PSB/DF.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há oradores inscritos. Pela ordem de inscrição, o primeiro orador inscrito é o Senador Eduardo Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy, com a palavra, neste momento. Temos a presença, neste momento, no plenário, do Senador Cristovam e do Senador Petecão.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Querido Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, é uma honra para mim tê-lo como Presidente desta sessão desta quinta-feira muito especial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Suplicy, permita que eu...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... informe que aqui, à nossa esquerda, os companheiros do Aerus – a Graciele, inclusive, numa cadeira de rodas –, todos na expectativa da votação da próxima terça. Eles ficarão de plantão aqui, todo o fim de semana, numa vigília em que já estão há uma semana aqui no Salão Verde.

Sejam todos bem-vindos.

Nós, ao longo da sessão, falaremos da importância dessa mobilização nacional, que vocês vêm fazendo há mais de uma década e que esperamos, na terça-feira, mediante documento encaminhado via LDO pela Presidenta, projeto, seja votado e vocês possam, como eu disse ontem, voltar para suas casas, cientes do dever cumprido e vitoriosos.

Custou mas estamos chegando lá.

Senador Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero saudar todos os representantes do Aerus, que tive a oportunidade de visitar e de dar um abraço solidário, e cumprimentar o Senador Paulo Paim, que é um gigante maleado na luta das senhoras e dos senhores.

V. Exª tem todo o meu respaldo e apoio nessa incansável luta de mais de 10 anos, para que sejam reconhecidos os direitos de todos aqueles que trabalharam na Varig e nas demais empresas onde estão os aposentados do Aerus. Falaram-me sobre quantos, ao longo desses anos, já se perderam. Muitas vidas já se perderam, mas os sobreviventes que aqui estão continuam lutando pelos seus direitos, que precisam ser assegurados por eles e por suas famílias.

Então, sou solidário às suas proposições e que sejam tomadas as medidas, inclusive pela Presidenta Dilma Rousseff, no sentido de finalmente se assegurarem os direitos que lhes são devidos.

Meus cumprimentos e meu abraço solidário a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quebrando o protocolo, o próprio Presidente bate as palmas. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Mas, Presidente Paulo Paim, eu queria aqui dar uma notícia interessante que ocorre em dois outros lugares do mundo.

V. Ex^a, como todos nós, acompanhou o noticiário desses últimos anos, na Espanha, onde, tal como no Brasil, movimentos sociais se fortaleceram, saíram às ruas e protestaram contra o alto desemprego, as disparidades crescentes de riqueza e de renda e também contra a corrupção de diversas pessoas nos níveis de governo.

E eis que, desses inúmeros movimentos sociais dos últimos anos, aquelas pessoas se organizaram em torno de um partido que se denominou “Podemos”. Esse partido, finalmente, começou a se organizar e a se formalizar como partido, elaborou um programa de governo que é o resultado de um processo de elaboração coletiva do programa do “Podemos”, através de um método aberto e cidadão em que participam milhares de pessoas.

Partindo de uma proposta – digamos – de um rascunho, o processo se constituiu em três etapas: primeiro, debate e sugestões encaminhadas *on-line*, a título individual através da internet; emendas coletivas nos círculos do chamado “Podemos”; e o referendo *on-line* para cada uma das proposições.

E eis que esse partido, através de seis linhas, especialmente de recuperar a economia, construir a democracia; conquistar a liberdade, construir a democracia; conquistar a igualdade, construir a democracia; recuperar a fraternidade, construir a democracia; conquistar a soberania, construir a democracia; e, finalmente, recuperar a terra, construir a democracia, elaborou um programa que, agora, está cada vez mais conhecido na Espanha.

O partido se organizou para, primeiro, participar das eleições para o Parlamento Europeu e conseguiu eleger cinco representantes. Agora se prepara e, há dois finais de semana, se reuniram todos para formalizar a sua participação nas próximas eleições espanholas.

Pois eis que o jornal *El País*, da Espanha, mostrou um fenômeno simplesmente formidável, porque, nas eleições gerais de 2011, por exemplo, o principal partido da Espanha era o PP com 44,6%; o segundo, o Partido Socialista Operário Espanhol, 28,7%; e outros, 15,1%, outros mais baixos.

Pois bem, daí, em agosto de 2014, é que se formou o PP. E, nas pesquisas organizadas pelo instituto relacionado ao jornal *El País*, eis que surgiu o seguinte: o “Podemos” provocou um cisma sem precedentes na política espanhola, está em condições de saltar pelos ares do tabuleiro eleitoral. E a formação que é liderada por Pablo Iglesias, que poderá ser incluído na lista mais votada, segundo o resultado da *encuesta Metroscopia* do *El País*, agora, o Zhou tem partidos como UPYD, com 3,4%; o IU/ICV, com 3,8%; outros e em branco, 18,2%; o PP, que, em 2011, tinha 44,6%, baixou para 20,7%; e o Partido Socialista Operário Espanhol, que estava com 28,7%, em 2011, agora está com 26,2%; e este novo partido “Podemos”, desde quando foi organizado, passou de 10,7%, em agosto de 2014, 13,8%, em outubro de 2014, e agora, em novembro de 2014, segundo a notícia de *El País*, está liderando com 27,7% dos votos.

O que eu gostaria de transmitir ao querido amigo Paulo Paim é que, no item que diz respeito a se recuperar a economia e a construir a democracia, o item 1.12, está falando, Presidente Paulo Paim, sobre o direito a uma renda básica para todos, a cada um dos cidadãos, pelo mero direito de ser uma pessoa e, como mínimo, de receber o valor correspondente ao necessário para sair da pobreza com o fim de possibilitar um nível de vida digno. A renda básica não substitui o Estado de bem-estar, senão que trata de adaptá-lo a uma nova realidade socioeconômica, à substituição das prestações sociais menores condicionadas à quantia deste ingresso básico: o financiamento através de uma reforma progressiva do imposto de renda da pessoa física e da luta contra a fraude fiscal.

Ora, notem que os temas principais do item “Recuperar a economia” são os seguintes: plano de resgate cidadão centrado na criação do emprego decente em todos os países do sul da Europa; auditoria cidadã da dívida; conversão do Banco Central espanhol em uma instituição democrática para o desenvolvimento econômico dos países, do Banco Central europeu; a criação de uma agência pública europeia de avaliação; a reorientação do sistema financeiro para consolidar um sistema bancário a serviço dos cidadãos; a recuperação do controle público nos setores estratégicos da economia; intercâmbio fluido e transparente da informação fiscal entre todas as administrações tributárias europeias; a obrigatoriedade para todas as empresas multinacionais e suas filiais de render contas de suas atividades em termos globais e conforme o que acontece em cada país; a perseguição e endurecimento das sanções de delito fiscal; a política tributária justa orientada para a distribuição da riqueza e a serviço de um novo modelo de desenvolvimento; a aposta sustentada por uma modificação de modelo produtivo mediante o desenvolvimento de um sistema de investigação, desenvolvimento e inovação de maior valor agregado; e, finalmente, o direito a uma renda básica para todos.

Há outros capítulos ainda, conforme eu mencionei, mas eu vou me ater a estes aqui, pedindo que possa o serviço taquigráfico, depois, colocar pelo menos os títulos e subtítulos dos itens de 2 a 6, traduzindo-os do espanhol para o português.

Mas eu gostaria de acrescentar aqui outra boa nova para quem, como eu, tem sido entusiasta da proposta da Renda Básica de Cidadania.

É a seguinte a notícia de hoje que vem do Uruguai:

Pesquisas indicam que Vázquez vencerá eleições no Uruguai com ampla vantagem.

O candidato do partido governista Frente Ampla à Presidência do Uruguai, Tabaré Vázquez, será eleito presidente no próximo domingo com no mínimo 14 pontos de vantagem sobre o opositor Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional, segundo pesquisas eleitorais publicadas nesta quarta-feira, as últimas que vão ser divulgadas antes da votação.

Os levantamentos feitos pelos Institutos Equipos Mori e Cifra reafirmaram a ampla vantagem do ex-presidente Vázquez. Além disso, as empresas consideraram em seus relatórios que a vitória do candidato apoiado pelo atual presidente, José Mujica, é praticamente certa.

Segundo a Equipos Mori, a chapa formada por [Tabaré] Vázquez e Raúl Sendic tem 53% das intenções de voto, enquanto a de Luis Lacalle Pou e Jorge Larrañaga tem 37%, apontando até 16 pontos de diferença. Os eleitores indecisos somam 5%. Já os que votarão em branco ou nulo também foram 5%.

No primeiro turno [das eleições realizadas há algumas semanas], Vázquez obteve 47,9% dos votos válidos, enquanto Lacalle Pou conseguiu 30,9% e o candidato do Partido Colorado, Pedro Bordaberry, ficou com 12,9%.

Mas o que eu gostaria, aqui, de também salientar, Presidente Paulo Paim, é que, dentre as linhas programáticas para 2015/2020 do Movimento de Participação Popular, ou seja, da tendência política de Pepe Mujica, Tabaré Vázquez e da esposa de Pepe Mujica, que é a nossa querida Senadora Lúcia Topolansky, no item nº 5 das linhas programáticas está escrito: "Aprofundar as políticas sociais, descentralização da política e a participação dos cidadãos."

E, logo abaixo, vem um item que diz:

Resta um salto grande das políticas sociais, integrando fatores econômicos que contribuam para diminuir as diferenças sociais. As políticas públicas sociais devem caminhar em direção a uma Renda Básica Universal.

Ou seja, da Espanha para o Uruguai, as boas notícias de como é que mais e mais movimentos populares passam a compreender a profundidade e os efeitos positivos que advirão da proposição da renda básica de cidadania.

Quero aqui reiterar que estou no aguardo da possibilidade de um diálogo com a querida Presidenta Dilma Rousseff a respeito da sugestão que formulei e que foi aqui apoiada pelos 81 Senadores de todos os partidos, pelos 16 Líderes dos partidos políticos no Senado Federal. Todos subscreveram e assinaram a carta, encaminhada em mão por mim à Presidenta Dilma Rousseff, segundo a qual seria bom se ela constituísse uma equipe de trabalho para justamente estudar as etapas previstas na Lei 10.835, de 2004. Essa lei estabelece que nós iremos gradualmente passar do Programa Bolsa Família, que, hoje, com muita eficiência, tem contribuído para erradicar a pobreza absoluta e melhorar a condição de vida, sobretudo, da população mais carente no Brasil, até que cheguemos ao dia em que houver a renda básica de cidadania, aqui aprovada por todos os partidos e Senadores e também lá na Câmara dos Deputados.

Já vai fazer 11 anos desde o dia 8 de janeiro de 2004, quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou essa lei.

(Soa a campanha.)

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Concluindo, Sr. Presidente, eu estou justamente no aguardo de que possa a Presidenta Dilma analisar a lista de 70 nomes dos mais eminentes especialistas e estudiosos dos programas de combate à pobreza, de transferência de renda, estudiosos do Programa Bolsa Família, mas que compreendem as vantagens de como a renda básica de cidadania poderá significar uma elevação do grau de dignidade e liberdade para todos os seres humanos em nosso País.

Quero, aqui, saudar a visita a nosso País do grande economista francês Thomas Piketty, autor do livro que tem tido extraordinária vendagem em todos os países do mundo, inclusive, agora, aqui no Brasil, denominado *O Capital no Século XXI*.

Ainda ontem, ele fez uma palestra na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo e, perante tantos economistas – André Lara Resende, Paulo Guedes e outros –, falou, em inglês, sobre como será importante realizar um desenvolvimento, mas observando que a renda do trabalho e a renda do capital têm tido dinâmicas bastante diferentes. Ele creditou, principalmente, à dificuldade de acesso de grande parte da população ao ensino superior de qualidade o avanço expressivo da desigualdade nos últimos 30 anos. Avaliou como preocupante o descompasso entre o ritmo de avanço da renda real das grandes riquezas, entre 6% e 7% ao ano, em termos reais, de acordo com os dados retirados dos *rankings* da revista Forbes, e da renda do trabalho, entre 1% e 2% ao ano.

A desconcentração de renda não passa, necessariamente, pelo crescimento econômico. Há necessidade de políticas ativas de redução da desigualdade que priorizem o acesso universal a uma educação de qualidade, um sistema tributário progressivo e o desenvolvimento do mercado de trabalho para melhor desempenhar esse papel.

Tenho a convicção de que será interessante perguntarmos ao Thomas Piketty, também, a sua avaliação sobre a proposição da renda básica de cidadania, porque ele, já em escritos anteriores, manifestou-se favorável a essa proposição.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Mais uma vez, meu abraço solidário e que a causa do Aerus e de todos os que aqui esperam essa decisão seja efetivamente bem sucedida e complementada.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Se V. Exª quiser, posso presidir a sessão para que V. Exª use da palavra.

DOCUMENTO, EM ESPANHOL, ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU PRONUNCIAMENTO AGUARDANDO TRADUÇÃO PARA POSTERIOR PUBLICAÇÃO NA ÍNTEGRA
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– *PODEMOS*.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referida:

– Linhas programáticas 2015-2020;

– Queda da desigualdade não virá do crescimento, diz Piketty.

Linhas programáticas 2015-2020 do movimento de Participação Popular, tendência política de Pepe Mujica e da Lucia Topolansky: nº 5

Aprofundar as políticas sociais, descentralização da política e participação dos cidadãos.

Resta um salto grande das políticas sociais, integrando fatores econômicos que contribuam para diminuir as diferenças sociais.

As políticas públicas sociais devem caminhar em direção de uma Renda Básica Universal. (rbu).

Pesquisas indicam que Vázquez vencerá eleições no Uruguai com ampla vantagem

Levantamentos dos institutos Equipos Mori e Cifra mostram ampla vantagem do ex-presidente.

EFE

O candidato do partido governista Frente Ampla à presidência do Uruguai, Tabaré Vázquez, será eleito presidente no próximo domingo (30) com no mínimo 14 pontos de vantagem sobre o opositor Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional, é o que revelam as pesquisas publicadas nesta quarta-feira (26), as últimas antes da votação.

Os levantamentos feitos pelos institutos Equipos Mori e Cifra reafirmaram a ampla vantagem do ex-presidente Vázquez. Além disso, as empresas consideraram em seus relatórios que a vitória do candidato apoiado pelo atual presidente, José Mujica, é praticamente certa.

Segundo a Equipos Mori, a chapa formada por Vázquez e Raúl Sendic tem 53% das intenções de voto, enquanto a de Luis Lacalle Pou e Jorge Larrañaga tem 37%, 16 pontos de diferença. Os eleitores indecisos somam 5%. Já os que votarão em branco ou nulo também foram 5%.

Em comparação com a última pesquisa desse instituto, realizada na semana passada, Vázquez subiu mais dois pontos percentuais, enquanto Lacalle perdeu um. "Tabaré Vázquez será eleito presidente do Uruguai no próximo domingo e conduzirá os destinos do país pelos próximos cinco anos", afirmou a empresa de consultoria.

A pesquisa foi feita entre 18 e 25 de novembro com 700 entrevistados e sua margem de erro é de 3,7%. A Cifra, por sua vez, apontou que Vázquez tem 52,5% das intenções de voto, contra 37,8% de Lacalle, uma diferença de 14,7 pontos. Votos brancos e nulos somaram 4,4% e 5,6% dos eleitores estão indecisos. O levantamento não teve a ficha técnica divulgada.

Após a realização do primeiro turno no dia 26 de outubro, as principais empresas de estudos políticos do Uruguai reconheceram seus "erros" nas pesquisas anteriores ao pleito, já que não conseguiram prever a maioria absoluta do Frente Ampla no parlamento, tal como foi confirmado na apuração oficial dos votos.

No primeiro turno, Vázquez obteve 47,9% dos votos válidos, enquanto Lacalle Pou conseguiu 30,9% e o candidato do Partido Colorado, Pedro Bordaberry, ficou com 12,9%.

Queda da desigualdade não virá do crescimento, diz Piketty

Camila Veras Motta

De São Paulo

A redução da desigualdade não virá do crescimento econômico. Um sistema tributário progressivo, que incida sobre as grandes riquezas, e a igualdade de oportunidades de acesso à Educação são mais decisivos para reverter a trajetória de aumento da concentração da renda observada entre os 20 países mais ricos desde a década de 80. Essas ideias são do economista francês Thomas Piketty e marcaram o início, ontem em São Paulo, da etapa brasileira da turnê mundial do livro "O Capital no Século XXI".

No auditório da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), os 310 lugares estavam preenchidos – 150 convidados, entre professores, economistas de bancos e consultorias, e muitos estudantes. Boa parte dos 800 inscritos não compareceu. Outras cinco salas com projetores, que não foram utilizadas, estavam reservadas para acomodar aqueles que não coubessem no auditório.

Ainda assim, Piketty entrou na sala rodeado de pedidos de dedicatória e câmeras de telefone celular e, pouco antes do início de sua fala, foi deslocado para um lugar reservado para ser "preservado do assédio".

Ao lado dos economistas André Lara Resende e Paulo Guedes, Piketty usou seus 45 minutos – em um inglês marcado pelo sotaque francês – para desenvolver os temas da obra ligados à dinâmica da renda do trabalho e a da renda do capital – que inclui bens, investimentos em propriedade, em ações – nas nações ricas, especialmente nos Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha.

No caso específico dos EUA, Piketty creditou principalmente à dificuldade de acesso de grande parte da população ao ensino superior de qualidade o avanço expressivo da desigualdade nos últimos 30 anos.

O economista avaliou como "preocupante" o descompasso entre o ritmo de avanço da renda real das grandes riquezas – entre 6% e 7% ao ano em termos reais, de acordo com dados retirados de rankings da revista "Forbes" – e da renda do trabalho, entre 1% e 2% ao ano. Para ele, a desconcentração de renda não passa necessariamente pelo crescimento econômico. Políticas ativas de redução da desigualdade, que priorizem o acesso universal a uma Educação de qualidade, um sistema tributário progressivo e o desenvolvimento do mercado de trabalho, conseguem desempenhar melhor esse papel.

Em relação ao sistema tributário, Piketty lembrou que países como EUA e Reino Unido taxam atualmente as grandes riquezas em patamares que variam entre 30% e 40%. Os níveis são bastante modestos se comparados àqueles que vigoraram entre os anos 30 e 80 – quando esses países experimentaram uma redução expressiva dos níveis de desigualdade de renda –, em torno de 80%. "E isso não destruiu o capitalismo americano ou britânico", provocou.

O Brasil, afirmou, poderia ser "mais transparente" na divulgação das estatísticas relacionadas ao imposto de renda. A informalidade e a ausência de séries históricas mais longas ainda atrapalham o desenho preciso da realidade brasileira feita sobre as análises estatísticas, mas muitas vezes os pesquisadores esbarram em dificuldades de acessar os dados oficiais, disse o economista.

Com as informações disponíveis atualmente, observou, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mostra um nível de concentração e o imposto de renda, outro. "As pesquisas domiciliares são importantes, mas elas precisam ser complementares aos dados dos órgãos de fisco."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª está convidado.

Só quero, neste momento, da Presidência, a pedido do Aerus, ler a seu lado, Senador Suplicy, o manifesto que eles me entregaram esta semana – eles estão há uma semana acampados aqui –, o manifesto Aerus, simbolizado em mil cruzeiros que foram colocadas em torno, em frente ao Congresso, cujo título é "A cada 48 horas morre um participante. Chega desse genocídio!"

Após três vitórias consecutivas na Justiça, a última conquistada no dia 19 de setembro, por decisão concedida pelo Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro, nós aposentados e participantes do Aerus, Fundo de Pensão dos Trabalhadores da Varig, Transbrasil, entre outras, estamos na expectativa de receber o pagamento integral do nosso benefício.

No dia 12 de novembro, enfrentamos mais uma batalha e conquistamos a aprovação na Comissão Mista do Orçamento (CMO) do PL 31, de 2014, projeto de lei encaminhado pela Presidenta Dilma, que abrirá crédito para recebermos o nosso direito.

Esta é uma importante vitória para nós, mais de 20 mil aeronautas e aeroviários, que trabalhamos uma vida inteira para termos uma velhice digna. Para que essa conquista vire uma realidade, dependemos de uma ratificação dos Srs. Parlamentares no Congresso Nacional nessa terça-feira, ao meio-dia, quando será votada, enfim, a Peça Orçamentária.

Desde 12 de abril de 2006, são mais de 3.040 noites mal dormidas e, ao acordar, a mesma dúvida: "Até quando?" Há um verdadeiro genocídio acontecendo e isso tem que acabar.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ratifiquem nossa decisão para que possamos ter um Natal e Ano Novo livres de pesadelo. Não queremos nada que não seja nosso. Apenas que o Governo Federal e o Congresso Nacional cumpram a sentença judicial. Acabem com esse sofrimento para que outras famílias não sejam destroçadas.

Enfim, o PL 31, foi acertado ontem, será votado como primeiro item na próxima terça-feira.

Eu estou convencido de que, na próxima terça-feira, o Congresso vai cumprir o seu papel, para vocês terem o direito, definitivamente, reconhecido com a verba para o pagamento e, quem sabe já na terça-feira à noite vocês poderão retornar para as suas casas, não com esse cartaz que fala da morte, com tristeza, mas com a vitória pela aprovação do projeto, lembrando a importância da vida.

Sejam todos bem-vindos. É sempre uma alegria estar com vocês, apesar do sofrimento que a causa traz a todos. Eu me comprometi e reafirmo aqui da tribuna que, tanto no sábado quanto no domingo, eu estarei com vocês conversando e, na segunda, esperando a votação da terça. (Palmas.)

O Senador Suplicy está com a palavra, para coordenar os trabalhos.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem. É o Senador Paulo Paim em sua incansável batalha solidária a todos do Aerus. Tem a palavra V. Ex^a pelo tempo regimental, com toda a flexibilidade que esta quinta-feira está nos proporcionando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Senador Suplicy, de pronto, digo que já estou com saudades do senhor no ano que vem. Porque, infelizmente, o Senador Suplicy, um dos melhores parlamentares que conheci em toda a minha vida política, não estará conosco no ano que vem, devido ao resultado do processo eleitoral. É um parlamentar íntegro, competente. Algumas vezes em que ele não estava no plenário, eu perguntava por ele e me diziam que ele estava fazendo palestra na África, na Ásia, na Europa, na América Central, falando da importância do projeto da renda mínima para estender a todos o direito de receber esse benefício consagrado já, por iniciativa dele, em alguns países.

Eu, gentilmente, pediria aos companheiros aqui presentes que bateram palmas para mim que batessem palmas... (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado. É gentileza do Senador Paulo Paim e de todos os senhores e senhoras. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Segurando a emoção do momento pela homenagem simbólica que fizemos ao Senador Suplicy e também aos milhares de lutadores do Aerus, eu pretendo, na semana que vem, fazer um pronunciamento no qual vou demonstrar a minha preocupação com algumas propostas que estão sendo mais do que apresentadas, votadas, quer no Supremo, quer nesta Casa, com a participação do Executivo. Por exemplo, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. O Supremo acabou de decidir que quem não deposita o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço só terá que pagar para o trabalhador os últimos cinco anos. Isso é um incentivo para as pessoas não depositarem o Fundo de Garantia, porque antes ele pagava os últimos trinta anos. Agora ele não paga, deixa de pagar um ano, dois anos, três anos, quatro anos, dez anos, vinte anos, trinta anos, quarenta anos, e vai pagar somente os últimos cinco anos.

Eu, sinceramente, estou preocupado com essa decisão do Supremo. Apresentei um projeto exatamente na contramão dessa decisão, dizendo que quem não depositou o Fundo de Garantia do Trabalhador vai ter que pagar, pelo menos, retrocedendo a três décadas. Porque é inadmissível! O cara não paga, e é beneficiado

por não pagar, pelo período que a lei mandava, por uma decisão do Supremo, de que agora vai ser os últimos cinco anos?

Tem uma outra proposta que eu vou aprofundar. É uma que diz que o trabalhador, usando o EPI, o equipamento de segurança, não tem mais direito ao adicional de insalubridade, periculosidade. Então, por exemplo, o próprio piloto de avião não terá direito mais a nenhum adicional? Não tem risco de vida? Um soldado, um policial que enfrenta um conflito, não importa se em um grande centro ou em uma favela, uma quadrilha não terá mais o adicional de risco de vida, porque ele tem ali o capacete e o colete de segurança? Alguém dentro de uma fábrica, em uma fundição, que use o capacete, botou a máscara ou os óculos, também não terá direito mais a especial? Isso tudo está me deixando perplexo.

E uma outra medida também, que eu vi recentemente, que diz que se você tem uma dívida no banco e for demitido, o banco pode pegar todo o seu dinheiro para ele até a sua rescisão de contrato.

Onde é que nós estamos? Se continuarmos a caminhar nesse sentido vamos voltar ao regime da escravidão.

E tem mais coisas além dessas. A terceirização desenfreada, sem limite. Tudo poderá ser terceirizado. Adeus CLT, adeus direitos dos trabalhadores.

Então a preocupação que estou tendo é muito grande, mediante documentos que estou recebendo. Entendo eu que o movimento sindical brasileiro deveria fazer inclusive um congresso nacional, nem que seja no mês de maio, mês do trabalhador, para refletir sobre tudo isso.

Está vindo aí, com muita força, com muita força, amparada nos três poderes, queiramos ou não, a flexibilização direta dos direitos dos trabalhadores. E flexibilizar, para quem disser assim: "Flexibilizar, o que é? É ser mais flexível?", é retirar direitos dos trabalhadores. É a retirada de direitos dos trabalhadores. Por isso temos que estar em estado de alerta. A luz amarela acendeu em relação aos direitos dos trabalhadores.

Recebi ontem inclusive um documento muito bem formulado por um articulista – não vou citar a fonte –, dizendo que aposentado e pensionista não têm que se queixar não, que o salário deles está muito bom. Eu passo pelas ruas por onde ando, o cidadão me diz: "Eu ganhava dez salários mínimos, estou ganhando um, estou ganhando dois." Se ganhava mais, ganhava... Enfim, perderam mais de 90% do benefício. E esse articulista – está chegando à mão de todos os Senadores – dizendo que os aposentados e pensionistas estão muito bem. Podem estar muito bem na casa dele, se o pai dele foi um juiz, se o pai dele foi um ex-deputado, se o pai dele foi um ex-desembargador, se foi um ex-ministro, se foi um ex-presidente desse ou daquele poder. Pode ser. Mas se disser para mim que assalariado brasileiro que está aposentado não teve defasagem de até 80% do seu salário está mentindo. Está mentindo, eu digo aqui da tribuna.

Vou vir com esse documento que eles estão espalhando para todos os Senadores e vou fazer o contraditório, porque não é verdade. A situação dos aposentados e pensionistas é lastimável. Tanto que os presidentiáveis, por pressão popular, tiveram que se posicionar. E ambos disseram – e a Presidenta foi a vitoriosa – que conversariam com o movimento social e sindical para ter uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados, uma política para os aposentados e também mudanças profundas no fator previdenciário. Por isso faço esse alerta. Mas esse é um discurso que farei ainda na semana que vem.

Mas quero aqui, Sr. Presidente, fazer um registro que achei importante, de um movimento da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná – Fetiep, que encaminhou para mim material relativo ao Seminário "Repensar o Mundo do Trabalho e Elevar o Protagonismo da Classe Trabalhadora".

Esse seminário aconteceu no dia 29 de agosto deste ano, em Curitiba. Fui convidado para estar lá. Infelizmente, não pude participar. No entanto, encaminhei um vídeo falando o que falei aqui e muito mais sobre a importância desse debate.

Fui informado de que duas centenas de dirigentes sindicais, de várias partes da região, estiveram nesse seminário. Também foi marcante a presença de várias federações de outros Estados, de uma bancada ativa dos aposentados e de outras entidades. Todos estavam dispostos a debater o mundo do trabalho e as perspectivas do movimento sindical.

Várias entidades compuseram a Mesa: Professor Carlos Lessa; Toninho do Diap; José Calixto Ramos, Presidente da CNTI e da Nova Central; Tiago Pinto, da CTB; Denílson Pestana, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores; Marcelo Santos, da CSB; Zenite, da Força Sindical; Vicente Silva, da Fecep; Geraldo Feltrin, da Fetraconspar; Antônio Faria, da FTA; Marcos Prensato, da FIEB; e Dalva Maria Selzler, da Federação de Empregados da Saúde.

A carga que recebi diz que ficou comprovada no seminário a necessidade da participação das lideranças sindicais na vida política nos Municípios, nos Estados e no País, sendo imperativo que o movimento sindical dê um passo adiante na luta pela ocupação dos espaços na sociedade, se não os direitos deles, como aqui destaquei, estarão sendo surrupiados.

Segundo a Fetiep, o conteúdo do seminário, seus palestrantes e o método pedagógico adotado permitiram a todos uma nova percepção da realidade e instiga a ação política com maior clareza do que de fato está acontecendo até o momento. Fico feliz com a notícia, porque esse também é o meu entendimento.

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Paraná frisou:

Esse encontro foi um passo importante para despertar este gigante que está adormecido que é o Movimento Sindical Brasileiro. [Repito: para despertar este gigante que está adormecido que é o Movimento Sindical Brasileiro].”

Confesso, companheiros da Aerus, que, ainda esta semana, quando tive um debate sobre a liberação dos dirigentes sindicais de forma remunerada, e me disseram – vejam a que ponto chegamos – que vocês estavam lá fora, eu disse: vocês estão totalmente enganados. Eles fizeram uma vigília de mais de 40 dias e foram muito poucos os que vieram aqui. Agora estão, mais uma semana, lá no Salão Verde. Isso é para ver como estão desinformados alguns dirigentes. Aí ele entendeu, até pediu desculpas depois e disse que se faria presente no apoio aqui ao Aerus.

Enfim, aqui diz:

Temos que despertar esse gigante adormecido que é o movimento sindical brasileiro, se quisermos não só em palavras, mas em ação concreta e planejada, mudar a correlação de forças nas instâncias de poder da sociedade, em prol daqueles que produzem, que trabalham, que é a classe trabalhadora brasileira.

Sr. Presidente, além desse registro, eu ainda quero fazer outro que considero também importante, que trata sobre o Dia Nacional do Profissional Técnico em Segurança do Trabalho. O dia 27 de novembro é o Dia Nacional do Técnico em Segurança do Trabalho.

Eu fui técnico em segurança do trabalho, combatia os acidentes, porque entendia eu – e ali comecei minha caminhada na vida política – que quem perde com o acidente é o homem, é a mulher. Quem perde é o trabalhador. O empresário, o investidor pode ter problema na máquina, pode ter problema do lucro, porque diminui a produção, mas quem perde o braço, quem perde a perna, quem perde a vida é o trabalhador. Por isso eu destaco este Dia Nacional da Segurança do Trabalho.

E falo aqui, hoje, fazendo uma homenagem a esse profissional: o técnico em segurança do trabalho. É uma profissão regulamentada através da Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985. Esta lei foi regulamentada através do Decreto nº 92.530, ainda na época do Presidente Sarney. Suas atribuições são definidas por portaria do próprio Ministério do Trabalho. Trata-se de uma categoria profissional diferenciada, que possui seu registro profissional junto ao Ministério do Trabalho e Emprego para seu pleno exercício profissional.

São, portanto, trabalhadores que atuam na linha de frente, na luta pela promoção e execução da proteção ao trabalho e que caminham na busca de objetivos que assegurem condições dignas de segurança a todo assalariado. Trata-se de uma categoria profissional diferenciada de grande importância. No entanto, esses profissionais já desempenhavam suas funções muito antes dessa data, uma vez que a prevenção é fundamental. E lá estavam eles quando eram chamados.

Além de atuarem na prevenção dos acidentes de trabalho, os técnicos de segurança do trabalho são a única categoria reconhecida por lei que integra o serviço especializado em segurança e saúde no trabalho. Zelam pela integridade física e mental da nossa gente, do trabalhador. Dessa forma, auxiliam o empregador a fim de criar um ambiente laboral que seja adequado às normas de segurança no trabalho.

Sr. Presidente, para isso eles precisam analisar os processos de trabalho e identificar os fatores de risco de acidentes e doenças do trabalho. Também cabe ao técnico elaborar e executar medidas recomendadas para a prevenção, enfim, para evitar acidentes do trabalho. Estudam as condições de segurança dos locais de trabalho. Fazem a análise da segurança das máquinas. Há uma preocupação permanente para que, de fato, o trabalhador use o equipamento de segurança, sejam os óculos, seja o capacete, seja a máscara, seja o coturno, seja a bota, seja o colete de segurança. Mas isso, em nenhum momento, vai fazer com que esse trabalhador deixe de ter o direito à aposentadoria especial e a ganhar os adicionais. Se não querem pagar os adicionais, eliminem as áreas de risco! Aí eu concordo. Se o serviço não é perigoso, não há insalubridade, não há serviço penoso, não há, consequentemente, nenhum agente que prejudique a saúde dele. Aí tudo bem. Mas enquanto os agentes que trazem prejuízo à sua saúde e risco à sua vida ali existirem, tem que pagar os adicionais.

Sr. Presidente, quero adiantar a minha fala e por isso quero lembrar a importância desses profissionais. São realizadas diversas atividades pelo País em alusão a essa data, no dia que eu aqui citei. Há necessidade de fortalecer cada vez mais esse serviço, que é a prevenção ao acidente, cujo principal sujeito é o técnico de segurança do trabalho.

Destaco que também as empresas devem tratar a prevenção como parte integrante de suas atividades e de seus negócios, de modo que, através do sistema de gestão, contemplem a busca por ambientes seguros de trabalho, conforme determinou o 18º Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho, promovido pela OIT, realizado em Seul, Coreia do Sul. Uma dessas necessidades é poder contar com o apoio e a iniciativa de todos os poderes constituídos.

Sr. Presidente, queremos aqui lembrar que, além de almejar o objetivo da categoria, que é a prevenção, evitar acidentes, podemos todos colaborar de forma positiva na redução dos acidentes de trabalho no País, vindo com isso trabalhar, cada vez mais, em políticas de segurança e saúde no trabalho e no próprio Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, ambos sancionados recentemente pela Presidenta da República. Essa bandeira é prioritária para toda a categoria.

Sr. Presidente, quero também destacar que esse movimento na busca de valorizar os técnicos de segurança no trabalho visa também a tirar o Brasil de uma posição incômoda. O Brasil fica entre os cinco países onde mais há acidentes no trabalho no mundo. Há quem diga que é o segundo, há quem diga que é o primeiro, há quem diga que é o terceiro. Eu prefiro dizer, então, que ele fica, lamentavelmente, entre os cinco países do mundo onde mais há acidentes no trabalho e onde mais morre gente devido às condições precárias do trabalho.

Enfim, parabéns a todos os técnicos de segurança do trabalho pela sua data festiva, eles que trabalham em defesa da segurança e saúde de todos os trabalhadores, que acreditam e apostam em dias melhores, em novas conquistas, lutando contra o preconceito e até contra atitudes antiéticas, em novas e evoluídas conquistas de direitos.

Que eles possam, assim, definitivamente, buscar a sua independência e, cada vez mais, proteger os interesses do trabalhador em relação às condições de trabalho, de forma que elas sejam seguras.

Que esse técnico de segurança, quando mandar parar uma máquina, quando mandar parar um setor, não seja, como muitas vezes acontece, demitido. Demitido por quê? Porque ele diz que naquela área não há condições de trabalhar com segurança e manda parar o setor. Aconteceu comigo isso. E aí o que acontece? Como ele não tem estabilidade no emprego, acaba sendo demitido.

Parabéns. Parabéns ao técnico de segurança no trabalho de todo o Brasil. Sucesso para todos. Que sejam bem-sucedidos na missão de prevenção de acidentes em todo o País. Para isso, com certeza, vocês contarão sempre com nosso apoio aqui no Congresso e com o apoio de toda a classe trabalhadora.

Estamos juntos na batalha e nas lutas que hão de vir, sempre pensando em melhorar as condições de vida dos nossos trabalhadores.

Por fim, Sr. Presidente, faço somente um registro rápido. Estive reunido, aqui, no Senado, com a Diretora Jurídica Adjunta da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Srª Marta Beatriz Tedesco Zanchi.

Ela, em nome da Diretoria da Anadep, me entregou uma nota técnica em apoio ao Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011, de autoria do nosso colega, Senador Antonio Carlos Valadares.

O projeto prevê a obrigatoriedade da apresentação do réu preso em juízo no prazo de 24 horas.

Essa apresentação, denominada audiência de custódia, servirá para o controle da legalidade da prisão provisória e também para a verificação e o combate a torturas.

A matéria já teve parecer favorável na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e aguarda, agora, a principal decisão, que será na CCJ.

Sr. Presidente, Senador Suplicy, a nota técnica da Anadep apresenta uma série de recomendações e preceitos da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

Como militante dos direitos humanos, me vejo na obrigação, com satisfação, de ler esse documento, cuja leitura é rápida:

A finalidade da audiência é a de verificar a legalidade da prisão, nisso compreendida a verificação do respeito à integridade física e psíquica do preso [e mental], devendo o juiz tomar medidas assecuratórias da dignidade fundamental do ser humanos, se o caso [for esse. Aponta o documento].

A matéria envolve, diretamente, as atividades da Defensoria Pública, na medida em que, por força do que determina a Lei Federal nº 11.449, de 15 de janeiro de 2007, a instituição deve receber cópia integral do auto de prisão em flagrante, acompanhado de todas as oitivas colhidas no prazo de 24 horas.

Nesse sentido, a alteração proposta pelo nobre Senador Valadares, via o PLS 554/2011, afetará sensivelmente as atividades da Defensoria, até porque a grande maioria das pessoas presas em flagrante delito, em nosso País, não possui meios para custear o pagamento de honorários advocatícios, sendo atendidas somente pela Defensoria Pública.

O atendimento imediato à pessoa detida é uma recomendação internacional dos direitos humanos, pois é um instrumento de prevenção e combate à tortura.

Uma pesquisa ampla em cinco Estados brasileiros documentou 64 casos de tortura, tratamento cruel, desumano ou degradante, em sua maioria, que ocorreram na abordagem policial.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que os resultados desse estudo foram divulgados em cartas abertas ao Governo brasileiro, conforme o Projeto Pensando o Direito.

Meus parabéns aos defensores públicos que querem que o criminoso responda pelo que fez, mas querem, também, assegurar o direito de defesa a todos e tortura, como a gente lembra, da ditadura...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ...Ditadura nunca mais! Tortura nunca mais!

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente. Peço que V. Exª considere, na íntegra, os meus pronunciamentos.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná (FETIEP), encaminhou ao meu Gabinete material relativo ao Seminário “Repensar o mundo do Trabalho e Elevar o Protagonismo da Classe trabalhadora”.

Esse Seminário aconteceu no dia 29 de agosto deste ano, em Curitiba, e, infelizmente não tive condições de participar. No entanto, encaminhei para eles um vídeo, a fim de colaborar com o debate.

Fui informado de que duas centenas de dirigentes sindicais, de várias regiões do Paraná, estiveram no Seminário, e também foi muito marcante a presença de várias federações das mais diversas categorias, de uma bancada ativa dos aposentados e de outras entidades.

Todos estavam dispostos a debater sobre o mundo do trabalho e as perspectivas de futuro para o Movimento Sindical.

Várias personalidades importantes compuseram a mesa: o professor Carlos Lessa, Toninho do DIAP, José Calixto Ramos – presidente da CNTI, Thiago Pinto da CTB, Denilson Pestana da NCST, Marcelo Santos da CSB, Zaneti da Força Sindical, Vicente Silva da FECEP, Geraldo Ranthum da Fetraconspar, Antonio Farias da FTIA, Marcos Pressato da FEEB e Dalva Sellzler da Federação dos Empregados na Saúde.

A carta que recebi diz que ficou comprovada, no Seminário, a necessidade da participação das lideranças sindicais na vida política, nos Municípios, nos Estados e no País, sendo imperativo que o movimento sindical dê um passo adiante na luta pela ocupação dos espaços de poder na sociedade.

Segundo a FETIEP, o conteúdo do Seminário, seus palestrantes e o método pedagógico adotado, permitiu aos participantes uma nova percepção da realidade e instiga à ação política com maior clareza do que de fato está acontecendo em nosso país.

Sr. Presidente, eu fiquei muito feliz com as notícias que recebi sobre o Seminário.

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Paraná frisou que (abre aspas):

esse encontro foi um passo importante para despertar este gigante adormecido que é o Movimento Sindical Brasileiro, se quisermos, não só em palavras, mas em ação concreta e planejada, mudar a correlação de forças nas instâncias de poder da sociedade, em prol da classe trabalhadora brasileira. (fecha aspas).

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, 27 de novembro é o Dia Nacional do Técnico de Segurança do Trabalho. A minha fala é em homenagem a esses profissionais.

Quem é o profissional Técnico de Segurança do Trabalho?

É uma profissão regulamentada através da Lei Nº 7.410 de 27 de novembro de 1985. Essa lei foi regulamentada através do Decreto Presidencial Nº 92.530 de 09 de abril de 1986, pelo então presidente da República e hoje senador, José Sarney.

Suas atribuições são definidas pela Portaria do Ministério do Trabalho 3.275/89 e pela Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 3516-5.

Trata-se de uma categoria profissional diferenciada, que possui o seu registro profissional após sua formação, obrigatoriamente, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, para o seu pleno exercício profissional.

São, portanto, trabalhadores que atuam na linha de frente na luta pela promoção e execução da proteção ao trabalho e, que caminham em busca de objetivos, que assegurem condições mais dignas de segurança e saúde para os trabalhadores.

Trata-se de uma categoria profissional diferenciada de grande importância para o nosso país e, para a sociedade brasileira.

No entanto, esses profissionais já desempenhavam suas funções muito antes dessa data, uma vez que os prevencionistas, como são chamados, sempre se preocuparam com o bem-estar dos trabalhadores e com a melhoria das condições do ambiente e meio de trabalho.

Além de atuarem na prevenção de acidentes de trabalho, o Técnico em Segurança do Trabalho, que é a única categoria reconhecida por lei entre as outras, que integram o Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho (SESMT) zela pela integridade física e mental do trabalhador. Desta forma, auxiliam o empregador, a fim de criar um ambiente laboral que se adeque às normas de Segurança e Saúde no Trabalho, mais conhecidas como Normas Regulamentadoras e outras regulamentações, sendo responsáveis por estabelecer a obrigatoriedade de serviços e programas relacionados à saúde e segurança no ambiente de trabalho.

Entre as atividades desenvolvidas pelo técnico em Segurança do Trabalho está o dever de informar e sugerir ao empregador, por meio de parecer técnico e outros meios, quanto aos riscos sobre os trabalhadores, orientando-os quanto às medidas para eliminá-los.

Para isto, eles precisam analisar os processos de trabalho e identificar os fatores de riscos de acidentes e doenças do trabalho.

Também cabe ao técnico elaborar e executar medidas e recomendações de segurança e, programas de prevenção com a participação dos trabalhadores, avaliando e auditando os resultados destas ações, promovendo a capacitação do trabalhador, através de cursos, palestras e outros recursos técnico-pedagógicos, orientando também os trabalhadores terceirizados quanto à Segurança e Saúde no Trabalho.

Estudam as condições de segurança dos locais de trabalho, das instalações e das máquinas e equipamentos, identificando seus pontos de risco, recomendando a implantação de dispositivos de segurança e outras proteções; planeja e desenvolve a implantação de técnicas relativas a gerenciamento e controle de riscos, vistoria, avalia e indica medidas de controle sobre o grau de exposição a agentes agressivos de riscos físicos, químicos e biológicos.

Também analisam riscos, acidentes e falhas, investigando causas e propondo medidas preventivas e corretivas, entre outras competências.

A sua Classificação Brasileira de Ocupações – CBO é de nº 3516, onde prevê essas e outras atuações e funções no exercício da profissão, que foi publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e, disponível no site deste Ministério, sendo construído anteriormente em três etapas: descrição, avaliação e co-avaliação, com a participação da FEA/USP, MTE, SEMTEC/MEC, Fundacentro, Representação Patronal e dos Trabalhadores e, principalmente pela categoria, através de inúmeros diretores da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho – FENATEST e por outros colaboradores, diretores dos Sindicatos Estaduais afiliados à Federação.

Para lembrar a importância deste profissional são realizadas diversas atividades pelo país em alusão a esta data.

Há a necessidade de diversas iniciativas para reduzir os acidentes e melhorar as condições de trabalho no Brasil.

A sociedade organizada deve fazer a sua parte e o governo de forma interministerial, devem propor medidas para aperfeiçoar as condições de trabalho, através de implantações de políticas públicas eficazes na área da segurança e saúde no trabalho.

E no caso das empresas, devem tratar a prevenção como parte integrante de suas atividades e de seus negócios, onde através de sistema de gestão, contemple a busca de ambientes seguros de trabalho, conforme determinou o 18º Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho, promovido pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, realizado em Seul – Coreia do Sul.

Uma dessas necessidades também é de poder contar com o apoio e iniciativa da Presidente Dilma Rousseff e, do Ministro do Trabalho Manoel Dias, para presentear esta importante categoria, que têm como seu objetivo maior, a regulamentação do Conselho Federal dos Técnicos de Segurança do Trabalho – CONFETEST (Conselho Próprio), que além de almejar o objetivo da categoria, poderá colaborar com o Estado de uma forma positiva, na redução dos acidentes no trabalho no país, vindo colaborar e muito, com a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho e no Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, ambos sancionados recentemente pela Presidenta da República. Atualmente, essa bandeira é prioritária entre a nossa categoria!

O processo do anteprojeto de lei de iniciativa do governo (MTE) é de nº 46010.001767/2003-99 e a Exposição de Motivos é de nº 16 de 08.12.2004, que já foi enviado pelo Ministério do Trabalho e Emprego para a Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério do Planejamento e para a Advocacia Geral da República.

Atualmente esse anteprojeto de iniciativa do governo, se encontra no Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego.

O CONFETEST foi criado em novembro de 1997, com registro em 2º Cartório de Ofícios de Brasília, possui CNPJ e outras documentações, mas não pode atuar por não ter aprovação e autorização legislativa, ou seja, projeto de origem do governo, que é o caso, conforme anteprojeto acima já citado e ser aprovado pelo Congresso Nacional (Câmara e Senado Federal).

O país precisa investir mais em prevenção e gastar menos com acidentes de trabalho, pois a prevenção é o principal instrumento para a redução dos enormes índices de acidentes e de doenças ocupacionais que temos no Brasil e, esses profissionais são de suma importância nesta atual conjuntura.

Parabéns para todos os Técnicos de Segurança do Trabalho pela sua data comemorativa, que trabalham em defesa da segurança e saúde de todos os trabalhadores, indiscriminadamente, que acreditam e apostam em dias melhores, novas conquistas, lutando contra o preconceito e atitudes antiéticas e, principalmente por novas e evoluídas conquistas e direitos; conseguindo assim, definitivamente, a sua independência, melhoria em sua atuação profissional, vindo dessa forma colaborar com o Brasil e com o povo trabalhador brasileiro, na divulgação de práticas preventivas e, principalmente, colaborando de uma forma mais segura, na redução dos acidentes no trabalho e, das doenças ocupacionais.

Parabéns Técnicos e Técnicas de Segurança do Trabalho de todo o Brasil, sucesso para todos, que sejam bem sucedidos na missão da prevenção de acidentes por todo o País, junto aos trabalhadores brasileiros! Estamos juntos nas batalhas e nas lutas que hão de vir!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente eu estive reunido, aqui mesmo no Senado Federal, com a diretora jurídica adjunta, da Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP, sr^a Marta Beatriz Tedesco Zanchi.

Ela, em nome da diretoria da ANADEP, me entregou uma nota técnica em apoio ao Projeto de Lei do Senado Nº 554 de 2011, de autoria do nosso colega, senador Antonio Carlos Valadares.

O projeto prevê a obrigatoriedade da apresentação do réu preso em juízo no prazo de 24 horas.

Esta apresentação, denominada audiência de custódia, servirá para o controle da legalidade da prisão provisória e também para a verificação e o combate a maus tratos e tortura.

A matéria já teve parecer favorável na Comissão de Direitos Humanos do Senado (CDH), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e aguarda para ser analisada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Sr. Presidente, a nota técnica da ANADEP apresenta uma série de recomendações e preceitos da ‘Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes’.

“A finalidade da audiência é a de verificar a legalidade da prisão, nisso compreendida a verificação do respeito à integridade física e psíquica do preso, devendo o juiz tomar medidas assecuratórias da dignidade fundamental do ser humanos, se o caso”, aponta o documento.

A matéria envolve diretamente as atividades da Defensoria Pública, na medida em que, por força do que determina a Lei Federal nº 11.449, de 15 de janeiro de 2007, a Instituição deve receber cópia integral do auto de prisão em flagrante acompanhado de todas as oitivas colhidas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

E, nesse sentido, a alteração proposta pelo PLS 554/2011 afetará sensivelmente as atividades defensoriais, até porque a grande maioria das pessoas presas em flagrante delito em nosso país não possui meios para custear o pagamento de honorários advocatícios, sendo atendidas pela Defensoria Pública.

O atendimento imediato à pessoa detida é uma recomendação internacional, pois é um instrumento de prevenção e combate à tortura.

Uma pesquisa ampla em 5 estados brasileiros documentou 64 casos de tortura, tratamento cruel, desumano ou degradante, em sua grande maioria, ocorreram na abordagem policial.

Os resultados desse estudo foram divulgados em cartas abertas ao governo brasileiro, conforme o Projeto Pensando o Direito.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A solicitação de V. Ex^a será atendida. Muito bem, Senador Paulo Paim.

O próximo orador inscrito seria o Senador João Capiberibe, depois Anibal Diniz. Vou ler a ordem: Lídice da Mata, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Bauer, Cristovam Buarque, dentre os que estão aqui presentes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente, eu gostaria de saber...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... se posso me inscrever pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Ex^a está inscrito.

Tem a palavra o Senador Anibal Diniz, por favor.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna, inicialmente, para reafirmar um passo importante que foi dado ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, com a aprovação da PEC 12, que é considerada a PEC da Ciência e Tecnologia, fruto de um amplo entendimento construído com a comunidade científica nacional.

Esse projeto veio da Câmara, a partir de uma proposição da Deputada Margarida Salomão, do PT de Minas Gerais, mas foi construída a partir de uma comissão especial que mobilizou, além de Parlamentares, importantes autoridades da comunidade científica nacional. Essa proposição objetiva, basicamente, atualizar as disposições que tratam a ciência e a tecnologia no âmbito da Constituição Federal e que remontam a 1988.

A proposta, também, visa oferecer respaldo de diretrizes para uma série de necessidades identificadas durante as discussões sobre a revisão do Marco Legal para a Ciência, Tecnologia e Inovação a serem implementadas no âmbito infraconstitucional.

Essa Proposta de Emenda à Constituição, a PEC 12, que aprovamos ontem, na CCJ, e que aguarda para ser votada em calendário especial aqui, no plenário, foi inicialmente aprovada por comissão especial e pelo Plenário da Câmara dos Deputados por unanimidade, nos dois turnos, e tramita agora no Senado, aguardando, depois da aprovação na CCJ, a sua aprovação aqui no plenário do Senado.

Historicamente, a PEC 12 teve origem nos debates em torno do PL 2.177, de 2011, o Código Nacional de Ciência e Tecnologia, subscrito na Câmara por integrantes da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, encabeçados pelo seu então presidente, Deputado Bruno Araújo, e outros, e no Senado, o Projeto de Lei do Senado 619, de 2011, de autoria do então presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, o Senador Eduardo Braga. Vale ressaltar que o relatório da PEC 12, aprovado ontem na CCJ, é da lavra do Senador Eduardo Braga, que é o Líder do Governo na Casa, eu fiz apenas a sua defesa *ad hoc*, mas quem preparou esse relatório foi o Senador Eduardo Braga.

No caso da Câmara, a Comissão Especial operou com o ambiente regimentalmente adequado em que se realizou uma série de pelo menos 19 audiências públicas, no âmbito do qual, contou com o apoio de um grupo de trabalho formado por um variadíssimo e representativo leque de entidades e instituições relacionadas com o mundo da ciência e da tecnologia.

Num trabalho hercúleo e prolongado, os debates produziram os dois produtos anteriormente mencionados, a PEC 12, de 2014, e o PL 2.177, de 2011, e pavimentaram espaço para o advento de outras propostas. Ao longo de todo esse processo, participou ativamente, de forma direta ou indireta, a comunidade científico-acadêmica, tecnológica e de inovação, por intermédio das entidades que a representam.

Eu digo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores que nos acompanham, para reforçar o quanto é importante para a comunidade científica nacional que o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, e os Srs. Líderes partidários possam contribuir para que na primeira sessão deliberativa, na próxima terça-feira, possamos incluir essa matéria em pauta e possamos aprová-la em regime especial, de tal maneira que os fazedores de ciência e tecnologia do Brasil, as instituições abnegadas que produzem ciência e tecnologia no Brasil possam contar com um instrumento a mais de simplificação na busca da viabilização de seus projetos. E, certamente, todas as entidades que se mobilizaram na construção dessa proposta vão aplaudir essa decisão do Senado Federal, porque já trabalharam duro para tê-la aprovada na Câmara dos Deputados e, agora, também estão mobilizados.

Ontem mesmo, um grupo significativo de representantes dessa comunidade científica e tecnológica esteve na Comissão de Constituição e Justiça para prestigiar o ato da sua aprovação, e tenho certeza de que a comunidade científica brasileira vai aplaudir se pudermos aprovar essa matéria, ainda no ano de 2014, antes de fecharmos as atividades legislativas desse ano.

E gostaria, também, Sr. Presidente – agora, Senador Paulo Paim, substituindo o Senador Eduardo Suplicy –, de fazer um comentário sobre a importância da votação que ainda não fizemos ontem, da qual já começamos a discussão, a respeito do PLS nº 132, que é o projeto de minha autoria, que prevê que, nas eleições com duas vagas para o Senado, haja equilíbrio de gênero, que uma vaga seja destinada aos homens e outra vaga seja destinada às candidaturas de mulheres.

Esse projeto está sob vista coletiva na Comissão de Constituição e Justiça; certamente, na próxima quarta-feira, deveremos deliberar a respeito, vamos ouvir a posição e o voto dos senhores integrantes da Comissão de Constituição e Justiça. Esse projeto tem uma importância fundamental para a política brasileira, Senador Paim, fico muito agradecido pela contribuição de V. Ex^a que fez um relatório primoroso em defesa da aprovação dessa matéria. Vale a pena ressaltar que estamos no final do ano de 2014 e, ainda, quando apresentamos esse projeto, meses depois, foi publicado um artigo, mobilizado pelo Instituto Patrícia Galvão, esse artigo veio assinado pelo Prof. José Eustáquio Diniz Alves, que faz um estudo profundo sobre o nível de participação política das mulheres no mundo, qual é o nível de representação feminina nos parlamentos mundiais.

Há alguns números que são absolutamente impactantes; por exemplo, o Brasil ocupa a 158ª posição num *ranking* que envolve 189 países. Ou seja, o País está com uma das piores representações de gênero no Parlamento do mundo. O desequilíbrio de gênero no Parlamento brasileiro é absolutamente assustador. Aqui no Senado Federal, que é a Casa da Federação e tem três representantes por Estado brasileiro ou por unidade federativa, dos 81 Senadores – são exatamente 27 unidades da Federação com três representantes cada uma –, temos 13 Senadoras. Das 81 cadeiras existentes no Senado, apenas 13 são ocupadas por mulheres.

Caso esse nosso projeto venha a ser aprovado e adotado nas eleições com duas vagas para o Senado, na primeira eleição em que esse projeto, tornado lei, seja aplicado, nós teremos a garantia de que cada unidade da Federação, cada Estado brasileiro tenha, no mínimo, uma representante feminina nesta Casa. E considero isso absolutamente justo. Por quê? Porque estamos falando da Casa do equilíbrio da Federação. Nesta Casa, o Estado do Acre, o meu Estado do Acre tem o mesmo valor do Estado de São Paulo. Mesmo sendo o Estado de São Paulo o Estado mais rico do Brasil e o Acre, um dos Estados mais pobres; o Estado de São Paulo sendo o mais populoso do Brasil e o Estado do Acre, um dos menos habitados – temos menos de 800 mil pessoas como população do Acre, ou seja, a população do Acre não chega a 800 mil pessoas –; mesmo assim, aqui no Senado Federal, o Acre é igual a São Paulo. Então, se aqui, na Casa do equilíbrio da Federação, o Estado do Acre tem o mesmo valor do Estado de São Paulo, por que a população brasileira, que tem 52% de mulheres, está representada com tão somente 13 mulheres num número de 81 cadeiras existentes?

Nós temos que nos questionar sobre isso porque fazer política não é só cuidar do pragmatismo do dia a dia, não é só cuidar da emenda, não é só cuidar da liberação dos recursos; é a gente se questionar. A gente precisa filosofar a respeito dos porquês da vida. Se existe uma desigualdade, nós temos que perguntar por quê. E nós temos que perguntar se essa desigualdade tem que perdurar para sempre.

As pessoas podem dizer assim: “Mas vai mexer com algo que sempre foi assim?” Não, não é assim. A escravidão no Brasil perdurou durante muito tempo, e, quando foi questionada a escravidão, tenho certeza de que os oligarcas da época, os escravagistas da época não aceitavam a discussão, porque não conseguiam conceber como seria a economia do Brasil, como funcionaria o setor produtivo do Brasil pós-escravidão, ou seja, se não houvesse o regime escravo para garantir a mão de obra.

Foi um amplo debate, há muito conteúdo a respeito do longo período de debate em relação a esse assunto, até que se chegou ao entendimento de se abolir a escravidão no Brasil. Foi um choque? Foi, mas o Brasil depois encontrou os caminhos para sobreviver diante da nova ordem, porque toda nova ordem, Senador Paim, exige um novo padrão de comportamento, e nós temos que estar permanentemente preparados para os novos desafios para instituir novidades na política brasileira.

Então, esse meu projeto é uma proposta que choca, que impacta, mas ele exige esse posicionamento de que nós devemos nos questionar sobre se é justo, se é adequado o Senado Federal, tendo 81 cadeiras, ter apenas 13 ocupadas por mulheres; a Câmara dos Deputados, com 513 assentos, ter apenas 45 ocupadas por mulheres – em 2015, serão 50 mulheres. Então, exatamente por isso e também porque este ano de 2014 é um ano simbólico. Este ano de 2014 marca o aniversário dos 82 anos do direito do voto feminino no Brasil. Isso foi escrito no belo artigo do Prof. José Eustáquio Alves.

O ano de 2014 marca o aniversário dos 82 anos do direito de voto feminino no Brasil. Desde a conquista de 1932, as mulheres brasileiras obtiveram diversas vitórias: tornaram-se maioria da população e do eleitorado; conquistaram maior esperança de vida e menores taxas de mortalidade; adquiriram níveis crescentes de educação, ultrapassando os homens em todos os níveis de ensino; elevaram as taxas de participação no mercado de trabalho, reduzindo os diferenciais de gênero nos rendimentos totais; são maioria dos beneficiários da previdência e do Programa Bolsa Família; trouxeram duas das três medalhas de ouro nas duas últimas olimpíadas (Pequim e Londres) e conquistaram diversas vitórias na legislação nacional. Porém, na política parlamentar as mulheres brasileiras estão praticamente estagnadas e perdendo posição em relação ao resto do mundo. A luta contra a exclusão feminina da política tem crescido desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Entre 1945 e 1995 a participação feminina cresceu mas se manteve baixa no Brasil e no mundo. Em 1995, houve a 4ª Conferência Mundial de Mulheres, em Beijing, que propôs a adoção de políticas de cotas para aumentar o empoderamento feminino. Neste ano, a participação feminina na Câmara de Deputados estava em torno de 12% no mundo e 6% no Brasil.

Passado esse período todo de 1994 para cá, o que temos é uma situação não muito diferente. A participação da mulher no Parlamento brasileiro cresceu de 6% para 8,6%. Hoje, temos uma participação de 8,6%. A média mundial subiu de 12% para 22%. Hoje, a média mundial de participação feminina no Parlamento está em 22%, enquanto o Brasil amarga a 158ª posição, com a participação de apenas 8,6%.

Exatamente por isso, Senador Paim, eu reforço aqui um discurso que tenho feito com bastante insistência para que nós possamos, na próxima quarta-feira, apreciar essa matéria e mantê-la em discussão aqui no Senado Federal, porque é muito importante que nós Senadores reflitamos a respeito. E, como já disse anteriormente e repito, nós não podemos nos apegar apenas ao pragmatismo da política. Nós precisamos também nos questionar sobre a ordem vigente e sobre que possibilidades nós temos de mudar as estruturas à nossa volta.

O Senado Federal é uma estrutura de poder importantíssima, é a Casa Legislativa mais importante do País, é nossa Câmara Alta, e nós, nesse ambiente, temos que refletir a respeito do que é o conceito de Casa do equilíbrio da Federação. Se esta Casa é verdadeiramente a Casa do equilíbrio da Federação, em que todos os Estados são iguais, é importante também que reflitamos...

(Soa a campainha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... sobre o equilíbrio de gênero, em que a população possa estar representada de acordo com sua estratificação na sociedade.

Dessa maneira, tenho certeza de que nós vamos evoluir esse debate. Com certeza, Senador Paim, o relatório de V. Ex^a, que está sendo apreciado ao longo da semana por todos os Senadores integrantes da CCJ, poderá ter um debate ainda mais aprofundado na próxima quarta-feira. E eu vou ficar muito feliz se pudermos aprovar essa matéria, para que essa discussão continue aqui no Senado e na Câmara dos Deputados, porque, além de mexer aqui no Senado, certamente, teremos que pensar também em algum mecanismo para modificar o formato de composição da Câmara dos Deputados, das Câmaras de Vereadores, das Assembleias Legislativas e da Câmara Distrital, justamente para que tenhamos uma maior participação da mulher brasileira, que é a maioria da nossa população.

O Parlamento brasileiro merece ser mais bem representado quantitativamente pelas mulheres do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, o Sr. Eduardo Suplicy deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Anibal Diniz.

Eu sou o relator desse projeto com muito orgulho, já dei o parecer favorável, e estamos prontos para fazer a defesa na quarta-feira, para que as mulheres cheguem, pelo menos, a um terço aqui do Senado da República e, oxalá, também da Câmara dos Deputados.

Parabéns ao projeto de V. Ex^a.

Entre um orador inscrito e uma comunicação, agora é o momento de uma comunicação inadiável. Seria o Senador Blairo Maggi, que não está; o Senador Cristovam Buarque não está; Senador Roberto Requião. Em seguida, Senador Mozarildo, como orador inscrito.

Senador Roberto Requião, só permita que eu leia este ofício bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – **Requerimento nº 953, de 2014**, do Senador Roberto Requião, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, nos dias 16 e 17 de dezembro do corrente ano, a fim de participar da reunião da Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul, na Cidade de Paraná, Argentina, como membro da Representação Brasileira naquele Parlamento; e comunica, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 15 a 17 de dezembro de 2014.

Os Srs. Senadores que aprovam esta viagem do nobre Senador a trabalho no Mercosul permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a palavra, o Senador Roberto Requião, para uma comunicação inadiável.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Minha preocupação, Presidente, a respeito desse projeto da cota de gênero, é que, a fim e a cabo, estamos fazendo uma restrição para apenas um terço de participação das mulheres, quando, na verdade, o eleitorado feminino é majoritário no Brasil hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É de 51%.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Por que estabelecer um limite? Se as mulheres têm direito a voto e podem ser candidatas, nós estamos discriminando e dando um peso negativo nesse processo. Então, eu tenho as minhas dúvidas em relação a essa bem intencionada medida do Senador Anibal Di-

niz. Ele está restringindo, de fato, a participação das mulheres, uma vez que elas são 51% do eleitorado, e nada pode impedir a candidatura das mulheres. Preocupa-me um pouco essa visão.

Mas o objetivo da minha comunicação breve...

O Sr. Anibal Diniz (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Requião, sem atrapalhar o comunicado de V. Ex^a, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nenhum prejuízo, porque eu vou des-
contar ali. Pode falar.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É só para ajudá-lo nessa reflexão, porque eu sei que V. Ex^a, com a qualidade que tem, sempre tem trazido temas de altíssima relevância aqui para o Senado, e esse é um debate filosófico da maior importância. É que, na realidade, nós não estamos restringindo, porque existem duas modalidades de eleições para o Senado: uma com um terço e outra com dois terços. Quando houver eleição de um terço, homens e mulheres disputam em pé de igualdade – de um terço, quando há uma vaga, todos disputam entre si essas vagas. Agora, quando há duas vagas, sendo o mandato de Senador da República o único mandato majoritário que abre a exceção de, a cada oito anos, ter duas vagas – porque nós não temos duas vagas na disputa para Presidente, nem para Governador, nem para Prefeito, e temos a cada oito anos uma exceção de ter eleição com duas vagas para o Senado –, nesse caso, especificamente, pensarmos na hipótese de um equilíbrio de gênero, com uma candidatura para as mulheres e outra para os homens, de tal maneira que os Estados estivessem representados, no mínimo, por 33%. Ou seja, das três vagas, pelo menos uma vaga para as mulheres, mas com a possibilidade de aumentar, porque, nas eleições com uma única vaga, disputariam homens e mulheres a mesma vaga, de tal maneira que 33% seriam o mínimo, mas poderia certamente chegar a 50% ou mais. O fato é que teriam tanto o homem quanto a mulher, no mínimo, 33% de representação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – E nesse equilíbrio, Senador, entrariam também os homossexuais, ou não?

O Sr. Anibal Diniz (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Essa discussão é em outro momento. Não está posta, não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – É essa a minha preocupação. Eu acho que nós não podemos estabelecer um limite. As mulheres podem ter a maioria absoluta do Senado, uma vez que têm a maioria já do eleitorado.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Mas, com essa proposta, elas podem ser maioria, sim.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu acho que é um pouco limitadora essa proposta.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Ela amplia. Eu posso assegurar a V. Ex^a que ela não é limitadora; ela amplia.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Ela tem a intenção de abrir um espaço, mas acaba limitando.

E nós temos que pensar também nos homossexuais, Senador Paim. O pessoal da Comissão de Direitos Humanos não está presente aqui, mas provavelmente estaria fazendo essa postulação também.

É evidente que eu estou pondo um pouco de ironia neste comentário. A minha intenção na verdade para essa comunicação é a seguinte:

Requeiro, nos termos do art. 336, II e III do Regimento Interno, que o Projeto de Resolução do Senado nº 71, de 2013, que “altera o Regimento Interno do Senado Federal, para instituir a distribuição eletrônica automática dos processos legislativos, no âmbito das comissões do Senado Federal”, tenha tramitação em regime de urgência.

Vamos à justificação, Senador:

O PRS nº 71, de 2013, recebeu despacho, em 26 de setembro de 2013, no sentido de destinar a matéria “à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida norma interna, seguindo posteriormente à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno”. Na referida Comissão, [Senador Paim,] em 16/10/2013, a matéria foi distribuída à relatoria do Senador Lobão Filho. E, desde então, não sofreu qualquer tramitação.

Ela aparentemente, na prática, na realidade, recebeu um embargo de gaveta: saiu da cogitação do Senado, embora tenha sido apresentado o projeto com um número enorme de participação dos Srs. Senadores e Senadoras. Seguramente não houve o terço feminino, porque o terço não está presente nesta Legislatura, mas houve uma maioria muito significativa dos Senadores.

O PRS nº 71, de 2013, institui um mecanismo de transparência e de impessoalidade, assegurando a todos os Senadores o direito e a prerrogativa de relatarem proposições que lhes sejam distribuídas eletronicamente.

Estamos copiando o sistema de distribuição de relatoria do Poder Judiciário, com impessoalidade e imparcialidade na distribuição das relatorias.

Trata-se de uma medida de aperfeiçoamento institucional do Senado Federal, tal como é praticada nos órgãos do Poder Judiciário. Outrossim, assegura distribuição equitativa da carga de trabalho.

A carga de trabalho da relatoria será distribuída equitativamente entre todos os Senadores, mulheres e homens, Senadores que vieram aqui com o voto popular, sem que prevaleçam privilégios ou a possibilidade dos famosos embargos de gaveta, com paralisação da tramitação dos processos.

Não há imposição de ordem lógica ou política que determine que a aprovação da medida dependa da análise e aprovação de modificação ampla e geral do Regimento Interno, que é objeto do PRS nº 17, de 2009. Ao contrário, a transparência que se espera do Senado Federal não pode e não deve esperar. A instituição de distribuição eletrônica automática dos processos legislativos, no âmbito das comissões do Senado Federal, é perfeitamente possível e necessária, podendo ser votada de imediato, independente de ampla modificação do Regimento Interno, que se arrasta há anos e para a qual não se vislumbra rápido desfecho.

Assim, requer-se que o PRS nº 71, de 2013, tramite em regime de urgência.

Estamos pedindo urgência para esse projeto. É uma modificação necessária, Senador Paim, como é necessária a modificação do regime de votação dos vetos no Congresso Nacional que se acumulam aos milhares e paralisam a atividade do Congresso, desmoralizando a instituição.

Ela vai assinada por mim, mas não só por mim. Ela vai assinada por mim, pelo Senador Acir Gurgacz, Senador Aécio Neves, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senadora Ana Rita, Angela Portela, Anibal Diniz, Antonio Aureliano, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Ataídes Oliveira, Benedito de Lira, Blairo Maggi, Cassido Maldaner, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, Eunício Oliveira, Fernando Collor, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Gim Argello, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues, Roberto Requião – fui eu que encabecei –, Rodrigo Rollemberg, Ruben Figueiró, Sérgio Petecão, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wellington Dias, Wilder Moraes e Wilson Matos. Não sei se o Zezé Perrella assinou.

São 67 Senadores. Não peguei outras assinaturas, porque, nesses dias, a presença dos Senadores no plenário não estava completa.

O Senador Mozarildo Cavalcanti inclusive... Então, já temos 68.

Não faz sentido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se o meu nome não estiver aí, pode constar.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O seu nome está, o seu nome está. Acho inclusive que li o seu nome.

Então, não é possível que se soneguem a discussão e a votação, mas, mais do que isso, não é possível o monopólio das relatorias. Será que temos aqui alguns doutrinadores geniais que têm o direito ao monopólio de todas as matérias importantes do Congresso Nacional para o bem ou para o mal? Não está certo isso, Senador Paim. Todos os Senadores que chegam aqui pelo voto popular têm as mesmas prerrogativas.

Se eu ou se V. Ex^a não concordamos com uma relatoria eletronicamente atribuída ao Senador Anibal Diniz, nós apresentamos um substitutivo na comissão ou no plenário. O que acontece, hoje, é que chega ao plenário sem que a gente tenha tempo de discutir, de tomar conhecimento, e é muito pouco democrático esse sistema.

Então, normalmente, eu pegaria a assinatura dos Líderes. Os Líderes estão aqui, na sua ampla maioria. Mas eu peguei a assinatura das Bancadas e espero que, ainda este ano, nós tenhamos essa discussão e votação em plenário para que, no ano que vem, todos os Senadores possam ser eletronicamente contemplados, como faz o Poder Judiciário, com relatorias. E quem com elas não estiver satisfeito que apresente um substitutivo, discuta no plenário das comissões ou do Senado a sua posição contrária.

Acrescentamos mais quem, aqui? Inácio Arruda, Ivo Cassol, Jarbas Vasconcelos, Jayme Campos, João Capiberibe, João Durval, José Agripino, José Pimentel, José Sarney, Kaká Andrade, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Luiz Henrique, Magno Malta, Marcelo Crivella, Maria do Carmo Alves, Paulo Bauer, Paulo Davim, Paulo Paim, Pedro Simon, Pedro Taques.

Enfim, não é possível que isso continue engavetado. Assim como, Presidente, com essa mágica de atribuição de relatorias dadas aos Presidentes ungidos de comissão... E eu já fui um deles, dirigi por dois anos a Comissão de Educação, mas eu distribuí todos os relatórios pela ordem alfabética dos Senadores e pela ordem de entrada. Não fiz essa distribuição aleatória, porque todos os Senadores têm que ser respeitados. Então, apresentei à Mesa este requerimento, com estas assinaturas todas e espero que, ainda este ano, este projeto de resolução seja votado.

A sugestão que dei ao Presidente Sarney, na última reunião sobre o problema dos vetos, é a seguinte. O veto é aberto, não existe mais voto secreto. A minha ideia é a seguinte: que toda primeira terça-feira de cada mês o Congresso se reúna para votar os vetos. Se o Congresso não tiver quórum, os vetos são escalados para a próxima terça-feira, no mês seguinte. E, se não houver quórum, consideramos os vetos aprovados por decurso de prazo. Se o veto for feito, por exemplo, durante o recesso, ele será submetido a esse mesmo processo a partir do reinício das atividades.

Isso é perfeitamente possível, acaba com o congestionamento, facilita, nesse *fast tracking*, nesse caminhar rápido, que os vetos sejam mantidos ou não; acaba com essa história de vetos ficarem anos e anos, muitas vezes impedindo a pauta. Mas isso deve ser objeto de uma emenda constitucional, porque a nova Constituição exige a votação; a anterior falava e admitia o decurso de prazo. Mas como essa votação está atrapalhando a tramitação das matérias no Congresso Nacional, acho que é oportuno que se faça uma pequena emenda constitucional e se viabilize uma aprovação rápida: a discussão em plenário, o voto aberto ou por urna, o voto secreto ou o decurso de prazo, que será, também, de certa forma, o exercício da vontade da maioria, mantendo os vetos governamentais.

Então, Presidente, são essas duas reivindicações que eu trago. Agora, essa resolução que faz a distribuição eletrônica por um algoritmo aleatório, para todos os Senadores, que evita a repetição de Senadores, exatamente como faz o Judiciário, e que pode ser implantado amanhã, porque o Prodasen tem todas as condições de instalar o mesmo *software* que tem os tribunais brasileiros. É urgente isso! Nós somos diminuídos com esse monopólio de relatoria de alguns Senadores.

Eu, pessoalmente, não reivindico isso para mim. Eu tenho colocado as minhas posições, e a mim o Senado não tem negado nada. Mas eu vejo a reclamação e vejo que uma boa parte do Plenário passa aqui sem ter tido uma relatoria ou, pelo menos, uma relatoria significativa nos seus oito anos de passagem no Senado Federal. E todos estão aqui, da mesma forma, pelo voto popular.

Então, Presidente, eu protocolei isso ao meio-dia, junto à Mesa, e espero que, na próxima terça-feira, desta semana ou da outra, isso seja colocado em discussão. Inclusive, nessa próxima terça-feira, eu pessoalmente não estarei no plenário. Estou acompanhando o Presidente Michel Temer em uma reunião em Foz do Iguaçu com a Força Sindical. Mas nós precisamos desengavetar medidas como essas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Farei o encaminhamento ao Presidente da Casa e à Mesa solicitando que o seu requerimento seja lido e votado na semana que vem.

Chamamos para usar a tribuna o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, Líder do PTB.

Enquanto V. Exª vai à tribuna, registro a presença, aqui nas galerias, do Colégio Estadual Manoel Costa Lima, Ensino Médio, Portelândia, Goiás.

Sejam bem-vindos. Vocês vão assistir agora ao Senador Mozarildo, grande Senador, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, senhores telespectadores e telespectadoras da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, pessoas que nos assistem da galeria na parte inferior e também os estudantes que estão nas nossas galerias de honra, quero dizer que realmente uma das missões mais complexas do Parlamentar é fazer valer um dos principais objetivos do seu mandato, que é fiscalizar a aplicação do dinheiro público, combater a corrupção e, inclusive, tomar providências no sentido de que denúncias sejam apuradas.

Fiz aqui um pronunciamento sobre um caso de corrupção na Prefeitura Municipal de Boa Vista, dando notícias de que o Tribunal de Contas do Estado tinha mandado afastar o Secretário de Saúde e constatou pelo menos três processos com superfaturamento, portanto com corrupção.

Para minha surpresa, sem eu ter citado nome nem da prefeita nem do Senador Romero Jucá, ele veio após à tribuna e ligou uma metralhadora giratória, falou mal de todo mundo lá em Roraima, que não foi objeto de menção no meu pronunciamento, repito; falou mal dos conselheiros do Tribunal de Contas; falou mal do diretor do jornal que deu a notícia, que é o único órgão independente de Roraima; falou mal do ex-Governador Neudo Campos e da atual Governadora Suely Campos, sua esposa; e falou mal inclusive do meu pai, que já faleceu há 30 anos.

Eu já dei respostas a vários desses itens, não quis fazer isso só num pronunciamento, que não tinha cabimento nem restaurava a realidade de tantos nomes que ele citou.

Hoje, eu quero abordar justamente casos do ex-Governador Neudo Campos e também da sua esposa Suely Campos, que foi eleita governadora agora nessas eleições de 2014. Aliás, a única mulher eleita governadora no Brasil.

Pois bem, o Senador Romero Jucá disse que o ex-Governador Neudo Campos era o homem mais corrupto deste País, que ele tinha uma penca de processos e de condenações.

Primeiro, eu quero esclarecer uma coisa interessante aqui: o ex-Governador Neudo Campos responde a 30 processos por uma mesma acusação.

Suponhamos que um cidadão se junte com mais cinco cidadãos e cometam um crime: como é o processo? É o que está comandando com mais os outros cinco – não é isso? Não se faz um processo para ele e para cada um dos cinco, dividir em cinco processos.

Pois bem, no caso do Governador Neudo Campos, de uma maneira surpreendente, o juiz federal, lá em Roraima, resolveu fatiar esse processo em 30 processos. Então, como estão sendo julgados gota a gota, só ao final é que esse caso poderá ser realmente deslindado, porque a acusação, repito, era uma só, a de que o Governador deu cargos de confiança para personalidades, como Deputados Estaduais, Federais e tal e outras pessoas; essas pessoas pegavam procurações de pessoas do povo, recebiam o salário e davam só um agrado para a pessoa, que nem sabia que era funcionária.

Pois bem, o Governador Neudo Campos tem enfrentado tudo isso aí. Inclusive, na eleição de 2010, em que o vice-governador do ex-Governador Ottomar, que derrotou o Senador Jucá para o Governador, em que foi uma verdadeira lavagem, ele teve quase 70% dos votos, enquanto que o Senador Jucá não teve nem 30% dos votos...

Aliás, a sucessão de derrotas do Senador Romero Jucá, que chegou a Roraima como Governador nomeado do ex-Território Federal de Roraima e, depois, quando transformamos Roraima em Estado na Constituinte, ele foi nomeado governador *pro tempore*, porque a Constituinte previu que a eleição para os Estados de Roraima e Amapá seriam feitas só em 1990. Portanto, ele ficou, de 5 de outubro de 1988 até 1990, no poder e só saiu para se candidatar a Governador, e foi derrotado fragorosamente pelo Governador Ottomar Pinto.

Mas conseguiu eleger, nessa campanha, a sua esposa à época, Teresa Jucá, Deputada Federal e, no meio do mandato, lançou-a candidata a prefeita, e ela foi eleita.

Ele tinha, portanto, um plano de tornar Roraima realmente um império, uma oligarquia dele. Aliás, quando eu assisto, algumas vezes, eventualmente, essa novela Império, que está passando na Globo, em que o pano de fundo é lá no Monte Roraima, parece-me que o autor se baseou um pouco nessa história de Roraima, porque o que acontece na novela é alguém que não mora em Roraima, mas que só vai lá pegar riquezas e mantém uma empresa, inclusive com o nome de Império, e é chamado de comendador.

Então, o que tentaram fazer em Roraima, Jucá e sua família, foi fazer esse império. A esposa já foi eleita quatro vezes prefeita da capital. A última vez, é bem verdade, como não houve segundo turno na capital, porque não tinha 200 mil eleitores, ela foi eleita com 39% dos votos. Portanto, não teve a maioria sequer simples dos votos para ganhar a eleição.

Mas o Sr. Jucá tentou ainda outra eleição para governador e também perdeu, em 2006. Perdeu lá em 1990, para o Governador Ottomar, perdeu em 2006, de novo para o Governador Ottomar, lançou sua esposa também candidata a governadora contra o ex-Governador Neudo Campos, e perdeu também.

E agora, em 2014, ele queria completar o esquema do império, porque ele, já Senador, botou o filho como candidato a vice-governador. Ele já Senador, o filho seria vice-governador, a mulher, ou ex-mulher, prefeita da capital, e aí, em 2018, o filho se reelegeria governador e ele se reelegeria Senador. Como o povo não aceitou, e o filho dele, portanto, não foi eleito vice-governador, e nem os candidatos que ele apoiou para o Senado foram também eleitos, ele entrou numa espécie de destempero, deu uma entrevista lá na rádio dele, lá em Roraima, e falou horrores piores do que ele falou aqui da tribuna.

E depois de tudo isso, vem aqui à tribuna, como se fosse em um palanque, e faz acusações contra todas as pessoas de Roraima, pessoas de famílias tradicionais – ele, que nunca viveu em Roraima!

Ele não vive em Roraima! Ele faz como esse pessoal da novela Império: ele vai lá para se apropriar de coisas. Aliás, é um dos grandes donos de fazendas, de empresas de mineração, de bairros inteiros. Então, tudo isso é feito com o salário de Governador do Território ou com o salário de Senador? Lógico que não! Todo o mundo sabe que não.

Pois bem. Ele, então, acusa o Governador Neudo Campos, que, embora em 2010 tenha perdido a eleição, roubada... E isso ficou comprovado, Senador Paim, por quê? Porque, logo após a eleição de 2010, em março de 2011, o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima cassou a eleição do Sr. Anchieta Júnior por corrupção – corrup-

ção comprovadas! Muito bem. Ele recorreu para cá, para o TSE, e se passaram quatro anos. Por esse processo passaram cinco relatores, e nunca se relatou. Agora, veja V. Ex^a, o ex-governador saiu para ser candidato a Senador – portanto, renunciou ao cargo de Governador – e o vice-governador, que assumiu e disputou o Governo, logo após a eleição, o TRE julgou de novo esse processo, que o TSE mandou de volta, e cassou o mandato, agora, do vice-governador. Então, comprovou-se claramente que, em 2010, a eleição foi roubada.

Agora, com todas as absurdos feitos, não houve como o Sr. Romero Jucá eleger seu filho, muito menos o ex-Governador Anchieta e outro candidato – um Deputado Federal que, na verdade, era o desejado pelo Sr. Romero Jucá. Não conseguiram lograr êxito. Com isso, eu acho que o nobre Senador se sente ameaçado na construção da sua oligarquia imperial e parte para o ataque generalizado, como partiu aqui, atacando membros do Conselho do Tribunal de Contas do Estado, o diretor do jornal que publicou a notícia, o ex-Governador Neudo Campos e a atual Governadora Suely Campos. Porque ele tinha de dizer, claramente, que estava ali desabafando a mágoa de uma derrota que o povo lhe impingiu agora. E, com isso, com esse tipo de posição que ele tomou aqui, ele demonstra que: primeiro, não respeita ninguém de Roraima; segundo, não respeita lideranças, como foi o caso do ex-Governador Neudo Campos que, inicialmente, candidatou-se, mas, com medo de algumas malandragens de bons advogados, resolveu sair da disputa e indicou a esposa, e a esposa ganhou no primeiro turno e, no segundo turno, ainda aumentou a margem de votos.

Isso é muito ruim para o Senador, porque ele realmente considera que nós que nascemos em Roraima ou nós que vivemos em Roraima somos talvez como aqueles garimpeiros que aparecem lá na novela, apenas temos que trabalhar e entregar a fortuna para eles. É o que ele vem fazendo.

Mas o povo já percebeu isso e justamente mostrou que o líder político maior de Roraima é o ex-Governador Neudo Campos. O povo reconheceu sua esposa, eleita Governadora, apesar dos ataques que eles faziam, ao dizer que a Governadora eleita só havia sido primeira-dama, quando se esqueceram de dizer que ela foi Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social, durante oito anos dos dois mandatos do Neudo Campos, foi Deputada Federal, foi Vice-Prefeita da capital. Portanto, é uma mulher preparada, sim, uma mulher, eu diria, simples até demais, porque ela não é dada a extravagâncias, é uma pessoa um pouco, eu diria até, retraída, e isso os levou a debochar da figura dela. E a resposta que o povo deu foi dar uma votação maior ainda no segundo turno.

Eu estou dizendo isso aqui, Senador Cristovam e Senador Paim, por uma razão: desde o meu primeiro mandato de Deputado Federal, a minha preocupação é de realmente ver a terra que me viu nascer, a terra em que eu tive a honra de, como filho de lá, ser o primeiro médico a se formar em Medicina, de ter sido Constituinte por lá... Desde lá, a gente vem lutando para que Roraima saísse daquela figura anterior de Território Federal, o que já foi um avanço, porque Getúlio Vargas tirou um pedaço do Estado do Amazonas para criar o Território Federal de Roraima. Mas Território Federal era um sistema imperial, eram nomeados os Governadores, que chegavam sem nunca ter ido lá antes, e agora é apenas uma versão moderna de um coronelismo que quer se implantar, desrespeitando, inclusive, as pessoas das famílias tradicionais de lá.

Portanto, aqui eu faço a defesa tanto do ex-Governador Neudo Campos quanto da Governadora Suely Campos, que mostraram não só ter liderança como vão mostrar que têm capacidade de tirar Roraima do caos em que foi colocado pela má administração do ex-governador, que se aconselhava diretamente com o Senador Romero Jucá.

São essas as observações que quero fazer. Quero dizer a V. Ex^a que espero, com mais um pronunciamento, encerrar as minhas respostas àquele discurso agressivo, porque, realmente, ainda falta eu explicar a situação que ele mencionou aqui, porque não conhece nada de Roraima: mencionou o caso do meu pai, que já está falecido há trinta anos, e também mencionou o meu nome. Então, eu quero defender meu pai e a mim por último. Eu quis, primeiro, defender as pessoas que ele ofendeu de instituições sérias, como é o caso do Vereador Paulo Linhares, dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, do diretor proprietário do jornal *Folha de Boa Vista* e, hoje, do ex-Governador Neudo Campos e da Governadora Suely Campos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador Mozarildo Cavalcanti, respondendo uma série de questões e colocando o seu ponto de vista.

Agora, pela ordem de inscrições, como Líder, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Senadoras, Deputado Picler, que nos honra aqui com a sua presença, o tema de hoje não pode ser outro a não ser essa tentativa de macular a economia, de colocar um desleixo na economia, de legalizar o desleixo, que é o Projeto de Lei nº 36, que visa reduzir a meta do superávit fiscal depois da percepção de que a meta não seria cumprida. Porque, se fosse um ano atrás, que a meta fosse esta que agora está sendo posta, tudo bem. Haveria uma grande discussão se deveria ser esse ou não o tamanho da meta.

Agora não está em discussão o tamanho da meta. Está em discussão a maneira como essa meta vai ser determinada, rasgando-se a meta anterior. E isso é que traz grandes agravantes para a economia.

Primeiro, vai agravar, porque é uma sinalização de afrouxamento completo das regras da economia. Não se está afrouxando apenas uma regra, porque, ao se afrouxar uma regra, afrouxa-se o sistema inteiro de todas as regras, pela suspeita de que as outras também não têm amarras, não têm valor.

Essa sinalização de afrouxamento quebra a credibilidade dos agentes econômicos com as regras que determinam o funcionamento da economia.

Senador Paim, eu estou nisto de aprender e ensinar Economia há algumas décadas, por isso eu vi evoluções.

Quando eu estava ainda estudando, a ideia era a de que uma economia produz com base em três fatores: capital, recursos naturais e mão de obra. Não tem como a economia funcionar se não tiver recursos naturais, se não houver capital para comprar as máquinas para explorar os recursos naturais e se não tiver gente que faça com que as máquinas sejam operadas.

Eu vivi o suficiente para perceber que, além desses três, havia um quarto fator: não adianta ter o capital, ter os recursos naturais, ter a mão de obra se não se souber como fazer, o chamado *know-how*.

A tecnologia é um fator de produção. Só que eu vivi um pouco mais e descobri, ao ler os textos, ao olhar o mundo, que há mais um quinto fator: não adianta, na economia do mundo de hoje, ter capital, ter recursos naturais, ter mão de obra, ter tecnologia se não houver credibilidade dos agentes econômicos, entre eles e com a nação. E, ao mudar uma lei nos últimos minutos do jogo, porque a meta é até o final do ano, nós estamos rompendo com este quinto fator de produção, que é a credibilidade. Isso é muito grave.

Eu não sei se a Presidenta tem consciência da gravidade do que ela está fazendo para o futuro, tentando esconder um problema que ela criou no presente, porque tem um problema, sim. Não cumprir a meta que foi determinada por lei sancionada pela Presidenta, aprovada pelo Congresso antes... Aprovar o Projeto de Lei nº 36 leva o Governo a dizer: "Não cumprimos a meta." Isso é grave. É grave no presente. Agora, vamos mudar a meta, dizendo que tudo aquilo que a gente prometeu era de brincadeira, aí o complicador é para o futuro. Pode durar anos, pode durar décadas.

As pessoas se perguntam por que os juros no Brasil são tão altos. Uma das razões é porque nós já declaramos moratórias no passado. Quando um país declara uma moratória, ele fica marcado por muito tempo, como qualquer cliente que não paga um empréstimo que tomou na hora de comprar um sapato. Aquela loja não vende mais sapato para ele ou vende, mas não fiado, ou vende fiado, mas diz que o prazo tem que ser de dois dias e não de três meses, ou vende fiado, mas diz que os juros são de 100%, para evitar o risco.

Ao aprovarmos – se aprovarmos –, na próxima semana, esse Projeto de Lei nº 36, de 2014, nós vamos passar o recado de que as leis são feitas para se cumprirem apenas quando elas atendem aos interesses do Governo. Quando o Governo é capaz de cumpri-la, a gente cumpre; quando o Governo não é capaz de cumprir a lei, a gente muda a lei. Isso desmoraliza, isso quebra um dos principais fatores da economia hoje, que é a credibilidade.

Além disso, trará um desincentivo à poupança. As pessoas vão dizer: "Se o Governo é capaz de gastar desse jeito, e depois é perdoado, porque o Congresso faz uma lei que perdoa, por que a gente não vota a anistia para todos os que estão endividados neste País?"

Será que vai demorar para que algum Deputado ou Senador apresente um projeto de lei de anistia ao cartão de crédito daqueles que estouraram o crédito? Eu espero que não aconteça isso, mas é o que estamos fazendo com o Governo. O Governo estourou o seu cartão de crédito de gastos, e agora quer que a gente anistie.

É um equívoco, um equívoco muito grande, que vai gerar uma fragilidade na economia. Isso vai provocar – e é das implicações econômicas que eu quero falar – o aumento de juros, como haverá um aumento de juros em cima de mim se eu não pagar uma prestação. Daqui para frente, os juros que vão me cobrar serão maiores.

Além disso, por termos gasto tanto, ao reduzirmos essa meta do superávit, o que vai acontecer é que, do dinheiro de que a gente precisava para pagar os juros, a gente só vai ter esse pedacinho. Aqui era a meta do superávit, a quantidade de dinheiro que tinha, necessária para pagar juros. A gente vai reduzir a meta para quê? Então, vai abrir uma brecha de juros que a gente não vai cumprir. E o que acontece quando você não paga uma quantidade de juros da sua dívida? Rolagem. E como se faz a rolagem? Aumentando a dívida.

Vamos aumentar a dívida. Vamos aumentar a dívida pelos gastos que fizemos acima do que era possível. E vamos aumentar os juros por causa da perda de credibilidade, ao não reconhecermos... E eu voltarei a isso, ao final, dizendo o que eu acho que deveria ser feito e não apenas criticando o que estão fazendo.

Nós deveríamos reconhecer que erramos. Vejam que eu estou tratando de uma maneira, sem pôr tudo em cima do Governo. Nós, o Brasil, erramos! Quem tomou a decisão foi o Governo, agora querem que tomemos também nós, do Congresso. Mas foi o Brasil que errou, até porque o Brasil elegeu o Governo que fez tudo

isso. Então o Brasil errou. O Brasil elegeu o Governo que está fazendo isso, pela maioria, não por todos os votos, mas pela maioria. O Brasil aprovou. O Brasil errou!

Reconheçamos! É muito mais eficiente reconhecer do que fazer o que estamos fazendo. Cometemos um erro e dizemos: “Não. Não. Não. Não foi erro!” A gente disse que o superávit seria, vamos dizer, de 3,1, e agora a gente joga para 1,5. Não. Não. Não. A gente joga para baixo... “Não foi erro!”

Foi um erro sim! E vai criar um círculo vicioso ao aumentar os juros.

O que nós estamos fazendo é lubrificar o círculo vicioso. Círculo vicioso é quando se faz uma coisa que dá outra coisa errada aqui, que provoca outra errada aqui, e aumenta o erro da primeira. É um círculo vicioso! Estamos lubrificando, estamos colocando azeite no círculo vicioso. E isso vai aumentar a taxa de juros, que vai aumentar a dívida, que vai exigir mais dívida. E, por isso, tem que aumentar os juros ainda mais, nesse círculo maldito, vicioso, em que está a economia brasileira.

Mas não é só isso! A perda de credibilidade gera uma fuga de capital, não apenas do capital que está indo embora, mas do capital que viria para cá, e que não vem mais.

Você que está me ouvindo, você investe em um banco, por exemplo, em fundos, sabendo que as regras dos fundos vão mudar no meio do jogo? Você compra um apartamento financiado imaginando que quem financia vai mudar as regras, vai aumentar os juros, vai reduzir o prazo? Não! Por falta de credibilidade, o capital foge como o consumidor foge de uma loja se não acredita no dono. E nós estamos sem acreditar nos donos da economia brasileira, porque o dono propôs uma coisa, não pagou e muda a lei para dizer que ninguém liga. Dá uma anistia ao erro. Nós estamos anistiando um erro, na verdade uma sucessão de erros e de anistias que foram sendo dadas.

Isso faz com que o Brasil termine recebendo menos capital, que não virá, com medo, e aí precise outra vez aumentar os juros. Porque se o capital está com medo de vir o que a economia faz? Aumenta os juros, porque aí o cara vem. Mas vem como? Não para investir numa fábrica; investir na especulação, porque, qualquer rumor, o dinheiro vai embora. É o chamado capital especulativo flutuante. Na América Latina, chamam de *golondrina*, um pássaro. É o capital que fica voando de um país para outro em busca do juro maior. Nós estamos incentivando isso ao apoiar esse PL nº 34.

Sobre investimento publico, o relatório do Senador Jucá diz que essa Proposta 36:

... visa garantir espaço fiscal para preservar investimentos prioritários e a manutenção da competitividade da economia nacional por meio de desonerações tributárias.

E prossegue:

A ideia subjacente é minimizar as repercussões adversas de um cenário externo desfavorável, tendo em vista manter as condições internas necessárias à retomada do crescimento da economia brasileira.

Esse diagnóstico está errado. Os problemas não decorrem, majoritariamente, do cenário internacional ruim, gente, mas de erros da política econômica decidida internamente. Prova disso é que o mundo em geral e a América Latina em particular estão crescendo muito mais do que o Brasil.

Como é que a gente põe a culpa neles se a gente não chega aonde eles estão? Nós somos culpados se que a taxa deles não está maior, nós estamos puxando os países vizinhos e menores do que nós para baixo. Não são eles que estão puxando o Brasil para trás.

A China reduziu – eu vi hoje – a taxa de crescimento, mas reduziu para 7%. A nossa não vai chegar a 1%, talvez não chegue a 0,5%. A gente não tem como jogar a culpa na China, que cresce a 7%, do nosso crescimento perto de zero por cento.

A solução também está errada. Não é afrouxando compromisso fiscal que teremos maior solidez, uma palavra fundamental na economia de hoje. Teremos maior solidez e sustentabilidade, outra palavra-chave no nosso crescimento econômico? Pelo contrário, teremos uma erosão da credibilidade das metas atuais e, obviamente, as futuras equipes econômicas terão que sofrer muito para retomar a credibilidade.

O valor do investimento público, previsto pelo próprio Governo, é baixíssimo, já começa baixo, 3,2% do PIB, valor que não é suficiente nem para repor a depreciação do estoque de capital. Vou explicar isso.

Como na nossa casa, todo ano temos que fazer um arranjo. É o que se chama depreciação. A gente compra casa, é o capital principal, mas a cada ano a gente precisa fazer uma reserva para a depreciação que vai sofrer – o cano entope, o fio se estraga.

No Brasil, o que o Governo brasileiro reserva para investimento, 3,2% para esse ano, não cobre a depreciação do capital. É como se a gente estivesse usando dinheiro para tapar o buraco da estrada e não para fazer uma estrada nova. E a gente agora vem dizer que vai melhorar, porque não cumpre a meta de garantir dinheiro para pagar aquilo que as regras do jogo obrigam, que são os juros.

Mas não é só isso. Saindo um pouco da economia, vamos ver o impacto dessa proposta sobre o resto da sociedade brasileira. É óbvio que tudo isso vai gerar uma erosão na credibilidade das instituições e dos dirigentes, das instituições do Poder Executivo e do Poder Legislativo e dos dirigentes, a Presidente da República e seus ministros e nós, Parlamentares que vamos aprovar. E eu espero que não.

Isso vai erodir a credibilidade. O que um jovem vai pensar disso? Se ele cometer uma infração, ele vai ter direito de não cumprir pena nenhuma, porque, se o Governo, quando comete uma infração de não cumprir a meta, muda a lei para dizer que aquela meta não existiu, por que um menino que é pego na rua com uma infração não vai poder dizer também que quer que mude a regra que dizia que aquele comportamento era uma infração e exigir que deixe de ser infração mesmo depois de ela ser cometida? O que é uma inversão das bases fundamentais do Direito. Depois que você comete uma infração, não pode haver uma lei que diga que não é infração. Você tem que se submeter à lei como ela é, e não como aquela que você sonha que vai ser. Nós vamos jogar a ideia de que lei não é para ser cumprida; lei a gente muda conforme a vontade de quem cumpre ou não cumpre.

Outro impacto na credibilidade: estamos passando a ideia de que o calote pode ser legalizado. Não pagar uma dívida? Não tem problema. A gente faz uma lei dizendo que a dívida não existe. Gente, é tão óbvio que isso perturbará a cabeça de todos que têm consciência neste País que eu não sei como é que a Presidente da República não percebe a importância da sua proposta.

No Brasil, eu sei que é uma minoria que vai tomar conhecimento de tudo isso, sobretudo das complicações que vêm daí, mas, mesmo essa minoria já vai afetar bastante o funcionamento das coisas. E a ideia de que o Congresso é submisso, de que o Poder Executivo manda e a gente chancela, fazendo truques, como tem sido tentado, inclusive, nesses últimos dias!

Mais ainda: é a ideia de falta de rumo, e não só do Governo, mas do País, porque não cumprir a meta é falta de rumo do Governo, mas o Congresso legalizar o não cumprimento da meta é falta de rumo do Congresso também.

Nós estamos passando a ideia de que toleramos o descontrole e de que, quando perdemos esse controle, a gente diz que aquele controle não era para ser buscado. É isso por que estamos passando.

E aí a outra preocupação que eu tenho: quem vai acreditar nas metas de 2015 se as de 2014 a gente não cumpriu e dissemos que não era para cumprir? Quem? Estamos discutindo o novo projeto de lei do Orçamento? Quem vai acreditar no Orçamento?

Imaginem um jovem brasileiro, terminando o seu doutorado em algum país do mundo, que quer voltar para ser um cientista, que leu que vai haver recurso para financiar a pesquisa dele em um determinado instituto, tomando conhecimento que aqui a gente mudou a regra do jogo esperado. Ele vai dizer: "Quem garante que esse dinheiro previsto para 2015 vai ser aplicado, se o Governo muda a lei quando quer, para não cumprir as suas metas?"

Ele não vem. Ele não vem pela insegurança, pela falta de credibilidade que as instituições, que os dirigentes, que o Brasil passa para ele. Eu dei esse pequeno exemplo – de um cientista jovem, no exterior, querendo vir embora, que não acredita que receberá o dinheiro de que ele precisará para o laboratório, que vai ser financiado – mas serve para qualquer, Senador Bauer, qualquer área, qualquer agente, qualquer pessoa.

Isso provoca efeitos nocivos na moral nacional, passa a ideia de que o Brasil é um país quebrado, tão quebrado que faz uma concordata. É isso que a gente está fazendo, não está deixando de pagar – até porque o superávit ainda é um pouquinho, ou seja, dá para pagar o principal da dívida, só não vai pagar os juros –, mas dá a impressão de um país quebrado.

A gente passa a ideia de que dá autorização para que não se cumpra compromisso, de que se estourar o cartão de crédito, a gente diz: "Vamos reduzir a meta do nosso superávit." As regras podem ser mudadas no meio do jogo. É isso que a gente está pensando. Aí se cria uma descrença também, no caso do Brasil, no processo eleitoral, porque isso é uma mudança de discurso 15 dias depois das eleições.

Até 15 dias atrás se dizia uma coisa, passada a eleição, se diz outra. Desmoraliza o processo eleitoral. Quem vai votar daqui a 4 anos em confiança num candidato a Presidente que proponha isso, isso, isso e aquilo?

Sabe-se que no dia seguinte à posse, aliás, nem no dia da posse, no dia seguinte à eleição, se ele disputou a reeleição, já não se cumpre o que prometeu. Inclusive, aquele presidente que diz que é preciso fazer uma coisa e faz outra. Ou aquele que diz que o candidato opositor ia servir aos bancos e aos banqueiros, porque escolheria pessoas ligadas a bancos e faz isso agora.

E quero aqui dizer que não estou contra a nomeação do Levy para Ministro, não. Está precisando de alguém que passe credibilidade. O que estou criticando é que a candidata Dilma dizia que isso era um pecado grave, se a Marina fizesse, e ela não estava dizendo em nenhum momento que faria isso.

Então, desmoraliza o processo eleitoral.

Outra coisa: esconderam as dificuldades. Como é possível disputarmos uma eleição para fazer ou não a reeleição de um Presidente se ele ou ela esconde os problemas, espera passar a eleição para tirar o tapete que escondia a sujeira e diz: “Agora está aqui desse jeito, mas faz de conta que não existia e eu peço que o Congresso aprove que isso não deva ser feito”?

Eu ainda digo mais: passa a ideia de que a política é uma brincadeira, não é coisa de gente séria. Não podemos...

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... por isso, Senador Paim, concluo, dizer que essa é uma proposta que deva ser aprovada aqui. Ela tem que ser recusada até em nome da credibilidade do Congresso. Este Congresso não tem mais gordura de credibilidade para queimar e vai tentar queimar agora a sua própria inanição da credibilidade.

Mas eu falei, Senador Paim, que ia dizer o que acho que deveria ser feito, para não ficar só em um discurso crítico. Para mim, o Governo deveria simplesmente fazer o óbvio: reconhecer que falhou e que superávit não foi aquele que se objetivava, não deu para cumprir a meta. Falhamos. Não precisa dizer que erramos. Não! Falhamos. Não conseguimos manter. Pode até colocar causas para isso, pode até dizer que a redução do preço de algumas das nossas *commodities*, das nossas mercadorias, caiu. Pode até dizer que por diversos fatores a produção caiu e, ao cair a produção, caíram os impostos e, ao caírem os impostos, caiu a receita e, ao cair a receita, aumenta o déficit. Pode até dizer isso. Pode jogar a culpa na Copa, que fez com este País ficasse paralisado durante um mês inteiro. E aí, pode ou não pedir desculpas dizendo o óbvio e, depois disso, depois de reconhecer as dificuldades, de reconhecer os equívocos, depois de reconhecer que falhamos, simplesmente dizer, diante disso, em 2015, vamos precisar fazer sacrifícios. E para esses sacrifícios queremos pedir a compreensão de todos os brasileiros e dizer quais são essas metas que vão ser cumpridas em 2015.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Era isso, Sr. Presidente, que eu queira deixar aqui claro, manifestando a minha preocupação se for aprovada essa proposta e dizendo o que tem que ser feito no lugar disso.

Não é uma questão de dizer não há o que fazer. Há o que fazer. Reconhece-se, explica-se e propõe-se um comportamento para 2015, e que se cumpre esse compromisso.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Conceda-me uma aparte, Senador Cristovam?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o maior prazer, Senadora.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sei que está no final já da... Eu estava ouvindo, ouvi um pouco o seu pronunciamento do gabinete, estava ouvindo agora. V. Exª é uma pessoa por quem eu tenho muito apreço, consideração e respeito, pela sua história, pela sua militância.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E vice-versa.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada. E, sobretudo, por sua presença aqui nesta Casa. Mas, em relação a esse tema, eu vou ousar discordar de V. Exª, Senador Cristovam, porque a questão da meta fiscal não pode ser um fim em si mesma. A meta fiscal é um instrumento de política fiscal, que é uma das políticas macroeconômicas que o Governo faz. A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que o governo tem que definir a sua meta fiscal, ela pode ser superavitária ou não. A Lei de Responsabilidade Fiscal não diz que a meta tem que ser superavitária. Por que nós criamos e aderimos a esse regime de metas, que foi, inclusive, algo proposto pelo Prof. Delfim, sabiamente? Para que a gente pudesse reduzir a nossa dívida em relação ao Produto Interno Bruto, foi por isso. Obriga-se o Estado a fazer uma poupança maior, uma economia maior, para pagar mais juros e, portanto, diminuir o principal da dívida e diminuir a sua relação com o Produto Interno Bruto. Esse é o principal objetivo da meta fiscal superavitária ou do chamado superávit primário. O Brasil adotou isso na década de 90. No início, não conseguiu cumprir todas as metas adotadas, portanto não há nenhuma irresponsabilidade nisso, porque já tivemos outros anos, inclusive com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que a meta não foi cumprida, a meta definida, mas se convencionou a isso, para que a gente pudesse reduzir a nossa dívida. Quando o Presidente Lula assumiu o governo, em 2003, nós tínhamos uma relação da dívida líquida em relação ao PIB de mais de 60%, então era uma relação muito grande. Isso tornava o País muito frágil no cenário internacional, e nós não tínhamos reservas cambiais também, por isso que a gente precisava dos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Pois bem, o Presidente Lula promoveu uma série de ajustes. Entretanto promoveu ajustes sem nunca tirar o foco de políticas sociais que pudessem melhorar a vida do povo brasileiro. Está aqui o Senador Paim, que dirige esta sessão, que acompanhou esses governos do

Presidente Lula, e acompanhou e acompanha da Presidenta Dilma, e sabe que nenhuma política social, desde o combate à fome, à miséria, políticas educacionais, sofreu para se fazer o equilíbrio fiscal.

Obviamente que nós tínhamos também uma condição internacional muito diferente do que nós temos hoje. Nós tínhamos uma melhor condição internacional, ou seja, o mundo, o globo passava por uma situação de grandes investimentos, de recurso. Então, nós conseguimos fazer investimentos sociais e, ao mesmo tempo, reduzir a nossa dívida em relação ao PIB. Hoje, Senador Cristovam, a dívida pública brasileira é de 35% do nosso Produto Interno Bruto, nós reduzimos em quase a metade o impacto da dívida pública líquida. Mas se não quiser falar da dívida pública líquida, que, até tempos atrás, era tida como a grande referência da solvência de um país, depois, quando o Brasil conseguiu diminuir, disseram que era a dívida bruta, e, portanto, o Brasil tinha uma dívida bruta grande. É importante dizer que mesmo a dívida bruta brasileira hoje é de 56% do Produto Interno Bruto. É menor do que a dívida bruta alemã, é menor do que a dívida bruta americana, é menor do que a dívida bruta japonesa. Aliás, a nossa dívida líquida é menor do que a alemã, do que a japonesa, do que a americana. E hoje nós temos reservas de mais de US\$300 bilhões, não devemos ao Fundo Monetário Internacional e os nossos indicadores da macroeconomia, principalmente na área fiscal, são indicadores que mostram o equilíbrio financeiro brasileiro – vou dar alguns exemplos. Em 2007, a nossa conta de juros consumia mais de 8% do Produto Interno Bruto brasileiro. Hoje, Senador Cristovam, é de menos de 5%.

(Soa a campanha.)

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Nosso pessoal consumia 4,5% do PIB em 2003, hoje, 4,1%, e assim em vários outros indicadores. Onde nós crescemos, Senador Cristovam, em despesa? Na educação, na sua área, crescemos muito em educação. Se nós pegarmos o que era o comprometimento do PIB percentual em educação, em 2003, e pegarmos agora, tivemos um crescimento grande, assim como crescemos em saúde, assim como crescemos em assistência social. Então, não há nenhuma irresponsabilidade e não há também nenhuma falta de planejamento da Presidenta Dilma em pedir, de forma aberta, tranquila e clara, que este Congresso Nacional, que aprovou a LDO e que aprovou com essa diretriz de meta fiscal, possa fazer não a sua revisão, porque não é esse o pedido, é para aumentar a possibilidade de batimento da meta. Ou seja, para nós não deixarmos de pagar investimentos e não deixarmos de bancar as desonerações fiscais. Isso é importante para o desenvolvimento do Brasil. Se V. Exª me trouxesse, na tribuna, números como falta de dinheiro na nossa balança, falta de dinheiro nas nossas reservas, ou dissesse que nós estávamos com a dívida estourada, fosse ela bruta ou líquida, eu poderia concordar com V. Exª. Mas o superávit primário não serve para arrumar um ano fiscal, não serve para se dizer que tem de se gastar menos ou mais no ano fiscal ou que o descontrole aconteceu nesse ano. Muito pelo contrário, ele serve simplesmente para abater os juros da dívida e, se for possível, o principal. Pergunto a V. Exª, que é um homem da área social, que luta pela educação: é certo eu tirar da educação hoje os investimentos e não fazê-los para ter um superávit primário maior, para pagar o juro de uma dívida que está comprometendo menos da metade do que comprometia há dez anos?

(Soa a campanha.)

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – É certo eu deixar de pagar investimentos que são importantes para o emprego deste País para fazer um superávit primário, para pagar juros de uma dívida que caiu consideravelmente no Brasil? É isso que conta, Senador Cristovam! Às vezes, eu vejo as pessoas falando sobre contas de governo sem levar em consideração esses números. São os números que mostram a nossa saúde financeira. E tem de se considerar que nós estamos – e, na época do Presidente Lula, estávamos dentro de um cenário global favorável – em um cenário global absurdamente desfavorável. Todos os nossos parceiros comerciais estão em crise. Alguns estão começando a sair da crise agora, outros estão reduzindo seu crescimento, como é o caso da China e dos países da Europa. E nós mantivemos o emprego. Os menores índices de desemprego são os do Brasil. Nós mantivemos a renda do trabalhador. Eu vou usar esta tribuna hoje, Senador Cristovam, para fazer um pronunciamento sobre a queda da desigualdade no Brasil e sobre a barbaridade que se cometeu durante a campanha, em que afirmaram que, em 2013, parou de cair a desigualdade. É uma mentira! Agora, os dados da própria ONU (Organização das Nações Unidas) mostram a verdade. O Brasil continua sendo um dos países em que mais cai a desigualdade, em que mais se agrega renda, em que melhoram mais as condições dos pobres. Então, para mim, como militante, para mim, que sempre acreditei que a política é um instrumento de mudança para melhor na vida das pessoas – e acredito que assim seja para V. Exª também –, o que contam são esses índices. Esses índices macro mostram a nossa saúde financeira e, portanto, as nossas reservas, a nossa dívida, a nossa conta de juros, a nossa conta de pessoal e aquilo que efetivamente está fazendo bem à população brasileira. Este Governo, Senador Cristovam, pode ter erros. Qualquer governo os tem. V. Exª já governou também, já foi Governador. Nós sabemos a dificuldade de governar. Mas, se este Governo

tem um mérito – e teve assim também o governo do Presidente Lula –, este é o de enfrentar um dos maiores problemas da raça humana: a fome. Hoje, nós podemos nos orgulhar de o nosso País, o Brasil, ser referência internacional no combate a essa chaga. Agradeço-lhe, Senador Cristovam, a oportunidade de trocar essa ideia com V. Exª, porque acho que ela é relevante para o entendimento do momento por que nós estamos passando no nosso País. Obrigada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora, eu lhe agradeço muito, porque V. Exª permite enriquecer o debate.

Eu vou tentar responder a cada uma das perguntas, se não a todas, à maior parte delas, e eu até gostaria de continuar isso em outro momento. Talvez, eu não fale na mesma ordem, mas até em sentido contrário, começando pela redução da fome no Brasil, o que é um mérito, sem dúvida alguma, na história do Brasil recente, especialmente a partir do governo Lula. Isso se deve, em grande parte, à ideia de que existe uma fome que se dá por falta de comida, como na África, e de...

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...que existe uma fome que se dá por falta de dinheiro no bolso, como a do Brasil. Então, não é uma questão de fome zero no sentido de se produzir comida. É uma questão de se colocar dinheiro no bolso do povo, e aí a Bolsa Família foi fundamental. Mas a Bolsa Família corresponde a 0,5% do PIB. Não é isso que está criando o descontrole. Foi uma solução sábia, inteligente, ampliar a Bolsa Escola para fazê-la Bolsa Família no tamanho que chegasse a quase todas as famílias brasileiras, mas isso não custa muito.

Agora, é certo tirar dinheiro do social para pagar juros? Não! Por que é que não o tirou da Copa, da ineficiência, da corrupção e das desonerações para vender mais carros para poder enfrentar o social? Nós escolhemos prioridades erradas, apesar das certas, na área social. Há outros lugares para se tirar dinheiro.

Agora mesmo, concluímos uma matéria da qual fui o relator – e gostaria até de ter a sua opinião – na Comissão em que se buscam identificar fontes de financiamento para a educação no Brasil, presidida pela Senadora Angela Portela. Ali nós identificamos 15 fontes, além dos R\$35 bilhões do pré-sal, o que dá para cobrir todos os gastos. Mas isso vai exigir sacrifícios. A gente não quis fazer sacrifícios, a gente não quis fazer sacrifícios em nenhum lugar ao longo desses anos.

Quanto às desonerações fiscais, tem de se reconhecer que houve erro no tamanho das desonerações fiscais. Erramos! Fizemos desonerações fiscais em setores que não conseguiram nos levar a uma taxa de crescimento satisfatória, e a prova é que não vai chegar a 1%, em geral, para bens de luxo, com a ideia de que geraria emprego. Houve erro. Temos de analisar, sim, de maneira bem séria, os custos e benefícios das desonerações fiscais desses últimos anos.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vamos colocar mais um ponto: o problema da solvência. É claro que é uma questão dos juros, mas a questão da estabilidade vem da credibilidade.

Embora eu não tenha nenhuma simpatia pelos bancos, não dá para viver sem pagar os juros deles, porque é como se fôssemos sequestrados. Quando a gente é sequestrado, a gente tem de pagar o resgate. Não pagar o resgate é muito arriscado. De certa maneira, a gente, talvez, esteja fazendo isso, salvo o fato de que se pode jogar a conta na inflação.

Aí eu lhe trago outra coisa: se a gente mudou a meta relacionada ao superávit, quem garante que não vai mudar a meta relacionada à inflação? Já a estouramos: de 4,5%, chegamos a quase 6,5%, que é a margem de cima.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quem garante que, se a gente passar para 6,7%, para 6,9% ou para 7%, a gente não vai simplesmente dizer para mudarmos a meta inflacionária? Eu vou continuar respondendo: as condições internacionais. É verdade. Mas por que, em vez de mudar a meta, a gente simplesmente não explica ao povo brasileiro que não deu para cumprir a meta porque as condições internacionais atrapalharam? E eu acho que não foi isso. Esse foi um componente pequeno da crise que foi importada; a maior parte da crise vem de dentro da gente.

Por que a gente não fez isso? Esse reconhecimento daria mais credibilidade. É natural o reconhecimento de que se errou por tais, tais e tais causas, em vez de dizer que há uma crise internacional muito grande e que,

então, a gente não vai ver o problema aqui dentro. Vamos mostrar o problema transparente: não cumprimos mesmo a meta legal.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas nós não queremos fazer isso.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – É isso! Por isso é que está vindo a este Congresso a mudança da meta, é transparente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não! Nós estamos mudando a lei.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sim, estamos mudando...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, estamos mudando a lei. E se vai continuar na ilegalidade. Nós não cumprimos a lei por causa disso. Ponto. Em vez de dizer isso, nós estamos mudando a lei para dizer que cumprimos a lei.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Não. Estamos dizendo que não cumprimos a meta em razão disso e que, portanto, estamos mudando a Lei de Diretrizes Orçamentárias. É assim que funciona o processo orçamentário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A senhora disse: mudando a lei.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – E por que não mudar a lei de forma clara, transparente?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não, não. A gente pode até tomar mais empréstimos, para cobrir o buraco que não conseguiu evitar.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Mas por que tomar mais empréstimos, se nós não vamos ficar insolventes no Orçamento, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Para ter credibilidade.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Para pagar mais juros?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não. Para ter credibilidade, sem o que a economia vai entrar numa profunda crise, Senadora.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Não vai entrar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu não sei, a senhora não estava aqui. Eu pelo menos parto de uma...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu parto de uma base...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Senadora Gleisi é a próxima inscrita. Ela está na sequência. Ela vai falar logo em seguida.

Eu quero ajudá-lo, Senador Paulo Bauer. Se vocês concluírem, depois, na fala dela, o senhor faz o aparte, e o debate continua.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu vou parar, então, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu também vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Assim, ajudamos os que querem viajar, o Senador Eunício e o Senador Paulo Bauer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora, há uma base aqui, sem a qual a gente não consegue raciocinar igualmente nem debater. Eu acho que, hoje, um dos fatores de produção é credibilidade. Não é que eu goste disso, mas essa é a realidade. Vivemos num mundo fluido, como alguns dizem, e o dinheiro vai de um lugar para outro com uma rapidez tal, que não adianta estatizar os bancos, não adianta fechar as fronteiras, como antigamente se podia fazer. É a credibilidade que segura, e nós a estamos ameaçando.

Finalmente, quero dizer outros pontos da sua fala foram muito interessantes. Há o problema da dívida interna e da dívida externa. É claro que a dívida interna é a que define se um país está ou não com solvência para se manter funcionando. Mas os juros vêm da dívida bruta. E aí é que vem uma coisa interessante. A dívida bruta da Alemanha, de que a senhora falou, verdadeiramente, é maior que a do Brasil. E por que a taxa de juros lá é menor? Credibilidade! E não é culpa da Presidente Dilma nem desses últimos governos. A culpa vem até do fato de não termos pagado dívida no passado. Ao não pagarmos a dívida, geramos incredibilidade. E aí a nossa taxa de juros é mais alta do que a dos outros. O que nós estamos fazendo, de certa maneira, vai jogar mais lenha na fogueira da falta de credibilidade do Brasil no mundo e para os agentes econômicos.

Por isso, eu vim aqui manifestar minha preocupação, minha profunda preocupação sobre o que vai acontecer se aprovarmos isso, em vez de reconhecermos os erros, determinarmos o que devemos fazer para 2015 e pedirmos o apoio do povo brasileiro inteiro, inclusive do Congresso, situação e oposição, fazendo uma grande frente para enfrentar as dificuldades. Mas isso só virá depois do reconhecimento de que erramos e de que, para acertarmos, temos de ter novos caminhos e, sobretudo, a garantia de que cumprimos os nossos compromissos.

Eu não sei se posso ou não dar mais um aparte. Isso depende do senhor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Prefiro que isso seja feito na sequência, quando a Senadora subir à tribuna.

O Senador Paulo Bauer está esperando para falar. Ele quer que eu o chame. Mas quero que o Senador Cristovam termine.

Depois disso, seria a vez de Paulo Bauer. Em seguida, fala V. Ex^a, Senadora Gleisi.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu não vou dizer que concluí, porque eu gostaria muito de continuar debatendo com a Senadora e com outros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas V. Ex^a terá essa oportunidade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Chegou agora o Senador Armando, que vai ter responsabilidade...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...como Ministro também *(Fora do microfone.)*.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu não terminei, mas vou parar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) –

ORDEM DO DIA

Mediante o acordo que houve – isto vai ser bom, porque todos poderão falar por 20 minutos –, nós só vamos votar os requerimentos, mediante acordo dos Líderes.

Votação, em globo, dos requerimentos que solicitam audiência de outras Comissões para diversas proposições referentes aos itens da pauta nºs 22, 23, 24 25, 26 e 28.

São os seguintes os itens:

Item 22

REQUERIMENTO Nº 645, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 645, de 2014, do Senador Wilder Moraes, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a CDH (prorrogação de acordo ou convenção coletiva do trabalho).*

Item 23

REQUERIMENTO Nº 722, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 722, de 2014, do Senador Ricardo Ferraço, *solicitando que, sobre os Projetos de Lei da Câmara nºs 94 e 125, de 2007, que tramitam em conjunto, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a CCJ (Plano Nacional de Viação).*

Item 24

REQUERIMENTO Nº 794, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 794, de 2014, do Senador Cristovam Buarque, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2013, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a CCJ (auxiliares locais do Serviço Exterior Brasileiro).*

Item 25**REQUERIMENTO Nº 795, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 795, de 2014, do Senador Cristovam Buarque, que *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2013, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a CAE, (auxiliares locais do Serviço Exterior Brasileiro).*

Item 26**REQUERIMENTO Nº 901, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 901, de 2014, do Senador Paulo Paim, *Solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2013, seja ouvida a CCJ (expropriação de propriedade com trabalho).*

Item 28**REQUERIMENTO Nº 935, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 935, de 2014, do Senador João Alberto Souza, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a CCJ (bolsa de estudo do Programa Universidade para Todos).*

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

A Secretaria da Ata vai individualizar a tramitação das matérias.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2010**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.*

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da CCJ, Relator: Senador Demóstenes Torres.

2**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2011**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Ferraço, que *altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias.*

Parecer nº 1.470, de 2013, da CCJ, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece.

3**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2013**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da CCJ, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador Gim, que *acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 461, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Vital do Rêgo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy, Armando Monteiro, Aloysio Nunes Ferreira e da Senadora Gleisi Hoffmann.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 105, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 2007

(Tramitando em conjunto com a PEC nº 56, de 2009)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Almeida Lima, que *revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.*

Parecer sob nº 490, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Ricardo Ferraço, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece, e pela rejeição da PEC nº 56, de 2009, que tramita em conjunto.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2009

(Tramitando em conjunto com a PEC nº 53, de 2007)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Marcelo Crivella, que *acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acréscidos aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários.*

Parecer sob nº 490, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Ricardo Ferraço, favorável à PEC nº 53, de 2007, que tramita em conjunto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece, e pela rejeição da PEC nº 56, de 2009.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2013

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador Vital do Rêgo, que *altera a Constituição Federal para disciplinar a instituição de consórcio público destinado à atuação exclusiva no âmbito do sistema único de saúde e na atenção básica à saúde.*

Parecer nº 1.228, de 2013, da CCJ, Relator: Senador Paulo Davim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2014

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2014, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a isonomia remuneratória entre os policiais e bombeiros militares dos ex-Territórios e os policiais e bombeiros militares do Distrito Federal.*

Parecer nº 806, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Romero Jucá, favorável.

10**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2014 – COMPLEMENTAR**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2014 – Complementar (nº 276/2002 – Complementar, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *altera a Lei Complementar nº 90, de 1º de outubro de 1997, que determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente.*

Parecer favorável, sob nº 626, de 2014, da CRE, Relator ad hoc: Senador Luiz Henrique.

11**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 1999**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1999 (nº 4.812/2001, naquela Casa), da Senadora Emília Fernandes, que *acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (cursos de mestrado e doutorado à distância).*

Parecer sob nº 264, de 2014, da CE, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, com adequação redacional que propõe.

12**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2012**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5013/2013, naquela Casa), do Senador Vital do Rêgo, que *estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.*

Parecer sob nº 820, de 2014, da CCT, Relator ad hoc: Senador Aníbal Diniz, pela rejeição do Substitutivo da Câmara, salvo quanto:

– a ementa; ao art. 1º, *caput* e § 2º; art. 6º, inciso VII; art. 7º, *caput*, §§ 9º e 10; art. 9º; art. 10; art. 11; art. 12, *caput*, §§ 1º e 2º; art. 15; art. 19, §§ 1º e 2º; art. 21; e arts. 28 a 30.

13**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2013 (nº 5.171/2013, na Casa de origem), que *altera a redação do § 1º do art. 53 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, para dispor sobre o registro do nome e do prenome que forem dados ao natimorto.*

Parecer sob nº 249, de 2014, da CCJ, Relator ad hoc: Senador Gim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta.

14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 99, DE 2014**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2014, (nº 918/2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia, assinado em Brasília, em 14 de setembro de 2010.*

Parecer favorável, sob nº 792, de 2014, da CRE, Relator: Senador Luiz Henrique.

15**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, DE 2005-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2005 – Complementar, do Senador Paulo Paim, que *estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência.*

Parecer sob nº 1.207, de 2013, da CCJ, Relator: Senador Armando Monteiro, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, DE 2009 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2009 – Complementar, do Senador Romero Jucá, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento de Boa Vista, Alto Alegre, Cantá e Macajá e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento de Boa Vista, Alto Alegre, Cantá e Mucajaí.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 1.099 e 1.100, de 2010, respectivamente, da CCJ, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro; e da CDR, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 559, DE 2013

Projeto de Lei do Senado nº 559, de 2013 (apresentado como conclusão do Relatório nº 4, de 2013, da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos), que *institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.*

Pendente de Parecer da CCJ, CI e CAE sobre o Projeto e as Emendas nºs 1 a 56-Plen.

18

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 20, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2014, do Senador Vital do Rêgo, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre os requerimentos de voto de aplauso, congratulações, louvor, solidariedade ou censura.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 924 e 925, de 2014, da CCJ, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro; e da Cdir, Relator: Senador Romero Jucá.

19

REQUERIMENTO Nº 1237, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.237, de 2013, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2009-Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414 e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135 e 382, de 2012, Complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal).*

20

REQUERIMENTO Nº 84, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (formação dos professores de educação física).*

21

REQUERIMENTO Nº 234, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 234, de 2014, do Senador Eduardo Braga, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, com os Projetos de Lei do Senado nºs 103 e 443, de 2012, por regularem matéria correlata (formação dos professores de educação física).*

27

REQUERIMENTO Nº 922, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 922, de 2014, do Senador João Alberto Souza, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2011, seja ouvida a CCJ (pensão especial aos ex-integrantes do "Batalhão Suez").*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador Paulo Bauer, do PSDB de Santa Catarina.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, ouvintes da Rádio Senado e aqueles que assistem à TV Senado, nossos cumprimentos!

Antes de abordar o tema que me traz a esta tribuna, quero saudar aqui o Deputado Estadual de Santa Catarina Ismael dos Santos, bem como quero cumprimentar o Vereador Selecio Orth, que é Vereador no Município de Serra Alta, no oeste catarinense.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, quero abordar o tema que está na ordem do dia do nosso País, ou seja, a questão do anúncio do novo Ministério da Presidente Dilma, reeleita recentemente.

O Brasil, Sr. Presidente, é realmente um País muito peculiar. Milhões de homens e mulheres, todos eles eleitores, assistem à concretização de um autêntico estelionato eleitoral sem precedentes na nossa história e na história das democracias mundo afora. Esse estelionato eleitoral é confirmado pela nomeação para o cargo de Ministro da Fazenda de um respeitado economista que, até onde sei, é um homem honrado e dotado de alta qualificação profissional.

A situação é curiosa e constrangedora. Nós vivemos esta situação: por um lado, pensando no bem do País, vemos se confirmar a notícia da nomeação do Sr. Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda; por outro lado, estamos indignados com a desfaçatez – a palavra é “desfaçatez” – do Governo de levar a cabo esse verdadeiro estelionato eleitoral. Por que estelionato? Por que desfaçatez sem limites? Porque, durante a campanha da Presidente Dilma, ela demonizou – a palavra é “demonizou” –, de todas as formas e denegriu de todas as formas o nome e o pensamento do economista Armínio Fraga. Todos os brasileiros viram e ouviram isso.

É preciso mencionar que Armínio Fraga era o formulador da política econômica proposta por Aécio Neves na campanha presidencial, e aquela política seria implementada, sem dúvida nenhuma, com um custo muito menor do que a mesma política, se implementada pelo governo do PT pela Presidente Dilma Rousseff. Agora, vejam V. Ex^{as}, ela entrega o comando da economia nacional para um dos alunos de Armínio Fraga e não se constrange por isso. Ou seja, na campanha demonizou as ideias, as teses que Armínio Fraga apresentava.

Os senhores e as senhoras sabem que Joaquim Levy foi aluno de Armínio Fraga na Fundação Getúlio Vargas. Além da amizade entre ambos, eles compartilham o mesmo pensamento econômico: acreditam na ortodoxia, no liberalismo, no controle de gastos públicos, no cumprimento das metas de inflação, na transparência, em que, obviamente, não há espaço para a contabilidade criativa, tantas vezes adotada pelo Governo da Presidente Dilma, principalmente nos dois últimos anos.

É contabilidade criativa, é pedalada, é não sei o quê mais, é proposta de mudança da LDO, tudo para fazer com que o eleitor brasileiro não tenha a clareza sobre o orçamento público e sobre as receitas federais.

Ontem, Srs. Senadores, completou-se um mês desde a eleição da Presidente Dilma. Durante este mês inteiro, o País ficou quase no escuro, sem saber qual seria o rumo da nossa economia. E não poderia ser diferente, porque a campanha, sem dúvida, foi um exercício de um discurso de bondades, que agora apresenta dificuldades para ser colocado em prática.

Na campanha, Dilma prometeu que não tomaria nenhuma medida impopular; reafirmou que a economia brasileira não enfrentava problemas; garantiu, contra a evidência de números, que a inflação estava sob controle e que o País não vivia nenhuma recessão.

Na campanha, Dilma disseminou o medo, afirmando que seus adversários entregariam o País aos banqueiros e que estes, por pura maldade e ganância, iam cortar empregos e tirar a comida do prato dos brasileiros.

Lamentavelmente, a estratégia da mentira e do medo funcionou, e Dilma foi reeleita, para grande apreensão de todas as cabeças esclarecidas que se preocupam com o futuro do nosso País.

Instalou-se o suspense: iria a Presidente cumprir os sofismas da campanha e continuar cavando o buraco em que ela colocou a economia brasileira? Ou iria contrariar tudo o que disse, mudando totalmente a orientação econômica e confirmando definitivamente a prática do estelionato eleitoral? Ao que tudo indica, será confirmado o estelionato.

Hoje, acabou de ser anunciada e oficializada a indicação e a oportuna nomeação do economista Joaquim Levy para o comando do Ministério da Fazenda.

Como eu já disse, Joaquim Levy é qualificado profissionalmente e respeitado pela sua forma de trabalhar. E, ao que tudo indica, vai, sem dúvida nenhuma, fazer com que a economia brasileira tenha avanços. Ele vai, com certeza, apresentar novas maneiras de gestão dos recursos públicos no Governo Federal. É preciso desejar ao Ministro uma condição de trabalho para que ele possa vencer as dificuldades.

As contas públicas hoje são mera ficção, agravadas pela recente revelação de que o Governo não conseguiria cumprir a meta de superávit primário estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A respeito disso é preciso fazer uma observação. Aqui, há poucos instantes, o Senador Cristovam Buarque usava a tribuna, e a Senadora Gleisi Hoffmann debatia com ele sobre a necessidade e a justificativa do Governo de defender essa mudança que pretende implementar na Lei de Diretrizes Orçamentárias, com relação ao superávit primário.

E a Senadora Gleisi dizia que isso se faz necessário porque é possível e é necessário que o Governo altere a LDO, já que os números não são aqueles que inicialmente o Governo imaginava vivenciar durante o ano, durante esse exercício.

Srs. Senadores, isso é mais ou menos como você imaginar uma viagem de carro com sua família, de uma cidade até outra, fazendo um trecho cujo percurso será de 600km. Você coloca o dinheiro no bolso para o hotel, para a refeição, para o combustível. Quando você está no meio da viagem, você descobre que aquele dinheiro não será o suficiente para chegar ao destino. Em vez de retornar ou pedir dinheiro emprestado, você pega o mapa, corta, rasga e diminui os 600km para 400km. Pronto. Resolveu-se o seu problema. É isso que o Governo está fazendo com o orçamento da República. Não está assumindo a responsabilidade da gestão malfeita.

Senador Armando Monteiro – V. Exª que provavelmente será Ministro, e desejo que seja, porque o desenvolvimento econômico precisa de gente com o seu talento, com a sua experiência, com o seu conhecimento –, é preciso mencionar que, anualmente, o Governo paga os débitos relacionados aos precatórios no mês de abril. Este ano não pagou ainda. Deixou para frente. Em abril, se tivesse pago, como foi feito nos últimos anos, obviamente o problema do caixa do Governo ia aparecer na campanha.

Os subsídios que o Governo dá para os programas sociais, via Caixa Econômica, também não foram pagos ainda para a Caixa Econômica. Estão sendo pagos agora, porque, se tivessem sido pagos nos meses de competência, o caixa do Governo já teria estourado.

Aquele cidadão que fez a viagem de 600km não economizou, desde o primeiro quilômetro de viagem, o dinheirinho que ele havia destinado para hotel, para restaurante, para passeios e para combustível para poder chegar ao final da viagem. Ele foi gastando. Quando ele descobriu que não chegaria mais lá, ele não tinha como voltar atrás. Ele rasgou o mapa, para ver se conseguia diminuir a quilometragem.

A solução que o Congresso Nacional vai dar é uma solução absolutamente descabida do ponto de vista contábil, orçamentário, que nós não queremos e não podemos aceitar, porque, depois deste ano, teremos mais um ano, depois outros. Todo ano temos orçamentos, e os orçamentos precisam ser respeitados.

Veja V. Exª, Senador Paulo Paim, que, hoje, existe no Brasil a DRU. A DRU é um mecanismo instituído – e não foi pelo Governo do PT; é preciso mencionar – para que o Governo tenha flexibilidade para levar 25% de toda a verba pública daqui para lá e de lá para cá: tira da saúde, bota na segurança; tira da segurança, bota na infraestrutura. Enfim, é um mecanismo que o Congresso dá ao Governo para que ele tenha flexibilidade. Além disso, existe o mecanismo legal, contábil, legítimo de inscrição em “restos a pagar” daquelas contas que não têm disponibilidade financeira para se honrar naquele exercício.

Quando a gente observa o volume de recursos da DRU, 25% – exceção se deve fazer à educação –, quando a gente vê o volume de recursos que é empenhado em “restos a pagar”, quando a gente vê agora a votação dessa mudança no superávit primário, a gente descobre que, na verdade, de 100% do Orçamento da União, votados pelo Congresso Nacional, apenas 50%, talvez 60% são realizados de acordo com a vontade da população brasileira, que é representada por Deputados e Senadores, no modelo democrático que temos instituído no País.

Então, não adianta mais votar o orçamento. Não adianta ficar votando metas de superávit, recursos para a saúde, para a educação, para os transportes, quando, na verdade, vemos todos esses mecanismos instituídos serem aplicados ainda no meio do jogo. Quase no final da viagem, a gente ainda vê uma mudança como essa, proposta pelo Governo ao Congresso Nacional, com relação à prática do superávit primário.

Mas quero continuar o meu raciocínio e a minha manifestação a respeito da eleição e do discurso eleitoral, da prática que o Governo está adotando hoje em relação à nomeação dos Ministros no Governo Federal.

O País, Sr. Presidente, se defronta com o risco iminente de rebaixamento de sua nota nas agências internacionais de classificação de risco, perdendo o grau de investimentos pelo qual lutou tantos anos para conquistar, desde o Plano Real. Isso significaria retração dos investimentos externos em um momento em que a nossa economia mais precisa desses investimentos.

Não há dúvida de que o Ministro Levy é intelectualmente capacitado para a tarefa, mas isso não é suficiente. É preciso que ele esteja devidamente em condições de trabalhar. Ele precisa ter autonomia.

A Presidente da República precisa desencarnar definitivamente da dupla função que exerceu até aqui, acumulando, na prática, o comando da economia e o exercício da Presidência. Ela, sem dúvida nenhuma, deve supervisionar todas as ações, mas deve dar ao seu Ministro autonomia e condição de trabalho suficientes para que ele possa formular a política econômica que leve o Brasil a um novo patamar e melhor do que esse que temos hoje.

Eu desejaria, Sr. Presidente, que a Presidente nomeasse muitos nomes isentos e competentes para todos os cargos públicos do segundo e também do primeiro escalão. Mas eu não tenho ilusões. Eu acho que o modelo adotado para nomeações no Governo Federal, no seu primeiro mandato, continuará existindo: toma lá dá cá, partidos políticos, pressões políticas se fazem diariamente. E isso não é de hoje. Isso já acontecia nos governos anteriores.

Nós temos que dizer que a Presidente Dilma, hoje, não herda nada de ninguém. Hoje, ela herda dela mesma. E como herdeira de si mesma, ela poderia fazer mudanças também nos critérios que orientam o preenchimento de cargos públicos e de cargos federais.

A ocupação de um determinado cargo no primeiro escalão do Governo, por esses motivos que apresentei, merece de nós, da oposição, toda a atenção. Temos que manter atenção específica e cuidadosa sobre isso.

Eu vejo, por exemplo, que na imprensa se comenta muito a respeito da Presidente da Petrobras, graças aos fatos e às situações que a Petrobras vive hoje com os escândalos. Ora se comenta na imprensa que a Presidente da Petrobras deixará o cargo, ora se comenta que ela permanecerá no cargo. Eu não tenho nenhuma razão aqui para desejar que ela permaneça ou que ela saia. Pelo contrário, eu quero que o Governo, como já disse, tenha os melhores quadros, para que nós possamos ver o funcionamento do Governo e, acima de tudo, para que ele esteja em condições de atender às exigências do povo brasileiro.

Mas é preciso mencionar: na CPMI da Petrobras, alguns meses atrás, a Sr^a Graça Foster disse que desconhecia qualquer informação a respeito de denúncias de recebimento de propinas por funcionários da Petrobras, pagas pela empresa holandesa SBM Offshore, que alugava navios-plataforma.

Isso ela disse na Comissão. E hoje, inclusive, existe uma queixa-crime protocolada no Ministério Público pelo Deputado Onyx Lorenzoni em relação a esse assunto, porque, posteriormente, a presidente disse que conhecia fatos. Não esclareceu, entretanto, se os fatos foram dados ao conhecimento dela antes ou depois de seu depoimento na CPMI.

O fato é que nós, da oposição, temos o dever, e vamos exercê-lo, de manter um cuidado e uma atenção redobrada quanto a todos os atos, a todas as ações desenvolvidas no Governo Federal, inclusive por aqueles que vão ocupar cargos na nova administração. Vamos comparar as suas atitudes e suas ações com aquilo que efetivamente foi anunciado na campanha eleitoral como sendo propósito e meta de governo.

Aliás, como eu falei aqui da empresa holandesa SBM Offshore, eu menciono, Sr. Presidente, que, no primeiro semestre deste ano – se não me falha a memória em maio, final de maio –, na Comissão de Assuntos Econômicos, eu apresentei um requerimento para que Senadores desta Casa e daquela Comissão participassem, juntamente com Deputados Federais já apontados na Câmara dos Deputados, de uma viagem e de um trabalho de auditoria e de verificação na Holanda sobre as denúncias de corrupção que de lá surgiam através da imprensa. O meu requerimento não foi aprovado e restou anexado ao requerimento de CPMI sobre a Petrobras, que resultou na formação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Aquela denúncia, aquela manifestação que fiz na CAE se mostrou absolutamente apropriada e adequada, já que hoje a própria Petrobras e a própria empresa holandesa...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – ...e as próprias autoridades holandesas confirmam o fato.

Eu venho aqui, Sr. Presidente, dizer que, primeiro, nós queremos um País melhor. Nós sabemos das dificuldades que cada autoridade, que cada governante tem para realizar a sua tarefa. Mas confesso que, ao verificar que a Presidente Dilma, mesmo contrariando discurso de campanha, escolhe e indica para seu ministério pessoas como Joaquim Levy, eu fico até aliviado, porque eu estou certo de que, se forem dadas a ele condições de trabalho, ele vai conseguir avançar e apresentar uma proposta nova, uma proposta melhor para o País na área da administração do Ministério da Fazenda e da administração da economia nacional.

De qualquer forma, nós vamos continuar exercendo a fiscalização, vamos continuar cobrando para que o País, efetivamente, viva um novo momento, um momento de mais tranquilidade, de mais verdade e de mais transparência em benefício dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Senador Paulo Bauer. Agora tem a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann, PT do Paraná, para o seu pronunciamento.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quem está nos ouvindo pela Rádio Senado, também quem está nos assistindo pela TV Senado, eu quero, com grande satisfação – e é por isso que venho a esta tribuna na tarde de hoje –, falar sobre a redução da desigualdade no Brasil, Sr. Presidente, e comentar algumas questões que foram debatidas aqui – tive oportunidade de debater com o Senador Cristovam Buarque.

Segundo um levantamento feito pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Ipea e pela Fundação João Pinheiro, o Brasil está menos desigual em todas as regiões do País.

Mais do que isso, considerando os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 16 áreas metropolitanas, que mostraram melhora consistente entre os anos 2000 e 2010 nos indicadores de saú-

de, educação e renda, é possível afirmar que todas as regiões nacionais receberam pontuação suficiente para serem classificadas como “alto desenvolvimento humano”, sendo que os maiores avanços ocorreram nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Acho, inclusive, extremamente auspicioso para aqueles que passaram a analisar, muitas vezes com absurdo e equivocado preconceito, os resultados da eleição presidencial nas diversas regiões do País que passem a considerar como possível explicação do comportamento dos eleitores o fato de que a qualidade de vida dos brasileiros avançou em todo o País, porém nas Regiões Norte e Nordeste progrediu ainda mais.

No último levantamento, feito em 1991, todas as regiões apresentavam IDH muito baixo. Já em 2010, Senador Armando Monteiro, estavam classificadas com alto Índice de Desenvolvimento Humano.

É absolutamente evidente, portanto, a partir dessa nova edição do IDHM, constatar o sucesso do Governo na redução das desigualdades regionais, especialmente nas áreas que mais importam para o bem-estar da população: saúde, educação e renda. Isso mostra o acerto da política econômica, porque, sem um acerto de política econômica, não tem como reduzir desigualdade social e melhorar os indicadores sociais.

Temos dito frequentemente, em defesa da política econômica do Governo, o quanto priorizamos o emprego e a renda dos trabalhadores, buscando sempre resguardar, ao máximo, o bem-estar das famílias brasileiras, num período em que o mundo ainda convive com os reflexos da maior crise financeira do capitalismo.

É extremamente gratificante constatar que, mesmo num momento de grande dificuldade da economia mundial, progressos significativos foram obtidos em nosso País. É sempre bom lembrar, até porque foi surpreendente a pouca atenção dada ao tema – talvez porque estivéssemos em campanha –, que, em setembro passado, o Brasil saiu do Mapa da Fome das Nações Unidas, segundo a FAO. O Brasil saiu do Mapa da Fome das Nações Unidas segundo a FAO: talvez este seja o dado mais relevante que nós tenhamos em termos de economia brasileira. Não é o crescimento do PIB, não são os macroindicadores, mas este: nós conseguimos sair do Mapa da Fome.

Surpreende-me sobremaneira a pouca divulgação dessa conquista, pois, com toda segurança, posso afirmar que, ao longo da minha infância e ao longo da minha juventude, a fome era a pior das mazelas nacionais. Quem aqui não lembra da bela luta do Betinho, depois encampada pelo Presidente Lula, e que trouxe os resultados que hoje nós estamos divulgando? Quem não lembra aqui daquelas intermináveis reportagens do Globo Repórter mostrando as pessoas, no interior do Nordeste, comendo calango, fazendo sopa de papelão? Talvez isso seja a coisa mais... Talvez não: é a coisa mais ultrajante para um país ter seres humanos que o habitam nessas condições.

Pois eis que o relatório global da ONU para a FAO de 2014 mostra que o indicador de Prevalência da Subalimentação atingiu no Brasil nível menor que 5% e, assim, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014. Segundo os dados analisados entre 2002 e 2013, caiu em 82% a população de brasileiros em situação de subalimentação.

Nós temos que falar aqui: valeu, Betinho! Valeu, Lula! Valeu, Dilma! Sobretudo, valeu Josué de Castro, porque este lutou muito para falar sobre a situação da fome neste País. Ele trouxe o tema e conseguiu dar-lhe relevância, tendo continuidade depois com o Betinho e com os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, com medidas práticas para acabar com essa que é uma das maiores chagas da humanidade.

Por isso, o Brasil é destaque no Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo de 2014, por ter construído uma estratégia de combate à fome e ter reduzido de forma muito expressiva a desnutrição e a subalimentação nos últimos anos.

Segundo a FAO, contribuíram para esse resultado os seguintes fatos:

- aumento da oferta de alimentos – em dez anos, a disponibilidade de calorias para a população cresceu 10%;
- aumento da renda dos mais pobres, com crescimento real de 71,5% do salário mínimo e geração de 21 milhões de empregos;
- Programa Bolsa Família: 14 milhões de famílias – pode-se ver que o número para a geração de empregos é quase o dobro do número relativo ao Bolsa Família;
- merenda escolar: 43 milhões de crianças e jovens com refeição;
- governança, transparência e participação da sociedade, com a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

A Ministra Tereza Campello, que quero aqui elogiar pelo excelente trabalho que faz à frente do Ministério de Desenvolvimento Social, na época do relatório, com base nos dados da FAO, disse o seguinte: “Chegamos a um percentual de 1,7% de subalimentados no Brasil”. Isso significa, Senador Armando Monteiro, que 98,3% da população brasileira têm acesso a alimentos e têm segurança alimentar. Trata-se de uma tremenda vitória, digna de exaltação. E me refiro a V. Ex^a porque V. Ex^a representa nesta Casa uma região que vivenciou, e ainda vivencia, problemas e situações difíceis com a pobreza, mas vivenciou também a miséria, a fome e a exclusão.

Aliás, tem sido bastante comum no País observarmos grandes debates em torno do crescimento do PIB nacional, e foi assim nessas eleições. Obviamente, essa é uma variável importante para o acompanhamento

permanente da economia, porém é triste constatar a pouca atenção, por exemplo, dada à evolução do Índice de Desenvolvimento Humano ou mesmo ao nível de subalimentados como forma de aferir os verdadeiros avanços numa sociedade.

Por isso Lula, Betinho e a Presidenta Dilma lutaram, e lutam muito, para colocar e deixar esse assunto em pauta, para que ele não seja tratado como um assunto de segunda categoria, como muitas vezes é colocado nas discussões econômicas.

É evidente que muito há de ser feito ainda para que os brasileiros de todas as regiões tenham a melhor qualidade de vida possível, atingindo maiores e melhores índices de educação, de saúde e tudo mais que representa a verdadeira cidadania que tanto almejamos, mas é seguro afirmar que estamos no caminho certo e avançando significativamente.

Voltando aos índices de desenvolvimento humano, São Paulo é a região metropolitana com IDHM mais alto do País. Em uma escala que vai de zero a um, a capital paulista alcançou a nota 0,794, seguida de perto pelo Distrito Federal, com 0,792, e pela minha Curitiba, com 0,783.

Melhor, entretanto, é constatar que a diferença entre as regiões metropolitanas de São Paulo e de São Luís, no Maranhão, em 2000 – a maior registrada naquele período –, que era de 0,132 ponto, caiu para 0,110, que hoje é a diferença entre o melhor e o pior colocado: Distrito Federal e Fortaleza.

A diferença de esperança de vida, que em 2000 era de 4,82 anos entre o primeiro e o último colocado, Porto Alegre e também São Luís, no Maranhão, passa para 2,9 anos em 2010, tendo como primeiro colocado o Distrito Federal e, ainda como último, São Luís no Maranhão.

Enfim, é muito boa a notícia de que a redução da diferença entre a melhor e a pior região caiu de 22% para 10% em uma década.

Os indicadores mostram com clareza que estamos avançando. Democracia, universalização e combate à pobreza dão resultado, e isso se reflete no atlas da desigualdade.

Acho igualmente importante registrar, Sr^s e Srs. Senadores, a afirmação creditada ao Ministro Marcelo Neri, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, de que os dados relativos ao IDHM poderiam ter sido divulgados há alguns meses, mas que essa divulgação foi adiada por causa das eleições. Eram dados positivos, Senador Armando Monteiro, mas seu anúncio foi adiado por conta das eleições, para que o Governo não fosse criticado por estar soltando dados para ajudá-lo, para ajudar a Presidenta Dilma no processo eleitoral. Nas palavras do Ministro Marcelo Neri: “A instituição tem um cuidado fundamental. Achamos importante divulgar quando corações e mentes já estão mais calmos, olhando as coisas com mais clareza”. Atitude bastante distinta que nós tivemos em relação a outro órgão da República, que chegou a apresentar dados equivocados sobre a redução da desigualdade social no País, precisamente no período eleitoral, dizendo que em 2013 não houve queda ou redução da pobreza. O erro acabou sendo admitido, posteriormente, e os números corrigidos confirmaram a manutenção da queda das desigualdades no Brasil, também em 2013. Aliás, o que vem ocorrendo desde 2001.

Concedo, com honra, um aparte ao Senador Armando Monteiro.

O Sr. Armando Monteiro (Bloco União e Força/PTB – PE) – Senadora Gleisi, eu quero me congratular com V. Ex^a pelo pronunciamento e registrar a minha alegria, como brasileiro, de constatar a melhoria desses indicadores, o que significa dizer que o Brasil, ao longo especialmente da última década, avançou de maneira significativa para reduzir desigualdades. E a minha região se insere nesse processo, de forma, a meu ver, muito importante. O Nordeste viveu nessa década um processo de dinamização do seu crescimento econômico e de melhoria significativa no perfil de distribuição de renda da região, o que se deu pela ampliação dos programas sociais levados a efeito e pela política de elevação do salário mínimo, que tem sido uma marca, também, dos últimos governos no País. Ao mesmo tempo, quero registrar o meu inconformismo com o fato de que os órgãos de comunicação no Brasil não têm dado maior destaque a esses resultados tão significativos. É impressionante como no Brasil se dá, sempre, muito mais repercussão e importância a alguns indicadores conjunturais que podem, de alguma forma, atestar um quadro de relativa deterioração na situação econômica, sem, no entanto, reconhecer e dar o destaque devido aos extraordinários avanços sociais que ocorreram no País. Então, eu me congratulo com V. Ex^a e quero, ao mesmo tempo, reconhecer, também, que V. Ex^a, ao tempo em que esteve dando uma importante contribuição ao Governo da Presidente Dilma, também pôde oferecer uma contribuição para que esses resultados, ao final, pudessem ser hoje celebrados. Eu me congratulo com a manifestação de V. Ex^a.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Senador Armando Monteiro. Agradeço o seu aparte.

Por isso eu estava debatendo com o Senador Cristovam sobre os indicadores macroeconômicos e sobre o resultado primário. Eu não me conformo com esse discurso de que nós temos de manter a qualquer custo um superávit fiscal que está se transformando em um objetivo em si mesmo.

O superávit, o resultado fiscal é um instrumento de uma política macroeconômica, a política fiscal, e deve ser usado de maneira cíclica. Saúdo a Presidenta Dilma pela coragem de mandar ao Parlamento, de forma clara, a mudança na meta. Não há problema algum, não é a primeira vez que este Congresso vota e muda a meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Isso já aconteceu em anos anteriores. Houve ano, inclusive, em que o Governo sequer cumpriu a meta. E não se configura crime de responsabilidade fiscal, a Constituição é clara sobre crime de responsabilidade. Isso não constitui.

E louvo a Presidenta Dilma por mandar, por fazer o debate com esta Casa. Por que temos de fazer uma economia maior para pagar juros da dívida se esse não é o principal desafio neste momento? Já fizemos isso em outras circunstâncias. Já fizemos isso.

Eu fui da equipe de transição do governo do Presidente Lula, em 2002 e 2003. Assisti à dificuldade em que o País estava. Não havia recursos investidos no Brasil, não havia saldo de balanço. Dependíamos do Fundo Monetário Internacional, e tivemos de fazer um ajuste rigorosíssimo. Mas em nenhum momento esse ajuste comprometeu a linha que nós tínhamos, que era exatamente a de gerar emprego, distribuir renda e acabar com a fome neste País.

Tanto isso é verdade que o resultado está aí: hoje, depois de 12, 13 anos de governo, podemos nos orgulhar do que estamos mostrando para o mundo. Nós saímos do mapa da fome! Isso não é pouco! É muita coisa acabar com a fome no País! E esse é um dos pontos em que mais avançamos.

Então, fico muito triste em ver e ouvir pessoas da oposição virem com esse discurso fácil de dizer que o superávit primário é fundamental para a respeitabilidade do Brasil. A respeitabilidade do Brasil está exatamente na quantidade de investimentos externos, e temos recebido muito investimento externo. Mais de U\$62 bilhões estão investidos aqui. E esse valor não cai, só vem crescendo.

Isso é confiança! Isso é respeito! Portanto, não dá para cair no discurso fácil, achar que o que é instrumento de uma política tem de virar finalidade em si mesmo. Foi isso que fizeram no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E eu louvo que ele tenha estabelecido a meta fiscal, que tenha aprovado a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas foi muito duro com a realidade do povo brasileiro. Não quis saber se, colocando aquela meta a qualquer preço, as pessoas iriam passar fome, ficar desempregadas. Tratavam os seres humanos como números. Seres humanos não são números. Seres humanos sentem dor, sentem fome, sentem frio. Não dá para falar de um pouquinho de desemprego para melhorar a economia.

Portanto, eu também acho despropositado, primeiro, a oposição, que não ganhou eleição, querer nomear ministros. Altamente despropositado. Segundo, vir aqui dizer que a Presidenta, ao nomear seus ministros da área econômica, está fazendo estelionato eleitoral. Um verdadeiro absurdo!

Primeiro, eu quero saudar os ministros que foram nomeados hoje. Saudar o Ministro Joaquim Levy; saudar o Ministro Nelson Barbosa; saudar o nosso Presidente do Banco Central, que está fazendo um bom trabalho.

Conheço o Ministro Joaquim Levy, e conheço não de visitá-lo, de encontrá-lo em eventos ou neste Congresso. Conheço porque o Ministro Joaquim Levy trabalhou com o Presidente Lula. Conheço porque o Ministro Joaquim Levy esteve comigo na equipe de transição de governo do Presidente Lula.

Não é estelionato eleitoral. Não estamos trazendo uma pessoa que não participou desse processo de conquistas, que não deu condições para que avançássemos. O Ministro Levy é uma pessoa séria, capacitada, firme, rigorosa com as contas públicas, mas acaba de anunciar que jamais vai fazer um pacote, e tem sensibilidade com o social. Foi Secretário de Tesouro do Presidente Lula por quase três anos, e foi nesses primeiros anos de governo que surgiu o Bolsa Família, foi nesses primeiros anos de governo que começamos a implantar as políticas sociais.

Portanto, não tem procedência o discurso da oposição de querer dizer que a Presidenta Dilma está em contradição. Porque o Ministro Joaquim Levy, quando esteve conosco no primeiro governo do Presidente Lula, ajudou a construir as bases desse governo de sucesso: de enfrentamento da fome e da miséria e de políticas sociais que hoje são referenciais no mundo.

Eu quero me congratular com o Ministro Joaquim Levy. Quero me congratular com o Ministro Nelson Barbosa, que é uma pessoa com uma capacidade imensa, que tem visão de desenvolvimento, que conhece o serviço público. Aliás, ambos conhecem muito bem e têm um espírito público muito elevado; e também o nosso Presidente do Banco Central, que continua no cargo, Alexandre Tombini. Essas três pessoas, com certeza, vão dar à Presidenta Dilma grande estabilidade. Eu diria que são os Três Mosqueteiros da Presidenta. Vão dar grandes condições de desenvolvimento e, sobretudo, condições de continuidade aos programas sociais.

Portanto, não há uma contradição em relação ao discurso da campanha da Presidenta Dilma, porque ela vai continuar exatamente com aqueles programas que estão dando esses índices e esse resultado para o Brasil.

Concedo um aparte ao Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Senadora Gleisi Hoffmann, V. Ex^a aborda, nesse seu pronunciamento, um tema relevantíssimo, que é a economia do nosso País. Eu entendo que essa medida da Presidente Dilma está acertada, e já era hora de realmente colocar sangue novo nessas pastas da economia. Acho que temos que agradecer todo o papel desempenhado pelo Ministro Guido Mantega, pela Ministra Miriam Belchior, mas o Ministro Joaquim Levy, que vai assumir essa pasta, e também o Ministro Nelson Barbosa, Fazenda e Planejamento, com Tombini, Luciano Coutinho, no BNDES, são um time de ponta, e eu não tenho nenhuma dúvida de que a economia vai deslanchar já no primeiro anúncio. Ainda na semana passada, a Bolsa de Valores já subiu cinco pontos percentuais, e isso é muito bom, é positivo. Daqui para frente, eu acredito que a economia vai deslanchar, o PIB vai crescer, a geração de emprego vai continuar forte, como já vem sendo, a renda das famílias também vai continuar melhorando, assim como a qualidade de vida da população brasileira. Parabéns a V. Ex^a.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Senador Valdir Raupp. Agradeço o seu aparte.

E eu queria, exatamente agora, falar dos dois ministros que hoje ocupam os cargos da Fazenda e do Planejamento: Ministro Guido Mantega e a Ministra Miriam Belchior. Eu não poderia deixar de, nesta tribuna, fazer um agradecimento público e uma homenagem a esses dois grandes companheiros. Tive a oportunidade e o privilégio de trabalhar com eles no Governo da Presidenta Dilma, quando fui Ministra-Chefe da Casa Civil. Aliás, o Ministro Guido Mantega é um dos mais longevos da Esplanada dos Ministérios. Foi Ministro da Fazenda do Presidente Lula.

Fico pensando por que muitas vezes se critica tanto o Ministro Guido Mantega, agora, nos últimos meses e anos em que ele está no Governo, numa situação difícil, adversa internacionalmente, e não se lembra dos seus feitos quando era Ministro da Fazenda do governo do Presidente Lula. Ele foi o mesmo ministro, um ministro que nos ajudou a consolidar as contas, que colocou a economia do País no seu rumo, que garantiu superávits primários elevados para o País. Fez com que a relação da dívida/PIB baixasse quase a metade do que era. Era mais de 60%, estamos em 35%. Esse é o Ministro Guido Mantega, que ajudou a construir tudo isso. Obviamente acho que, até por interesse dele também, ele quer deixar o Governo; um ministro que tem mais de 10, 11, 12 anos de ministério. Mas eu não poderia deixar aqui de fazer esse reconhecimento.

E a dureza que é você estar em um cargo público em momentos que são difíceis, porque o Brasil vive hoje – e viveu nos últimos anos – uma grande crise internacional, a maior crise financeira do capitalismo. E conseguiu-se, com as medidas econômicas, tendo à frente o Ministro Guido Mantega e a Ministra Miriam Belchior, manter os empregos, gerar renda, fazer as políticas sociais e chegar ao resultado que hoje nós estamos comemorando: a redução das desigualdades sociais e a saída do Brasil do mapa da fome. Foram esses ministros que ajudaram o Brasil a chegar até aqui.

Portanto, eu não poderia deixar de usar esta tribuna para fazer um agradecimento profundo ao Ministro Guido Mantega e à Ministra Miriam Belchior, que conduziram, com seriedade, disciplina, determinação, momentos difíceis da economia internacional com resultados positivos para o Brasil.

Como disse V. Ex^a, agora é outro mandato. A Presidenta Dilma tem todo direito e até necessidade de fazer a renovação. Acredito também que os ministros deram sua contribuição louvável ao Brasil. Tenho certeza de que vamos continuar no mesmo rumo, com uma economia desenvolvida, com políticas sociais, com desemprego baixo, com renda distribuída e com equilíbrio macroeconômico. Isso é importante.

E queria, Sr. Presidente, para terminar, falar de outro índice que saiu hoje, que me alegra muito e que também foi motivo de discussão na campanha eleitoral de maneira equivocada.

Hoje, foi publicada a notícia, em todos os jornais – aliás, notícia pequenininha; o Ministério do Meio Ambiente noticiou, mas saiu pequenininho nos jornais *on-line*, não sei como vai sair amanhã –, de que nós tivemos a segunda menor taxa de desmatamento do Brasil. A segunda menor taxa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Gleisi, desculpe interromper, mas, antes que o pessoal do Aerus saia, eu gostaria de dar o depoimento de que V. Ex^a ajudou muito para que esse projeto fosse encaminhando à votação, que será terça-feira, a partir da Presidenta Dilma. A Senadora Gleisi foi fundamental para que isso acontecesse.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Desculpe o aparte, mas é uma questão de reconhecimento da forma firme como, na bancada, defendeu essa ideia.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada. Agradeço, Senador Paim.

Mas eu queria aqui registrar isto: nós temos a segunda menor taxa de corte raso florestal em nosso bioma. O desmatamento na Amazônia caiu 18%, é a segunda menor taxa desde 1988.

Eu acompanhei, como Ministra-Chefe da Casa Civil, o trabalho da Ministra Izabella e a determinação da Presidenta Dilma para manter em queda o desmatamento, com a força da Polícia Federal, com a força também

das Forças Armadas – a quem quero parabenizar –, que sempre estiveram presentes na Região Amazônica para cuidar da nossa floresta.

E por que eu acho que é importante dizer isso aqui, Presidente? Porque nós tivemos, recentemente, a divulgação de que o Brasil tinha aumentado o seu desmatamento. Na discussão, um pouco depois da eleição do segundo turno, se disse que o Governo da Presidenta Dilma tinha omitido dados e, portanto, se tivesse dito antes, não teria sido eleita. Isso é um absurdo!

Agora está aqui: nós caímos em termos de desmatamento; isso é muito importante.

Os números que eu trago aqui se referem ao projeto de monitoramento da Floresta Amazônica brasileira por satélite, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Os últimos cinco anos registram as cinco menores taxas de desmatamento da Amazônia. A Presidenta Dilma é mais verde do que a Marina Silva. Os últimos cinco anos registram as cinco menores taxas de desmatamento da Amazônia.

V. Ex^a, Senador Valdir Raupp, que é da região, pode constatar isso, um esforço imenso do Brasil, do seu Estado, da população, da economia para que a gente pudesse e possa oferecer esses dados ao mundo.

As taxas divulgadas são estimadas com base na análise das fotos de satélite e cobrem áreas de até 6,25 hectares. Os números estão sendo consolidados até o primeiro semestre de 2015 e vão ser submetidos a uma auditoria externa pelo Governo brasileiro. Comparados à série histórica que vem desde 1988, os números representam uma queda de 83% no desmatamento e a retomada de uma tendência de redução.

Então, isso, Sr. Presidente, é muito importante. Eu gostaria que a imprensa nacional desse com a mesma ênfase, com o mesmo espaço, e fizesse os mesmos comentários sobre esta notícia que fez quando saiu a notícia falsa de que o desmatamento no Brasil tinha crescido.

Por isso, nós temos que colocar luz à verdade, trazer o debate como ele tem que ser feito. Não dá para vir aqui mentir, induzir a opinião das pessoas.

O Governo, claro, tem os seus erros, pode ter os seus equívocos, mas tem, sobretudo, um compromisso com o desenvolvimento deste País, e isso é mostrado exatamente nos índices, que não são índices de governo, são índices de instituições, inclusive internacionais, reconhecidas.

Então, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de vir a esta tribuna hoje para falar destes dois fatos: a nossa saída do mapa da fome, que para mim é o maior acontecimento histórico que nós temos na história recente da Nação, e a queda no desmatamento que nós tivemos na Região Amazônica.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos, Senadora Gleisi Hoffmann, pelo seu pronunciamento preciso, firme, que esclarece à opinião pública os avanços que tivemos com a Presidenta Dilma e com o Presidente Lula.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para o seu pronunciamento.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, o Brasil começa a experimentar algumas das sérias adversidades que há vários anos atingem, em diferentes graus, todos os atores que conformam a economia global.

Diante de um horizonte imediato pouco promissor, é necessário que todos nós, legisladores, tenhamos ainda mais empenho na fixação de condições mínimas para que a iniciativa privada prospere, ampliando sua capacidade de investimento e de criação de novos empregos.

No setor de geração e distribuição de energia, indispensável para a produção de bens e serviços em nosso vasto território, estamos enfrentando restrições equivocadas, que acabam por inibir a ação empresarial.

A geração de energia no Brasil ainda se mostra bastante concentrada, o que encarece sobremaneira sua distribuição, onerando excessivamente etapas consideráveis das cadeias produtivas. Especialistas não hesitam em apontar a ênfase na geração distribuída como forma de mitigar um fator decisivo para a instalação e operação de novas unidades produtoras de energia. Mostram que o modelo alternativo à concentração tradicional alivia perdas e reduz os investimentos em redes de transmissão e de distribuição. Ademais, Sr. Presidente, prevalece a preservação do ambiente ao se evitar a construção de grandes obras de engenharia, responsáveis por impactos significativos aos biomas e ao clima em geral.

Diante de todos esses fatores, observa-se forte disposição, em escala mundial, de estímulo à expansão de bases de geração distribuída.

Em nosso País, por meio de resolução normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), foram estabelecidas as condições para que pessoas físicas e jurídicas possam investir em geração própria.

Por meio de um sistema de compensação de energia, que se vale da concessão de créditos, os sistemas de geração podem ser instalados em prédios residenciais, comerciais e industriais. As fontes utilizadas são fotovoltaica, eólica e de biomassa.

O modelo original, a partir da resolução da Aneel, restringia a incidência de tributação unicamente à parcela de energia vendida pela distribuidora, e não sobre os estoques armazenados na rede, de propriedade do consumidor.

Em abril do ano passado, entretanto, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) posicionou-se contrário à sistemática prevista na resolução normativa da Aneel.

O entendimento do Confaz, que permite a cobrança “cheia” ou integral o ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação –, implica drástica redução na taxa de retorno de projetos fotovoltaicos, por exemplo, que desde então oscilam entre 3% e 12%. Taxas de retorno nesse patamar são consideradas muito baixas para interessar potenciais investidores, considerando que a amortização do investimento exige quase uma década de operação.

A realidade mostra os prejuízos acarretados para a economia nacional: em cerca de dois anos de vigência da Resolução Normativa nº 482, da Aneel, não mais do que 35 projetos de geração distribuída foram implementados no País.

Essas parcas iniciativas somadas respondem por apenas dois décimos de milésimos por cento da energia consumida no Brasil.

Diante desse quadro, apresentei ao Congresso Nacional o Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2014 – Complementar, a fim de reparar tão inusitado e prejudicial equívoco. A proposição que tive a honra de protocolar nesta Casa “altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para determinar a não incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação relativo a operações de compensação de energia elétrica que especifica”.

Como V. Ex^{as} poderão constatar no exame estrito do projeto, trata-se de medida saneadora que visa assegurar novo ímpeto à geração distribuída de energia, modalidade vital para a economia, notadamente em tempos que reclamam austeridade.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, solicito o indispensável apoio de todos os meus Pares para a rápida tramitação e aprovação desse projeto de lei complementar, especialmente relevante para nosso País.

Não posso encerrar o presente discurso sem antes manifestar o meu entusiasmo, que é também de todos os rondonienses, com a publicação pela Aneel das novas tarifas de energia elétrica para o Estado de Rondônia.

Visitei dois diretores para tratar deste tema na semana passada. Depois disso, a diretoria da Aneel aprovou, no último dia 25, o reajuste tarifário da Ceron, da Eletrobras Rondônia, que passará a valer a partir do dia 30 do corrente mês, a partir do dia 30 deste mês. Para os consumidores residenciais haverá redução da tarifa.

Olhem só, senhoras e senhores, em vez do aumento que estava previsto de algo em torno de 16%, que chegou a ser ventilado, difundido lá no Estado pelos veículos de comunicação – que a tarifa de energia elétrica em Rondônia, como estava subindo em quase todos os Estados, poderia subir 16% para as residências, para os prédios residenciais, e poderia chegar a 22% para a indústria –, teremos redução.

Depois de muita conversa, muita luta, muitos cálculos, tendo em vista que já temos lá geração das usinas do Madeira, temos a Samuel, agora temos a Santo Antônio, temos a Jirau, vamos ter a Tabajara, com um custo menor de geração de energia, olhem só a grata surpresa para Rondônia: a tarifa nas contas de luz foi reduzida, para as residências, em 3,57.

Dessa forma, nos 52 Municípios do Estado, 572 mil unidades consumidoras serão beneficiadas – 572 mil residências de Rondônia vão ter redução. Já tivemos no passado uma redução de 20% em todo o Brasil, e agora vamos ter de novo, uma coisa inédita, a redução de energia no Estado de Rondônia.

Conforme o publicado no *site* da agência, entre os fatores que colaboraram para a redução da tarifa da Ceron estão os custos que a distribuidora teve com a compra de energia, transmissão de energia e pagamento de encargos setoriais.

Os percentuais por classe de tensão são os seguintes:

Efeito médio por classes de tensão	Variação (%)
Alta Tensão (> 2,3 kV)	-4,28% (negativo)
Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-3,58% (negativo)
Média (Baixa Tensão e Alta Tensão)	-3,78% (negativo)

Com certeza, Sr. Presidente, essa redução do valor tarifário da energia elétrica em Rondônia será benéfica para o bolso dos consumidores, como o setor rural, o setor industrial e todos os demais setores que impulsionam a economia e o desenvolvimento do Estado.

Sr. Presidente, aqui está a tabela da Aneel, a tabela dos cálculos refeitos da tarifa de energia no Estado de Rondônia, e aqui diz o seguinte:

Novas tarifas para consumidores da Ceron em Rondônia entram em vigor a partir do dia 30/11.

Efeito médio por classe de tensão: alta tensão (-4,28 %), baixa tensão (- 3,58%), e média, baixa e alta tensão (-3,78%).

Eram essas, Sr. Presidente, as informações que eu queria passar. E agradecer à Aneel pelo bom senso de ter atendido ao nosso apelo, ao nosso pleito – meu, do Senador Acir Gurgacz, da Deputada Marinha Raupp e de tantos outros que se somaram nessa luta – para que, em função da farta geração de energia que temos em Rondônia hoje, o custo pudesse ser baixado. Embora não tenha baixado muito, evitou-se que houvesse um aumento maior.

Então, a redução da tarifa foi muito benéfica, muito importante para o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Valdir Raupp, pelas informações que traz ao País sobre a diminuição da taxa de energia no seu Estado. Isso é muito bom.

Passamos a palavra agora ao Líder do PDT, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, antes de iniciar o tema que eu trago nesta tarde, dou as boas-vindas aos nossos amigos de Cacoal, nossos Vereadores Jabá Moreira, Donizete da Sucam e Valter Pires.

Sejam bem-vindos à nossa Casa, o Senado Federal, aqui em Brasília.

O tema que eu trago também é relativo ao que comentou o Senador Valdir Raupp, sobre esta excelente notícia, nesta semana, com relação ao que a Aneel decidiu em reunião colegiada: que a tarifa da conta de energia elétrica terá uma redução média de 3,78% para todos os consumidores do Estado de Rondônia.

O reajuste negativo começa a valer no próximo domingo, dia 30 de novembro. Para residências e comércio, a redução no valor da tarifa será de 3,57%. Já para a indústria e para os consumidores de alta tensão, a redução vai ser de 4,28%. Ou seja, enquanto alguns pregavam a alta de energia elétrica, um tarifaço, nós tivemos uma redução de energia elétrica no Estado de Rondônia.

Digo que é uma boa notícia porque havia exatamente a expectativa de um aumento de até 25%, que foi o percentual reivindicado pela Eletrobras/Ceron à Aneel. No entanto, considero que essa redução poderia ter sido ainda maior, uma vez que, em nosso Estado vizinho, o Acre, as contas de energia ficarão em média 15,9% mais baratas, conforme decidiu a Aneel. Nessa mesma reunião que reduziu as tarifas de Rondônia, também reduziu as tarifas do Acre. Portanto, entendo que Rondônia, que produz essa energia, também poderia ter essa redução média de 15,9%.

Ora, se Rondônia ainda fornece parte da energia para o Acre, por que a redução foi maior no Acre? Essa é uma questão que a Aneel poderá nos explicar posteriormente.

De todo modo, foi uma decisão sensata da Aneel, pois o Estado de Rondônia está se tornando um dos maiores produtores e exportadores de energia elétrica do País e tem que ter um tratamento diferenciado na política tarifária dentro do sistema Eletrobras.

A redução na conta de luz certamente terá efeitos positivos em toda a economia do nosso Estado, reduzirá o gasto das famílias e terá reflexos positivos em todos os setores. Justamente por isso, a redução tem que ser contínua. Tem que ser mantida como política de longo prazo, uma vez que estamos aumentando a produção de energia elétrica a cada ano no nosso Estado de Rondônia.

Essa é uma das políticas com que podemos atrair investimento de indústrias para o nosso Estado, pois um dos entraves que temos hoje para atrair investimentos para a indústria é justamente o custo de energia elétrica, que é um dos maiores do País e começa a ter redução, exatamente em função da produção de energia elétrica no nosso Estado de Rondônia.

Precisamos dessa política de longo prazo, feita com base nos investimentos previstos no aumento da produção, nas linhas de distribuição e na modernização do setor elétrico brasileiro, especialmente o setor elétrico do Estado de Rondônia. Tudo isso deve resultar na redução dos custos de produção e de comercialização da energia, o que deve ser revertido em benefício direto aos consumidores e a toda a população do nosso Estado.

Entendo que também deve fazer parte dessa política tarifária a divisão dos tributos resultantes da comercialização da energia elétrica, conforme proposta de emenda à Constituição que apresentei aqui no Senado em 2011.

Atualmente, Rondônia não recebe os benefícios tributários da entrada em operação das duas usinas hidrelétricas do complexo Madeira. Hoje, o princípio da tributação da comercialização da energia elétrica é o

fato gerador, com incidência no consumo, ou seja, nas operações interestaduais de energia, o ICMS é repassado apenas para o Estado consumidor. O Estado que produz não recebe um centavo do ICMS que é cobrado pela utilização e pela geração de energia elétrica.

A PEC 124, de 2011, que está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do Senador Vital do Rêgo, deve reparar essa injustiça e fazer prevalecer o bom senso, que é a divisão do repasse do ICMS de energia entre o Estado produtor e os Estados consumidores, pois o Estado que tem o impacto ambiental, que produz a energia elétrica não recebe um centavo da geração de ICMS dessa produção e do consumo dessa energia. Essa PEC vem colocar as coisas nos seus devidos lugares. Creio que, no momento em que aprovarmos essa PEC do ICMS da energia, a redução na tarifa para os consumidores de Rondônia poderá ser ainda maior.

Por isso, mais uma vez, faço um apelo ao Presidente da CCJ e também aos membros, aos demais Senadores dessa Comissão, para que possamos colocar essa matéria em discussão e votação o mais rápido possível, pois, segundo informação do nosso colega o Senador Vital do Rêgo, o seu parecer é favorável ao nosso projeto, a essa mudança na Constituição, para que possamos fazer uma divisão desse bolo do ICMS: parte do ICMS vai para o Estado produtor, e parte do ICMS fica para os Estados consumidores.

Entendo que é muito mais justo para quem está produzindo energia elétrica. E quem produz energia elétrica não é só o Estado de Rondônia: vários Estados brasileiros produzem energia elétrica e precisam da mudança na Constituição para que possam obter, daqui para frente, após a aprovação e a promulgação, parte dessa geração de receita que vem pelo ICMS.

Outro assunto que abordo nesta tarde, Sr. Presidente, é com relação à realização, neste próximo sábado, dia 29, do Dia do Bem. Trata-se de uma campanha de cidadania e solidariedade promovida pelo Sistema Gurgacz de Comunicação, com a participação e o apoio de diversas instituições, empresas, faculdades, associações, cooperativas e pessoas de todo o nosso Estado.

Essa será a 9ª edição do Dia do Bem, que já se consolidou no calendário de eventos sociais e filantrópicos de Rondônia como uma ação comunitária onde todos participam e se envolvem com o objetivo de ajudar o próximo.

O objetivo do Dia do Bem, como o próprio nome indica, é evidenciar um dia especialmente para fazer o bem. As pessoas fazem doações de alimentos, roupas e brinquedos, que são destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Além das doações de alimentos não perecíveis, roupas e brinquedos, são oferecidos a todos os participantes desse dia tão importante para Rondônia diversos serviços assistenciais, de saúde, estéticos e de promoção da cidadania, como a emissão da segunda via da certidão de nascimento, emissão do CPF e de carteiras de identidade, prestação de informações sobre programas sociais.

Neste ano, as ações do Dia do Bem vão se concentrar na capital, Porto Velho, em dois locais distintos: no estacionamento do SGC e na praça Valdir Miranda Vitorino, na Avenida Mamoré, Zona Leste da nossa capital, Porto Velho. E também nos Municípios de Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena.

É um evento que reúne pessoas e instituições que gostam de fazer o bem. O Sesi, o Senac, o Senai e todas as instituições do sistema S são grandes parceiros do Dia do Bem, desde a sua primeira edição. O Exército Brasileiro também sempre esteve junto, desde a primeira edição do Dia do Bem.

Neste ano, técnicos do Sesi Clínica estarão à disposição, durante todo o dia, para realizar serviços de saúde como aferição de pressão arterial e checagem de peso e altura das pessoas. Equipes de odontologia estarão disponíveis para realizar serviços de profilaxia e palestras sobre saúde bucal.

Além disso, os profissionais envolvidos promoverão atividades recreativas, educativas e esportivas para crianças.

Enfim, será um dia da família, um dia de solidariedade e amor ao próximo. E convido todas as pessoas de Rondônia a participarem.

Fica aqui já o meu agradecimento a todas as que declararam que vão participar junto com as equipes das prefeituras municipais dos Municípios de Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Vilhena, como também agradeço às pessoas das Secretarias de Estado do Governo do Estado, às cooperativas e a todas as equipes do Sistema S.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito obrigado. Eu que agradeço. Muito obrigado pelo Dia do Bem, porque eu uso um termo de que gosto muito e que vai na mesma linha: o sucesso de nós todos, de todo homem, de toda mulher, é fazer o bem sem olhar a quem. É exatamente o que você está propondo nesse grande evento. Meus cumprimentos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Obrigado.

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Bom dia, Sr^{as} e Srs., Senadoras e Senadores, Telespectadores e Ouvintes da TV e Rádio Senado, o ano de 2014 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Entende-se por agricultura familiar o cultivo da terra realizado por pequenos proprietário rurais, tendo como mão de obra essencialmente o núcleo familiar, em contraste com a agricultura patronal – que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades médias ou grandes.

No Brasil, a agricultura familiar gera mais de 80% da ocupação no setor rural e responde por sete de cada 10 empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola. Atualmente, a maior parte dos alimentos a mesa dos brasileiros vem das pequenas propriedades.

Esse tipo de agricultura não só produz e alimenta o país, mas também cria e inova! São mais de quatro milhões de unidades familiares, distribuídas entre os estados e o Distrito Federal, que contribuem com a economia nacional em 33% do Produto Interno Bruto Agropecuário e com 74% da mão de obra empregada no campo.

No decorrer das últimas 10 safras a renda do setor cresceu 52%, fortalecendo a sua produção e o seu desenvolvimento, movimentando cerca de R\$ 100 bilhões e destacando a agricultura familiar como um dos pilares do desenvolvimento brasileiro.

Ela é de extrema importância por estar vinculada à segurança alimentar do mundo, por preservar os alimentos tradicionais, além de contribuir para uma alimentação balanceada, para a proteção da agro biodiversidade e para o uso sustentável dos recursos naturais. Além de representar uma oportunidade para impulsionar as economias locais, especialmente quando combinada com políticas específicas destinadas a promover o desenvolvimento social e o bem-estar das comunidades.

No entanto, Sr^{as} e Srs., para que a agricultura familiar tenha êxito, vários fatores são fundamentais.

Entre eles estão as condições agroecológicas e as características territoriais; ambiente político e acesso aos mercados; o acesso a terra e aos recursos naturais; acesso à tecnologia e serviços de extensão e disponibilidade de educação especializada.

Nobres colegas Senadoras e Senadores, o Governo Federal tem criado programas para o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, que é o caso do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – que tem por objetivo integrar esse pequeno produtor à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares.

Um trabalho que merece destaque no setor é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), um instrumento acionado após a etapa final do processo produtivo, no momento da comercialização, quando o esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado com recursos que remunerem o investimento e a mão de obra e lhe permita reinvestir e custear as despesas de sobrevivência de sua família.

Historicamente ausente das políticas públicas, a comercialização da produção agrícola familiar sempre gerou frustração e desestímulo para os pequenos agricultores, entregues invariavelmente, a intermediários que, quando adquiriam suas colheitas, o faziam por preço vil.

O PAA tenta mudar esse quadro quando promove a aquisição de alimentos de agricultores familiares, diretamente, ou por meio de suas associações e cooperativas, com dispensa de licitação, destinando-os à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar nutricional, atendidas por programas sociais locais.

Digo que ainda é pouco!

É preciso reposicionar a agricultura familiar no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais, nas agendas nacionais, identificando lacunas e oportunidades para promover mudança rumo a um desenvolvimento mais equitativo e equilibrado.

A qualidade de vida do homem do campo está diretamente ligada à agricultura familiar!

Senadoras e Senadores, é necessário e urgente a conscientização e entendimento dos desafios que os pequenos agricultores enfrentam. Não podemos ser omissos! Precisamos estar dentro do processo de ajudar a identificar maneiras eficientes de apoiar os agricultores familiares.

Muito obrigado!

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, médicos, enfermeiros e estudiosos do câncer realizaram hoje, em todo o País, consultas gratuitas, reuniões e palestras para marcar a passagem do Dia Nacional de Combate ao Câncer, instituído

por meio da Portaria do Ministério da Saúde GM nº 707, de dezembro de 1988, com a finalidade de mobilizar a população brasileira acerca das questões educacionais e sociais que envolvem o controle do câncer.

De acordo com Instituto Nacional de Câncer (Inca), denomina-se câncer "um conjunto de mais de 100 doenças que têm em comum o crescimento desordenado (maligno) de células que invadem os tecidos e órgãos, podendo espalhar-se (metástase) para outras regiões do corpo". Ultimamente, esta doença tem aparecido em pessoas de todas as idades e de classes sociais diversas, levando-as em muitos casos, à morte.

Mundialmente, nos últimos anos foi registrado um aumento da ordem de 20% na incidência da doença. O Brasil está entre os países onde há os principais tipos de câncer, dos quais destacam-se o câncer de pele do tipo não melanoma, com 182 mil novos casos; tumores de próstata, com 69 mil casos; de mama feminina, com 57 mil registros, e de pulmão, com 27 mil notificações. Estatísticas do Instituto Nacional de Câncer (Inca) revelam que entre 2014 e 2015, o país terá 576 mil novos casos de câncer. Destes, mais de 20 mil, serão na região Norte do País.

Neste Congresso Nacional as campanha Outubro Rosa e Novembro Azul vêm despertando a atenção da opinião pública sobre a necessidade de se combater o câncer de próstata, uma das formas de cânceres que mais frequentemente afeta os homens em todo o mundo, sendo a segunda principal causa de morte por câncer em homens, seguido pelo câncer de pulmão.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), ao menos um homem em cada 36 morrerá de câncer de próstata. No meu Estado de Roraima, foram diagnosticados em 2012, 48 casos, tendo ocorrido 18 mortes, conforme dados oficiais.

Preocupada com estes índices de câncer de próstata no país e em Roraima, apresentei ao Senado, Projeto de Lei do Senado (PLS 241/2013) sugerindo a instituição em caráter permanente, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), de uma Política de Atenção Integral à Saúde do Homem, a ser formulada, implementada e mantida pelas diversas instâncias gestoras do Sistema.

O PLS determina que a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem deverá abranger, entre outras ações definidas em regulamento, a prevenção, a detecção precoce, o diagnóstico e o tratamento de doenças e agravos à saúde que acometem exclusiva ou predominantemente a população masculina; deverá ser dada ampla divulgação das ações a que se refere o *caput* e de informações sobre promoção da saúde do homem.

Aprovado pelo Senado e remetido à Câmara dos Deputados no ano passado, a proposta, que tramita como o Projeto de Lei 6568/2013, está na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), onde deverá ser apreciado com urgência.

No meu Estado de Roraima, as estimativas do Instituto Nacional do Câncer (Inca) são de que a cada ano aparecem entre 500 e 600 novos casos de câncer. Felizmente, para nossa satisfação, é de lá de Roraima que vem um exemplo de luta contra o câncer que tem dado bons resultados. Refiro-me à Liga Roraimense de Combate ao Câncer (LRCC) que já é conhecida em toda a região Norte, pelo atendimento que presta às pessoas de Roraima, de outros Estados do Norte, e até mesmo de países vizinhos, que recorrem à assistência da Liga. Trata-se de uma organização não governamental que é reconhecida pelo trabalho social, humano e científico que desenvolve há 21 anos, contando apenas, com apoio financeiro da sociedade e de parceiros.

Preocupada com os indicadores de aumento nos casos de câncer, me empenhei em destinar, por meio de emenda individual, recursos na ordem de R\$ 600.000,00, para a construção do Núcleo de Saúde do projeto da LRCC, cuja nova sede garantirá atendimentos – fisioterápico, oncológico e psicológico – a mais de sete mil pessoas cadastradas no Programa de Combate ao Câncer da entidade.

Ademais, sabemos todos nós, setores da sociedade brasileira, o Parlamento e o governo federal, juntamente com governos estaduais e municipais, tem atuado mais nos últimos tempos, no combate aos cânceres de mama, colo de útero, pele e próstata. Mesmo assim, precisamos incentivar mais as pessoas a se cuidar e identificar, precocemente, a doença, que estão elevando as estatísticas com mortes, no mundo e em nosso país.

Era o registro que tinha a fazer.

Muito Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Assim, sob a proteção de Deus, encerramos os nossos trabalhos no dia de hoje. Amanhã voltaremos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 56 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
PSB - Lidice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Aureliano* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zezé Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Wilson Matos* (S)
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
PROS - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-SD - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozanildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Ângela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 8ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 26

PMDB-19 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia.....	PP / RS
Benedito de Lira.....	PP / AL
Casildo Maldaner.....	PMDB / SC
Ciro Nogueira.....	PP / PI
Eduardo Braga.....	PMDB / AM
Eunício Oliveira.....	PMDB / CE
Francisco Dornelles.....	PP / RJ
Ivo Cassol.....	PP / RO
Ivonete Dantas.....	PMDB / RN
Jader Barbalho.....	PMDB / PA
Jarbas Vasconcelos.....	PMDB / PE
João Alberto Souza.....	PMDB / MA
José Sarney.....	PMDB / AP
Kátia Abreu.....	PMDB / TO
Lobão Filho.....	PMDB / MA
Luiz Henrique.....	PMDB / SC
Paulo Davim.....	PV / RN
Pedro Simon.....	PMDB / RS
Renan Calheiros.....	PMDB / AL
Ricardo Ferraz.....	PMDB / ES
Roberto Requião.....	PMDB / PR
Romero Jucá.....	PMDB / RR
Sérgio Petecão.....	PSD / AC
Valdir Raupp.....	PMDB / RO
Vital do Rêgo.....	PMDB / PB
Waldemir Moka.....	PMDB / MS

Bloco de Apoio ao Governo - 23

PT-14 / PDT-5 / PCdoB-2 / PSOL-1

PRB-1

Acir Gurgacz.....	PDT / RO
Ana Rita.....	PT / ES
Angela Portela.....	PT / RR
Anibal Diniz.....	PT / AC
Cristovam Buarque.....	PDT / DF
Delcídio do Amaral.....	PT / MS
Eduardo Suplicy.....	PT / SP
Gleisi Hoffmann.....	PT / PR
Humberto Costa.....	PT / PE
Inácio Arruda.....	PCdoB / CE
João Durval.....	PDT / BA
Jorge Viana.....	PT / AC
José Pimentel.....	PT / CE
Lindbergh Farias.....	PT / RJ
Marcelo Crivella.....	PRB / RJ
Marta Suplicy.....	PT / SP
Paulo Paim.....	PT / RS
Pedro Taques.....	PDT / MT
Randolfe Rodrigues.....	PSOL / AP
Vanessa Grazziotin.....	PCdoB / AM
Walter Pinheiro.....	PT / BA
Wellington Dias.....	PT / PI
Zeze Ferreira.....	PDT / MG

Bloco Parlamentar da Minoria - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.....	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.....	PSDB / SP
Antonio Aureliano.....	PSDB / MG
Cássio Cunha Lima.....	PSDB / PB
Cícero Lucena.....	PSDB / PB
Cyro Miranda.....	PSDB / GO
Flexa Ribeiro.....	PSDB / PA
Jayme Campos.....	DEM / MT
José Agripino.....	DEM / RN
Lúcia Vânia.....	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.....	DEM / SE
Mário Couto.....	PSDB / PA
Paulo Bauer.....	PSDB / SC
Ruben Figueiró.....	PSDB / MS
Wilder Moraes.....	DEM / GO
Wilson Matos.....	PSDB / PR

Bloco Parlamentar União e Força - 11

PTB-6 / PR-3 / PSC-1 / SD-1

Alfredo Nascimento.....	PR / AM
Armando Monteiro.....	PTB / PE
Blairo Maggi.....	PR / MT
Eduardo Amorim.....	PSC / SE
Epitácio Cafeteira.....	PTB / MA
Fernando Collor.....	PTB / AL
Gim.....	PTB / DF
João Vicente Claudino.....	PTB / PI
Magno Malta.....	PR / ES
Mozarildo Cavalcanti.....	PTB / RR
Vicentinho Alves.....	SD / TO

PSB - 4

Antonio Carlos Valadares.....	
João Capiberibe.....	
Lídice da Mata.....	
Rodrigo Rollemberg.....	

PROS - 1

Ataídes Oliveira.....	
Bloco Parlamentar da Maioria.....	26
Bloco de Apoio ao Governo.....	23
Bloco Parlamentar da Minoria.....	16
Bloco Parlamentar União e Força.....	11
PSB.....	4
PROS.....	1
TOTAL.....	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RD)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Francisco Domelles* (Bloco-PP-RJ)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Marta Suplicy** (Bloco-PT-SP)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RD)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Aníbal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Ivone Dantas* (Bloco-PMDB-RN)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Aureliano* (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Valadares** (PSB-SE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSDB-AP)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ataídes Oliveira** (PRDS-TO)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe** (PSB-AP)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Rodrigo Rollemberg** (PSB-DF)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-P)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RD)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Cyrol Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)	Vicentinho Alves** (Bloco-SD-TO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lidice da Mata** (PSB-BA)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSD-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-SA)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)	Wilson Matos* (Bloco-PSDB-PR)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Marcelo Crivella** (Bloco-PRB-RJ)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3º - João Durval - (PDT-BA)

4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB (63,70)</p> <p>-----</p> <p>Líder do PMDB - 19 Eunício Oliveira (63,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (108) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (94)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,886)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (116,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,102) Inácio Arruda (89,96,117,127) Marcelo Crivella (36,120,128)</p> <p>-----</p> <p>Líder do PT - 14 Humberto Costa (116,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,96) Aníbal Diniz (25,99) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (109)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,102)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zezé Perrella (88)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,81,115)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,96,117,127)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,128)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Wilder Moraes - DEM (42,112,118,120)</p> <p>Vice-Líderes Mário Couto (34,61,122) Jayme Campos (28,106,110,128)</p> <p>-----</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,58,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (80) Paulo Bauer (5,35,74,79) Ruben Figueiró (122)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/SD) - 11</p> <p>Líder Gim - PTB (56,53,59)</p> <p>Vice-Líder Alfredo Nascimento (42,66)</p> <p>-----</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,53,59)</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (128) Mazarello Cavalcanti (57,126)</p> <p>Líder do PR - 3 Alfredo Nascimento (41,86)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72,130)</p> <p>Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - PMDB (10)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,53,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>PSB - 4</p> <p>Líder Rodrigo Rollemberg - PSB (6,101)</p> <p>Vice-Líder Lidice da Mata (29,38,82,129)</p>
		<p>PROS - 1</p> <p>Líder Ataides Oliveira - PROS (90,118,114)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República [PR] desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

10. Senador José Agripino exercerá a Liderança da Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se da Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança da Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lúcia Vânia é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura [Of. nº 34/2012-GSMC].
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lúcia Vânia é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança da DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder da DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder da DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUIF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUIF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.

54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2012, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o Of. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme Of. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o Of. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Rauloff Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Álvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme Of. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme Of. Nº 011/2013-BLUFOR/SE, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme Ofício Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme Ofício Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme Ofício Nº 002/2013-GLDPT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme Ofício Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Paulo Palm é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Atalides Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.

102. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB.
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO nº 13/2014 - GSAOU lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senador Inácio Arruda é designado Vice-líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
118. Senador Wilder Moraes é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme expediente lido na sessão de 12 de março de 2014.
119. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
120. Senador Marcelo Crivella é designado Líder do PRB, conforme OF. 004/2014 - GSMC, lido na sessão do dia 19 de março de 2014.
121. Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. 31/2014-GLDBAG, lido na sessão de 26 de março de 2014.
122. Senador Mário Couto é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
123. Senador Jayme Campos é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
124. Senador Alvaro Dias é designado 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
125. Em 08.04.2014, lido o Of. nº 018/2014-GLPTB, que comunica a indicação do Senador João Vicente Claudino para a 1ª Vice-Líder do PTB.
126. Em 08.04.2014, lido o Of. nº 018/2014-GLPTB, que comunica a indicação do Senador Mozarildo Cavalcanti para a 2ª Vice-Líder do PTB.
127. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 047/2014, lido na sessão de 13 de maio de 2014.
128. Senador Marcelo Crivella é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 047/2014, lido na sessão de 13 de maio de 2014.
129. Em 22/05/2014, é lido o Of. 2/2014-GLGON, que comunica o desligamento da Senadora Lidice da Mata do cargo de Vice-Líder da Liderança do Governo.
130. Senador Wilder Moraes licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
131. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
132. Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
133. Senador Ruben Figueiró é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 68/2014, lido na sessão do dia 20 de novembro de 2014.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Finalidade: Estudar o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma do Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

Designação: 30/04/2014

Instalação: 03/06/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senador Vital do Rêgo (PMDB)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Eduardo Braga (PMDB)	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Senador Humberto Costa (PT)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷⁾
VAGO ^(1,4,8)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD)	
Senador Blairo Maggi (PR) ^(2,3,5)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

*. Em 28.05.2014, foi criada, nos termos do Ato do Presidente nº 8, de 2014, Comissão de Juristas para acompanhar os trabalhos da Comissão Temporária para estudo do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, com os seguintes membros: Ministro Luiz Fux, presidente; Professora Teresa Arruda Alvim Wambier; Professor Paulo Cesar Pinheiro Carneiro; Professor José Roberto dos Santos Bedaque; e, Professor Bruno Dantas.

**. Em 03.06.2014, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores José Pimentel e Antônio Carlos Valadares para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Vital do Rêgo (Mem. 01/2014-CTCPC).

1. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

2. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.

3. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.

4. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

5. Em 04.08.2014, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 542/2014-BUFOR).

6. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GIDEM).

7. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

8. Em 14.11.2014, vago em virtude do retorno do Senador Wilder Moraes, conforme lido na sessão plenária de 17 de novembro de 2014.

2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁷⁾	
Senador José Pimentel (PT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(5,9)
Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁾	2. Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁵⁾
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁾	3. Senadora Ana Rita (PT) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,8)
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽¹⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽¹⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁾
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽¹⁾	4. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁶⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD)	
Senador Gim (PTB) ⁽²⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão [Of. 322/2013-GLPMDB].
2. Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão [Of. nº 6/2014-BLUFOR].
3. Em 14.02.2014, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão [Of. nº 12/2014-GLPSDB].
4. Em 11.03.2014, os Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão [Of. nº 23/2014-GLDBAG].
5. Em 11.03.2014, o Senador João Capiberibe e a Senadora Angela Portela são designados membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão [Of. nº 23/2014-GLDBAG].
6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
7. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
8. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
9. Em 13.08.2014, o Senador João Capiberibe deixa a Comissão; e as Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Rita passam a integrar, como suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, a Comissão. [Of. 070/2014-GLDBAG]

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(6,3)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁵⁾

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁵⁾

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão [OF. nº 038/2011 - GLDBAG].

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão [OF. nº 097/2011 - GLPMDB].

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

5. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

6. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antioissio@senado.gov.br

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Designação: 04/04/2012

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁵⁾	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

**. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

***. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. nº 004/2012-GLBDF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

7. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

5) CT - ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM PORTO VELHO, NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ MIRIM

Finalidade: Acompanhar a situação de emergência nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guarájá Mirim, nos Estados de Rondônia e Acre, em decorrência das enchentes causadas pelas fortes chuvas (Requerimento nº 141, de 2014, do Senador Valdir Raupp)

Número de membros: 6

MEMBROS

Senador Aníbal Diniz (PT)

Senador Jorge Viana (PT)

Senador Sérgio Petecão (PSD)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Ivo Cassol (PP) (L2)

Senador Valdir Raupp (PMDB)

Notas:

*. Em 27.02.2014 foi aprovado o Requerimento nº 141, de 2014, que cria a presente Comissão e indica os senadores Aníbal Diniz, Jorge Viana, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Ivo Cassol e Valdir Raupp para compor o colegiado.

1. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

2. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

6) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Atos do Presidente nºs 36 e 55, de 2013)

Número de membros: 10

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC) (2)

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)

Notas:

*. Em 23.04.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 3, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de maio de 2014.

** Em 28.05.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 7, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 27 de junho de 2014.

*** Em 02.07.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 10, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 9 de setembro de 2014.

**** Em 18.08.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 15, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2014.

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

2. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

7) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.

(Ato do Presidente nºs 37 e 39, de 2013)

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB) ^(3,4,5,6)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Humberto Costa (PT)

VAGO ⁽²⁾

Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Senador João Capiberibe (PSB)

Senador Delcídio do Amaral (PT)

Notas:

*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente nº 37, de 2013.

** Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente nº 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.

*** Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 47, de 2013, em aditamento aos Ato do Presidente nºs 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.

**** Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 51, de 2013, em aditamento aos Ato do Presidente nºs 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.

***** Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.

***** Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.

***** Em 8.5.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 4, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.7.2014.

***** Em 2.7.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 11, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 21.9.2014.

***** Em 28.8.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 16, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento até o dia 22/12/2014.

1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.

2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann [Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014].

3. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.

4. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro [Of. nº 529/2014 - BLUFOR].

5. Em 14.11.2014, vago em virtude do retorno do Senador Armando Monteiro, conforme lido na sessão plenária do dia 17, de novembro, de 2014.

6. Em 17.11.2014, o Senador Armando Monteiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra [Of. nº 582/2014 - BLUFOR].

Secretário(a): ROGÉRIO FALEIRO MACHADO

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Elton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

9) COMISSÃO DE JURISTAS PARA ACOMPANHAR A COMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA AO CPC

Finalidade: Acompanhar os trabalhos da Comissão Temporária para estudo do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.

(Ato do Presidente nº 8, de 2014)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Ministro Luiz Fux

MEMBROS

Ministro Luiz Fux

Professora Tereza Arruda Alvim Wambier

Professor Paulo Cesar Pinheiro Carneiro

Professor José Roberto dos Santos Bedaque

Professor Bruno Dantas Nascimento

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4,9)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Senador Mário Couto (PSDB-PA) (3)

Notas:

*. Número de suplentes oferecido para 7 membros, em observância ao art. 145, parágrafo 4º, do RBF.

** Em 05/04/2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

1. Em 11.01.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 17/2013-GLDEIV).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMCO).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDI).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 104/2013-GLPMCO).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

9. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 61 33033511

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

2)CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD)	
	1.

Notas:

*. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

1. Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG).

2. Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDB).

3. Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 180/2013-GLPSDB).

3)CPI DOS TRANSPORTES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.467, de 2013, do Senador Roberto Requião e outros Senadores, composta por treze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de seis meses, investigar (i) as razões das elevadas tarifas e os custos dos transportes rodoviários coletivos urbanos; (ii) a legalidade dos processos de licitação das concessões; (iii) a condução dos contratos de concessão; e (iv) legalidade e eficácia dos atos de definição tarifária e dos subsídios públicos (tributários e tarifários) às empresas detentoras das respectivas concessões.

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

Leitura: 18/03/2014

Notas:

*. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

4)CPI DA PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 302, de 2014, do Senador Alvaro Dias e outros Senadores, composta por treze titulares e oito suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP)

RELATOR: Senador José Pimentel (PT-CE)

Leitura: 01/04/2014

Designação: 13/05/2014

Instalação: 14/05/2014

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁴⁾	1.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁴⁾	2.
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	3.
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Aníbal Diniz (PT-AC) ^(1,2)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(1,2)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT)
	2. Senador Vicentinho Alves (SD-TO)
VAGO ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD)	
VAGO ^(1,7)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(1,6)
Senador Gim (PTB-DF) ⁽³⁾	

Notas:

*. Em 10/11/2014, foi lido o Requerimento nº 870, de 2014, de prorrogação do prazo da CPI até o final da sessão legislativa.

1. Em 14.05.2014, os Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz, Humberto Costa e Acir Gurgacz são designados como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana e Vanessa Grazziotin são designados como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 45/2014-GLDBAG).

2. Em 14.05.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ser membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 46/2014-GLDBAG).

3. Em 14.05.2014, os Senadores Antônio Carlos Rodrigues e Gim são designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim como membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 510/2014-BLUFOR).

4. Em 14.05.2014, os Senadores João Alberto Souza, Valdir Raupp, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira são designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 96/2014-GLPMDB).

5. Em 14.05.2014, o Senador Wilder Moraes solicita a sua retirada deste Colegiado (Of.29/2014-GSWMOR).

6. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, Incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

7. Em 13.11.2014, vago em virtude de o Senador Antônio Carlos Rodrigues não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marta Suplicy.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ^(89,98,86)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(68,94,13)	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
Senador José Pimentel (PT) ^(9,10)	3. Senador Aníbal Diniz (PT) ^(41,42)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁹⁰⁾	4. Senador Humberto Costa (PT) ^(57,90)
Senador Lindbergh Farias (PT)	5. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT) ^(34,35,46,47,70)	6. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(8,70)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(62,65)	7. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Senador Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
VAGO ^(60,87)	2. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(17,22,60)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ^(36,37,49,50,60,73)	3. Senador Lobão Filho (PMDB) ^(60,83)
Senador Roberto Requião (PMDB) ^(60,64)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Senador Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. VAGO ^(3,7,16,26,27,60,99)
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Senador Ivo Cassol (PP) ^(60,97,98,107,113,117)	8. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Senador Francisco Dornelles (PP) ^(11,12,18,20,60)	9. Senador Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Senadora Kátia Abreu (PMDB) ^(28,25,43,44,55,59,60,82)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁹³⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. VAGO ^(2,56,95,96,120)
Senador Alvaro Dias (PSDB) ^(56,109)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Senador José Agripino (DEM)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ^(30,31,32)
Senador Jayme Campos (DEM) ^(30,79,81,85,88)	5. VAGO ^(6,15,40,101,108,115)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD) ^(45,94,29)	
Senador Armando Monteiro (PTB) ^(67,100,105,114,116)	1. Senador Gim (PTB) ^(67,74)
Senador João Vicente Claudino (PTB) ^(67,74,78)	2. Senador Vicentinho Alves (SD) ^(48,67,75,78,119)
Senador Blairo Maggi (PR) ^(26,27,28,53,67,91,92,102,103,106)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Alfredo Nascimento (PR) ^(6,54,67,112,121)	^(38,39,51,52,67,71,72,76,104,110,111,118,122)
	4. VAGO ^(21,67,77,80,84)

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requillo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldeir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Adir Gurgacz, Lidice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Veloso e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra do Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovada na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).

17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marlinor Brito ter deixado o mandato.

24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSDB, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSDB).

26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUIF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portella (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012-BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jacier Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requillo, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zezé Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lidice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).

64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Arnanio Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Raulo Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPSDB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 88/2013-BLUFOR).
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013-BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).
84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
88. Em 04.02.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2014 - CAE).
90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. nº 13/2014 - GLDBAG).
91. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
92. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 16/2014-BLUFOR).
93. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
94. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
95. Vaga cedida temporariamente ao SD (Of. nº 34/2014-GLPSDB).
96. Em 29.04.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Aécio Neves (Ofício nº 241/2014-GSVALV).
97. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
98. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
99. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
100. Em 15.07.2014, o Senador Arnanio Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
101. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17.07.2014.
102. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
103. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
104. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22.07.2014.
105. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cidreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Arnanio Monteiro (Of. nº 521/2014 - BLUFOR).
106. Em 04.08.2014, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 533/2014-BLUFOR).

107. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 155/2014-GLPMDB).
108. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).
109. Em 05.08.2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
110. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 546/2014 - BLUFOR).
111. Em 18.9.2014, o Senador Kaká Andrade é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 73/2014-GLDBAG).
112. Em 13.11.2014, vago em virtude de o Senador Antônio Carlos Rodrigues não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marta Suplicy.
113. Em 13.11.2014, vago em virtude de o Senador Odacir Soares não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Ivo Cassol.
114. Em 14.11.2014, vago em virtude do retorno do Senador Armando Monteiro, conforme lido na sessão plenária do dia 17, de novembro, de 2014.
115. Em 14.11.2014, vago em virtude do retorno do Senador Wilder Moraes, conforme lido na sessão plenária de 17 de novembro de 2014.
116. Em 17.11.2014, o Senador Armando Monteiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra (Of. nº 574/2014 - BLUFOR).
117. Em 18.11.2014, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Odacir Soares (Of. nº 208/2014 - GLPMDB).
118. Em 22.11.2014, vago em virtude de o Senador Kaká Andrade não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
119. Em 24.11.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, na vaga anteriormente ocupada pelo Senador Alfredo Nascimento (Of.590/2014-BLUFOR).
120. Em 24.11.2014, vago em virtude de nova designação do Senador Vicentinho Alves como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.587/2014-BLUFOR).
121. Em 24.11.2014, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.589/2014-BLUFOR).
122. Em 24.11.2014, O Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.594/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁶⁾	
Senador Walter Pinheiro (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Inácio Arruda (PCdoB)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senadora Ana Amélia (PP)	1. Senador Benedito de Lira (PP)
Senador Casildo Maldaner (PMDB)	2. Senadora Kátia Abreu (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁵⁾	
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁹⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM) ^(1,7)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD)	
Senador João Vicente Claudino (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁸⁾

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. 90/2013-CAE).

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

4. Em 25.03.2014, vago em virtude de o Senador Jader Barbalho não pertencer mais à Comissão de Assuntos Econômicos (Of. nº 32/2014 - CAE).

5. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

6. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

7. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

8. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

9. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^{(1),1}	
Senador Delfício do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁹⁾
Senador Luiz Henrique (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁰⁾	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD)	
Senador Armando Monteiro (PTB) ⁽¹²⁾	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUIF/SE, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
 4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (OF. nº 089/2012 - GLDBAG).
 5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação cortada no OF. nº 014/2013 - CAE.
 7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (OF. 87/2013-CAE).
 8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
 9. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (OF. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
 10. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
 11. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
 12. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
 13. Em 13.11.2014, vago em virtude de o Senador Antônio Carlos Rodrigues não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marta Suplicy.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição das Senadoras Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- ** Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delfício do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ⁽³⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP)
	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Wilder Moraes (DEM) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD)	
Senador Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(2,3,5,9)

Notas:

- Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
- Em 25.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente na Subcomissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. nº 35/2014 - CAE).
- Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
- Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
- Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
- Vago em virtude da fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
- Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
- Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Suplicy (PT)	1. Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Senador Ivo Cassol (PP) ^(6,7)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁴⁾	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD)	
Senador Alfredo Nascimento (PR)	1. Senador João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).
4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
6. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
7. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
8. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(42,60,8)	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Senadora Ângela Portela (PT)	2. VAGO ⁽²⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁰⁾
Senadora Ana Rita (PT) ⁽³⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy (PT) ^(73,57)
Senador João Durval (PDT)	5. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Senador Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. VAGO ^(6,17,23,30,35,55)
Senador Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,35,37)	2. VAGO ^(21,30,35,49)
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ^(3,4,23,35)	3. Senador Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Senador Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Senadora Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Senador Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁵⁹⁾	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Senador Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Senador Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
VAGO ^(68,7,9,34,40,43,44,63,64)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Senador Jayme Campos (DEM) ^(50,52,54,56)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD) ^(27,60,22)	
Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,38,41,45,46)	1. Senador Armando Monteiro (PTB) ^(67,60,41,41)
Senador Eduardo Amorim (PSC) ^(66,70,72,1,5,41,62,65)	2. Senador João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
Senador Gim (PTB) ^(28,29,32,39,41,47,48,51,53,58)	3. Senador Vicentinho Alves (SD) ^(71,19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eucláudio Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL 7 determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao

resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****, Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 044/2011 - GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (Of. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (Of. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (Of. nº 87/2011 - GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 - GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 - GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUIF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. Nº 024/2012/GLBUIF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional [Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012].

29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).

30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).

31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

33. Senador Antônio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.

34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).

35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado [Of. nº 002/2013 - CAS].
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão [Of. GLPMDB nº 102/2013].
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti [Of. BLUFOR nº 028/2013].
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão [Of. BLUFOR nº 59/2013].
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão [Of. nº 97/2013-GLPSDB].
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodrê Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão [Of. BLUFOR 43/2013].
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013.
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão [Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB].
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM [Of. Nº 103/2013-GLPSDB].
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão [Of. nº 80/2013-BLUFOR].
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão [Of. nº 85/2013-BLUFOR].
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão [Of. nº 192/2013-GLPMDB].
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves [Of. 173/2013-BLUFOR].
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos [Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas].
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann [Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014].
56. Em 04.02.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão [Of. 1/2014-GLDEM].
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente [Of. 14/2014-GLDBAG].
58. Em 24.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão [Of. 11/2014-BLUFOR].
59. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
60. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
61. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
62. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
63. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro [Of. nº 522/2014 - BLUFOR].
64. Em 05.08.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador José Agripino [Of. nº 15/2014 - GLDEM].
65. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo [Of. 547/2014 - BLUFOR].
66. Em 18.9.2014, o Senador Kaká Andrade é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo [Of. nº 74/2014-GLDBAG].
67. Em 14.11.2014, vago em virtude do retorno do Senador Armando Monteiro, conforme lido na sessão plenária do dia 17, de novembro, de 2014.
68. Em 14.11.2014, vago em virtude do retorno do Senador Wilder Moraes, conforme lido na sessão plenária de 17 de novembro de 2014.
69. Em 17.11.2014, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra [Of. nº 575/2014 - BLUFOR].
70. Em 22.11.2014, vago em virtude de o Senador Kaká Andrade não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
71. Em 24.11.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão [Of.592/2014-BLUFOR].
72. Em 24.11.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão [Of.595/2014-BLUFOR].
73. Em 25.11.2014, a Senadora Marta Suplicy é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias [Ofício nº 0085/2014-GLDBAG].

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhão

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aníbal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (82,118,23)	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT) (9,87,89)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT) (54,55,110)	2. Senadora Lidice da Mata (PSB) (9,55,56)
Senador Pedro Taques (PDT)	3. Senadora Marta Suplicy (PT) (7,9,75,140)
Senador Aníbal Diniz (PT) (6,74)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Senador Walter Pinheiro (PT) (8,78)
Senador Inácio Arruda (PCdoB) (120,130)	6. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)
Senador Marcelo Crivella (PRB) (32,33,114,115)	7. Senador Humberto Costa (PT) (12)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) (86)	8. Senador Paulo Paim (PT) (91,93,108)
Senador Eduardo Suplicy (PT) (87)	9. Senadora Ana Rita (PT) (92,116)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (38)	
Senador Eduardo Braga (PMDB) (39,50,76)	1. Senador Ciro Nogueira (PP) (2,4,16,20,27,39,50,76,94,98)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (1,15,39,50,76)	2. Senador Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,76)
Senador Pedro Simon (PMDB) (39,50,76)	3. VAGO (13,16,39,50,52,53,63,64,76,119,121)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (39,50,76,109,111)	4. VAGO (14,16,39,50,76,122)
Senador Luiz Henrique (PMDB) (29,39,50,76)	5. Senador Valdir Raupp (PMDB) (39,76)
Senador Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,76,103,105)	6. Senador Benedito de Lira (PP) (39,76)
Senador Francisco Dornelles (PP) (39,76)	7. Senador Waldemir Moka (PMDB) (39,76,106,107)
Senador Sérgio Petecão (PSD) (40,41,43,70,73,76,120,121)	8. Senadora Kátia Abreu (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB) (94)	(29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,76,104)
	9. Senador Lobão Filho (PMDB) (88,95,96,97,102)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) (117)	
Senador Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) (71,72,90,100)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (71,131)	3. Senador Cicero Lucena (PSDB) (11,71,85)
Senador José Agripino (DEM) (17,42)	4. Senador Paulo Bauer (PSDB) (10,42,44)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (85)	5. Senador Cyro Miranda (PSDB) (85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD) (59,118,38)	
Senador Armando Monteiro (PTB) (81,123,128,135,136)	1. Senador Gim (PTB) (5,45,65,80,81)
Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,81,83,84)	2. Senador Eduardo Amorim (PSC) (10,45,79,81,127,132,133,137,139)
Senador Magno Malta (PR) (81)	3. Senador Blairo Maggi (PR) (19,21,34,35,66,67,81,112,113,125,126,129)
Senador Vicentinho Alves (SD) (81,134,138)	4. Senador Alfredo Nascimento (PR) (47,48,81,90,101)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgrito, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ [Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação].

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ [Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação].

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Alvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Angello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCI.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Raulo Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCI.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SE, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: [sessão do Senado Federal de 12/03/2013] "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL, determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDDB)

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDDB)

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDDB).

17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDDB nº 136/2011).

21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).

25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).

26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDDB).

27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique [Of. nº 261/2011-GLPMD].
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR [Of. Nº 308/2011-GLPMD].
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. [Of. 20/2011-GLPR].
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura [Of. nº 34/2012-GSMC].
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella [Of. nº 32/2012 - GLDBAG].
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB [Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data].
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade [Of. nº 004/2012-GLPR].
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp [Of.GLPMD nº 45/2012].
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUD/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISE, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente [Of. nº 18/2012-GLDEM].
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM [Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB].
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozartildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão [Of. nº 61/2012-GLPTB].
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade [Of. GLPMD nº 106/2012].
47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força [Ofício GSRR nº 00114/2012].
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL [Of. Nº 009/2012/GLBUD/SF].
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente [Of. GLPMD nº 168/2012].
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz [Of. nº 092/2012-GLDBAG].
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp [Of. GLPMD nº 181/2012].
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura [D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012].
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy [Of. nº 110/2012-GLDBAG], e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lúcia da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular [Of. nº 110/2012-GLDBAG].
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu [Of. nº 55/2012 - GLPSD].
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 [Of. GSAGUR-172/2012].
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz [Of. nº 142/2012 - GLDBAG].
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (Ofício nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (Of. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Atalides Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegou os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCJ).
78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cicero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Ranieloffe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Atalides Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GS/AAB.

105. Em 09.10.2013, o Senador Eurício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. GLPMDB nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 11/2014 - GLDBAG).
111. Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 29/2014).
112. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
113. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 17/2014-BLUFOR).
114. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
115. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 24/2014 - GLDBAG e Of. nº 44/2014 - BLUFOR).
116. Em 18.03.2014, a Senadora Ana Rita é designada suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 028/2014-GLDBAG).
117. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
118. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
119. Em 30.04.2014, o Senador Sérgio Petecão é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 94/2014-GLPMDB).
120. Em 30.04.2014, o Senador José Sarney é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 95/2014-GLPMDB).
121. Em 29.05.2014, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador José Sarney, na Comissão (Of. 116/2014-GLPMDB).
122. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
123. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
124. Em 16.07.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Inácio Arruda, na Comissão (Of. 63/2014-GLDBAG).
125. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno da titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
126. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
127. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
128. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 523/2014 - BLUFOR).
129. Em 04.08.2014, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 534/2014-BLUFOR).
130. Em 05.08.2014, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, na Comissão (Of. 068/2014-GLDBAG).
131. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
132. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 548/2014 - BLUFOR).
133. Em 18.9.2014, o Senador Kaká Andrade é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 75/2014-GLDBAG).
134. Em 13.11.2014, vago em virtude de o Senador Antônio Carlos Rodrigues não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marta Suplicy.
135. Em 14.11.2014, vago em virtude do retorno do Senador Armando Monteiro, conforme lido na sessão plenária do dia 17, de novembro, de 2014.
136. Em 17.11.2014, o Senador Armando Monteiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra (Of. nº 576/2014 - BLUFOR).
137. Em 22.11.2014, vago em virtude de o Senador Kaká Andrade não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senador Eduardo Amorim.
138. Em 24.11.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 587/2014-BLUFOR).
139. Em 24.11.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 596/2014-BLUFOR).
140. Em 25.11.2014, a Senadora Marta Suplicy é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 0084/2014-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

* Os Líderes do PSD e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 11/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomecj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
Senador Pedro Taques (PDT)	1.
Senador Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁴⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD) ⁽¹⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁾	1.
PSOL	
Senador Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUI/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

6. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(68,98,15)	
Senadora Angela Portela (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Senador Wellington Dias (PT)	2. Senador Anibal Diniz (PT)
Senadora Ana Rita (PT)	3. Senadora Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Senador Paulo Paim (PT)	4. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(13,23)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁹⁾	5. Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	6. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Senadora Lidice da Mata (PSB)	7. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Senador Inácio Arruda (PCdoB)	8. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(30,82)
Senador João Capiberibe (PSB) ^(80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Senador José Sarney (PMDB) ^(41,60,88)	1. Senador Eduardo Braga (PMDB) ^(2,19,41,44,60)
Senador Roberto Requião (PMDB) ^(26,27,28,38,41,60)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB) ^(41,44,54,60)
Senador Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ^(29,31,37,41,60)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,44,60,67,88)
Senador Eunício Oliveira (PMDB) ^(17,41,60,74,84)	5. Senador Pedro Simon (PMDB) ^(41,44,75)
Senadora Ana Amélia (PP) ^(41,44,60)	6. VAGO ^(20,41,44)
Senador Benedito de Lira (PP) ^(41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO ^(10,41)
Senador Ciro Nogueira (PP) ^(41,44,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PMDB) ^(41,44,60,81)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁸⁹⁾	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ^(4,59)	1. Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Senador Wilson Matos (PSDB) ^(14,22,59,94,95)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
Senador José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(8,42,43,59,61,62,76,78)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD) ^(48,90,39)	
Senador Armando Monteiro (PTB) ^(66,91,93,97,98)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ^(55,64,66,92)
Senador Gim (PTB) ^(66,71,72,73,77)	2. Senador João Vicente Claudino (PTB) ^(1,40,66,67)
VAGO ^(11,24,66,79,86)	3. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(34,35,57,66,79)
VAGO ^(24,58,66,83,85)	4. VAGO ^(49,50,56,65,66,83,96)

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

**** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Álvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lidice da Mata e Inácio Arruda como

membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SE, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão, (Of. nº 048/2011 - GLDBAG).

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB).

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)

23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, (Of. nº 146/2011-GLDBAG).

31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).

32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias [Of. nº 13/2012 - GLPSDB].
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Deldídio do Amaral [Ofício nº 041/2012-GLDBAG].
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão [Of. nº 008/2012-GLBUF].
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM [Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB].
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp [Of. GLPMDB nº 181/2012].
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional [Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012].
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012-BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSIALB nº 0001/2012).
52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão [Of. GLPMDB nº 356/2012].
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozerildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Atalides Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozerildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão [Of. BLUFOR 45/2013].
67. Em 19.03.2013, o Senador João Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão [Of. BLUFOR nº 67/2013].
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Ranielito Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).

70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gilm é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues, membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eurício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (Of. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
87. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador Luiz Henrique declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão (Of. GLPMDB nº 40/2014).
88. Em 3.4.2014, o Senador José Sarney é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. nº 72/2014-GLPMDB).
89. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
90. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
91. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
92. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
93. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 526/2014 - BLUFOR).
94. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
95. Em 07.08.2014, o Senador Wilson Matos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 62/14-GLPSDB).
96. Em 13.11.2014, vago em virtude de o Senador Antônio Carlos Rodrigues não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marta Suplicy.
97. Em 14.11.2014, vago em virtude do retorno do Senador Armando Monteiro, conforme lido na sessão plenária do dia 17, de novembro, de 2014.
98. Em 17.11.2014, o Senador Armando Monteiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra (Of. nº 579/2014 - BLUFOR).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4804/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

* Os Linhares do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

* Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário inferiu, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-8121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (58,81)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (58)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (64,87,13)	
Senador Aníbal Diniz (PT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) (63,67)
Senador Adir Gurgacz (PDT) (8,12,35,36,43,44)	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (3,76,77)
Senador Jorge Viana (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senadora Ana Rita (PT) (62)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Humberto Costa (PT) (77,80)	5. Senador Delcídio do Amaral (PT) (60,76,78)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (33)	
Senador Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. VAGO (37,38,47,48,55,79)
Senador Luiz Henrique (PMDB) (16,17,34,55)	2. Senador Eduardo Braga (PMDB) (35)
Senador Garibaldi Alves (PMDB) (55,57,85,94,98)	3. Senador João Alberto Souza (PMDB) (17,18,55)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Senador Vital do Rêgo (PMDB) (10,55,61,68)
Senador Ivo Cassol (PP) (55,88,89,96,99,102)	5. Senador Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Senadora Kátia Abreu (PMDB) (9,10,19,21,55,75)	6. VAGO (6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) (86)	
Senador Alvaro Dias (PSDB) (50,52,72,73,97)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Senador Cícero Lucena (PSDB) (5,7,50,53)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) (50,54)
Senador José Agripino (DEM) (15,23,24)	3. Senador Mário Couto (PSDB) (23,45,74,84)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD) (40,87,33)	
Senador Blairo Maggi (PR) (1,22,46,39,63,82)	1. Senador Gim (PTB) (2,56,59,65)
Senador Eduardo Amorim (PSC) (41,42,49,51,59,65,93)	2. VAGO (39,59,66,69,70,71,83,91,92)
Senador Fernando Collor (PTB) (65)	3. Senador Armando Monteiro (PTB) (66,66,90,95,100,108)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esfário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão [OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011 - GLPMDB].
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 143/11 - GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011 - GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSIALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clóvis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011 - GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 - GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUEF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (OF. nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012-BLUFOR/5F).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSIALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Atalides Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 068/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (Of. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).
63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2013 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Raulo Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Atalides Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).
81. O Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
83. Em 19.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 19/2014-BLUFOR).

84. Em 25.3.2014, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 21/2014 - GLPSDB).
85. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado na sessão de 26.03.2014.
86. Em 09.04.2014, o Partido Solidariade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
87. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
88. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
89. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
90. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQ5 nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
91. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
92. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
93. Em 22.07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
94. Em 23.07.2014, foi deferido o Requerimento nº 714, de 2014, de prorrogação da licença do Senador Garibaldi Alves, pelo prazo de 60 dias, a contar do dia 25.07.2014. Em consequência, a Senadora Ivonete Dantas continua no exercício do mandato.
95. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 527/2014 - BLUFOR).
96. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 156/2014-GLPMDB).
97. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
98. Em 22.09.2014, foi deferido o Requerimento nº 792, de 2014, de prorrogação da licença do Senador Garibaldi Alves, pelo prazo de 30 dias, a contar do dia 23.09.2014. Em consequência, a Senadora Ivonete Dantas continua no exercício do mandato.
99. Em 13.11.2014, vago em virtude de o Senador Odacir Soares não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Ivo Cassol.
100. Em 14.11.2014, vago em virtude do retorno do Senador Armando Monteiro, conforme lido na sessão plenária do dia 17, de novembro, de 2014.
101. Em 17.11.2014, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra (Of. nº 580/2014 - BLUFOR).
102. Em 18.11.2014, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Odacir Soares (Of. nº 209/2014 - GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(17,3)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Aníbal Diniz (PT) ^(2,4)	3. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Senador Eduardo Braga (PMDB)
VAGO ^(7,15)	2. VAGO ^(6,9,11)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁶⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD) ⁽¹⁰⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC) ^(5,14,18)	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do Of. nº 125/2011-GLPTB.
 6. Em 27.2.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
 8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUIF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (Of. nº 154/2012-GLPMDB).
 12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
 14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
 15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
 16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
 17. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
 18. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/2012-GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁸⁾

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁸⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(24,2)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(1,5)
Senador Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
VAGO ^(21,22,7)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Senador Ivo Cassol (PP) ^(20,25,26)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB) ^(8,10)
Senador Eduardo Braga (PMDB)	3. Senador Eunício Oliveira (PMDB) ^(20,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽²³⁾	
Senador Cícero Lucena (PSDB)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD) ⁽⁸⁾	
Senador Blairo Maggi (PR) ^(3,7,12)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ^(27,7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 066/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do Of. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (Of. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBDF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 134/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional [Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012].
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).
21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
23. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
24. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
25. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
26. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
27. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldeir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SE, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹²⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Senador Anibal Diniz (PT) ^(6,9)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Senador Delcídio do Amaral (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
VAGO ^(1,3,4,7,15)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ^(10,17,18)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Senador Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁶⁾	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD) ⁽⁸⁾	
Senador Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQs nºs 848 e 849 de 2011, aprovada na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Reditário Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da massunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do Of. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBU/SE, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMA/MONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
- Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
- Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
- Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
- Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes da PTB e da PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(1,3)

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Viana (PT) ⁽²⁾
VAGO ^(2,4)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁶⁾	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD)	
Senador Eduardo Amorim (PSC) ^(2,7)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ^(2,5)

Notas:

- Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).
- Em 01.10.2013, os Senadores Aníbal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).
- Em 19.02.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Relatora da Subcomissão, em virtude do desligamento do Senador Rodrigo Rollemberg (Memo. nº 2/2014/CMA/S).
- Em 19.02.2014, o Senador Rodrigo Rollemberg deixa de compor a Subcomissão (Of. nº 4/2014-GLPSB).
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
- Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
- Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(66,85,14)	
Senadora Ana Rita (PT)	1. Senadora Ângela Portela (PT)
Senador João Capiberibe (PSB) ^(47,50,59)	2. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Senador Paulo Palm (PT)	3. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Rauloff Rodrigues (PSOL) ⁽⁹⁸⁾	4. Senador Anibal Diniz (PT) ^(13,24,26)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. Senador João Durval (PDT)
Senadora Marta Suplicy (PT) ^(10,37,38,72,95)	6. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(21,59,77)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
Senador Roberto Requião (PMDB) ^(58,67,75)	1. VAGO ^(6,8,25,32,58,75,81)
VAGO ^(2,11,27,28,29,40,58,70)	2. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Senador Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(16,30,58,62,74,76)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ^(74,76,78)	6.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁸⁴⁾	
Senador Jayme Campos (DEM) ^(1,7,15,34,44,61,71,86)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ^(5,22,57,88)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ^(4,87)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB) ^(56,88,91)
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(17,35,43,52,88)	3. VAGO ^(96,89,90,92)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁸⁸⁾	4. Senador Mário Couto (PSDB) ⁽⁸⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD) ^(49,85,41)	
Senador Magno Malta (PR) ^(1,54,65)	1. Senador João Vicente Claudino (PTB) ^(45,53,65,79)
Senador Gim (PTB) ^(9,42,64,65,69)	2. VAGO ^(63,65,79,80)
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(65,73,82,83)	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Palm, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozerildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SE, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.

Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 09.05.2011, o Senador Atalides Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Vago em virtude de o Senador Atalides Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, Inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lidice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Malcáner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requão é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).

43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012-BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lúcia da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012-BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSIALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipenibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Cabipenibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Atalides Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Rauloff Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Atalides Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB).
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lúcia da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
82. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
83. Em 17.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 29/2014-BLUFOR).
84. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

85. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

86. Em 28.05.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 13/2014-GLDEM)

87. Em 29.05.2014, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 50/2014-GLPSDB)

88. Em 10.06.2014, foi lido o Ofício GLPSDB nº 51/2014, designando os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda, Alvaro Dias e Mário Couto, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

89. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, Incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

90. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).

91. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

92. Em 14.11.2014, vago em virtude do retorno do Senador Wilder Moraes, conforme lido na sessão plenária de 17 de novembro de 2014.

93. Em 25.11.2014, a Senadora Marta Suplicy é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Ofício nº 0086/2014-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(9,2)	
Senadora Angela Portela (PT)	1. Senador Paulo Paim (PT) ⁽²⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁾	
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁵⁾	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o Of. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUE/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
8. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
9. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	2. Senador João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Atalides Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

2. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Atalides Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Atalides Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 10, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽³⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Senador Paulo Paim (PT)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽²⁾	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

3. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senadora Lídice da Mata (PSB)	2. Senador Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁴⁾	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10.04.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 64/2013-CDH).

3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(42,64,7)	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(4,6)	3. Senadora Gleisi Hoffmann (PT) ^(40,3)
Senador Aníbal Diniz (PT) ^(44,5,8,9)	4. Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(17,18,61,62)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. Senador Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. Senador João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Senador Vital do Rêgo (PMDB) ^(40,57)
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Senador Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,40)	3. Senador Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Senador Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,14,21,28,33,38,40)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁶⁸⁾	
Senador Antonio Aureliano (PSDB) ^(38,39,65,69)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(38,2)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
Senador José Agripino (DEM)	3. Senador Jayme Campos (DEM) ^(10,30,45,55,56,58,59)
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Senador Cleber Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD) ^(29,64,22)	
Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Senador Gim (PTB) ^(34,46,47)
Senador Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Senador Eduardo Amorim (PSC) ^(47,66,70,71,74,75,8)
Senador Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. Senador Armando Monteiro (PTB) ^(19,20,32,47,54,65,67,72,73)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM,

PSB, PCdoB, PSD e PPL? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de Junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Adir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUI/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (Of. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSIALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.

39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lúcia da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gil e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013.
49. Em 21.03.2013, o Senador Raulofo Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPSDB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (Of. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
60. Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. GLDBAG nº 16/2014).
61. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
62. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 26/2014 - GLDBAG e Of. nº 46/2014 - BLUFOR).
63. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
64. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
65. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
66. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
67. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 528/2014 - BLUFOR).
68. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
69. Em 07.08.2014, o Senador Antonio Aureliano é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 63/14-GLPSDB).
70. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 554/2014 - BLUFOR).
71. Em 18.9.2014, o Senador Kaká Andrade é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 78/2014-GLDBAG).
72. Em 14.11.2014, vago em virtude do retorno do Senador Armando Monteiro, conforme lido na sessão plenária do dia 17, de novembro, de 2014.
73. Em 17.11.2014, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra (Of. nº 581/2014 - BLUFOR).
74. Em 22.11.2014, vago em virtude de o Senador Kaká Andrade não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
75. Em 24.11.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 599/2014-BLUFOR).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11 GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3406

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. VAGO (5,6,14)
Senador Francisco Dornelles (PP)	2. Senador Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(17,3)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB) (2,4,13,15)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁶⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES).
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG).
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso III do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUIF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vaga em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vaga em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Nº 265/2012-CRE/PRES).
13. Em 03.02.2014, vaga em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
14. Em 17.03.2014, vaga em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
15. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
17. Em 23.04.2014, o Partido Republicano deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Rauloffe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(14,2)	
Senador Blairo Maggi (PR) ^(6,7,8,9,10)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(3,4,11,12)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹³⁾	
VAGO	1. Senador José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura [Of. nº 34/2012-GSMC].
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella [Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012].
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUI/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional [Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF].
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cicinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi [Of. Nº 260/2012-CRE/PRES].
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cicinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão [Of. Nº 265/2012-CRE/PRES].
11. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella [D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014].
12. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão [Of. 51/2014-CRE].
13. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
14. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- *** Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (27,6)	
Senador Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB) (11,12,24,25)
Senador Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) (4,7)	4. VAGO (1,5,9,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Senador Lobão Filho (PMDB)
Senadora Ana Amélia (PP)	2. Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) (26)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD) (13)	
Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e Of. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. Nº 257/2012-CRE/PRES).
- Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. Nº 260/2012-CRE/PRES).
- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Nº 265/2012-CRE/PRES).

23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann [Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014].

24. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella [D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014].

25. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão [Of. 51/2014-CRE].

26. Em 09.04.2014, o Partido Solidariade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

27. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 11/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(53,8,84)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senador Jorge Viana (PT)	3. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(19,20,80,82)
Senador Adir Gurgacz (PDT) ^(30,31,43,44)	5. Senador Pedro Taques (PDT)
VAGO ^(18,77)	6. Senadora Lidice da Mata (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Senador Inácio Arruda (PCdoB)	7. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
VAGO ^(25,32,33,46,67,54,88)	1. Senador Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Senador Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. VAGO ^(2,3,10,25,54,75)
Senador Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Senador Roberto Requião (PMDB) ^(9,25,54)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,54,58)	5. Senador Waldemir Moka (PMDB) ^(11,21,22,25,54)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(25,54,64)	6. Senador Ivo Cassol (PP) ^(25,54,86,87,94,98,100)
Senador Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Senador Francisco Dornelles (PP) ^(15,16,17,23,25,54)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Senadora Kátia Abreu (PMDB) ^(5,6,12,14,26,27,29,50,53,54,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁸³⁾	
Senador Cicero Lucena (PSDB) ^(51,55,66)	1. VAGO ^(51,85,102)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Senador Alvaro Dias (PSDB) ^(51,96)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ^(1,4,51)	3. Senador Ruben Figueiró (PSDB) ^(4,7,51,61,72)
VAGO ^(28,36,80,95,101)	4. Senador Jayme Campos (DEM) ^(28,37,68,70,74,76)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD) ^(40,24,84)	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Senador Blairo Maggi (PR) ^(35,45,57,60,78,79,90,91,93)	2. Senador João Vicente Claudino (PTB) ^(60,66,81)
VAGO ^(34,60,62,63,69,73)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,56,60,92)
Senador Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Senador Vicentinho Alves (SD) ^(60,97,101)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armário Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alcides Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Adir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão [Of. nº 058/11-GLPSDB], em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges [Of. nº 141/2011-GLPMDB].

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão [Of. nº 124/11-GLPSDB], em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Redetário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol [Of. nº 223/2011-GLPMDB].

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria [PSDB] na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto [Of. nº 151/11-GLPSDB].

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges [Of. nº 272/2011 - GLPMDB].

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redetário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol [Of. nº 656/2011 - GSICAS].

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão [Of. GLPMDB nº 294/2011].

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR [Of. Nº 308/2011-GLPMDB].

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. [Of. 20/2011-GLPR].

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. [Of. nº 148/2011-GLDBAG].

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura [Of. nº 34/2012-GSMC].

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella [Of. nº 30/2012 - GLDBAG].

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB [Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data].

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão [Of. GLPMDB nº 36/2012].

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.

26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISE, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.

27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.

28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente [Of. nº 19/2012-GLDEM].

29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.

30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz [Of. nº 088/2012-GLDBAG].

32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp [Of. GLPMDB nº 181/2012].

34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. Nº 093/2012-BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (Of. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional [Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012].
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (Ofício nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Alcino Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requillo, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 80/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lidice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).
73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.

75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSDH e D.O.U. nº 23, Seção 3, de 3 de fevereiro de 2014).
76. Em 04.02.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GIDEM).
77. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador João Capiberibe deixar de integrar a Comissão (Of. nº 18/2014 - GLDBAG).
78. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 13.03.14.
79. Em 13.03.2014, o Senador Cláudio Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2014-BUUFOR).
80. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
81. Em 18.03.2014, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 40/2014-BUUFOR).
82. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vago anteriormente ocupado pelo Senador Eduardo Lopes e cedeia pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 25/2014 - GLDBAG e Of. nº 45/2014 - BUUFOR).
83. Em 09.04.2014, o Partido Solidário deixa de integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
84. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
85. Em 23.04.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão, em vago anteriormente ocupado pelo Senador Alcino Neves e cedeia pela Licença do PSDB (Ofs. 31/2014-GLPSDB e 235/2014-OSVND).
86. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
87. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
88. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Cláudio Andrade ter deixado o mandato.
89. Em 17.07/2014, o Senador Wilder Morais licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
90. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
91. Vago em virtude de o Senador Cláudio Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
92. Em 21.07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
93. Em 04.08.2014, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 535/2014-BUUFOR).
94. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 157/2014-GLPNDD).
95. Em 5.8.2014, o Senador Flávy é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. nº 14/2014-GIDEM).
96. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
97. Em 13.11.2014, vago em virtude de o Senador Antônio Carlos Rodrigues não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Marta Suplicy.
98. Em 13.11.2014, vago em virtude de o Senador Odacir Soares não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Ivo Cassol.
99. Em 14.11.2014, vago em virtude do retorno do Senador Wilder Morais, conforme lido na sessão plenária de 17 de novembro de 2014.
100. Em 18.11.2014, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Odacir Soares (Of. nº 210/2014 - GLPNDD).
101. Em 24.11.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.591/2014-BUUFOR).
102. Em 24.11.2014, vago em virtude da nova indicação do Senador Vicentinho Alves como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.591/2014-BUUFOR).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3786

E-mail: scoomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade (PMDB-MG) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁴⁾	
Senador Inácio Arruda (PCdoB)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
VAGO ⁽²⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ⁽⁵⁾	1.
Senador Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽³⁾	
Senador Cicero Lucena (PSDB)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Senador Alfredo Nascimento (PR)

Notas:

1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado [Of. nº 171/2013-CI].

2. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella [D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014].

3. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

4. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

5. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.

6. Em 13.11.2014, vago em virtude de o Senador Antônio Carlos Rodrigues não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marta Suplicy.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cicero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antônio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Alfredo Nascimento como suplente (pelo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Ivo Cassol (PP) ^(16,17)	1. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(1,2)	2. VAGO ^(5,6,10)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁴⁾	
Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(13,12)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD)	
	1. VAGO ^(3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CJ).
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).
14. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
15. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
16. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
17. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

** . Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB)
Senador Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP)
	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁴⁾	
Senador Cicero Lucena (PSDB) ⁽³⁾	1. Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD)	
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁷⁾	1. Senador Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).

2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).

3. Em 09.10.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 157/2013-CI).

4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

6. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.

7. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(49,10,64)	
Senador Wellington Dias (PT) ⁽¹¹⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Senador Zeze Perrella (PDT) ^(7,11)
Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽⁴⁵⁾	3. Senador Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
Senador João Durval (PDT)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(12,33,38,39)
Senadora Lídice da Mata (PSB)	5. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Senador Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Senador Eduardo Braga (PMDB) ^(10,42)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(20,21,22,28,31,42)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. Senador João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Senador Ciro Nogueira (PP) ^(15,34,42)	4. Senador Ivo Cassol (PP) ^(26,42,65,66,71,75,79)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,9,16,18)
Senadora Kátia Abreu (PMDB) ^(42,57)	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁶⁹⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(5,12,19,41)	1. Senador Cicero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Senador Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	3. VAGO ^(9,35,68,72,77)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD) ^(36,29,84)	
Senador Armando Monteiro (PTB) ^(40,68,50,67,70,76,78)	1. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(50,59)
Senador Vicentinho Alves (SD) ^(30,50,51,52,55,58,61,62,69,73,74,80,81)	2. VAGO ⁽⁵⁹⁾
VAGO ^(50,53,54,56,60)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cicero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Espápio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Palm, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Atalides Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zezé Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Atalides Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011 - GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSCOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUI/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. Nº 018/2012/GLBUI/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (Of. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 091/2012-GLDBAG).
34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).

44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
62. Em 17.02.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 009/2014-BLUFOR).
63. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
64. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
65. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
66. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
67. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
68. Em 17.07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
69. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
70. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cirtsa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 525/2014 - BLUFOR).
71. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 158/2014-GLPMDB).
72. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).
73. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 550/2014 - BLUFOR).
74. Em 18.9.2014, o Senador Kaká Andrade é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 77/2014-GLDBAG).
75. Em 13.11.2014, vago em virtude de o Senador Odacir Soares não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Ivo Cassol.
76. Em 14.11.2014, vago em virtude do retorno do Senador Armando Monteiro, conforme lido na sessão plenária do dia 17, de novembro, de 2014.
77. Em 14.11.2014, vago em virtude do retorno do Senador Wilder Moraes, conforme lido na sessão plenária de 17 de novembro de 2014.
78. Em 17.11.2014, o Senador Armando Monteiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cirtsa (Of. nº 578/2014 - BLUFOR).
79. Em 18.11.2014, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Odacir Soares (Of. nº 211/2014 - GLPMDB).
80. Em 22.11.2014, vago em virtude de o Senador Kaká Andrade não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
81. Em 24.11.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 588/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(10,1)	
Senador Wellington Dias (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB)	1. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁹⁾	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD)	
Senador Eduardo Amorim (PSC) ^(2,3,4,6,7,11)	1.

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
3. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
4. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUE/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
7. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).
8. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que os Senadores José Pimentel e Magno Malta não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
9. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
10. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
11. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(13,3)	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1. VAGO ^(6,7)
VAGO ⁽¹⁴⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾	
Senadora Ana Amélia (PP)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ^(8,11,14,15)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹²⁾	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD)	
	1. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Alcino Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUE/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
5. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (Of. Nº 018/2012-GLBUE/SF).
6. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
7. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Lobão Filho não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
10. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que o Senador Mozarildo Cavalcanti foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. Nº 18/2014-PRES/CDR).
11. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. Nº 18/2014-PRES/CDR).
12. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
13. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
14. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
15. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽²⁾	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD)	
	1.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

2. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽²⁾	
Senador Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁹⁾	
VAGO ^(3,6,8)	1. Senador Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD)	
	1.

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 066/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
 7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUE/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 8. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que os Senadores José Pimentel e Cássio Cunha Lima não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
 9. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(15,85,65)	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senadora Ângela Portela (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT) ^(57,80,7,10,22,23)	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Senador Zezé Perrella (PDT) ^(11,16)	3. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(38,47)	4. Senador João Durval (PDT)
Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(67,4)	5. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
VAGO ^(62,88)	1. Senador Romero Jucá (PMDB) ^(52,62,28,29,35)
VAGO ^(62,78)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ^(49,62,25,26,27,36)	3. Senador João Alberto Souza (PMDB) ^(51,53,62,39,40)
Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(62,76,12,13,15,21)	5. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP) ^(62,76,17,86,87,93,97,99)
Senadora Kátia Abreu (PMDB) ^(59,61,62,75,31)	7. Senador Garibaldi Alves (PMDB) ^(58,59,61,63,83,82,43,44,91,96)
Senador Waldemir Moka (PMDB) ^(66,68,69,24,33,34,66)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁸⁴⁾	
Senador Antonio Aureliano (PSDB) ^(60,71,73,2,95)	1. VAGO ^(60,94,98)
Senador Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ^(60,3,9,14)
Senador Jayme Campos (DEM) ^(72,74,77,79)	3. Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(70,5,18,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD) ^(45,85,37)	
Senador Gim (PTB) ^(49,50,1,8)	1. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(54,6)
	2. Senador Blairo Maggi (PR) ^(55,56,81,82,24,41,42,89,90,92)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB [Of. nº 047/2011-GLPTB].

2. Em 23.03.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão [Of. nº 063/11-GLPSDB], em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozerildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovada na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUIF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).

45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Guigacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSIALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (Of. Nº 167/2012-BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (Ofício nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Fleza Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Cyro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Guigacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).
69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPSDB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSCH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo (Of. nº 12/2014 - GLDBAG).
81. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 20/2014-BLUFOR).
83. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.
84. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
85. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
86. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
87. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
88. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.

83. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.

84. Vago em virtude de o Senador Celso de Freitas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.

91. Em 23.07.2014, foi deferido o Requerimento nº 714, de 2014, de prorrogação da licença do Senador Garibaldi Alves, pelo prazo de 60 dias, a contar do dia 25.07.2014. Em consequência, a Senadora Ivete Dantas continua no exercício do mandato.

92. Em 04.08.2014, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Unão e Força, na Comissão (Of. 536/2014-BUUFOR).

93. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 159/2014-GLPMD).

94. Em 05.08.2014, o Senador Reury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSD (Ofício nº 64/2014-GLPMD e 18/2014-GLDEM).

95. Em 07.08.2014, o Senador Antonio Azeiteiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 61/14-GLPMD).

96. Em 13.08.2014, foi deferido o Requerimento nº 702, de 2014, de prorrogação da licença do Senador Garibaldi Alves, pelo prazo de 30 dias, a contar do dia 23.08.2014. Em consequência, a Senadora Ivete Dantas continua no exercício do mandato.

97. Em 13.10.2014, vago em virtude de o Senador Odacir Soares não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Ivo Cassol.

98. Em 14.11.2014, vago em virtude do retorno do Senador Wilton Moraes, conforme lido no sessão plenária de 17 de novembro de 2014.

99. Em 18.11.2014, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Odacir Soares (Of. nº 212/2014-GLPMD).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

* Os Líderes do PSD e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPMD, em 30.02.2011, lido no sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomora@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(48,38,7)	
Senadora Ângela Portela (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
Senador João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(1,19,20,44,45)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Senador Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,11,31)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Senador Ivo Cassol (PP) ^(31,48,50,52,56,57)
Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Senador Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. VAGO ^(5,6,13,15,35,43)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽⁴⁷⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(30,37,46)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
Senador José Agripino (DEM)	3. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD) ^(24,48,21)	
Senador Gim (PTB) ^(25,39)	1. VAGO ^(39,55)
Senador Alfredo Nascimento (PR) ^(3,16,39)	2. VAGO ^(16,29,39,41,42)
Senador Eduardo Amorim (PSC) ^(39,51,53,54,58,59)	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cássio Cunha Lima como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUIF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petatcho, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zezé Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

33. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antônio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).

40. Em 26.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Hollenberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sabrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).

42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sabrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.

43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e DO.U. nº 23, Seção 3, de 3 de fevereiro de 2014).

44. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (DO.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

45. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 27/2014 - GLDBAG e Of. nº 47/2014 - BLUFOR).

46. Em 1.4.2014, o Senador Cláudio Cunha Lima é designado membro suplente pelo Bloco da Minoria na Comissão (Of. nº 22/2014-GLPSDB).

47. Em 09.04.2014, o Partido Social Cristão passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

48. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

49. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

50. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

51. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

52. Em 5.8.2014, o Senador Osvaldo Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 160/2014-GLPMDB).

53. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 549/2014 - BLUFOR).

54. Em 18.8.2014, o Senador Kaká Andrade é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 76/2014-GLDBAG).

55. Em 13.11.2014, vago em virtude de o Senador Antônio Carlos Rodrigues não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Marta Suplicy.

56. Em 13.11.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Soares não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Ivo Cassol.

57. Em 18.11.2014, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco de Maioria, em substituição ao Senador Osvaldo Soares (Of. nº 213/2014 - GLPMDB).

58. Em 22.11.2014, vago em virtude de o Senador Kaká Andrade não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

59. Em 24.11.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.1387/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scoomoc@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scoomoc@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	1.
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(12,1)	
Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽³⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	2. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senador Walter Pinheiro (PT) ^(3,8)	3. Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹¹⁾	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1.
Senador Fleury (DEM) ^(7,13,18)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, SD) ⁽¹²⁾	
Senador Blairo Maggi (PR) ^(4,9,10,14,15,17)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC) ^(4,16)	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.
2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).
3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).
5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).
6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).
7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Moraes é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013.
8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).
9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
10. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 21/2014-BLUFOR).
11. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
12. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
13. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
14. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
15. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
16. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
17. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 537/2014-BLUFOR).
18. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 6133031095

E-mail: csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO
Senador Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
Senador João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Senador Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Senador Wellington Dias (PI)	1. Senador Jorge Viana (AC)
Senadora Ana Rita (ES)	2. Senador Paulo Paim (RS)
Senador Aníbal Diniz (AC)	3. Senadora Ângela Portela (RR)
PSDB	
Senador Mário Couto (PA)	1. Senador Paulo Bauer (SC)
Senador Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Senador Gim (DF)	1. Senador João Vicente Claudino (PI)
PP	
Senador Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Senador Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Senadora Lidice da Mata (BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Senador Jayme Campos (MT) ⁽²⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
PSD	
Senador Sérgio Petecão (AC)	1. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)	

Atualização: 13/11/2014

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

4. Em 13.11.2014, vago em virtude de o Senador Antônio Carlos Rodrigues não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marta Suplicy.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
GLAUCI	COORDENADOR

Atualização: 13/11/2014

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar o cargo do PR em 21.02.2013
2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.03.2013.
3. Em 13.11.2014, cargo em virtude de o Senador Antônio Carlos Rodrigues não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marta Suplicy.
4. Em 13.11.2014, cargo em virtude de o Senador Antônio Carlos Rodrigues não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marta Suplicy.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SACOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: sacop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin [PCdoB-AM] ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 05/03/2013

Notas:

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia [PSDB-GO]	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Senador Pedro Simon (RS)
PT
Senadora Angela Portela (RR)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PDT
Senador João Durval (BA) ⁽²⁾
PSB
Senadora Lidice da Mata (BA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Senador Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO ⁽³⁾
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE) ⁽⁶⁾
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 25/07/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of/GILPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of/GLDPDT nº 005/2014, datado de 18.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.

3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella [D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014].
4. A Senadora Maria do Carmo Alves foi eleita Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 07.05.2014.
5. A Senadora Angela Portela foi reconduzida ao cargo de Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 07.05.2014.
6. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES (Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN)

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Senador Waldemir Moka (MS)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Cyro Miranda (GO)
PTB
Senador Armando Monteiro (PE) (6,7,9,11)
PP
Senador Ivo Cassol (RO) (4,5)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO) (2)
PSB
Senador Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PR
VAGO (10)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Senador Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Senador Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO (3)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE) (8,12,13)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/11/2014

Notas:

- Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
- Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 007/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
- Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella [D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014].
- Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

5. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
6. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
7. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, a partir de 18.07.2014, conforme RQS nº 686/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
8. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.
9. Em 28.07.2014, o Senador Douglas Cezar foi designado para ocupar a vaga do PTB, em substituição ao Senador Armando Monteiro, conforme Of. nº 0524/2014-BLUFOR, datado de 18.07.2014, lido na sessão do Senado Federal de 28.07.2014.
10. Em 13.11.2014, vago em virtude de o Senador Antônio Carlos Rodrigues não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marta Suplicy.
11. Em 17.11.2014, o Senador Armando Monteiro foi designado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of. 577/2014-BLUFOR, lido na Sessão do Senado Federal de 17.11.2014.
12. O Senador Eduardo Amorim comunicou seu retorno às atividades parlamentares a partir de 22.11.2014, conforme expediente datado de 18.11.2014, lido na sessão do Senado Federal de 24.11.2014.
13. O Senador Eduardo Amorim comunicou seu retorno às atividades parlamentares a partir de 22.11.2014, conforme expediente datado de 18.11.2014, lido na sessão do Senado Federal de 24.11.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA (Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

MEMBROS

PMDB

Senadora Ivonete Dantas (RN) ⁽¹¹⁾

PT

Senadora Ana Rita (ES) ⁽²⁾

PSDB

Senador Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾

PTB

Senador Gím (DF) ⁽⁴⁾

PP

Senadora Ana Amélia (RS) ⁽⁵⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF) ⁽⁶⁾

PSB

Senador João Capiberibe (AP) ⁽⁷⁾

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE) ⁽¹³⁾

PR

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC) ⁽⁸⁾

PCdoB

Senador Inácio Arruda (CE) ⁽⁹⁾

PV

PRB

VAGO ^(10,15)

PSC

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP) ⁽¹¹⁾

PROS

SD

Senador Vicentinho Alves (TO) ⁽¹²⁾

Atualização: 17/11/2014**Notas:**

1. A Senadora Ivonete Dantas foi designada para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 098/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
2. A Senadora Ana Rita foi designada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 007/2014-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
3. O Senador Cícero Lucena foi designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 32/14-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
4. O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of. nº 507/2014 ? BLUFOR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
5. A Senadora Ana Amélia foi designada para ocupar a vaga do PP, conforme o Memo. nº 023/2014- GLDPP , lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
6. O Senador Cristovam Buarque foi designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT-014/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
7. O Senador João Capiberibe foi designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0019/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
8. O Senador Sérgio Petecão foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 06/2014-GLPSD, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
9. O Senador Inácio Arruda foi designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of. GLPCdoB nº 003/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
10. O Senador Marcelo Crivella foi designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Memo nº 042/2014-GSMC, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
11. O Senador Raulofo Rodrigues foi designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. nº 0054-GSRR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
12. O Senador Vicentinho Alves foi designado para ocupar a vaga do SD, conforme Of. nº 236/2014- GSVAlv, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
13. A Senadora Maria do Carmo Alves foi designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of. nº 012/14-GLDEM, datado de 21.05.2014, lido na sessão do Senado Federal de 22.05.2014.
14. Os Senadores Cristovam Buarque e Ana Rita foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na reunião iniciada em 27.05.2014 e finalizada em 28.05.2014.
15. Em 17.11.2014, vago em virtude de o Senador Marcelo Crivella ter comunicado sua desistência de ocupar a vaga do Partido Republicano Brasileiro ? PRB, conforme Ofício nº 042d/2014 ? GSMC, datado de 11.11.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.11.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁶⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
Senador Casildo Maldaner (SC)
PT
Senador Aníbal Diniz (AC)
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾
PSB
Senador João Capiberibe (AP) ⁽⁴⁾
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PR
Senador Blairo Maggi (MT) ^(7,8,10)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
VAGO ⁽¹⁾
PV
Senador Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO ⁽³⁾
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE) ^(9,11)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
SD
Senador Vicentinho Alves (TO)
PROS

Atualização: 24/11/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 008/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. O Senador João Capiberibe foi designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPB nº 0012/2014, datado de 31.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 1º.04.2014.
5. O Senador Paulo Davim foi eleito Presidente na 1ª Reunião de 2014, realizada em 09.04.2014.
6. O Senador Raulo Rodrigues foi eleito Vice-Presidente na 1ª Reunião de 2014, realizada em 09.04.2014.
7. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
8. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
9. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.
10. O Senador Blairo Maggi foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 543/2014-BLUFOR, datado de 04.08.2014, lido na sessão do Senado Federal de 05.08.2014.
11. O Senador Eduardo Amorim comunicou seu retorno às atividades parlamentares a partir de 22.11.2014, conforme expediente datado de 18.11.2014, lido na sessão do Senado Federal de 24.11.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Senador Luiz Henrique (SC)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
Senador João Vicente Claudino (PI)
PP
Senador Ivo Cassol (RO) ^(6,7)
PDT
PSB
Senador Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Senador Wilder Moraes (GO) ^(8,12)
PR
Senador Blairo Maggi (MT) ^(5,9,10,11)
PSD
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Senador Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO ⁽⁴⁾
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
Representante da sociedade civil organizada
VAGO ⁽³⁾
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO ⁽³⁾
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO ⁽³⁾

Atualização: 18/08/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of. nº 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
5. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 027/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.03.2014.
6. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
7. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
8. O Senador Wilder Moraes licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
9. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
10. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
11. O Senador Blairo Maggi foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 540/2014-BLUFOR, datado de 04.08.2014, lido na sessão do Senado Federal de 05.08.2014.
12. O Senador Wilder Moraes comunicou o seu retorno às atividades parlamentares a partir do dia 15.11.2014, conforme Ofício nº 043/2014-GSWMOR, lido na Sessão do Senado Federal de 17.11.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
Senador Luiz Henrique (SC) ⁽¹⁰⁾
PT
Senador Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO) ⁽⁸⁾
PTB
PP
Senadora Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
Senador João Durval (BA) ⁽⁷⁾
PSB
Senadora Lidice da Mata (BA) ⁽¹²⁾
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
PSD
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽³⁾
PCdoB
Senador Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
PRB
VAGO ^(2,13)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE) ^(9,14,15)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾

Atualização: 24/11/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.

9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.
15. O Senador Eduardo Amorim comunicou seu retorno às atividades parlamentares a partir de 22.11.2014, conforme expediente datado de 18.11.2014, lido na sessão do Senado Federal de 24.11.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
Senador Ricardo Ferraço (ES) ⁽⁸⁾
PT
Senador Paulo Paim (RS) ⁽⁹⁾
PSDB
Senador Aloysio Nunes Ferreira (SP) ⁽¹⁵⁾
PTB
PP
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁾
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA) ⁽²⁾
DEM
PR
Senador Blairo Maggi (MT) ^(12,16,17,19)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾
PCdoB
Senador Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PV
Senador Paulo Davim (RN) ⁽¹¹⁾
PRB
VAGO ^(5,13)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE) ^(6,18,20)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁷⁾
SD
Senador Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁰⁾

Atualização: 24/11/2014

Notas:

- Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
- Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
- Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
- Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
- Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
- Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.

7. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 002/2014-GLDPT, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 18.02.2014.
10. Designado para ocupar a vaga do SDD, conforme Of. GSVALV nº 176, datado de 10.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 11.03.2014.
11. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of. GSPPDAV nº 007, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 028/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Eleitos na 1ª reunião do Conselho, realizada em 19.03.2014.
15. O Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 41/2014-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 08.05.2014.
16. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
17. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
18. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.
19. O Senador Blairo Maggi foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 541/2014-BLUFOR, datado de 04.08.2014, lido na sessão do Senado Federal de 05.08.2014.
20. O Senador Eduardo Amorim comunicou seu retorno às atividades parlamentares a partir de 22.11.2014, conforme expediente datado de 18.11.2014, lido na sessão do Senado Federal de 24.11.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATOES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MG)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (SD-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (PP-BA)
IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Eduardo Sciarra (PSD-PR)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Gastão Vieira (PMDB-MA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Senador Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira (PMDB)
PR	Deputado João Maia (PR)
PSD	Deputado Eliene Lima (PSD)
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foletto (PSB)
PP	Deputado Sandro Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zülke (PT)
PSDB	Deputado Cesar Colnago (PSDB)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (SD / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha (PSD)
PSC	Deputado Silvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães (PMDB)
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)^(1,2)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo (PMDB / PB)
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB / RR)
PSDB	Senador Cyro Miranda (PSDB / GO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel (PMDB)
PSB	Deputado Alexandre Roso (PSB)
PSD	Deputado Roberto Dornier (PSD)
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado (PP)
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto (PT)
PMDB	Deputado Alexandre Santos (PMDB)
PR	Deputado Luciano Castro (PR)
PSD	Deputado Moreira Mendes (PSD)
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Alfredo Sirkis (PSB-RJ) (38,57,61,15,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) (38,57,61,15,26)

RELATOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (38,57,61,17,26)

Instalação: 27/02/2013

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Jorge Viana - PT/AC (5)	1. Wellington Dias - PT/PI (45)
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM (19,12,5)	2. Lindbergh Farias - PT/RJ (45)
Aníbal Diniz - PT/AC (30,3,34,42,66)	3. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE (5)
Cristovam Buarque - PDT/DF (5)	4. VAGO (19,5)
Inácio Arruda - PCdoB/CE (56,29)	5. VAGO (29)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Valdir Raupp - PMDB/RO (2,14,52,44,54)	1. Vital do Rêgo - PMDB/PB (2,44)
Eduardo Braga - PMDB/AM (2,44)	2. Romero Jucá - PMDB/RR (2,44)
Ciro Nogueira - PP/PI (2,11,44)	3. VAGO (2,44)
Sérgio Petecão - PSD/AC (2,20,44)	4. VAGO (21,2,44)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP (3)	1. Jayme Campos - DEM/MT (3,32,53)
Fleury (33,6,9,62,65,63)	2. VAGO (6,9,50,51,48,49)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
João Vicente Claudino - PTB/PI (44,35)	1. VAGO (37,36)
Blairo Maggi - PR/MT (38,64)	2. VAGO
PSOL (1)	
Randolfe Rodrigues - AP (4,44)	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PT	
Fernando Ferro - PE ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,45)
Márcio Macêdo - SE ⁽⁷⁾	2. Leonardo Monteiro - MG ⁽⁷⁾
PMDB	
Valdir Colatto - SC ^(16,13,7)	1. Colbert Martins - BA ^(7,48)
André Zacharow - PR ^(7,23,24)	2. Adrian - RJ
PSD	
Hugo Napoleão - PI ^(31,29)	1. Felipe Bornier - RJ ^(60,29)
Thiago Peixoto - GO ^(60,29)	2. VAGO ⁽²⁹⁾
PSDB	
Ricardo Tripoli - SP ^(7,23,44)	1. Antonio Carlos Mendes Thame - SP ^(7,46)
PP	
Gladson Cameli - AC ^(7,47)	1. Luis Carlos Heinze - RS ^(7,47)
DEM	
Rodrigo Maia - RJ ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,22)
PR	
Gorete Pereira - CE ^(7,43,59)	1. VAGO ^(7,27)
PSB	
Alfredo Sirkis - RJ ^(7,55,41)	1. Janete Capiberibe - AP ^(7,28,18,41)
PDT	
Giovani Cherini - RS ⁽⁷⁾	1. Miro Teixeira - PROS/RJ ⁽⁷⁾
Bloco PV, PPS	
Sarney Filho - PV/MA ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽³⁹⁾
PTB ⁽¹⁾	
Jandira Feghali - PCdoB/RJ ^(7,8)	1. Arnaldo Jardim - PPS/SP ⁽¹⁰⁾

Notas:

* - Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2. Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Lucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

3. Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

4. Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

5. Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

6. Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7. Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciato, Leonardo Montello, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ithoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

8. Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

9. Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

10. Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

11. Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12. Vaga em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

13. Vaga em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
14. Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136/2011, da Liderança do PMDB.
15. Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal), eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 17/2011-CMMC.
16. Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1041/2011, da Liderança do PMDB.
17. Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
18. Vaga em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF 8/130/11, da Liderança do Bloco PSD, PTB e PCdoB.
19. Designaria o Senador Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011. GID BAC, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
20. Em 8-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida a comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático-PSD.
21. Em 8-11-2011, vaga em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PS) ter deixado o mandato.
22. Em 3-1-2012, vaga em razão do afastamento do Deputado Walter Hoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
23. Em 30-1-2012, vaga em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
24. Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrien, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
25. Em 5-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSD.
26. Comissão instalada em 30-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
27. Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana Da Vasconcelos, em substituição ao Deputado De Paulo Cesar, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTsB/PR/PHS/PTC/PSL/PRTO.
28. Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSD.
29. Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012 CM.
30. O Senador Mauro Magalhães licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
31. Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do líder do PSD.
32. Lida na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSD, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Mincian como membro suplente.
33. Designado o Senador Wilton Morales, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
34. Senador Mauro Magalhães assumiu o cargo de senador, em 17-12-2012, após licença (Of. OSBMAC nº 084/2012).
35. Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
36. Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
37. Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
38. Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Samyr Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lida na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
39. Designado como membro titular o Deputado Samyr Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Samyr Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV na Câmara dos Deputados.
40. Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas / DEM.
41. Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luis Moê, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
42. O Senador Mauro Magalhães se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 12-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
43. Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcelos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
44. Retificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Libertação / PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
45. Vaga em virtude do desligamento do Deputado Francisco Pacífico (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
46. Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy, e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSD.
47. Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luis Carlos Heine, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PR.
48. Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 614, de 2013, da Liderança do PMDB.
49. O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 15-8-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-8-2012.
50. Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas, Câmara dos Deputados.

51. - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
52. Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
53. Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas ? DEM.
54. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria.
55. Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.
56. Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
57. Vago (arts. 9º e 6º da Resolução nº 4, de 2008).
58. Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
59. Em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, a Deputada Gorete Pereira, em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, conforme o Ofício nº 84, de 2014, da Liderança do PR.
60. Designados os Deputados Thiago Peixoto, como membro titular, e Felipe Bomier, como membro suplente, conforme o Ofício nº 274 de 2014, da Liderança do PSD.
61. Comissão instalada em 9-4-2014, eleitos Presidente Deputado Alfredo Sirkis, Vice-Presidente Senador Inácio Arruda e Relator Senador Valdir Raupp, conforme Ofício nº 003/2014-CMMC (lido em 16/4/2014 - SF)
62. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
63. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
64. Designado, como membro titular, o Senador Blairo Maggi, em substituição Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 338, de 2014, da Liderança do BLPOR.
65. Designado, como membro titular, o Senador Fleury, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2014, da Liderança do DEM.
66. Designado, como membro titular, o Senador Aníbal Diniz, em vaga existente, em 4-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 81, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas**

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Roberto Requião - PMDB/PR ⁽¹⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Fleury ^(1,8,10,9)	1. Jayme Campos - DEM/MT ^(4,5,6,7,1)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PSOL	
Randolfe Rodrigues - AP ⁽²⁾	1. VAGO

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

2. Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

3. Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

4. O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2012.

5. Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

6. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

7. Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

8. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.

9. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.

10. Designado, como membro titular, o Senador Fleury, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2014, da Liderança do DEM.

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999) (Resolução nº 02, de 2013-CN)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ^(1,3,4,6,10)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) ^(4,10)

Atualização: 22/11/2013

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG)
Líder da Maioria Deputado Vicentinho (PT/SP)
Líder da Minoria Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) ⁽⁹⁾
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) ⁽¹²⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ^(18,17)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Hugo Napoleão (PSD/PI) ⁽¹¹⁾

SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Wilder Moraes (DEM/GO) ^(2,7,16,13,14)
Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁽⁵⁾
Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ⁽¹⁵⁾
Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Mozerildo Cavalcanti (PTB/RR) ⁽⁸⁾

Notas:

- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado [Of. nº 001/2013 ? CRE].
- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.
- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.
- Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.
- Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Moraes como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
- Em 17.3.2014, o Senador Mozerildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.
- Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Hauly é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.
- Em 20.3.2014 o Senador Ricardo Ferraço assume a presidência, e o Deputado Eduardo Barbosa a vice-presidência, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, conforme Ofício nº 1, de 2014, do Presidente da CCAI.
- Em 7.4.2014, o Deputado Hugo Napoleão é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 018/2014 - CREDN.
- Designado o Deputado Nelson Pellegrino, em vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 15-4-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme o Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do PT.
- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
- Em 11.11.2014, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é indicado para ocupar a vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, conforme o Ofício S/N, de 2014, assinado pelos Líderes do PSDB e DEM.
- Senador Wilder Moraes reassume o cargo de Senador, em 17.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014).
- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, em substituição ao Deputado Luiz Carlos Hauly, em 26-11-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 48, de 2014, da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados.
- Designado o Deputado Luiz Carlos Hauly, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 26-11-2014 [Sessão do Senado Federal], conforme Ofício nº 49, de 2014, da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados.

Secretário: Marcos Machado Melo

Telefone(s): 3303-3520

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

Resolução nº 2, de 2014

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
VAGO	1. VAGO

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Resolução nº 1, de 2014-CN

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Kátia Abreu - PMDB/TO ⁽⁴⁾	1. Jarbas Vasconcelos - PMDB/PE ⁽⁴⁾
Ana Amélia - PP/RS ⁽⁴⁾	2. Sérgio Petecão - PSD/AC ⁽⁴⁾
Ricardo Ferraço - PMDB/ES ⁽⁴⁾	3. VAGO
Paulo Davim - PV/RN ⁽⁴⁾	4. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Ana Rita - PT/ES ⁽³⁾	1. Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽³⁾
Angela Portela - PT/RR ⁽³⁾	2. João Capiberibe - PSB/AP ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM ⁽³⁾	3. Eduardo Suplicy - PT/SP ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
Eduardo Amorim - PSC/SE ^(5,7,6)	1. Gim - PTB/DF ⁽⁵⁾
Mozarildo Cavalcanti - PTB/RR ⁽⁵⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. Lúcia Vânia - PSDB/GO ⁽²⁾
VAGO	2. VAGO
PROS ⁽¹⁾	
VAGO	1. VAGO

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

4. Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

5. Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

6. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

7. O Senador Eduardo Amorim reassume o exercício do mandato parlamentar, em 24-11-2014, após licença (Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014).

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

3. Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 15, de 2012

Finalidade: Elaborar em sessenta dias os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o DF, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria ⁽²⁾ (PV, PSD, PMDB, PP)	
Vital do Rêgo - PMDB/PB ⁽⁵⁾	1. Francisco Dornelles - PP/RJ ⁽⁵⁾
Eunício Oliveira - PMDB/CE ⁽⁵⁾	2. Garibaldi Alves - PSB/DF ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,14)	3. VAGO ^(12,5)
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Rodrigo Rollemberg - PSB/DF ⁽⁴⁾	1. Pedro Taques - PDT/MT ⁽⁷⁾
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽³⁾	2. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE ⁽⁷⁾
Paulo Palm - PT/RS ^(3,7)	3. Eduardo Suplicy - PT/SP ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda - PSDB/GO ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,10)
Wilder Moraes - DEM/GO ^(6,3,15,16,18)	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
Alfredo Nascimento - PR/AM ⁽⁴⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ^(4,17,19)
Gim - PTB/DF ⁽⁴⁾	2. João Vicente Claudino - PTB/PI ⁽⁴⁾
PSD ⁽¹⁾	
Sérgio Petecão - AC ⁽¹⁾	1. VAGO ^(9,3,8,13)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PMDB	
Leandro Vilela - GO ⁽¹¹⁾	1. Geraldo Resende - MS ⁽¹¹⁾
Luiz Pitiman - PSDB/DF ⁽¹¹⁾	2. Sandro Mabel - GO ⁽¹¹⁾
PSDB	
VAGO	1. VAGO
PP	
Roberto Brito - BA ⁽¹¹⁾	1. Toninho Pinheiro - MG ⁽¹¹⁾
DEM	
Augusto Coutinho - SD/PE ⁽¹¹⁾	1. João Bittar - MG ⁽¹¹⁾
PR	
VAGO	1. VAGO
PSB	
VAGO	1. VAGO
PDT	
VAGO	1. VAGO
Bloco PV, PPS	
Augusto Carvalho - SD/DF ⁽¹¹⁾	1. VAGO
PTB ⁽¹⁾	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. Conforme Ofícios nos 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
3. Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, a Comissão Especial Mista destinada a elaborar em sessenta dias os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional à matéria tratada na Emenda Constitucional nº 69, de 2012; nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
4. Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gilm Argello, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
5. Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
6. Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos do Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.
7. Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Palm, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
8. Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
9. Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos do Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
10. Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
11. Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Brito, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.
12. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
13. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.
14. Vago em razão da renúncia do Senador Clésio Andrade ao cargo de Senador da República, em 15-7-2014 (Sessão do Senado Federal).
15. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
16. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, Incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
18. Senador Wilder Moraes reassume o cargo de Senador, em 17.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014).
19. O Senador Eduardo Amorim reassume o exercício do mandato parlamentar, em 24.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014).

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): (61) 3303-3490

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATN Nº 1, DE 2013 - REFORMA DO REGIMENTO COMUM

Ato Conjunto nº 1, DE 2013, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Finalidade: elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Instalação: 12/03/2013

Prazo final prorrogado: 11/07/2013

Prazo final prorrogado: 09/09/2013

Prazo final prorrogado: 23/12/2013

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Deputado Mendonça Filho (DEM/PE)
Deputado Júlio Delgado (PSB/MG)
Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Lobão Filho (PMDB/MA)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senadora Ana Amélia (PP/RS)

Notas:

*. Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

**. Prazo final prorrogado para 11/07/2013, nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

***. Prazo final prorrogado para 09/09/2013, nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

****. Prazo final prorrogado para 23/12/2013, nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

*****. Prazo final prorrogado para 22/12/2014, nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Secretário: ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Fax: 33031176

E-mail: antilossio@senado.gov.br

**ATN Nº 2, de 2013 - CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO
FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CF.**

Ato Conjunto nº 2, de 2013, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Finalidade: Consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP)⁽¹⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Instalação: 02/04/2013

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Romero Jucá - PMDB/RR	1. Kátia Abreu - PMDB/TO ^(3A)
Vital do Rêgo - PMDB/PB	2. Waldemir Moka - PMDB/MS ⁽²⁾
Walter Pinheiro - PT/BA ⁽⁸⁾	3. Ruben Figueiró - PSDB/MS ⁽⁷⁾
Pedro Taques - PDT/MT	4. Wellington Dias - PT/PI ⁽¹¹⁾
Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP	5. Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽¹¹⁾
VAGO ⁽¹³⁾	6. VAGO
Ana Amélia - PP/RS ⁽³⁾	7. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTEs
Cândido Vaccarezza - PT/SP	1. Reinaldo Azambuja - PSDB/MS ⁽⁵⁾
Edinho Araújo - PMDB/SP	2. Moreira Mendes - PSD/RO ⁽⁶⁾
Eduardo Barbosa - PSDB/MG ⁽²⁾	3. Esperidião Amin - PP/SC ⁽⁸⁾
Sergio Zveiter - PSD/RJ	4. Júlio Delgado - PSB/MG ⁽⁹⁾
Arnaldo Jardim - PPS/SP	5. Abelardo Lupion - DEM/PR ^(9,12)
Miro Teixeira - PROS/RJ	6. Antonio Brito - PTB/BA ⁽⁹⁾
João Maia - PR/RN ⁽⁵⁾	7. Benedita da Silva - PT/RJ ^(9,10)

Notas:

*. Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

**. Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

***. Prazo final recortado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

1. Alínea "a" do Inciso I do art. 2º do Ato Conjunto, de 2103.

2. Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

3. Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

4. Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democracia? PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 ? GSKAAB.

5. Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

6. Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 03-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.

7. Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

8. Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.

9. Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014 (DSF 12-03-2014).

10. Nos termos do Ato Conjunto nº 3, de 30 de abril de 2014 (DSF 1º-5-2014), fica designada a Deputada Benedita da Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Geraldo Simões.

11. Nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 30 de abril de 2014 (DSF 17-6-2014), ficam designados os Senadores Wellington Dias e Cristavan Buarque, como membros suplentes, em vagas existentes.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Abelardo Lupion, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 291, de 2014, da Liderança do DEM.

13. Vaga em razão da reassunção da titular, Senadora Marta Suplicy, em 13-11-2014.

Secretário: Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 61 33033511 Fax: 61 33031176

E-mail: sscepl@senado.leg.br

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

CPMI do Metrô

Requerimento nº 4, de 2014-CN

Finalidade: Finalidade: destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrô no estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo na prestação do serviço público de transporte.

Número de membros: 14 Senadores e 14 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 16/07/2014

Instalação: 06/08/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. Sérgio Petecão - PSD/AC
Ivone Dantas - PMDB/RN	2. Paulo Davim - PV/RN
VAGO ⁽⁷⁾	3. VAGO
João Alberto Souza - PMDB/MA ⁽⁴⁾	4. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Wellington Dias - PT/PI ⁽⁵⁾	1. Humberto Costa - PT/PE
Eduardo Suplicy - PT/SP	2. Inácio Arruda - PCdoB/CE
Aclir Gurgacz - PDT/RO	3. Jorge Viana - PT/AC
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Cyrol Miranda - PSDB/GO	1. Cícero Lucena - PSDB/PB
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. Lúcia Vânia - PSDB/GO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
Gim - PTB/DF	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ^(1,9)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Blairo Maggi - PR/MT ⁽²⁾
PSB	
Antonio Carlos Valadares - SE	1. João Capiberibe - AP
PROS	

TITULARES	SUPLENTES
Ataídes Oliveira - TO	1. AGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PT	
Dr. Rosinha - PR	1. Carlos Zarattini - SP
Renato Simões - SP	2. Paulo Teixeira - SP
PMDB	
Alexandre Santos - RJ	1. Fábio Trad - MS
José Priante - PA	2. Manoel Junior - PB
PSD	
Eduardo Sciarra - PR	1. Marcos Montes - MG
Guilherme Campos - SP	2. Moreira Mendes - RO
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame - SP	1. Bruno Araújo - PE
PP	
Luiz Fernando Faria - MG	1. Marcio Junqueira - PROS/RR
PR	
Bilac Pinto - MG	1. Jânio Natal - PRP/BA
PSB	
Dr. Ubiali - SP	1. Keiko Ota - SP
DEM	
Alexandre Leite - SP	1. VAGO
SD	
Fernando Francischini - PR ⁽⁶⁾	1. Carlos Manato - ES
PTB	
Eros Biondini - MG	1. Sabino Castelo Branco - AM
PCdoB	
Delegado Protógenes - SP	1. Gustavo Petta - SP

Notas:

1. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
2. Designado, como membro suplente, o Senador Blairo Maggi, em substituição ao Senador Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 545, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
3. Vago em virtude do Senador Casildo Maldaner ter declinado de sua indicação, conforme Of. 174, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
4. Designado, como membro titular, o Senador João Alberto Souza, em vaga existente, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 176, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Dias, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 69, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Fernando Francischini, em substituição ao Deputado Wladimir Costa, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 271, de 2014, da Liderança da SD.
7. Vago em virtude do Senador Benedito de Lira ter declinado de sua indicação, conforme Of. 58, de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria.
8. Vago em razão da reassunção da titular, Senadora Marta Suplicy, em 13-11-2014.
9. O Senador Eduardo Amorim reassume o exercício do mandato parlamentar, em 24.11.2014, após licença [Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014].

Secretário: ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO - REINILSON PRADO

Telefone(s): 61 3033511/3492 **Fax:** 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

CPMI RQN nº 3, de 2014

Requerimento nº 3, de 2014-CN

Finalidade: Finalidade: Investigar as denúncias de prática de corrupção, desvio de recursos públicos, fraude em licitação, lavagem de dinheiro, remessa ilegal de valores ao exterior e formação de cartel em atos e contratos realizados por entidades da administração pública direta e indireta, relacionados à aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas (EUA); aos contratos entre a Petrobras e a empresa holandesa "SMB Offshore"; ao lançamento de plataformas inacabadas; ao superfaturamento na construção de refinarias; às atividades da Petrobras e do Porto de Suape para viabilizar a construção e a operação da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco; aos contratos para aquisição, manutenção e operação de trens, metrô e sistemas auxiliares, em SP e no DF, que envolvam as empresas referidas no acordo de leniência firmado pela Siemens; e aos convênios e contratos, firmados por órgãos e entidades estaduais e municipais, para aquisição de equipamentos e desenvolvimento de projetos na área de tecnologia da informação e utilizando recursos da União.

Número de membros: titulares

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

CPMI Petrobras

Requerimento nº 2, de 2014-CN

Finalidade: Investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim (PTB-DF)

RELATOR: Deputado Marco Maia (PT-RS)

Designação: 27/05/2014

Instalação: 28/05/2014

Prazo final: 23/11/2014

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
João Alberto Souza - PMDB/MA	1. Ivonete Dantas - PMDB/RN (27)
Valdir Raupp - PMDB/RO	2. VAGO
Vital do Rêgo - PMDB/PB	3. VAGO
Sérgio Petecão - PSD/AC	4. VAGO
Ciro Nogueira - PP/PI	5. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
José Pimentel - PT/CE	1. Jorge Viana - PT/AC
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	2. Inácio Arruda - PCdoB/CE
Humberto Costa - PT/PE	3. Ana Rita - PT/ES
Adir Gurgacz - PDT/RO	4. Paulo Paim - PT/RS
Anibal Diniz - PT/AC	5. Wellington Dias - PT/PI
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Aureliano - PSDB/MG (16,12)	1. Ruben Figueiró - PSDB/MS
Mário Couto - PSDB/PA	2. Flexa Ribeiro - PSDB/PA
Jayme Campos - DEM/MT	3. José Agripino - DEM/RN
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
VAGO (25)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (9,29)
Gim - PTB/DF	2. Blairo Maggi - PR/MT (11)
PROS	
Ataides Oliveira - TO	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PT	
Marco Maia - RS	1. Afonso Florence - BA
Silva Machado - AC	2. Iriny Lopes - ES
PMDB	
Sandro Mabel - GO ⁽⁴⁾	1. João Magalhães - MG
Lucio Vieira Lima - BA	2. Eduardo Cunha - RJ ⁽⁴⁾
PSD	
André de Paula - S/PARTIDO/PE ⁽²⁸⁾	1. Jaime Martins - MG
José Carlos Araújo - BA	2. Moreira Mendes - RO
PSDB	
Carlos Sampaio - SP ^(31,22,26,5,7,14,15,24)	1. Izalci - DF
PP	
Aguinaldo Ribeiro - PB	1. José Otávio Germano - RS
DEM	
Ronaldo Caiado - GO ^(21,3,2,13,20,30)	1. Onyx Lorenzoni - RS ^(17,10,3,23,6,13,6)
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos - MG	1. João Carlos Bacelar - BA ⁽¹⁾
PSB	
Júlio Delgado - MG	1. Alexandre Roso - RS
SD	
Fernando Francischini - PR	1. Augusto Coutinho - PE ⁽¹⁹⁾
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno - PPS/PR	1. Eurico Júnior - PV/RJ
PTB	
Arnaldo Faria de Sá - SP	1. Antonio Brito - BA
PROS	
Ronaldo Fonseca - DF ⁽¹⁸⁾	1. Hugo Leal - RJ
PDT	
Enio Bacci - RS	1. Marcos Rogério - RO

Notas:

1. Em 3-6-2014 (Sessão do Senado Federal), designado o Deputado João Carlos Bacelar, como membro suplente, em substituição ao Deputado Aelton Freitas, nos termos do Ofício nº 214/2014 do PR.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, e, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 11-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 222, de 2014, da Liderança do DEM.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição Onyx Lorenzoni, e, como membro suplente, Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 18-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 225, de 2014, da Liderança do DEM.
4. Designado, como membro titular, o Deputado Sandro Mabel, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, e, como membro suplente, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Sandro Mabel, em 18-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 667, de 2014, da Liderança do PMDB.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 24-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 685, de 2014, da Liderança do PSDB.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 25-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 227, de 2014, da Liderança do DEM.
7. Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy, em 1-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 716, de 2014, da Liderança do PSDB.

8. Designado, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, em 1-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 228, de 2014, da Liderança do DEM.
9. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
10. Designado, como membro titular, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, e, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 30-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 245, de 2014, da Liderança do DEM.
11. Designado, como membro suplente, o Senador Blairo Maggi, em substituição ao Senador Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 544, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
12. O Senador Alvaro Dias licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 5-8-2014, conforme os Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 5-8-2014.
13. Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, e, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do DEM.
14. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 12-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 804, de 2014, da Liderança do PSDB.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antônio Imbassahy, em 19-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 808, de 2014, da Liderança do PSDB.
16. Designado, como membro titular, o Senador Antonio Aureliano, em substituição Alvaro Dias, em 9-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 66, de 2014, da Liderança do PSDB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 9-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 263, de 2014, da Liderança do DEM.
18. Designado, como membro titular, o Deputado Ronaldo Fonseca, em substituição ao Deputado Márcio Junqueira, em 16-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 120, de 2014, da Liderança do PROS.
19. Designado, como membro suplente, o Deputado Augusto Coutinho, em substituição ao Deputado Simplicio Araújo, em 14-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 321, de 2014, da Liderança do SD.
20. Designado, como membro titular, o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 22-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 281, de 2014, da Liderança do DEM.
21. Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, em 28-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 282, de 2014, da Liderança do DEM.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 28-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 874, de 2014, da Liderança do PSDB.
23. Designado, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, em 16-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 264, de 2014, da Liderança do DEM.
24. Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy, em 5-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 905, de 2014, da Liderança do PSDB.
25. Vago em virtude de o Senador Antonio Carlos Rodrigues não exercer mais o mandato, devido ao retorno da titular, Senadora Marta Suplicy, em 13-11-2014.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 17-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 924, de 2014, da Liderança do PSDB.
27. Designada, como membro suplente, a Senadora Ivonete Dantas, em vaga existente, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 107, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria.
28. Designado, como membro titular, o Deputado André de Paula, em substituição ao Deputado Hugo Napoleão, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 527, de 2014, da Liderança do PSD.
29. O Senador Eduardo Amorim reassume o exercício do mandato parlamentar, em 24.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014).
30. Designado, como membro titular, o Deputado Ronaldo Caiado, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 25-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 296, de 2014, da Liderança do DEM.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy, em 25-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 952, de 2014, da Liderança do PSDB.

Secretário: ROGÉRIO FALEIRO MACHADO

Telefone(s): 61 33033490 **Fax:** 6133031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)
1º Vice-Presidente Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP)
2º Vice-Presidente Deputado Fábio Faria (PSD/RN)
1º Secretário Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)
2º Secretário Deputado Simão Sessim (PP/RJ)
3º Secretário Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)
4º Secretário Deputado Biffi (PT/MS)
Líder da Maioria Deputado Vicentinho (PT/SP)
Líder da Minoria Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Vicente Candido (PT/SP)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
2º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
3º Secretário Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
4º Secretário Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Wilder Moraes (DEM/GO) ⁽¹⁾
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)

Atualização: 18/08/2014

Notas:

1. O Senador Wilder Moraes licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Newton Lima (PT-SP)⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Deputado Renato Molling (PP-RS)⁽¹⁾

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
André Zacharow - PR	1. Lelo Coimbra - ES
Íris de Araújo - GO	2. Osmar Serraglio - PR
Marçal Filho - MS	3. Ronaldo Benedet - SC
Raul Henry - PE	4. Valdir Colatto - SC
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame - SP	1. VAGO ⁽²⁾
VAGO ⁽¹¹⁾	2. Carlos Sampaio - SP ⁽⁷⁾
VAGO ^(9,4,8)	3. VAGO
PSD	
Geraldo Thadeu - MG	1. Átila Lins - AM
Hugo Napoleão - PI	2. Dr. Luiz Fernando - AM
Raul Lima - PP/RR	3. Eleuses Paiva - SP
PP	
Dilceu Sperafico - PR	1. Luis Carlos Heinze - RS
Renato Molling - RS	2. Renato Andrade - MG
PSB	
Jose Stédile - RS	1. Beto Albuquerque - RS
Paulo Foletto - ES ⁽¹²⁾	2. Leopoldo Meyer - PR
PR	
Wellington Fagundes - MT	1. Henrique Oliveira - SD/AM
DEM	
Júlio Campos - MT	1. VAGO
PDT	
Vieira da Cunha - RS	1. Sebastião Bala Rocha - SD/AP
PTB	
Paes Landim - PI	1. Jorge Côrte Real - PE
Bloco PV, PPS	
Roberto Freire - PPS/SP	1. Antônio Roberto - PV/MG
PSC	

TITULARES	SUPLENTE
Nelson Padovani - PR	1. Takayama - PR
PCdoB	
João Ananias - CE	1. Chico Lopes - CE
PRB	
George Hilton - MG	1. Vitor Paulo - RJ
PTdoB	
Luís Tibé - MG	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria	
Pedro Simon - PMDB/RS	1. Casildo Maldaner - PMDB/SC
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Valdir Raupp - PMDB/RO
Ana Amélia - PP/RS	3. Gim - PTB/DF ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo	
Eduardo Suplicy - PT/SP	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽³⁾
Paulo Paim - PT/RS	2. Inácio Arruda - PCdoB/CE
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE ⁽³⁾	3. Humberto Costa - PT/PE
Bloco Parlamentar da Minoria	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Cássio Cunha Lima - PSDB/PB
Fleury ^(1,5,16)	2. Jayme Campos - DEM/MT
Bloco Parlamentar União e Força	
Mozarildo Cavalcanti - PTB/RR ⁽¹⁰⁾	1. Fernando Collor - PTB/AL
Luiz Henrique - PMDB/SC ⁽⁶⁾	2. Eduardo Amorim - PSC/SE

Atualização: 21/08/2014

Notas:

- Eleitos na reunião realizada em 21.03.2013.
- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado o seu desligamento, conforme Of.º 759/2013-PSDB.
- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of.º 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013-BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- O Dep. Carlos Sampaio foi designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira ? PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of.º 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.
- O Dep. Luiz Carlos Hauly foi designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 59, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro titular do Partido da Social Democracia Brasileira ? PSDB.
- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado seu afastamento, conforme Of.º Gab. nº 018, de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Ex.ª apostada no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.
- Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.
- Em 03.04.2014, o Deputado Paulo Follatto foi designado para ocupar a vaga de membro titular do PSB, nos termos do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 15, de 2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Vago em virtude de a Deputada Iara Bernardi ter sido indicada para a vaga do Partido dos Trabalhadores como membro titular, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.
- A Deputada Iara Bernardi foi designada para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores, em substituição ao Deputado Fernando Mamon, que deixou o exercício do mandato, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.
- O Senador Wilder Moraes licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 32, de 21.08.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes, nos termos do Of.º 016/14-GLDEM, de 05.08.2014, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991

Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 06/08/2014

COMISSÕES DE TRABALHO

1 - V. Comissão de Publicidade e Propaganda

Walter de Almeida Guilherme (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI))
Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII))
Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Liliana Nakonechny (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil (inciso IX))
João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Fernando César Mesquita (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Maria José Braga (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil (inciso IX))

2 - III. Comissão de Conteúdos em Meios de Comunicação

Walter de Almeida Guilherme (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Celso Augusto Schöder (Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V))
José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI))
Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII))
Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII))
Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Liliana Nakonechny (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V))
Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil (inciso IX))
João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Fernando César Mesquita (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Wlana Panizzi (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil (inciso IX))

3 - IV. Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social

Walter de Almeida Guilherme (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V))
José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI))
Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII))
Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII))
Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Liliana Nakonechnyj (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Fernando César Mesquita (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Wirana Panizzi (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil (inciso IX))

4 - I. Comissão de Marco Legal e Regulatório do Setor das Comunicações

Walter de Almeida Guilherme (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Celso Augusto Schöder (Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V))
José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI))
Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII))
Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Liliana Nakonechnyj (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil (inciso IX))
João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Fernando César Mesquita (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil (inciso IX))

5 - II. Comissão de Tecnologia de Informação e Comunicação

Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio (inciso I))

Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Celso Augusto Schöder (Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V))
José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI))
Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII))
Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Liliana Nakonechnyj (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Fernando César Mesquita (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil (inciso IX))

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

CCSCN@senado.leg.br

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br

Edição de hoje: 350 páginas
(O.S. 15131/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

